UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os Desafios da Política Externa de Moçambique em Relação aos Estados Unidos da América e à República Popular da China: Uma Análise Multidimensional do Impacto no Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique, entre 1975 e 2020

Rogério Isaías Nhagúo

Quelimane, 2025

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TESE DE DOUTORAMENTO

Os Desafios da Política Externa de Moçambique em Relação aos Estados Unidos da América e à República Popular da China: Uma Análise Multidimensional do Impacto no Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique, entre 1975 e 2020

Tese submetida à Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique, como requisito parcial para Obtenção do Grau de Doutor.

Orientador

Prof. Doutor Eduardo Duque

Assinado por: Eduardo Jorge Gomes da Costa Duque
Num. de Identificação: 10414695
Data: 2025.04.29 09:47:52 +0100

Quelimane, 2025

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE

Professor Doutor Pe. Filipe Sungo

_____

1º ARGUENTE:

Professor Doutor Francisco Proença

_____

2º ARGUENTE:

Professor Doutor Raúl Tati

_____

1º VOGAL:

Professor Doutor Octávio Muagelo

_____

2º VOGAL:

Professor Doutor Mariano Rodrigues

_____

Índice

DEDICATÓRIA vii

AGRADECIMENTOS viii

RESUMO ix

ABSTRACT x

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS xi

ÍNDICE DE TABELAS xvi

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO, DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA 5

1.1. Contextualização 5

1.2. Delimitação do estudo 7

1.3. Objetivos do Estudo 8

1.3.1. Objetivo Geral 8

1.3.2. Objetivos Específicos 9

1.4. Pergunta central 9

1.5. Justificação do Estudo 10

1.6. Relevância do Estudo 11

1.7. Hipóteses de trabalho 11

CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO 13

2.1. A Génese da Teoria da Interdependência e a sua relevância na Política Externa Moçambicana 13

2.2.Pressupostos da Teoria da Interdependência no campo das relações internacionais 16

2.3. Discussão Conceptual 19

2.3.1.Política Externa 19

2.3.2. Diplomacia 21

2.3.3. Desenvolvimento socioeconómico 22

CAPÍTULO III: POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE 24

3.1. Acontecimentos importantes da diplomacia da FRELIMO na luta armada de libertação nacional 27

3.2. Diplomacia da FRELIMO sob a liderança do Dr. Eduardo Chivambo Mondlane (1961-1969) 29

3.3. Diplomacia da FRELIMO sob a Presidência de Samora Moisés Machel (1969 -1975) 38

3.4. A Política Externa de Moçambique Independente (1975-1986) 45

3.5. Estratégia de desenvolvimento socioeconómico de Moçambique (1975-1986) e o seu impacto na política externa 57

3.6. A Mudança de Estratégia Política e Económica: A Aproximação ao Ocidente 63

3.7. A Política Externa entre 1986 a 2020 76

3.8. Política Externa de Moçambique e o seu impacto no Investimento Directo Estrangeiro .. 89

3.9. Os recursos minerais e energéticos e o seu impacto na Política Externa de Moçambique 93

CAPÍTULO IV: POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE PARA OS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA (EUA) 96

4.1. A evolução histórica da cooperação entre Moçambique e os EUA 96

4.2. Principais áreas e planos da política externa dos EUA para Moçambique 104

4.3. Participação de Moçambique no “African Growth Opportunities Act” (AGOA) como estratégia de política externa dos EUA para Moçambique. 107

4.4. Pontos de vista de Moçambique sobre o desenvolvimento do comércio e acesso aos mercados externos. 108

4.5. Principais Produtos Exportados para EUA: 2001 a 2020 111

4.6. Principais Produtos Importados dos EUA: 2001 a 2020 111

CAPÍTULO V: POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE PARA A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC) 112

5.1. Atores da política externa da República Popular da China (RPC) 112
5.2. Determinantes de política externa da RPC 113
5.3. Política externa da RPC para África 113
5.3.1. Área do Comércio/Investimento 114
5.3.2. Créditos concessionários 115
5.3.3. Perdão de dívida 116
5.3.4. Questões políticas 116
5.4. A evolução histórica das relações bilaterais entre Moçambique e a República Popular da China (RPC). 117
5.5. A política externa da RPC para Moçambique 119
5.6. O comércio entre RPC e Moçambique 122
5.7. O Investimento chinês em Moçambique 123
5.8. Principais produtos exportados para a RPC 2001 a 2019 126
5.9. Principais produtos importados da RPC 2001 a 2019 127
CAPÍTULO VI: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 128
6.1. Seleção e justificação da abordagem adotada no estudo 128
6.2. Método Histórico 129
6.3. Método Comparativo 130
6.4. Instrumentos de recolha de dados 130
6.4.1. Técnica documental 131
6.4.2. Entrevista 132
6.5. Pertinência das questões de entrevista 133
6.6. Técnicas de análise de dados 136
6.6.1. Fases Detalhadas da Análise de Dados 137
6.7. Considerações Éticas 139

6.8. Características do local da investigação 140

CAPÍTULO VII: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... 141

7.1. Limitações e Desafios da Pesquisa 160

CONSIDERAÇÕES FINAIS 161

BIBLIOGRAFIA 164

APÊNDICES..... 171

Apêndice I: Guião de entrevista..... 172

Apêndice II: Resultados das entrevistas com os Técnicos do MINEC na Direção de Ásia e Oceânia (DAO) – A1

……177

Apêndice III: Resultados das entrevistas com os Técnicos do MINEC na Direção da Europa e América (DEA) – B2

……189

Apêndice IV: Resultados das entrevistas com os Técnicos do MIC – C3..... 195

Apêndice V: Resultados das entrevistas com Deputados da Assembleia da República – D4 ... 205

ANEXOS..... 214

Anexo I: Cartas credenciais emitidas nas instituições de coleta de dados 215

Anexo II: Acordo de objeto de desenvolvimento da USAID sobre a governação democrática e fortalecimento das instituições em Moçambique..... 224

Anexo III: Acordo de objeto de desenvolvimento da USAID sobre o crescimento económico acelerado de base ampla e resiliente 230

Anexo IV: Acordo de objeto de desenvolvimento da USAID sobre qualidade de recursos humanos reforçada através da educação e formação 236

Anexo V: Memorando de entendimento entre o governo da República de Moçambique e o governo dos EUA sobre as relações comerciais, desenvolvimento e implementação dos projetos prioritários em Moçambique..... 242

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos: Yuran, Jéssica e Yuna.

E aos meus pais: Isaías e Jalinda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me permitir descobrir, diariamente, o quão grande é o seu poder. Agradeço também a minha esposa, por ser a pessoa que mais acredita em mim nos momentos difíceis da minha vida e que mesmo diante das dificuldades, foi sempre firme na ideia de que eu deveria persistir e terminar esta formação.

Aos meus filhos Yuran, Jéssica Yuna e esposa Remilda, por me inspirarem a ser melhor pai e esposo a cada dia. À minha mãe Jalinda José Marrove, com as suas infindáveis orações, para que eu tenha saúde e sucesso. Ao meu pai Isaías Nhagúo, por ser um exemplo de superação. Aos meus irmãos e irmãs e o resto da família, que não se cansam de apoiar os meus estudos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Eduardo Duque, por ter sido suficientemente paciente comigo e conselheiro, sobretudo quando tudo parecia indicar que eu estava demasiado atrasado.

A todos os colegas de doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais 1ª Edição, pelas valiosas influências que permitiram o sucesso do curso.

Às instituições por onde tivemos a oportunidade de realizar a nossa recolha de informação, tal é o caso das Direção da Europa e América (DEA) e, Ásia e Oceania (DAO) no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Ministério de Indústria e Comércio, Direção da Assembleia da República de Moçambique e das lideranças das três Bancadas, pelo espírito de bom senso na partilha de toda informação que permitiu a efetivação da Tese.

RESUMO

Este estudo centra-se na análise da política externa de Moçambique em relação aos Estados Unidos e à República Popular da China e avalia o consequente impacto no desenvolvimento socioeconómico do país. Contextualiza-se dentro de um cenário geopolítico complexo que coloca Moçambique numa posição singular, oscilando entre a superpotência estabelecida que são os EUA e a potência emergente global que é a China. Tal cenário adquire uma relevância acrescida considerando que Moçambique se encontra numa trajetória ascendente de desenvolvimento, orientada por uma política externa que visa "fazer mais amigos, evitar inimigos e promover parcerias estratégicas".
O foco principal do estudo é decifrar a evolução dos paradigmas da política externa e diplomacia de Moçambique em relação a esses parceiros geopolíticos e avaliar como essas mudanças influenciam o desenvolvimento socioeconómico local. O estudo foi conduzido através de uma metodologia qualitativa que integrou a análise documental, que possibilitou a avaliação de uma vasta gama de acordos diplomáticos, correspondências e outros documentos oficiais para identificar mudanças, tendências e padrões no comportamento diplomático, bem como entrevistas, que ofereceram uma visão interna das políticas e estratégias que moldaram as relações internacionais, através de métodos comparativos e históricos como fundamentação. Três hipóteses fundamentais foram formuladas para orientar a pesquisa: 1) A política externa atual de Moçambique com os EUA não tem sido eficaz em catalisar o desenvolvimento socioeconómico pretendido; 2) A relação com a China apresenta um potencial significativo para alavancar o desenvolvimento que Moçambique procura; 3) A cooperação com ambos os países pode ser harmonizada com os interesses estratégicos e de desenvolvimento de Moçambique. Os resultados revelam que ambas as relações diplomáticas são cruciais para Moçambique, mas diferem substancialmente em termos de oportunidades e desafios. A relação com os EUA é complexa por condicionalidades políticas e económicas que, por vezes, limitam o impacto positivo no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique a curto e médio prazo. Este cenário torna-se ainda mais difícil devido a certas políticas americanas que penalizam países com relações próximas à China. Por outro lado, a relação com a China oferece a Moçambique uma via mais promissora e menos restritiva para atingir os seus objetivos de desenvolvimento. Face a estes cenários contrastantes, o governo moçambicano esforça-se para manter um equilíbrio estratégico, capitalizando as vantagens de cada relação para satisfazer os seus próprios interesses de desenvolvimento. A pesquisa conclui sublinhando a necessidade premente de Moçambique adaptar e refinar a sua política externa, considerando cuidadosamente como cada relação pode ser otimizada para contribuir para os seus objetivos de desenvolvimento socioeconómico. Este ajustamento é vital para maximizar as oportunidades e minimizar os desafios que cada parceiro diplomático apresenta.

Palavras-chave: *Política Externa; Diplomacia de Moçambique; Desenvolvimento Socioeconómico; Desafios.*

ABSTRACT

The research is centered in analyze of external policy of Mozambique and its relationship with United States of America and Popular Republic of China and evaluate its socioeconomic development consequently its impact in the country. It contextualizes within a Complex geopolitical scenarios that put Mozambique in a singular position oscillating between an established supper potency which is United States of America (USA) and a global emergent potency which is China. This scenario's acquires an increased relevance considering that Mozambique is observing ascendant or growing development trajectory oriented or driven by external policy that consists of making friends rather than enemies, and promote strategic partnership. The study is mainly focused in deciphering the evolution of external policy paradigm and Mozambican diplomacy related to these geopolitical partnership and evaluate how these changes may influences local socioeconomic development. The study was conducted using qualitative method whereby was integrated documental analyses that gave us possibility to analyze many documents concerning to diplomatic agreements, correspondences and many important, official documents of the branch in study, to identify changes, tendencies and padrons in diplomatic behavior, as well as interview, that offers an internal vision of strategic policies that deal with international relationship using comparative method and historic fundamental. Three fundamental hypotheses where formulated to drive a research such as: 1) The actual external policy of Mozambique with USA is not efficient to empower socioeconomic development needed, 2) The relationship with Chin presents a significant potential to empower, to elevate the development that Mozambique is searching; 3) The cooperation of both countries can be in harmonized with strategic interests of the country development. The results shows that both diplomatic relationships are crucial for Mozambique, however they differ substantially in terms of opportunities and challenges. The relationship with USA is complex because of political conditionality and economics, sometimes imitate the positive impact in socioeconomic development of the country in short or long period, and this scenarios makes more difficult because of certain Americans policy that penalize countries that has closer relationship with China. Nevertheless the relationship with China offers Mozambique a promissory and less restrictive way to achieve development objectives. Due to this contrast scenarios, Mozambican government makes an effort strategically to equilibrate and capitalize advantages of each relationship to satisfy its own developmental interests. The research conclude underlining the need of firstly Mozambique has to adapt , to refine its external policy considering carefully how can each relationship be optimized to contribute for its socioeconomic developmental objectives. This adjustment is vital to maximize the opportunity and minimize challenges that each diplomatic partnership presents.

Keywords: *Foreign Policy; Mozambique diplomacy; Socioeconomic Development; Challenges.*

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAIS	*African American Institute of State*[1]
ACDI/VOCA	*Agricultural Cooperative Development International and Volunteers in Overseas Cooperative Assistence*[2]
ACP	África Caribe e Pacífico
ADBG	*African Develoment Bank Group*[3]
ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
AED	*Academy for Educational Development*[4]
AEEA	*AGOA Extension & Enhancement Act*[5]
AFSC	*American Friends Service Committee*[6]
AGOA	*African Growth and Opportunity Act* [7]
AGP	Acordo Geral de Paz
AIAS	*African American Institute of State*[8]
ANC	*African National Congress* (Congresso Nacional Africano - CNA)
APE	Acordo de Parceria Económica
BM	Banco Mundial
CARE	*Concerned Americans for the Reconstruction of Europe*[9]
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIA	*Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência)
CLUSA	*Cooperative League of United States of America*[10]
CMP	Comissão Mundial para a Paz
COMECON	*Council for Mutual Economic Assistence* (Conselho para Assistência Económica Mútua)

[1] Instituto de Estado Afro-Americano
[2] Desenvolvimento Cooperativo Agrícola Internacional e Voluntários em Assistência Cooperativa no Exterior
[3] Banco Africano de Desenvolvimento
[4] Academia para o Desenvolvimento Educacional
[5] Lei de Extensão e Aprimoramento de AGOA
[6] Comité de Serviços de Amigos Americanos
[7] Lei do Crescimento e Oportunidade Africana
[8] Instituto de Estado Afro-Americano
[9] Preocupação Americana pela Construção da Europa
[10] Liga Cooperativa dos Estados Unidos da America

COMESA	Mercado Comum da África Austral e Oriental
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
COREMO	Comité Revolucionário de Moçambique
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
DAO	Direção de Ásia e Oceânia
DEA	Direção da Europa e América
DKL	*Dharmindra Kumar Tyagi*[11]
DPCCN	Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais
DPG	Grupo de Parceiros de Desenvolvimento
EAU	Emirados Árabes Unidos
EBA	*Everything But Arms* (Tudo menos armas)
EDC	*Education Development Center*[12]
EGPAF	*Elisabeth Glaser Pediatric Aids Foundation*[13]
EMATUM	Empresa Moçambicana do Atum
EPLF	Frente de Libertação do Povo da Eritreia
EU	*European Union* (União Europeia)
EUA	Estados Unidos da América
FAD	Fundação Americana para o Desenvolvimento
FADM	Forças armadas de defesa de Moçambique
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FCCPLP	Fórum de Comércio China e os Países de Língua Portuguesa
FGH	*Friends in Global Health*[14]
FHI	*Family Health International*[15]
FINCA	*Foundation for International Community Assistance*[16]
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	*Fórum On China-Africa Cooperation*[17]

[11] Projetos de Planeamento Familiar e responsavel pela motivaçao pública e pelos aspetos educativos
[12] Centro de Desenvolvimento Educacional
[13] Fundação de Ajuda Pediátrica Elisabeth Glaser
[14] Amigos na Saude Global
[15] Saúde Internacional da Família
[16] Fundação para a Assistência da Comunidade Internacional

FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN	Frente de Libertação de Timor-Leste Independente
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDN	Investimento Direto Nacional
IFDC	*International Fertilizer Development Center*[18]
IMC	*Internacional Medical Corps*[19]
IRD	*International Relief and Development*[20]
MAF	*Mission Aviation Felllowship*[21]
MAM	*Mozambique Assets Management*[22]
MFN	Nação Mais Favorecida
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MNA	Movimento dos Não-Alinhados
MOLINACO	Movimento Nacional de Libertação das Comores
MPD	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO/OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
NU	Nações Unidas
OECD	Organização Europeia para a Cooperação e Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEC	*Organization of the Petroleum Expoerting Countries*[23]
OUA	Organização da União Africana
PAC	*The Pan Africanist Congresso f Azania* [24]

[17] Fórum de Cooperação China-África
[18] Centro Internacional de Desenvolvimento de Fertilizantes
[19] Corpo Medico Internacional
[20] Ajuda Internacional e Desenvolvimento
[21] Bolsa de Aviação Missionária
[22] Gestão de Ativos de Moçambique
[23] Organização dos Países Exportadores de Petróleo
[24] Congresso Pan-africanista da Azânia

PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PEPFAR	Plano de Emergência do Presidente dos EUA para Alívio do Sida
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
PSI	*Population Services International*[25]
RDC	República Democrática de Congo
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
RFA	República Federal da Alemanha
RPC	República Popular da China
RTI	*Research Triangle Institute*[26]
SACU	*Southern Africa Customs Union*[27]
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SADCC	Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
SAM	*Surface to Air Missile*[28]
SGP	Sistema Geral de Preferências
SGP	Sistema Geral de Preferências
SIL	Sociedade Internacional de Linguística
SRF	*Self Reliance Foundation*[29]
SSA	*Sub-Saharian Africa*[30]
SWAPO	*South West Africa People's Organization*[31]
TIOS	Treinamento Internacional para Órfãos e sua Sobrevivência
TLC	Tratado de Livre Comércio
UA	União Africana
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

[25] Atendimento à População Internacional
[26] Instituto de Pesquisa Triangulo
[27] União Aduaneira da África Austral
[28] Míssil Superfície-Ar
[29] Fundação de Auto-suficiência
[30] Africa Subsaariana
[31] Organização do Povo do Sudoeste Africano - Partido da Namíbia

UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNOMOZ	Operação das Nações Unidas para Moçambique
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USD	*United States Dollar*[32]
ZANU	*Zimbabwe African National Union*[33]
ZAPU	*Zimbabwe African People's Union*[34]

[32] Dolar dos Estados Unidos de America
[33] União Nacional Africana do Zimbabwe
[34] União do Povo Africano do Zimbabwe

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Balança Comercial Moçambique - EUA 2001 a 2020 USD Milhões**.**

Tabela 2: Balança Comercial Moçambique - RPC 2001 a 2020 USD Milhões.

Tabela 3: Acordos de Empréstimos Fornecidos pelos Países Ocidentais a Moçambique.

Tabela 4: Grupos-alvo das entrevistas.

INTRODUÇÃO

Esta tese investiga a políticas externas de Moçambique e suas estratégias diplomáticas, com foco nas suas relações com a República Popular da China (RPC) e os Estados Unidos. Em particular, analisa-se como essas relações internacionais influenciam o desenvolvimento social e económico de Moçambique, bem como a sua evolução num cenário global mutante.

O ponto de partida para compreender a diplomacia moçambicana é a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO[35]. Esta entidade pioneira estabeleceu uma rede complexa de alianças internacionais bem antes de o país alcançar a sua independência, a fim de acumular o suporte necessário para superar as adversidades inerentes à sua luta armada pela autonomia nacional. Notavelmente, a FRELIMO já gozava de um status quase diplomático, comparável ao de embaixadas estabelecidas, em países parceiros como Argélia e Tanzânia.

No ambiente político, que se desenhou após a independência, Moçambique delineou os contornos da sua política externa e diplomacia calcados numa avaliação minuciosa das dinâmicas de poder globais. Esta formulação levou em consideração os resquícios e contradições deixados por sistemas opressores do passado, como o colonialismo e o regime do Apartheid, bem como as complexidades emergentes do período pós-Guerra Fria e da era da globalização.

Esta introdução visa contextualizar o leitor para um estudo aprofundado que irá além da superfície destes desenvolvimentos, investigando como os princípios e práticas da diplomacia moçambicana evoluíram em resposta a um cenário internacional em constante mutação.

A diplomacia e política externa de Moçambique sempre operaram sob uma filosofia pragmática, sintetizada pela máxima de "fazer mais amigos, evitar inimigos e promover parcerias". Esta abordagem enfatiza a não interferência nos assuntos domésticos de outras nações, refletindo um compromisso com a neutralidade como pilar da estratégia geopolítica do país.

[35] A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) é um partido político oficialmente fundado em 25 de Junho de 1962, com o objetivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português. O primeiro presidente do partido foi o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, um antropólogo que trabalhou na ONU. Desde a independência de Moçambique, a 25 de Junho de 1975, a FRELIMO é a principal força política do país. Atualmente, a FRELIMO é o partido do poder no país. Todos os presidentes de Moçambique são membros da FRELIMO: Samora Machel, Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi. (dw.com: 01/04/2022)

O legado desta filosofia remonta aos primeiros passos da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) na arena internacional, cujos esforços foram multifacetados e objetivaram duas metas cruciais: em primeiro lugar, mobilizar o apoio internacional para a sua luta pela emancipação, iniciada em 1964, e em segundo lugar, denunciar e isolar o regime colonial português.

Estes objetivos foram perseguidos não apenas de forma bilateral, mas também através de uma presença ativa em organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização da União Africana (OUA).

Ao participar de tais fóruns globais, a FRELIMO e, posteriormente, o Estado de Moçambique, procuraram legitimar as suas aspirações nacionais e consolidar a sua posição no mundo.

A análise das relações diplomáticas entre Moçambique e RPC prende-se com o facto deste último ator, na sua política diplomática pelos países africanos, enfatizar a não interferência nos assuntos internos de cada um deles em nome do respeito pela salvaguarda das respetivas soberanias, no caso concreto, o respeito mútuo pela integridade territorial e soberania, não - agressão mútua, não ingerência mútua nas questões internas, igualdade e benefício mútuo, exarados nos cinco princípios da coexistência pacífica.

Convém recordar que essas relações entre os dois Estados remontam aos anos 60, época em que os movimentos de libertação africanos tentavam angariar armamentos e treino militar junto dos aliados socialistas. No caso concreto de Moçambique, a cooperação entre estes Estados na história das relações internacionais ganhou vitalidade, a partir da visita de Samora Machel, à época, presidente da FRELIMO, a Pequim em Agosto de 1971.

Atualmente, constata-se o alargamento das áreas de ação diplomática desde as infraestruturas, a defesa e segurança, onde Moçambique é também um país participante e ator fundamental do Fórum para a Cooperação China-África criado em 2000 e do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, designado por Fórum de Macau, criado em 2003 no âmbito das estratégias diplomáticas da política externa da RPC face aos países africanos, que merece a maior atenção e análise neste nosso estudo.

Por outro lado, a análise das relações diplomáticas de Moçambique com os EUA, prende-se com o facto do país, tornar-se um modelo de cooperação com os países Ocidentais, após ter aderido às condições e programas apresentados pelas instituições de *Bretton Woods* em 1984.

Moçambique liberalizou a economia, abriu o mercado, implantou uma democracia multipartidária e incorporou políticas neoliberais com o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), em 1987 e o Programa e Reabilitação Económica (PRE). No âmbito do PAE, abriu-se a economia do país aos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), realizaram-se cortes nas despesas públicas em áreas sociais críticas, como a Educação e a Saúde, e as empresas estatais e os complexos agropecuários e industriais foram privatizados. A ajuda das instituições ocidentais desempenhou um papel significativo na recuperação económica e social de Moçambique, mas também reduziu a capacidade do Governo se autogovernar.

Posto isto, pretende-se com este estudo, analisar as mudanças e a continuidade dos paradigmas da política externa e diplomacia entre Moçambique, os EUA e a RPC na promoção do desenvolvimento social e económico do país, tendo em consideração a forte dependência relativamente aos doadores tradicionais das instituições de *Bretton Woods*, nomeadamente, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como a possibilidade da RPC poder constituir uma diversificação da fonte de financiamento e do desenvolvimento socioeconómico nos últimos tempos.

Estruturalmente, o trabalho está organizado em sete capítulos. O primeiro capítulo compreende a introdução, contextualização, enumeração dos objetivos de estudo e respetivas questões, justifica-se a relevância teórica do estudo bem como as razões que motivaram o desenvolvimento da presente investigação. No segundo capítulo, é apresentado o enquadramento teórico. Aqui far-se-á a reflexão e análise dos tópicos de pesquisa que assentará na teoria da interdependência, a qual será desenvolvida de forma diversificada, no âmbito das relações internacionais, para garantir a natureza científica e académica do estudo, assim como a política externa e outros conceitos, bem como o uso e definição da diplomacia e do desenvolvimento económico, tendo como objetivo a fundamentação das áreas da pesquisa em curso.

No terceiro capítulo, examinaremos a política externa de Moçambique. O quarto capítulo discute a política externa de Moçambique para os EUA, analisando em primeiro lugar as

principais áreas de cooperação entre os dois atores (os EUA e Moçambique) e, em segundo lugar, o papel das instituições de *Bretton Woods*[36], com foco nas principais áreas e planos, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. O quinto capítulo examina a Política Externa de Moçambique para a República Popular da China (RPC); no sexto capítulo abordam-se os procedimentos metodológicos. No sétimo capítulo procede-se a análise dos dados e discussão dos resultados onde são apresentados exclusivamente os principais temas abordados, no decorrer das entrevistas, seguindo-se dos discursos dos participantes, que se enquadram nos respetivos temas e apresentam-se as considerações finais.

[36] O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, também denominado "Fórum Macau", foi criado em 2003. Definido como um mecanismo multilateral e intergovernamental de cooperação, a criação do Fórum foi estimulada pelo Governo Central da China, com a coordenação de sete países de língua portuguesa (a princípio, sem São Tomé e Príncipe) e a colaboração governamental de Macau – uma Região Administrativa Especial da República Popular da China (RAEM)
São membros do Fórum de Macau: Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O principal objetivo do Fórum Macau é contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento das relações comerciais e económicas entre a China e os seus outros membros (Fórum Macau, 2003).

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO, DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

1.1. Contextualização

A evolução da política externa e da diplomacia de Moçambique pode ser analisada em três fases distintas, cada uma marcada por complexidades geopolíticas e estratégicas que refletem tanto as dinâmicas globais quanto as particularidades nacionais. Inicialmente, a República Popular de Moçambique, estabelecida após a independência, foi profundamente influenciada pelo contexto da Guerra Fria. O regime comunista da época, caracterizado por um sistema de partido único e uma economia centralizada, procurou estabelecer alianças e parcerias estratégicas para apoiar a sua luta armada de libertação nacional. Este período estabeleceu os alicerces para as relações internacionais do país, que foram posteriormente adaptadas na segunda República de Moçambique.

Com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, Moçambique passou por uma série de reformas políticas e económicas, incluindo a transição para um sistema multipartidário e a abertura ao mercado global. A política externa do país começou a ser formulada com base em uma nova matriz de relações de poder, que envolvia tanto as nações ocidentais, como os Estados Unidos, quanto as orientais, exemplificadas pela China.

Desde 1994, Moçambique tem experimentado avanços significativos na sua democratização, bem como o surgimento de novas oportunidades económicas, como a descoberta de reservas de gás na bacia do Rovuma. Estes desenvolvimentos colocaram o país numa posição estratégica no cenário internacional, atraindo o interesse de potências globais e organizações multilaterais. A localização geográfica de Moçambique, com os seus corredores marítimos e terrestres, tornou-se um ativo geopolítico e geoestratégico, especialmente para o comércio com países vizinhos como Malawi, Zimbabwe, África do Sul e Zâmbia.

No contexto sino-moçambicano, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1975 e fortalecidas através de fóruns como o Fórum de Cooperação China-África e o Fórum de Comércio China e os Países de Língua Portuguesa. Estas parcerias têm-se concentrado nas

infraestruturas, financiamento, transporte e agricultura, contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique.

Em contrapartida, as relações entre Moçambique e os Estados Unidos são multifacetadas, envolvendo cooperação financeira e projetos de desenvolvimento liderados por Organizações Não Governamentais e agências como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A política externa norte-americana em relação a Moçambique também se concentra na promoção da democracia multipartidária e da boa governança.

Este panorama complexo levanta questões cruciais sobre a eficácia e a sustentabilidade das estratégias de política externa de Moçambique. Enquanto as relações com a China oferecem ganhos tangíveis a curto e longo prazos, a relação com os Estados Unidos é percebida como menos imediatamente lucrativa, mas potencialmente valiosa em termos de governança e desenvolvimento institucional. Este paradoxo alimenta um debate académico e político sobre os princípios subjacentes às relações internacionais de Moçambique, sejam eles alinhados ao Consenso de Washington[37] promovido pelos EUA ou aos princípios de coexistência pacífica defendidos pela China[38]. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para abordar os desafios e oportunidades que Moçambique enfrenta na sua inserção na ordem global contemporânea.

Além disso, a política externa de Moçambique também é moldada pela sua relação com organizações multilaterais como a União Africana, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e as Nações Unidas. A participação em tais organizações não apenas fortalece a posição de Moçambique no cenário internacional, mas também oferece plataformas

[37] O Consenso de Washington é um conjunto de grandes medidas, que se compõe de dez regras básicas, formuladas durante uma reunião, em Novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, baseadas em um texto do economista *John Williamson*, do *International Institute for Economy*, as novas medidas estimulavam a competição entre as taxas de câmbio, davam incentivos às exportações e previam a gestão de finanças públicas e se tornando a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990 no momento que passaram a ser "receitadas" para promover o "ajustamento macroeconómico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. Tais regras resumem-se em: Disciplina fiscal, Reordenamento nas prioridades dos gastos públicos, Reforma tributária, Liberalização do setor financeiro, Manutenção de taxas de câmbio competitivas, Liberalização comercial, Atração de investimentos diretos estrangeiros, Privatização de empresas estatais, Desregulamentação da economia e Proteção a direitos autorais.

[38] Os Princípios da Coexistência Pacífica concebidos pela República Popular da China são: Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania, Não agressão mútua, Não interferência nos assuntos internos de outros Estados, Igualdade e cooperação para benefícios mútuos e, coexistência pacífica.

para a resolução de conflitos regionais e a promoção de desenvolvimento sustentável. Estas relações multilaterais complementam e, por vezes, complexificam as relações bilaterais com as grandes potências, exigindo uma diplomacia cuidadosa para equilibrar interesses diversos.

Outro aspeto relevante é o impacto das mudanças climáticas e dos desastres naturais na política externa de Moçambique. O país é frequentemente atingido por ciclones, inundações e secas, que têm implicações diretas para a segurança alimentar, a infraestrutura e a estabilidade social. Estes desafios ambientais, não sendo a nossa questão de análise, também se tornam uma questão de política externa, pois Moçambique busca assistência internacional para mitigação e adaptação, bem como para a reconstrução pós-desastre. Tal facto, adiciona outra camada de complexidade às suas relações internacionais, pois o país precisa de negociar a ajuda humanitária e financiamento para a sua resiliência.

Por último, é crucial considerar o papel da sociedade civil e dos atores não estatais na formulação da política externa de Moçambique. Enquanto o governo central desempenha um papel primordial, as organizações não governamentais, empresas e grupos da sociedade civil também influenciam a direção e a eficácia da diplomacia moçambicana. Estes atores atuam frequentemente como intermediários ou complementam as iniciativas do governo, especialmente em áreas como direitos humanos, desenvolvimento sustentável e governança. A sua participação ativa enriquece o debate público e oferece perspetivas adicionais que podem ser vitais para o sucesso da política externa do país.

1.1.Delimitação do estudo

O período temporal deste estudo estende-se de 1975 a 2020, uma faixa de tempo que é especialmente significativa para a compreensão da política externa de Moçambique. O ano de 1975 marca a independência do país do domínio colonial português, instaurando um novo paradigma político e geopolítico. Este momento simboliza o início de uma era onde Moçambique passou a exercer a sua soberania e a estabelecer relações diplomáticas de acordo com os seus próprios interesses e necessidades.

Embora o foco seja em 1975 até 2020, é essencial também fazer uma revisão retrospetiva da década de 1960. Foi neste período que a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) assumiu a liderança do movimento de independência e começou a traçar as primeiras linhas da política externa do país. O entendimento desta fase é crucial, pois lança luz sobre a génese das relações internacionais de Moçambique, que foram moldadas em parte pela busca de apoio logístico e militar de outros países para libertar o território da presença colonial.

Quanto à delimitação espacial, esta investigação é geograficamente circunscrita à República de Moçambique. Este enfoque espacial não é aleatório, mas sim uma necessidade metodológica. Concentrar-se exclusivamente em Moçambique permite um exame mais profundo e contextualizado das complexidades inerentes à sua política externa. Ao mesmo tempo, a escolha deste país como o objeto de estudo é justificada pela sua história única e pela dinâmica das suas relações internacionais, que têm repercussões não apenas regionais, mas também globais.

Esta delimitação espacial e temporal permite um escrutínio rigoroso dos mecanismos, atores e influências que moldaram a política externa de Moçambique ao longo do tempo. Além disso, essas delimitações ajudam a focar os recursos de pesquisa e análise, tornando o estudo mais gerenciável e eficiente, sem sacrificar a sua profundidade ou significado.

1.2. Objetivos do Estudo

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar as alterações e a continuidade dos paradigmas da política externa e da diplomacia de Moçambique, particularmente no que se refere às relações com os Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC). Pretende-se avaliar até que ponto estas dinâmicas de política externa podem traduzir-se em desenvolvimento social e económico para Moçambique.

Esta investigação é especialmente relevante num contexto global em que as relações internacionais estão cada vez mais complexas e interconectadas. Com os EUA e a RPC a desempenharem papéis significativos como potências globais, compreender a sua interacção com

países em desenvolvimento como Moçambique é crucial para desvendar as estratégias geopolíticas em jogo e o seu impacto a nível nacional e regional.

1.2.2. Objetivos Específicos

Para alcançar o objectivo geral de analisar as mudanças e a continuidade dos paradigmas da política externa e da diplomacia de Moçambique face aos EUA e à RPC e o seu impacto no desenvolvimento social e económico de Moçambique, estabeleceram-se os seguintes objectivos específicos:

1º Compreender a política externa de Moçambique em relação aos EUA e à RPC, focando nos potenciais benefícios e implicações para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique.

2º Avaliar como Moçambique deve posicionar-se diplomaticamente face aos mecanismos e influências das políticas externas dos EUA e da RPC, de modo a maximizar os ganhos para o seu desenvolvimento socioeconómico.

3º Examinar os desafios que a política externa e a diplomacia de Moçambique enfrentam no que toca ao desenvolvimento socioeconómico, considerando a complexidade da relação tripartida com os EUA e a RPC.

Estes objectivos específicos permitirão uma abordagem multifacetada e aprofundada à questão em estudo, fornecendo assim um entendimento mais abrangente das relações externas de Moçambique e o seu impacto no desenvolvimento do país.

1.3. Pergunta central

Considerando o objetivo geral de analisar as mudanças e continuidades nos paradigmas da política externa e diplomacia de Moçambique face aos EUA e à RPC, bem como os objetivos específicos que incluem a compreensão, avaliação estratégica e desafios associados, poder-se-ia perguntar:

Até que ponto a evolução da política externa e dos paradigmas diplomaticas de Moçambique em relação aos Estados Unidos da América e à República Popular da China se traduzem em impactos quantitativos e qualitativos no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique?

1.4. Justificação do Estudo

A base desta pesquisa assenta numa relação que envolve uma superpotência, os EUA, e uma potência emergente no Extremo Oriente, a RPC. O facto de Moçambique estar a conhecer progressos consideráveis para o desenvolvimento propicia a adoção de relações de cooperação assentes na interdependência destes atores, dado que a sua política externa está baseada nos princípios de "*fazer mais amigos, evitar inimigos e promover parceiros*".

De acordo com os princípios básicos estipulados no Artigo 17º da Constituição da República de Moçambique, "*A República de Moçambique deve respeitar a soberania e integridade territorial, igualdade, não ingerência nos assuntos internos e reprodução de interesses*" já o 2.º parágrafo do Artigo 22º, refere que "*a República de Moçambique procura fortalecer as relações com os outros países, trabalhar para consolidar a independência nacional, a democracia, e restaurar o uso e controle da riqueza em benefício do povo do país*." Estes artigos traduzem o processo das relações internacionais de Moçambique com outros países, que também têm de ser tidos em conta no âmbito desta relação tripartida, na realização deste estudo.

A luz das alíneas a) e d) da Resolução n.º 32/2010, de 30 de Agosto, "a política externa e a diplomacia de Moçambique regem-se no âmbito bilateral e assenta no estabelecimento e desenvolvimento de relações amistosas e cooperativas, com foco na cooperação Sul-Sul, visando promover o diálogo político e diplomático, a cooperação multifacetada, tendo em consideração os interesses comuns e o benefício mútuo, com vista a promover a implementação da agenda nacional de erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável em Moçambique". A compreensão das prioridades e interesses estabelecidos na relação tripartida EUA-China é defendida neste estudo. Por outro lado, perceber os desafios inerentes a esta cooperação constitui o âmbito da análise deste estudo, por forma a aprofundar até que ponto o desenvolvimento social e económico de Moçambique é influenciado por esta relação tripartida.

É neste contexto que se pretende compreender os atores que influenciam na formulação da política externa de Moçambique, na componente de desenvolvimento socioeconómico. A cooperação Moçambique - RPC tem vindo a aumentar cada vez mais nos últimos anos, sobretudo no domínio económico e comercial. Mais do que isso, torna-se imperioso e urgente, definir que ações devem ser colocadas ao serviço da política externa, por forma a que Moçambique possa maximizar os seus interesses na relação com os dois atores e alcançar o tão almejado desenvolvimento socioeconómico.

E Moçambique, por outro lado, aposta no modelo de financiamento da RPC, por este ter a particularidade incondicional, resultante da política de coexistência pacífica defendida por este ator comparativamente ao modelo de cooperação estabelecido pelos EUA. Sendo assim, torna-se urgente e necessário examinar os modelos de cooperação que se pretendem entre Moçambique, EUA e RPC sobre a política externa e as ações diplomáticas a serem mobilizadas ao serviço da política externa, para promover o desenvolvimento socioeconómico que se pretende.

1.5. Relevância do Estudo

Face à crescente interdependência da relação tripartida Moçambique, EUA e RPC, o estudo da política externa e da diplomacia de Moçambique ganha um grande valor científico por se tratar de um país em vias de desenvolvimento e por existirem muitos desafios de investimento nestas relações. Os resultados da interação destes atores para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique são dignos de análise e compreensão a vários níveis.

Este estudo, para a comunidade académica e científica, pode constituir-se um instrumento de trabalho bastante útil, dado que se propõe agregar mais conteúdo e conhecimento para uma melhor compreensão da política externa e da diplomacia de Moçambique e a sua complexa interdependência com os EUA e a RPC.

1.7. Hipóteses de trabalho

Para o desenvolvimento do presente estudo, e de acordo com os objetivos acima elencados, foram suscitas três hipóteses que abaixo se mencionam:

H^1:

A atual abordagem da política externa de Moçambique em relação aos Estados Unidos, medida por indicadores como investimento estrangeiro direto e acordos de comércio bilateral, tem um impacto limitado no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique.

H^2:

A política externa de Moçambique em relação à RPC, avaliada por meio de métricas como investimento em infraestrutura e volume de comércio, pode promover o desenvolvimento socioeconómico que o país almeja.

H^3:

As oportunidades de cooperação entre Moçambique e os Estados Unidos e Moçambique e a RPC, medidas por parâmetros como acordos de cooperação técnica e parcerias estratégicas, estão alinhadas com os objetivos nacionais estratégicos e desenvolvimentistas de Moçambique.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. A Génese da Teoria da Interdependência e a sua relevância na Política Externa Moçambicana

A reflexão de Robertson (2000) apontou que a teoria da interdependência complexa surgiu na década de 1970, liderada por Robert Kheoane e Joseph Nye, que utilizaram esse conceito para estabelecer um paradigma analítico que transcendesse o paradigma do realismo.

Portanto, para a escola da interdependência complexa, o Estado não é o único ator importante, os atores transnacionais também ocupam um papel de destaque nas relações internacionais e a força não é o único instrumento importante para a coação e prossecução de poder, uma vez que a manipulação económica e o papel das instituições internacionais são mais importantes do que a segurança em termos de bem-estar, que é o objetivo principal.

O mesmo autor Robertson (2000, p. 186) apontou que a teoria da interdependência complexa refere-se a várias relações transnacionais complexas estabelecidas entre países, sociedades e indivíduos. Os teóricos e defensores desta teoria enfatizam que a importância dessas relações, especialmente as relações económicas, vem aumentando enquanto o uso e o equilíbrio do poder militar, que ainda existe, vem declinando.

Dessa análise, os teóricos acreditam que o declínio do poder militar, como instrumento das relações internacionais, e o aumento da interdependência económica e outras formas de interdependência transnacional, aumentarão a possibilidade de cooperação entre as nações. Parece que a atual interdependência entre os países centra-se principalmente no comércio e nos investimentos diretos e indiretos, que é o objeto de análise deste estudo.

Para Mingst (2009) a teoria de interdependência surgiu na década 70, no contexto do renascimento e do liberalismo, sob forma de institucionalização neoliberal. Os seus principais proponentes tentam responder à seguinte questão: porque é que os Estados preferem cooperar na maior parte do tempo, mesmo na condição de anarquia do sistema internacional?

Por seu turno, Leite (2011, p. 22) refere que, ao longo da década de 1970, à medida que as economias de vários países se tornaram mais integradas por meio do comércio, floresceram as

trocas entre os países no campo das tarifárias aduaneiras e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)[39]. Sobre a eliminação tarifária, após a criação do mercado de eurodólares, na década anterior, por meio de transações financeiras, a circulação de petrodólares impulsionou os investimentos, principalmente, dos americanos e europeus, na década de 1950, além do avanço dos transportes e das comunicações via satélite.

Isso conduz-nos à ideia de que a teoria da interdependência assume uma importância significativa no contexto da política externa moçambicana. Apesar da anarquia inerente ao Sistema Internacional, tanto os EUA como a RPC estabelecem relações com Moçambique numa dinâmica de auxílio mútuo, fomentando assim a cooperação entre Estados mais e menos desenvolvidos. É neste enquadramento que a presente investigação se foca na compreensão da interdependência tripartida entre Moçambique, os Estados Unidos da América e a República Popular da China.

Cada vez mais, as decisões e eventos que ocorrem num país têm um impacto significativo nos outros países. Posteriormente, os Estados começarão a enfrentar diversos problemas que extrapolam a sua jurisdição interna e não exercerão um controlo efetivo sobre eles. A natureza do sistema internacional, especialmente nos campos político e económico, foi alterada.

De acordo com Leite (2011), ao longo da década de 1970, à medida que as economias nacionais se tornavam mais integradas por meio do comércio e do florescimento das trocas entre os países, isso mostrava-se insuficiente nas premissas do realismo e do neorrealismo. Os conceitos de equilíbrio de poder, segurança nacional e sistemas de autoajuda não fornecem ferramentas analíticas suficientes para dar ordem e significado a esse fenómeno.

Pelas razões acima mencionadas, a interdependência tornou-se o método teórico mais adequado para explicar o famoso fenómeno político e económico internacional desde a década de 1970. Mais especificamente, os pressupostos relacionados às teorias tradicionais não são mais

[39] O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) foi assinado em 1947 por 23 países e entrou em vigor em 1948, com o objetivo principal de regulamentar as relações de troca internacionais de forma a trazer uma certa formalidade a este setor das relações humanas. O sistema multilateral de comércio internacional evoluiu para as chamadas "rodadas de negociações" (*Round* em Inglês, ou Ronda em Português). As negociações multilaterais (*rounds*) constituem-se num dos mecanismos básicos de que dispõe a Organização Mundial de Comércio (OMC) para promover o livre comércio mundial. Neste passo, a última rodada do GATT foi denominada de "Rodada Uruguai", encerrada em 1994 e que instituiu a OMC, em 1995. A OMC entrou em efetivo funcionamento em Janeiro de 1995 para ser o quadro institucional comum das relações comerciais entre seus membros. (Almeida, 2008).

totalmente aplicáveis às nossas vidas. Para Bedin (2003, p. 256), o conceito de interdependência significa que os custos são convertidos em recursos de poder, reduzindo a possibilidade de conflito e criando espaço para a cooperação.

A interdependência, analisada como fonte de poder, é entendida como o potencial para controlar recursos ou influenciar resultados, ou seja, atores com menor dependência nas transações possuem maior capacidade de troca do que parceiros atores fracos. Esta acepção caracteriza e fundamenta sobremaneira as relações de cooperação entre Moçambique e as duas potências político-económicas que constituem objecto deste estudo (EUA e RPC).

De um modo geral, na esfera da política externa, as negociações entre sujeitos de distintas capacidades vão muito além do simples cotejo dessas aptidões. A complexidade inerente à interdependência tece uma rede de interações mútuas, adicionando camadas de complexidade às questões internacionais. Esta perspetiva desafia a tradicional divisão entre "política de alto nível", focada em estratégias militares e assuntos diplomáticos, e "política de baixo nível", que aborda questões económicas, sociais e culturais. Ambas se interligam e são indissociáveis na atual dinâmica das relações internacionais.

Neste contexto de investigação, a nossa análise pormenorizada incide sobre as políticas em desenvolvimento nos domínios económico, social e cultural, geradas pela relação trilateral que serve de eixo a esta pesquisa. A meta é não apenas mapear a intricada rede de interações entre os vários atores, mas também decifrar os desafios e potencias que estas relações multilaterais oferecem ao desenvolvimento socioeconómico de Moçambique, que figura como um ator intrínseco e ativo neste cenário de cooperação internacional.

Consoante a visão de Nye e Kheoane (citados por Bedin, em 2003), o estudo do poder dentro do âmbito da interdependência requer uma abordagem bifocal, centrada em duas dimensões: a sensibilidade e a vulnerabilidade. A primeira relaciona-se com a capacidade de uma ação de um ator (Ator A) gerar impactos significativos em outro (Ator B). Este impacto não deve ser avaliado unicamente pelo volume de transações ou movimentos transfronteiriços, mas também pelo grau em que tais ações são capazes de induzir mudanças substanciais e ajustes na outra entidade, seja ela uma sociedade ou um governo.

Por sua vez, a vulnerabilidade ocorre quando os atores desenvolvem um conjunto de medidas para superar problemas causados por terceiros e ainda são afetados pelos custos impostos por eventos externos. Neste caso, só pode ser avaliada quando a solução criada não alterar o ambiente adverso dentro de um determinado período de tempo. Portanto, é medida pela vontade política em ampliar custos e dificuldades de suporte.

Acredita-se que, ao estudar a política externa de Moçambique é necessário analisar essas dimensões, em particular a dimensão da sensibilidade, nas relações EUA-RPC, uma vez que, o relacionamento estabelecido entre estes atores traz mudanças e ajustamentos para as outras sociedades ou governos, no caso vertente, para Moçambique.

Doughert & Pfaltzgraff (2003, p. 140), refere que "o termo interdependência é utilizado para designar as relações no sistema internacional global", a passo que para Jackson & Sorensen (2007, p. 160), a "interdependência significa que pessoas e governos são afetados pelo que acontece em todos os lugares e pelas ações de seus compatriotas em outros países, há, portanto, um maior grau de interdependência entre os países, relações transnacionais fornecer maior interdependência".

É neste contexto que para o desenvolvimento desta pesquisa, a teoria da interdependência tem uma preponderante aplicabilidade, tendo em conta os pressupostos acima discutidos por Doughert & Pfaltzgraff conjugado com o pensamento de Jackson.

2.2.Pressupostos da Teoria da Interdependência no campo das relações internacionais

De acordo com Leite (citado por Mangação, 2014), a teoria da interdependência consiste nos seguintes pressupostos básicos:

- Existem múltiplos canais de comunicação entre as sociedades, abrangendo relações interestaduais, governamentais e transfronteiriças;
- O tema da agenda internacional carece de estrutura hierárquica (a agenda internacional é ampla e diversa);
- Os países estão mais dispostos a cooperar na maioria das vezes, mesmo quando o sistema internacional está na anarquia;

- O uso da força nem sempre é o meio mais eficaz de administrar o poder, tornando-se gradativamente caro e incerto.

Segundo Bedin (2004), a teoria da interdependência surge em cenários que mudam rapidamente e tenta integrar os aspetos económicos. A teoria é baseada em três pressupostos básicos, a saber:

- Multicanal (estratégia baseada na inconveniência);
- Falta de estrutura hierárquica entre as disciplinas;
- As forças armadas não são proeminentes na política internacional.

Nesse sentido, Jackson & Sorensen (2007) apontam que a relação atual entre os países não se limita à interação entre lideranças nacionais, mas também pelos participantes com diferentes níveis de relacionamento e diferentes departamentos governamentais. Por outro lado, há um grande número de relações transnacionais entre indivíduos e grupos fora do país.

No entanto, com base em Keohane e Nye (citado por Jackson & Sorensen, 2008) a teoria da interdependência pode ser resumida da seguinte forma:

- Os atores transnacionais são cada vez mais importantes, ou seja, o Estado não é coeso e unificado;
- O poder militar é menos útil, comparativamente aos instrumentos económicos, como o comércio e o investimento;
- A segurança militar é menos importante, comparativamente com a cooperação socioeconómica.

Nesta perspetiva, a pesquisa será orientada pelos pressupostos anteriores, isto porque a relação cooperativa entre Moçambique, os EUA e a RPC, no âmbito da política externa, implica frequentemente a interação em diferentes níveis e por diferentes atores, principalmente entre países e dentro do mesmo país. As relações entre os atores são principalmente entre governos e agentes de comércio e investimento.

Por outro lado, as relações de desenvolvimento económico encontram um suporte teórico, ou seja, os atores transnacionais estão a tornar-se cada vez mais importantes no sistema internacional, os instrumentos económicos, como o comércio, os investimentos e as questões de

bem-estar, estão a tornar-se cada vez mais úteis e a interdependência é caracterizada pela ocorrência transnacional dos contactos entre empresas, ONG's e as multinacionais.

Tendo em conta a hipótese, esta teoria foi aplicada neste trabalho, pois o estudo da política externa e da diplomacia de Moçambique, na combinação das relações EUA-RPC, serve de exemplo às questões de política internacional. O trabalho analisa a ajuda da RPC na luta armada de libertação nacional na primeira República Popular e a assistência dos EUA através da intervenção das instituições de *Bretton Woods* após a implementação do plano de ajustamento estrutural.

Considerando que o *hard power* foi recentemente substituído por questões económicas, sociais e políticas, o crescimento dessas relações aumentou a possibilidade de cooperação entre países. O poder comercial desempenha um papel importante na expansão da RPC para a África, no Sul, e os EUA, no Norte.

Considerando o acima exposto, acredita-se que a teoria da interdependência relaciona-se com o objeto de estudo em análise, tendo em conta a situação atual do continente africano, caracterizada pelo surgimento de novas economias emergentes no início do século XXI, em especial da RPC, aliada à manutenção do forte protagonismo dos países do Norte. Neste contexto, os atores propõem como alternativa a cooperação e a busca de apoio.

Porém, de acordo com as principais críticas feitas por Waltz (citado por Leite, 2011), a interdependência ignora os seguintes aspetos: cada pessoa é insegura quanto às intenções e ações do outro e depende do medo. Esses aspetos, relacionados com a estrutura anárquica do sistema internacional podem ser vistos pelos neorrealistas como obstáculos à cooperação.

Como a interdependência defende a cooperação, a teoria neorrealista fórmula críticas na forma de oposição, colocando a autoajuda acima da cooperação a partir do seguinte argumento: na ausência de autoridade superior, o Estado é entendido como um ator racional, que age de forma independente, perseguindo os seus interesses. As tensões recorrentes e conflitos de autoajuda são a lei, sendo que a cooperação é a exceção.

Para Keohane (citado por Leite, 2011), um dos proponentes da interdependência refutou a crítica do neorrealismo com o seguinte argumento: a cooperação não é automática, não decorre

da mera existência de interesses comuns e requer ajustamentos comportamentais em função das preferências reais ou esperadas pelos outros atores. Para o autor (citado por Leite, 2011), a cooperação não significa ausência de conflitos, mas uma forma de superar conflitos reais ou potenciais, o que constitui uma coordenação movida pelo interesse mútuo.

2.3. Discussão Conceptual

Após esta breve exposição teórica, é possível destacar os conceitos-chave que trespassam a pesquisa empreendida. Estes, serão definidos para que a sua compreensão possa ajudar a resolver possíveis ambiguidades. Os conceitos-chave são: política externa, diplomacia, desenvolvimento socioeconómico.

2.3.1. Política Externa

Para Sousa (2005), a política externa é uma atividade que atravessa a fronteira de dois ambientes, interno e externo. A ação da tomada de decisão política está na interseção desses dois meios, portanto, os interesses e as oportunidades de ambos devem ser administrados.

O ambiente doméstico ou interno constitui o pano de fundo no qual se traçam as diretrizes da política externa, portanto, é importante considerar alguns fatores do ambiente interno, como os recursos do país, a situação geopolítica e o nível de desenvolvimento: economia, estrutura demográfica, valores básicos da população e ideologia dominante.

O ambiente externo ou internacional constitui o meio para a implementação da política externa. A implementação da política externa de um país envolve outros atores e suas reações. Portanto, a tomada de decisões políticas deve considerar os interesses do meio ambiente e a capacidade de prever a reação dos outros intervenientes.

Na definição da política externa de um país, as relações entre os países devem considerar interesses importantes como a paz, segurança e bem-estar (política de alto nível), bem como questões quotidianas (política de baixo nível), atribuídas à diplomacia.

Tradicionalmente, a tomada de decisão da política externa baseia-se no cálculo entre os prós e os contras dela resultantes, e o centro decisório opera como um todo unificado.

Do lado nacional, a implementação da política externa requer o uso de vários meios, como as capacidades económicas e militares. No que diz respeito à política de alto nível, as ferramentas militares são tradicionalmente consideradas as mais importantes.

Recentemente, os meios económicos e tecnológicos ganharam relevância, em resultado do aumento da interdependência entre os países, bem como, resultado de questões que envolvem o uso ou a mera ameaça do uso da força.

A prossecução dos interesses nacionais, na política externa, depende também da qualidade diplomática, preparação, capacidade de negociação e determinação dos seus diplomatas.

A política externa depende fundamentalmente do ambiente doméstico e relaciona-se com questões de recursos nacionais, de localização geográfica, de níveis de desenvolvimento económico e questões ambientais, tendo em conta os interesses do ambiente interno nesta relação para assegurar o desenvolvimento socioeconómico.

Dias (2010) define a política externa como um conjunto de decisões, políticas e ações do governo, que de certa forma criam uma doutrina específica, coerente e permanente, e projetam-se no ambiente internacional para atender às necessidades do país, refletindo essas necessidades.

Acrescenta, que a política externa é a forma como os países tratam as relações mútuas, como parte integrante do sistema internacional, interagindo de diferentes formas, tendo a cooperação e o conflito como fronteira.

Weber e Smith (citado por Noa, 2007) definem a política externa como os objetivos perseguidos pelo Estado e pelo governo no âmbito das suas relações com o meio externo, valores e decisões adotadas. As ações são direcionadas no sentido dos interesses nacionais. Estas ações e decisões, no processo de formulação e implementação da política externa, são afetadas por fatores internos e externos, tornando assim a análise da política externa multidimensional.

Conforme Magalhães (2005), a política externa é intrinsecamente distinta da política interna, constituindo o espectro de ações de um país além de suas fronteiras geopolíticas. Nesta perspetiva, a "política externa" não é apenas um subconjunto da atuação de uma nação; ela é uma categoria própria, com objetivos definidos em relação a outros Estados ou agrupamentos de Estados.

Em termos teóricos, a política externa se configura como uma faceta específica da política internacional. Ela compreende um conjunto de decisões e ações tomadas por um país em relação a agentes externos. Enquanto a política internacional abrange uma teia complexa de interações entre diversos países, nosso foco de pesquisa é mais específico: examinar a relação trilateral entre Moçambique, Estados Unidos e República Popular da China, com ênfase nos desafios e complexidades emergentes dessa dinâmica.

Dias (2010) destaca a importância de coerência e continuidade nas políticas externas, elementos que encontramos relevantes para a contextualização da nossa pesquisa. Sobretudo, estes princípios iluminam a abordagem adotada por Moçambique desde a instauração de suas relações internacionais. A orientação da política externa moçambicana tem consistentemente visado expandir o seu círculo de amizades diplomáticas e minimizar adversidades, tudo com o intuito de avançar seus interesses tanto no cenário internacional como no doméstico.

2.3.2. Diplomacia

Magalhães (citado por Sousa, 2008) apontou que a diplomacia é a atividade de um país em relação a outros países. É uma das instituições básicas do sistema internacional e um dos instrumentos de política externa utilizado nos governos de diversos países. Serve para estabelecer e desenvolver contactos plurilaterais pacíficos, por meio de intermediários mutuamente reconhecidos entre as partes.

Marie-Claude (citado por Novais, 2014), considera que não existe uma definição universalmente aceite de diplomacia. Porém, ela pode ser definida na perspetiva da "*Ordem internacional*" que assume a diplomacia como "a conduta pacífica das relações entre as entidades políticas". Nesta perspetiva, é vista como o recurso mais barato comparativamente ao

uso da violência e mais casual do que o uso da arbitragem, tornando essa abordagem uma opção *política propícia ao diálogo*.

Segundo Mary (2005), numa perspetiva "*realista",* a diplomacia é definida pela lógica da competição entre os países, sendo uma ferramenta da política externa, ou seja, a arte de defender os interesses nacionais. Na constante troca de informações entre pessoas e países, o seu objetivo consiste em mudar a forma de pensar e de agir do "outro", sendo por isso considerado pelo Estado um importante meio de persuasão.

Dias (2010, p. 119) "define diplomacia como as ações realizadas por um país para atingir os objetivos traçados na sua política externa, considerando-se o meio tradicional e normal de interconexão entre países, diretamente ou através de organismos internacionais". Posto isto, o conceito de diplomacia proposto por Dias foi adotado, no presente trabalho, por se considerar o mais adequado tendo em conta os objetivos deste estudo.

2.3.3. Desenvolvimento socioeconómico

Com o tempo, o desenvolvimento socioeconómico tornou-se objeto de muitas discussões, pois, parece estar intimamente relacionado com o crescimento económico (questões quantitativas), ao mesmo tempo que ignora a satisfação das necessidades básicas, o bem-estar social, os hábitos e a cultura populacional.

Na reflexão de Sousa (1999, p. 64), "o desenvolvimento socioeconómico representa uma série de melhorias económicas, tecnológicas, sociais ou culturais que podem produzir melhor bem-estar. Nesta reflexão, encontra-se apresentada a componente de mudança, que inclui questões culturais e de bem-estar, traduzindo os aspetos qualitativos subjacentes ao desenvolvimento socioeconómico".

Capul (2005, p. 69) "destaca o desenvolvimento socioeconómico como um indicador que avalia as mudanças socioeconómicas, pois, este desenvolvimento abrange uma série de mudanças de ordem tecnológica, social e cultural que permitem o surgimento e manutenção do crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida." Num outro desenvolvimento, Capul

(2005, p. 70) “define o desenvolvimento económico como o conjunto de transformações técnicas, sociais e culturais que permitem o crescimento da economia de uma sociedade”.

Nesta visão, Capul (2005) atribui ao desenvolvimento socioeconómico uma importância primordial como motor do crescimento econômico sustentado. O objetivo é muito mais do que apenas estimular a economia; trata-se de criar um ambiente propício para o florescimento tanto social quanto inovador. Elementos como meios de produção, fatores produtivos e acumulação de conhecimento não são apenas instrumentos para o crescimento econômico, mas também catalisadores para avanços sociais significativos.

No contexto da tríade diplomática entre Moçambique, Estados Unidos e República Popular da China, optamos por utilizar a definição de desenvolvimento socioeconómico fornecida por Capul (2005). Esta abordagem vai além da simples mensuração quantitativa e engloba um espectro mais holístico. Segundo Capul (2005), o verdadeiro indicador de desenvolvimento não está apenas em números, mas também na melhoria tangível das condições de vida dos cidadãos. Esta perspetiva é especialmente relevante para Moçambique, onde o desenvolvimento socioeconómico tem o potencial de atender a necessidades básicas e, consequentemente, reduzir os índices de pobreza.

Assim, o nosso estudo não se limita a uma análise superficial ou puramente económica das relações exteriores de Moçambique. Procuramos uma avaliação mais profunda que considere o bem-estar da população como indicativo de sucesso. Ao adotar esta abordagem, aspiramos fornecer insights mais abrangentes sobre como a diplomacia e a política externa podem servir como ferramentas eficazes para alcançar um desenvolvimento socioeconómico genuíno em Moçambique.

CAPÍTULO III

POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE

O capítulo que agora se vai iniciar examina a política externa de Moçambique, identificando os fatores internos e externos que determinam o seu processo de formulação ao longo do tempo. Como afirmam Abrahamson e Nilsson (1994), embora os fatores externos desencadeiam reações locais e dificultam o desenvolvimento interno, a estrutura interna de poder, nos níveis nacional e local, também determina a intensidade e a influência desses fatores.

A recusa do governo colonial português em aplicar a Resolução 1514 da *Organização das Nações Unidas* (ONU) sobre os direitos de autodeterminação e independência dos povos, o apoio de Portugal e dos países da *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (NATO) e os conflitos ideológicos inerentes à Guerra Fria são todos fatores relevantes. Outros fatores, como as escolhas políticas e económicas adotadas pelo movimento de libertação após a chegada ao poder de Moçambique independente, e a proximidade do país com os regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul, também influenciaram o movimento de libertação e as decisões de política externa do governo.

Tomamos a definição de política externa adotada por Neack (2008, p. 9) como sendo aquela que melhor traduz o significado que pretendemos desenvolver neste estudo. Para o autor, "a política externa é um guia para as ações realizadas além-fronteiras nacionais para promover os objetivos nacionais", portanto é um procedimento que serve como guia do comportamento e visa atingir os objetivos que a organização se propôs. Verificamos que a definição proposta por Gerner (1995) é igualmente útil, segundo a qual a política externa é "as intenções, afirmações e ações de um ator (geralmente, mas nem sempre um país) contra o mundo exterior, e as respostas de outros atores a estes". A definição de "intenções, declarações e ações" complementa a definição anterior, considerando que além do Estado, existem outros atores envolvidos na formulação e implementação da política externa, como organizações da sociedade civil, movimentos e organizações não-governamentais.

Segundo Neack (2008), a complexidade da representação da política externa tem sido reconhecida por alguns estudiosos da área pelos seguintes motivos:

- A política externa é formulada e implementada num ambiente doméstico e internacional complexo;
- A política externa tem origem no trabalho de aliança de atores e grupos nacionais e internacionais interessados;
- As questões de política externa são frequentemente inter-relacionadas e desconectadas, refletindo os pontos fortes de todas as partes e suas preocupações particulares;
- As questões de política externa têm origem nas questões de política interna e relações externas;
- A análise da política externa precisa ser realizada em todos os níveis e aspetos para lidar com as fontes complexas e a natureza da política externa.

Segundo o mesmo autor Neack (2008, p. 9), "a pesquisa de política externa pode ser conduzida nos níveis individual, nacional e de sistema". O nível de análise pessoal centra-se nos tomadores individuais de decisão, como tomam decisões, quais as suas opiniões e mal-entendidos e como interagem em grupos e na alta administração. Na análise a nível nacional, são estudados os fatores sociais e governamentais que ajudam determinados países a fazer políticas externas. O autor descreveu o nível sistemático de análise e formulação da política externa, como:

> "A questão geoestratégica da tendência de poder do Estado ou região, ou a questão do Estado agindo por meio de uma organização internacional, são colocadas no nível da análise do sistema. A análise em nível de sistema explora relações bilaterais (país a país), assuntos regionais e globais e interações multilaterais entre países. Neste nível, também consideramos o papel desempenhado por organizações regionais e internacionais e atores não estatais, como organizações não-governamentais multinacionais (ONG's) que têm uma influência direta na política externa do país." (Neack, 2008, p. 11).

Tendo em conta os aspetos conceptuais anteriores, é necessário salientar que, ao analisarmos a política externa de Moçambique, procuramos visualizar os fatores internos e externos determinantes à data da sua formulação. De referir ainda que a análise é maioritariamente de nível nacional, embora durante o período anterior à independência, a

FRELIMO através dos seus dirigentes nomeadamente Eduardo Mondlane e Samora Machel e mais recentemente, Joaquim Alberto Chissano, Armando Emílio Guebuza e Filipe Jacinto Nyusi, tornou-se protagonista da política externa do país.

Para Lhalbahadur e Otto (2013), o cerne do quadro conceptual da política externa de Moçambique é o não-alinhamento, que tem facilitado o seu entendimento, escala e restrições, estratégia essa que lhe permite responder com flexibilidade aos desafios no cenário internacional. Aos olhos desses autores, essa abordagem é em parte resultado do pragmatismo adotado pelo primeiro líder da FRELIMO, Eduardo Mondlane. Segundo estes autores, a consistência do não-alinhamento na política externa de Moçambique iniciou-se com o Terceiro Congresso da FRELIMO realizado em 1977, ou seja, dois anos após a independência, onde foi adotado oficialmente este princípio, como consta do primeiro livro branco de política externa e cooperação internacional lançado em Junho de 2010, que descreve a estratégia de "fazer mais amigos e construir mais parcerias".

Vale a pena salientar que a política externa de Moçambique passou por diferentes fases, desde o período da luta armada de libertação nacional, onde a FRELIMO, no seu Segundo Congresso de 1968, traçou a linha principal, até ao período pós-independência e todo o processo e dinâmica entre a independência até aos dias de hoje.

A luta de libertação em Moçambique divide-se em duas fases correspondentes aos períodos em que o movimento (FRELIMO) foi liderado por Eduardo Mondlane e Samora Machel. A proclamação da independência nacional determinou uma oportunidade para a FRELIMO ganhar poder político, iniciando a construção do Estado de Moçambique e adotando uma política externa fortemente determinada pelos constrangimentos da Guerra Fria e pela existência de duas minorias étnicas fortemente hostis perto de Moçambique.

A guerra desestabilizadora que evoluiu para uma guerra civil contribuiu largamente para a manutenção da aliança estratégica do governo moçambicano, situação que mudou drasticamente em meados da década de 1980, com a adesão de Moçambique às instituições de *Bretton Woods* (BM e FMI).

Esta mudança determinou também o início de uma nova abordagem de política externa, igualmente afetada pelos acontecimentos na região, nomeadamente, o fim do Apartheid na

África do Sul e o fim da Guerra Fria, no final dos anos 1980. Estes acontecimentos contribuíram para a instabilidade económica, política e militar de Moçambique e o fim da guerra civil, que durante 16 anos, destruiu o país, deu origem a profundas mudanças internas e externas que levaram ao que chamamos de política externa contemporânea de Moçambique.

Assim, pode dizer-se que, durante a luta de libertação nacional, a FRELIMO adotou a política da diplomacia (*soft power*) para garantir o sucesso na luta anticolonial recebendo o apoio dos países ocidentais reunidos na NATO. Ao mesmo tempo, a FRELIMO procurou estabelecer aliança informal entre o regime português e os regimes minoritários existentes na região, ou seja, África do Sul e Rodésia (actual Zimbabwe).

Com a proclamação da independência nacional, o governo moçambicano continuou a prosseguir uma política externa com vista à conquista da soberania, enfrentando guerras e rebeliões internas com influências da Rodésia e da África do Sul para desestabilizar o país. Essa situação só se alterou com as profundas mudanças ocorridas na região e a nível mundial, com o colapso do sistema de Apartheid e o final da Guerra Fria no final da década de 1980.

Assim, com o fim da Guerra Civil, o governo moçambicano e o movimento da resistência nacional moçambicana, assinaram o *Acordo Geral de Paz* (AGP)[40] em Roma a 4 de Outubro de 1992. Este período caracteriza-se pela necessidade de consolidar a paz no país e trazer estabilidade, aumentar a participação e integração na região e o apoio da comunidade de doadores. Na próxima fase, o foco muda ligeiramente para a diversificação e mobilização de apoio internacional para atrair investimento direto estrangeiro para mineração, indústria e agricultura, que são os pilares da economia nacional, a fim de responder aos vários desafios de desenvolvimento nos países em desenvolvimento.

3.1. Acontecimentos importantes da diplomacia da FRELIMO na luta armada de libertação nacional

Esta secção examina a ação externa do movimento de libertação, que constitui a origem da política externa que Moçambique continua a exercer após a conquista da independência

[40] Acordo Geral de Paz foi assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992, pelo então presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e da Renamo, Afonso Dhlakama, e por representantes dos mediadores, a Comunidade Santo Egídio, da Itália, pondo o fim a 16 anos de Guerra Civil. (Boletim da República de Moçambique, publicado a 14 de Outubro de 1992)

nacional. Na verdade, são ações de política externa realizadas por entidades quase-estatais, mas preferimos tratá-las como ações diplomáticas, para não entrar em conflito com os conceitos clássicos de política externa, que alguns estudiosos defendem que sejam do domínio exclusivo de Estados soberanos.

Cabe destacar que, nesse contexto, a FRELIMO adotou uma política externa em defesa da autonomia e pelo não-alinhamento, além de manter relações privilegiadas com países socialistas durante a luta armada de libertação nacional. Neste contexto, estabeleceu relações de cooperação com países não-alinhados, especialmente Egito, Argélia, Tunísia, Zâmbia e Tanzânia, que forneceram o primeiro lote de armas e treino para os guerrilheiros da FRELIMO. Com a intensificação da guerra, os países socialistas dominados pela RPC e pela URSS tornaram-se os principais aliados para questões de natureza financeira, militar e diplomática, o que contrasta fortemente com o apoio maciço prestado pela NATO ao regime colonial português. Essa estratégia de aliança contribuiu para a radicalização da FRELIMO aproximando-a dos países do terceiro mundo, considerados progressistas e socialistas, que passaram a apoiar a sua luta contra o colonialismo.

Por sua vez, o Ocidente apoiou a manutenção do *status quo*, com exceção dos países escandinavos que apoiaram o movimento de libertação (Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e Finlândia). No entanto, a maioria das sociedades civis nos países ocidentais, incluindo os EUA, o Reino Unido e a República Federal da Alemanha, apoiaram a luta de libertação nacional em Moçambique.

No entanto, a FRELIMO seguiu uma política autónoma, não-alinhada, livre de pressões externas, de forma a maximizar as suas opções para atingir os seus verdadeiros objetivos em Moçambique. Portanto, durante toda a luta de libertação nacional, recusou a envolver-se na cisão sino-soviética, embora ambos os países socialistas tivessem pressionado para que ficasse do seu lado.

De referir que as características do colonialismo português bem como o apoio dos países ocidentais às forças coloniais têm uma forte influência na compreensão do enquadramento da política externa da luta de libertação nacional e determinaram fortemente a política externa moçambicana. Por outro lado, como Abrahamson e Nilsson (1994) argumentaram, o *status*

geopolítico de Moçambique, tendo em conta África do Sul e Rodésia, dois países vizinhos dirigidos por minorias étnicas brancas, constitui um fator-chave na determinação da política externa da FRELIMO.

É de salientar que os grandes esforços da liderança da FRELIMO, para colocar a sua luta anticolonial fora do contexto de confronto ideológico entre Oriente e Ocidente, foram determinantes nas opções de política externa do país. As restrições inerentes ao contexto da Guerra Fria foram o fator decisivo na decisão da FRELIMO para a política externa de Moçambique no período pós-colonial.

3.2. Diplomacia da FRELIMO sob a liderança do Dr. Eduardo Chivambo Mondlane (1961-1969)

Segundo Brito (1991), durante a luta armada de libertação nacional, a FRELIMO enquanto líder e protagonista, concorreu com o regime colonial português e exigiu soberania sobre parte dos seus territórios libertados, tendo desenvolvido atividades diplomáticas ativas. Era um movimento liderado por um ex-professor universitário dos EUA e ex-funcionário da ONU, Eduardo Chivambo Mondlane. Este facto forneceu ao movimento uma importante visão estratégica para a política externa do país após a independência.

Como funcionário da ONU e professor universitário, que tratava de questões relacionadas com a descolonização, Mondlane estava ciente das dificuldades que o sistema colonial português impunha ao povo de Moçambique. Em primeiro lugar, procurou persuadir o governo português a mudar a sua política em relação a Moçambique de forma pacífica, usando conhecimentos e experiências do seu trabalho nas Nações Unidas para estabelecer contatos com pessoas de todas as esferas, incluindo diplomatas portugueses, alguns dos quais tentaram influenciar positivamente a decisão do governo português sobre as suas colónias em África.

Neste contexto, estabeleceu uma relação cordial com Adriano Moreira, que veio a tornar-se, mais tarde, ministro do ultramar do governo português, responsável pela implementação, de uma reforma, que na altura foi considerada ousada, embora não tendo alterado a relação política e social colonizador-colono. Em Moçambique, outros diplomatas portugueses com quem Mondlane estabeleceu contacto durante as suas missões diplomáticas junto das Nações Unidas,

incluíam Franco Nogueira, José Manuel Fragoso, Teixeira Pinto e outros que desempenharam um papel importante no governo português da época.

De acordo com Chissano (2019), Eduardo Chivambo Mondlane não acreditou que um acordo negociado com Portugal garantiria três condições básicas para a futura independência de Moçambique, a saber:

> Em primeiro lugar, evitar uma guerra que sacrificaria as suas vidas e traria sofrimento aos seus compatriotas moçambicanos e ao povo português que amava e com quem se tornou amigo; em segundo lugar, impedir que a questão da independência de Moçambique fosse incluída na Guerra Fria, quando Moçambique e Portugal nada podiam fazer a esse respeito, arrastando assim a invasão das grandes potências; em terceiro lugar, dar tempo e paz a tarefas que considera prioritárias, e criar um grande número de elites intelectuais moçambicanas, que podem não só lançar guerras, mas também tolerá-las quando necessário, sendo uma forma progressiva de administrar um país. (Jesus, 2010, p. 101)

Da análise de Jesus (2010) a partir desta estratégia de Mondlane, pode notar-se que ele mantinha atividades diplomáticas globais para ganhar a simpatia do mundo exterior e garantir a independência ideológica da luta. Para Mondlane, os EUA desempenhavam um importante papel na resolução dos problemas das ex-colónias portuguesas, atuando como mediador entre o governo português e o povo africano. Por esse motivo, após a visita de Mondlane a Moçambique, no início de 1961, este manteve vários contactos com o Departamento de Estado e apresentou um relatório que teve um impacto significativo no governo norte-americano.

O relatório intitulado "O Estado de Moçambique" levou as autoridades norte-americanas a emitir um documento secreto contendo recomendações importantes, das quais se destacavam: o envio de um alto quadro a Lisboa para "convencer" Portugal a aceitar a autodeterminação de princípios de Moçambique e fazendo *lobby* no Subcomité Africano do Conselho da NATO.

Outras medidas propostas no documento norte-americano incluem o uso do Conselho de Segurança para induzir Portugal a mudar de atitude; preparar-se para o eventual reconhecimento do governo provisório angolano; e solicitar a ajuda do Reino Unido, da França, do Vaticano, do Brasil e da Espanha.

Segundo Chissano (2019), Mondlane acreditava que a vantagem dos EUA residia nas relações amistosas que estes mantinham com Portugal, com muitos tratados de amizade e assistência mútua. Por outro lado, as colónias portuguesas em África não pareciam ter tanto interesse económico para os EUA quanto para outros países ocidentais, o que as tornavam menos suscetíveis a quaisquer sanções económicas impostas a Portugal. Além disso, o facto de ambos pertencerem à NATO, podia contribuir para a resolução do conflito colonial através da mediação. Outro fator importante no papel dos EUA como mediador entre Portugal e suas colónias africanas é a dependência económica e militar de Portugal face aos EUA.

Na verdade, de acordo com Jesus (2010, p. 125), o poder militar de Portugal dependia quase totalmente dos EUA tendo recebido cerca de 17 milhões de dólares em assistência militar em 1960, ao mesmo tempo, Portugal recebeu também 25 milhões de dólares em ajuda ao desenvolvimento económico. Estes são alguns dos fatores que representam os laços entre os dois países e que podem promover a resolução pacífica e negociada das colónias portuguesas em África.

Para atingir este objetivo, Mondlane manteve boas relações com a administração Kennedy, no início dos anos 1960, e foi recebido por figuras importantes do Departamento de Estado, incluindo Secretário de Estado Adjunto, Conselheiro de Segurança Nacional, e recebeu apoio financeiro da Fundação Instituto Ford de Atividades de Moçambique, fundada pela FRELIMO na Tanzânia. Este apoio foi posteriormente interrompido pelos frequentes protestos do governo português contra os países que apoiaram a resolução.

A estratégia dos EUA para a colónia portuguesa em África foi implementada em 1962, quando o Secretário de Estado americano Dean Lasker se reuniu com o ministro brasileiro Santiago Dantas. Alguns chegaram mesmo a sugerir o estabelecimento de uma "comunidade Lusitânia", incluindo Portugal, Brasil e outros territórios portugueses em África. No entanto, apesar dos enormes esforços diplomáticos de Mondlane, para negociar um acordo para a independência de Moçambique, esses esforços não tiveram sucesso. Foi neste contexto que, em 1964, “convencido de que tinha esgotado todas as possibilidades do diálogo, optou pela luta armada, sempre fiel ao objetivo fundamental de não deixar que a luta pela independência de Moçambique ficasse na guerra fria” (Chissano, 2019, p. 131).

É importante notar que, ao contrário de outros movimentos de libertação compostos por governos no exílio, este movimento (FRELIMO) ganhou o reconhecimento de instituições internacionais, como as Nações Unidas e a Organização da União Africana (OUA), através do seu primeiro presidente, Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, que persistiu em ser o governo legítimo das áreas libertadas e estabeleceu, nesta qualidade, relações de amizade com muitos países e organizações internacionais.

A FRELIMO adotou uma estratégia revolucionária de luta armada de longo prazo e promoveu a implantação das estruturas económicas e sociais necessárias à sobrevivência da população nos territórios sob o seu controlo. Foi estabelecido um comité executivo para o governo das áreas libertadas, criando escolas, hospitais e instituições de gestão territorial à medida que a luta armada se desenvolvia. A FRELIMO é assim um movimento quase estatal que apela à determinação da política externa de Moçambique enquanto o governo português implementa a sua política colonial. No segundo Congresso da FRELIMO, realizado na província de Niassa, no norte de Moçambique, em Julho de 1968, foram delineadas as diretrizes da política externa de Moçambique, concretizadas através de ações diplomáticas realizadas por este movimento e que foram aceites pelas organizações internacionais, especialmente aquelas que eram consideradas mais progressistas.

Durante a luta de libertação nacional, a FRELIMO tornou-se membro de várias organizações internacionais, incluindo: a Conferência da Organização Nacionalista Colonial Portuguesa; a Organização da Unidade Africana; a Organização de Solidariedade Asiático-Africana e Latino-Americana e a Comissão Mundial para a Paz (Mondlane, 1975).

Segundo Christie (2010), as políticas adotadas por Eduardo Mondlane ainda fazem parte da estrutura diplomática da FRELIMO. Esta política é "fazer mais amigos e menos inimigos", o que significa encontrar aliados em qualquer lugar, desde que seja para diminuir o apoio internacional de Portugal. Mondlane descobriu que a única fonte de armamento e treinamento militar da Frente de Libertação de Moçambique eram os países socialistas e os países africanos. Ele conseguiu romper a divisão sino-soviética e obter o apoio de Moscovo e Pequim (atual Beijing).

> Mondlane desenvolveu intensas atividades diplomáticas durante seu mandato como presidente da Frente de Libertação de Moçambique, tendo visitado a China em 1963, que foi considerada sua primeira grande visita fora dos Estados Unidos. Como dizia Jesus (2010), naquela época, a China ganhou expressão geoestratégica própria no confronto com a União Soviética e nas difíceis relações com os Estados Unidos da América, tornando-se um dos três maiores atores nacionais do mundo. [...] e prestar assistência a África no quadro geral da sua política externa.

Esta reconciliação com a RPC é vista como resultado da tentativa falhada de Mondlane em negociar um apoio com a forte participação dos EUA. Esses esforços foram particularmente intensos durante a administração Kennedy, mas em geral, todos falharam, porque o interesse dos EUA em estabelecer uma base da NATO nos Açores após a Segunda Guerra Mundial, de grande importância estratégica para o controlo da Europa, tornou difícil, aos EUA, uma tomada de posição firme em relação ao seu aliado Portugal. Como estratégia, Mondlane visitou regularmente os EUA, entre 1961 a 1962, onde apresentou as suas ideias geoestratégicas e manteve contactos com outros nacionalistas africanos, como Bourguiba da Tunísia e Holden Roberto de Angola.

Segundo Jesus (2010), os nacionalistas africanos expressaram a sua preocupação em que a URSS se tornasse a nova potência colonial do continente africano, o que tranquilizou os americanos que compartilhavam o mesmo medo.

Na RPC, Mondlane manteve contactos e "conversas amigáveis" com pessoas importantes, como o vice-presidente chinês Dong Biwu, o vice-presidente Song Guo Qinglin o chefe do Instituto de Relações Exteriores da RPC e o vice-diretor do Departamento Africano do Ministério das Relações Exteriores da RPC, Xie Feng.

O principal objetivo dessa visita de Mondlane à China, em 1963, era permitir que o país entendesse a existência e os objetivos de Jiefang e garantisse a futura assistência e treino militar desde o início, caso a primeira opção de negociação falhasse. É importante notar que, segundo Jesus (2010), nos anos seguintes, Mondlane, repetiu muitas vezes, tanto nos Estados Unidos como em Londres, que a Frente de Libertação de Moçambique não estava apenas fora do âmbito

da Guerra Fria, mas também no âmbito do problema da China - União soviética. A FRELIMO recebe ajuda de quem a concede. O objetivo é apenas derrubar o colonialismo português.

Mondlane visitou também o Norte de África, nomeadamente Argélia, Tunísia e Egito. Estes países deram-lhe diversos apoios para a implementação da sua estratégia de combate, sendo os EUA o outro "vértice" deste triângulo. A Tunísia de Bourguiba forneceu apoio político, diplomático e financeiro, a Argélia forneceu apoio para treino militar e o Egito, devido ao seu papel pró-soviético, manteve a sua estratégia de neutralidade, segundo Jesus (2010).

Desde 1963, a FRELIMO abriu um escritório de representação chefiado por João Munguambe na Argélia e forneceu treino militar para o primeiro lote de guerrilheiros do movimento. Em Argel, foi também criado um centro de pesquisa moçambicano que foi posteriormente encerrado por ordem de Mondlane. Em 1967, Mondlane contactou com o Coronel Bumedin, a primeira figura militar do Exército de Libertação Nacional encarregada pelo treino dos guerrilheiros, no âmbito da cooperação do país com a FRELIMO.

A Tunísia foi outro país do Norte de África visitado por Mondlane, que prestou apoio no fornecimento de armas e na assistência diplomática, financiando passagens aéreas e emitindo passaportes para líderes do Movimento de Libertação Africano, incluindo Eduardo Mondlane.

Durante a presidência de Mondlane, os países africanos que apoiaram a FRELIMO foram: Tanzânia, Argélia, Tunísia, Guiné e Egito. Na Ásia, Índia, China, Iraque e Síria, foram apontados por apoiarem Jiefang e, na Europa, a Checoslováquia recebeu uma atenção especial. Mondlane também mencionou os EUA, Canadá e países escandinavos, mas nestes casos, deu mais valor à ajuda de organizações não-governamentais.

Com efeito, Chissano (2019), afirma que no âmbito da sua campanha diplomática, Mondlane visitou os países nórdicos (Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e Finlândia) sendo a Suécia o país que constituiu maior fonte de apoio à FRELIMO, particularmente, depois da interrupção do apoio da Fundação Ford ao Instituto Moçambicano, na sequência dos protestos apresentados à administração americana pelo governo português. Relações pessoais amigáveis que Mondlane mantinha com Olof Palme, então Ministro sem Pasta e que veio a ser o Primeiro-Ministro da Suécia, bem como o posicionamento do governo e do parlamento suecos,

contribuíram para o sucesso da campanha diplomática de Mondlane nos países nórdicos, em geral.

Vale a pena recordar que a Suécia é o país onde Janet Mondlane, esposa de Mondlane, tem raízes familiares, o que terá contribuído para a adoção de uma atitude bastante proativa daquele país em relação ao projeto de Mondlane para Moçambique. Com efeito, o Instituto Escandinavo de Estudos Africanos, cujo Presidente era o Reitor da Universidade de Uppsala, o Prof. Torgny Segerstedt, concedia bolsas de estudo para Moçambique desde 1964 (Jesus, 2010).

Mondlane ministrou palestras em universidades e outras instituições de ensino suecas, independentemente dos protestos de Portugal junto do governo daquele país e, em geral, junto de todos os países visitados por Mondlane. Neste contexto, participou, em Abril de 1966, como observador, na Décima Reunião da Internacional Socialista realizada na Suécia e nas diversas reuniões e manifestações que a rodearam, tendo concedido entrevistas inéditas. Nesta ocasião, Mondlane teve a oportunidade de interagir com importantes personalidades políticas da época, entre os quais o Primeiro-ministro sueco Tage Erlander, Harold Wilson da Grã-Bretanha, Willy Brandt da República Federal da Alemanha, Henri Spaak da Bélgica, Gui Molet da França, Bruno Kreisky da Áustria, Golda Meier e outros (Jesus, 2010). Na sessão de encerramento do Congresso da Internacional Socialista de Uppsala, Mondlane refere:

> Certos governos que se encontram nas mãos dos socialistas e membros da Internacional Socialista continuam, no quadro da NATO, a fornecer armamento a Portugal utilizado na repressão contra os negros das colónias. Como podem vocês chamar-nos "camaradas" e convidar-nos a nos juntarmos a vós, contra a opressão e a exploração, quando muitos de vós equipam o nosso inimigo através do armamento que ele necessita para nos destruir (Jesus, 2010).

Tratava-se, pois, de uma crítica inserida na visão realista que Mondlane tinha da política internacional e uma denúncia a vários governos que, através da NATO, apoiavam o governo colonial português. Isto porque, tal como Jesus (2010) refere, sem o apoio da NATO Moçambique seria, naquela altura, um país independente.

Ainda em 1966 Mondlane visitou a Alemanha Federal, a convite da Fundação Friedrich Ebert, que apoiava os movimentos independentistas através da formação de sindicalistas. Nessa

ocasião afirmou que a FRELIMO contava com 5.000 homens em armas e estava a receber armamento dos países de leste, da Holanda e da própria República Federal Alemanha (RFA), que transitava por outros países. Dos EUA recebia medicamentos, roupa e alimentação para os refugiados, especialmente por parte de meios ligados à Igreja Católica (Jesus, 2010).

De um modo geral, o objetivo destas visitas era angariar o necessário apoio à luta contra a ocupação colonial em Moçambique e a repressão que o governo colonial português exercia sobre as populações africanas naquele território. Vale, no entanto, referir que a postura de Mondlane não denotava qualquer inclinação ideológica em relação aos blocos em confronto na Guerra Fria mas apenas pretendia conseguir todo o apoio necessário, viesse de onde viesse, para a luta de libertação de Moçambique.

Mondlane visitou, por diversas vezes, a Grã-Bretanha tendo participado em conferências no *African Center*, no *Royal Institute of International Affairs* ou *Chattham House*, na Câmara dos Comuns, nas universidades de *Sussex*, *Swansea* e outras, no *Church Hall* e na *London School of Economics*, entre outras instituições, não obstante os protestos, sem sucesso, dos diplomatas portugueses junto dos seus aliados britânicos, repudiando estas visitas.

De referir que o *Chatham House* é uma instituição dotada de grande prestígio internacional e era, na altura, presidida por *Colin Legum*, conceituado especialista em assuntos africanos. Com efeito, Mondlane apresentou, no *Chatham House*, uma intervenção que, como o relatório apresentado no Departamento do Estado em 1961, foi considerada a mais importante intervenção da sua análise da situação e estratégia, referente ao enquadramento geopolítico que se deparava à FRELIMO em 1968 (Jesus, 2010).

No entanto, com o recrudescimento da luta armada em Moçambique e à medida que as ajudas militares escasseavam, Mondlane adotou uma estratégia que consistiu numa viragem para o Bloco de Leste a fim de obter deles a necessária ajuda militar. Essa estratégia, denominada por Jesus (2010) como sendo de dupla vertente, consistia em: procurar o *soft power* do Ocidente, na formação e educação das elites futuras, assim como na ajuda humanitária; e obter o *hard power*[41], que o Ocidente lhe negava, nos países comunistas, diversificando, mesmo aí entre o

[41] ***Hard Power*** (Poder duro ou potência coercitiva) que é um conceito usado pela vertente realista das relações internacionais e designa a capacidade de um corpo político (Estado) de influenciar ou exercer poder sobre o comportamento de outro, mediante o emprego de recursos militares e económicos. Geralmente refere-se à

bloco soviético e a RPC. O autor acrescenta que a URSS e os países do Bloco de Leste estavam sempre prontos a fornecer essa ajuda no quadro da Guerra Fria.

Em 1964 Mondlane realizou uma visita à URSS, acompanhado de Marcelino dos Santos, Secretário para as Relações Exteriores, no âmbito da Segunda Conferência de Solidariedade para com os povos africanos. Mais tarde, em 1967, liderou a delegação da FRELIMO numa visita a Moscovo, acompanhado pelo seu vice-presidente, Uria Simango, para negociar o fornecimento de armas.

De acordo com Jesus (2010), sob a Presidência de Mondlane, o programa da FRELIMO estava assente nos seguintes pilares: criar uma ampla base de apoio; aumentar a resistência armada contra os colonialistas portugueses; e, na frente diplomática, desmascarar o salazarismo e fortificar os laços com os povos progressistas do mundo, com os países irmãos africanos e também com os socialistas.

No âmbito da sua campanha diplomática pelo mundo, Mondlane visitou também a Jugoslávia em 1965 onde se reuniu com a Junta Federal da Aliança Socialista. Em 1968, numa intensa campanha diplomática visitou a Roménia, a Bulgária, o Congo Brazaville, a Argélia e a Tunísia. No regresso a Dar es Salaam passou por Londres e Genebra, naquilo que constituiu a última etapa da sua atividade político-diplomática, tendo sido assassinado a 3 de Fevereiro de 1969 (Jesus, 2010).

De referir que parte da atividade diplomática de Mondlane teve a sua continuação com sua esposa Janet Mondlane, que conseguiu assegurar a continuidade das atividades do Instituto Moçambicano que era, na altura, financiado pelos governos sueco e indiano, pelo Conselho Mundial das Igrejas, por organizações eclesiásticas inglesas, pela *Rowntree Social Services Fund*, pela Oxfam, pela *War on Want e Canon Collins* (Jesus, 2010). Para este autor, Janet continuou a defender seriamente os ideais de Mondlane tendo-se tornado numa pessoa bastante odiada pela polícia secreta portuguesa, a *Direção Geral de Segurança* (DGS), que procurou por diversas formas, denegrir a sua imagem. Não obstante, continuou empenhada na busca do ideal

capacidade de um Estado coagir ou induzir um outro a adotar um curso de ação. Isso pode ser feito com o uso de diplomacia coerciva, do poder militar, da guerra ou formação de aliança mediante ameaças e força, coerção, intimidação e proteção. O poder económico também pode ser usado alternativamente, sob a forma de ajuda financeira, subornos e sanções económicas para induzir e coagir.

pelo qual o marido sacrificara a vida, tendo assistido à derrocada do regime colonial português e participado ativamente na construção do Estado Moçambicano independente.

Em resumo, Mondlane formulou uma política externa muito abrangente tanto no Ocidente como no Oriente, cujo objetivo básico era alcançar a independência de Moçambique. Numa primeira fase, com o apoio dos EUA, aproveitando a relação de cooperação entre estes e Portugal para procurar uma solução negociada para as questões de independência de Moçambique e outras regiões. No entanto, as tentativas de resolver o conflito crescente, por meio de negociações, falharam. Mondlane continuou os seus esforços diplomáticos no ocidente e nos países nórdicos, onde recebeu um enorme apoio moral e material, bem como nos países avançados da África e da Ásia, em várias organizações da sociedade civil e no Movimento Não Alinhado.

Perante a rejeição do governo português, que foi consentido pelos parceiros da NATO, Mondlane adotou uma estratégia dupla, procurando o possível apoio do Ocidente, da RPC, da URSS e dos países do Leste Europeu. Em geral, também procurou o apoio de uma série de países africanos e asiáticos considerados progressistas, muitos dos quais integrantes do Movimento Não Alinhado.

Através destas ações diplomáticas, Mondlane procurou o apoio necessário para libertar Moçambique do domínio colonial português. Como não era comunista, aceitou o apoio do Ocidente, da RPC, da URSS e dos países do bloco oriental. Em suma, Mondlane procurou o apoio em todos os que estivessem dispostos a dá-lo, desde que fosse para enfrentar ou isolar o poder colonial português. Mondlane é considerado o criador da unidade nacional e desempenhou um papel vital na integração internacional de Moçambique e na construção de um país reconhecido e respeitado internacionalmente.

3.3. Diplomacia da FRELIMO sob a Presidência de Samora Moisés Machel (1969 -1975)

A diplomacia da FRELIMO, como mencionamos previamente, teve a sua continuidade com Samora Moisés Machel que sucedeu a Eduardo Chivambo Mondlane após o seu assassinato, em 1969. Nessa altura, a FRELIMO continuou a receber o apoio da URSS, RPC, países nórdicos

e vários países socialistas. Pouco tempo depois, teve também o apoio do Vaticano. Com efeito, uma delegação dos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas, representadas por Marcelino dos Santos, Vice-Presidente da FRELIMO, Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC e Agostinho Neto, Presidente do MPLA, teve uma audiência com o Papa Paulo VI, em 1 de Julho de 1970.

Em retaliação, "o Governo Português retirou o seu embaixador e, embora ele retornasse mais tarde, as relações entre Lisboa e a Santa Sé nunca mais voltaram a ser as mesmas" (Christie, 1988, p. 68). Para este autor, a audiência foi também um encorajamento para os missionários católicos, que perturbados pela brutalidade do regime colonial, dissociaram-se do Estado colonial e começaram a denunciar as barbaridades do regime colonial português para com o povo moçambicano.

A diplomacia da FRELIMO colocava um esforço consistente para acabar com o apoio dos governos ocidentais ao colonialismo português. Neste contexto, conseguiu obter o apoio dos países escandinavos em material não militar e em algumas medidas económicas contra o colonialismo português. A Holanda tornou-se, mais tarde, o primeiro governo ocidental a dar assistência à FRELIMO sem condicionalismos, embora referisse que a ajuda seria direcionada para fins menos controversos.

No entanto, perante o contínuo apoio militar e assistência económica, que as potências da NATO davam ao governo português, especialmente os EUA, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha Ocidental, a FRELIMO tentou encorajar o estabelecimento de associações de solidariedade com Moçambique e incentivou grupos de pressão e campanhas que visassem a mudança através das ONU e de outras organizações internacionais.

Pode afirmar-se que Samora Machel deu continuidade à política externa iniciada pelo seu antecessor, Eduardo Mondlane, tendo constatado, igualmente, que as únicas fontes de armamento e formação militar seriam principalmente os países socialistas e os países africanos. Conseguiu, igualmente, manter o apoio da URSS e da RPC, as duas potências socialistas que na altura se encontravam em cisão.

Na prossecução deste objetivo, o novo presidente da FRELIMO visitou também alguns países europeus nomeadamente a Bulgária, a Roménia, a URSS, a Alemanha Oriental e a Itália.

No âmbito da sua estratégia diplomática, a FRELIMO trazia jornalistas dos países amigos, especialmente da URSS e dos seus aliados para provar que a FRELIMO estava realmente a repudiar a ofensiva do exército português, principalmente, após a morte de Mondlane e das clivagens internas que se verificaram naquele movimento, em 1969.

Samora Machel visitou também a RPC em 1971, numa altura em que as divergências entre este país e a URSS se agudizavam. Segundo Christie (2010), a RPC descrevia, na altura, a URSS como um perigo maior que o imperialismo. No âmbito desta confrontação político-ideológica, as relações da RPC e da URSS com os movimentos de libertação tendiam a ser diametralmente opostas.

Como afirma Christie (2010), a URSS tendia a apoiar os movimentos de libertação ou as organizações que considerava autênticas, em cada um dos países africanos abrangidos, excluindo todos os outros que não integravam estas categorias, considerando como autênticos os movimentos: *Congresso Nacional Africano* (CNA) da África do Sul, a *South West Africa People's Organization (*SWAPO) da Namíbia, a FRELIMO de Moçambique, O Movimento *Popular de Libertação de Angola* (MPLA) de Angola, O *Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde* (PAIGC) da Guiné-Bissau, a *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU) do Zimbábue e o Movimento Nacional de Libertação das Comores (MOLINACO) das ilhas Comores.

Neste período de crise nas relações entre a RPC e a URSS, nos anos 1960, a RPC era a menos previsível. Apesar de ter dado apoio aos movimentos considerados autênticos, esta apoiava publicamente outros grupos, somente para contrariar a URSS. Porém, como constatou Christie (1988), este não era o critério mais apurado para avaliar tanto a legitimidade como a efetividade de um movimento de libertação. Com efeito, para obterem a aprovação ou apoio chinês, agentes da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA, da inteligência portuguesa e do regime sul-africano do Apartheid, transformaram-se miraculosamente em Maoístas.

Importa realçar que apesar dos líderes chineses terem mantido o seu apoio aos autênticos "sete", eles igualmente apoiaram outros movimentos "não autênticos" como foi o caso da *Zimbabwe African National Union* (ZANU), do Zimbabué. Foram os chineses que forneceram as

armas e treino militar aos guerrilheiros daquele movimento, que foi vital para o derrube do regime rodesiano e o alcance da independência do Zimbabué.

Assim sendo, a FRELIMO, apesar de ser considerado um movimento "autêntico", tinha que gerir as suas relações com a RPC para alcançar os seus objetivos, dada a imprevisibilidade do comportamento dos chineses naquela altura. Na ótica de Christie (1988), a atitude da liderança chinesa para com Moçambique era, no mínimo, controversa, pois havia informações dando conta de que diplomatas chineses em Lusaka tinham desembolsado oito mil dólares em apoio ao *Comité Revolucionário de Moçambique* (COREMO), um grupo de exilados moçambicanos com ligações à União *Nacional para a Independência Total de Angola* (UNITA) em Angola e, obviamente, inimigo da FRELIMO. A RPC forneceu também armas e treino militar àquele movimento e ao *Proletários Armados pelo Comunismo* (PAC) da África do Sul, considerado também como movimento "não autêntico".

Depreende-se, do acima descrito, que as relações da FRELIMO com a RPC eram de desconfiança mútua, com os chineses a mostrarem simpatia para com o COREMO e, com alguns dissidentes da FRELIMO a pretenderem jogar a "cartada Chinesa". Este era o caso do Reverendo Urias Simango, antigo vice-presidente da FRELIMO que, em 1971, se tinha tornado secretário-geral do COREMO.

Tratava-se, pois, de uma situação embaraçosa para a FRELIMO, dado que, por essa altura, a RPC gozava de grande popularidade na Tanzânia e Zâmbia, principalmente, por estar a financiar a construção da linha férrea estratégica, que partia do cinturão de Cobre Zambiano para o porto de Dar-es-Salaam. A FRELIMO tinha, também, a Tanzânia e a Zâmbia como os seus principais aliados e constituíam a retaguarda segura deste movimento de libertação. Não obstante, como Christie (2010) constata, a FRELIMO conseguiu manter boas relações com a RPC da qual obteve grande parte do seu equipamento militar e assessoria na sua luta. Tal como aconteceu com os soviéticos, jornalistas chineses também visitaram as zonas libertadas de Moçambique tendo elogiado o trabalho da FRELIMO que consideraram um movimento revolucionário excelente.

Na sua visita à RPC, Samora Machel estabeleceu contactos com o Primeiro-ministro Chou En-Lai e outros líderes chineses. O dirigente chinês manifestou muito interesse durante o

encontro com a delegação da FRELIMO "uma indicação de que ele estava interessado em ouvir uma versão particular da FRELIMO sobre a luta em Moçambique" (Christie, 2010).

A ofensiva diplomática da FRELIMO incluiu também a Coreia do Norte e o Vietname do Norte. Em Pyongyang, a FRELIMO estabeleceu laços duradouros de solidariedade com a liderança norte-coreana em 1971, tendo recebido assistência militar desde essa altura, que continuou no período posterior à independência.

Assim, no início de 1972, Samora Machel tinha consolidado as relações da FRELIMO com ambos os lados do mundo socialista, não obstante a disputa sino-soviética. Armas, munições e outras formas de apoio fluíram da RPC e dos países do Pacto de Varsóvia, mantendo-se a FRELIMO distante da rivalidade das superpotências socialistas.

Como afirma Christie (2010), embora tenha sido Eduardo Mondlane a estabelecer os fundamentos da política externa da FRELIMO, considera-se que Samora Machel teve uma abordagem muito independente sobre os assuntos ideológicos e práticos da política marxista. Isto permitiu que a FRELIMO continuasse com a neutralidade num mundo socialista crescentemente polarizado. No entanto, enquanto decorriam essas ações diplomáticas junto dos países socialistas, os EUA, sob a administração de Richard Nixon, estavam a aumentar o seu apoio financeiro para o colonialismo português. Com efeito, o Departamento de Estado Norte-Americano anunciou a assinatura de um acordo para 435 milhões de dólares em crédito do *Export-Import Bank* para Portugal. Como membro da NATO, Portugal também beneficiou de apoio militar ocidental, que teoricamente não era suposto usar em África, mas na prática fê-lo de uma forma sistemática (Christie, 2010).

Entretanto, tentativas de persuadir as potências ocidentais, pelos movimentos de libertação nas colónias portuguesas em África, a apoiarem a luta pela liberdade tinham resultado em fracasso. Em Janeiro de 1971, os EUA e a Grã-Bretanha retiraram-se do Comité de Descolonização das Nações Unidas, alegadamente porque o comité não estava a cumprir com o seu mandato, sendo responsável pelo apoio à violência. Isto referia-se ao reconhecimento de movimentos de libertação como a FRELIMO em Moçambique (Mondlane, 1975).

Como Christie (2010) afirma, na primeira metade da década de 1970, a FRELIMO procurava arduamente mobilizar o apoio ocidental e virar a opinião pública a seu favor e contra o

colonialismo português. Neste contexto, a *Mozambique Revolution*, revista em língua inglesa da FRELIMO, expandiu a sua circulação no ocidente e a cooperação com grupos de solidariedade ocidentais foi aumentada, assim como a pressão sobre os governos na ONU e outros fóruns internacionais.

Por outro lado, uma campanha diplomática estava em curso no ocidente tendo atraído para as zonas libertadas um número considerável de jornalistas e grupos de ativistas de solidariedade. De acordo com Christie (2010), apesar de esta campanha não ter tido grande impacto nas potências da NATO, ela teve alguns resultados positivos, pois, forçou uma companhia sueca a sair do esquema de Cahora Bassa, fez com que a Holanda fornecesse ajuda "sem condicionalidade", enquanto, países escandinavos, continuavam a dar o seu apoio à FRELIMO. Além disso, a FRELIMO teve grupos permanentes de apoiantes leais em muitas cidades ocidentais.

Como Mondlane (1975) esclarece, o apoio que as potências da NATO davam ao regime português, especialmente os EUA, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha Ocidental, através da colaboração militar e assistência económica, fez com que a FRELIMO se distanciasse dos países ocidentais na sua política externa durante a luta de libertação nacional.

A ONU, a OUA e outras organizações internacionais constituíam o centro privilegiado para a atividade diplomática da FRELIMO, situação esta que prevaleceu mesmo durante os primeiros anos da independência de Moçambique.

De referir ainda, que durante a luta armada de libertação nacional, a FRELIMO, através do seu Presidente Samora Machel, procurou obter apoio dentro da OUA usando os canais e mecanismos próprios desta organização para consolidar ligações com governos individuais, especialmente a Tanzânia e a Zâmbia. Esta situação veio a melhorar significativamente em 1972, na cúpula anual da OUA realizada em Rabat, Marrocos, quando a FRELIMO e outros movimentos de libertação passaram a ser admitidos dentro da sala de conferências.

Isto revelava uma mudança radical da atitude dos líderes africanos que, por volta dos anos 60 do século passado, partilhavam uma visão comum de que os movimentos de libertação eram grupos de exilados incapazes, mergulhados em querelas internas. Tornou-se evidente que esta visão estava a desvanecer-se rapidamente com o surgimento de líderes como Samora Moisés

Machel de Moçambique, Agostinho Neto de Angola e Amílcar Cabral da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que tinham ganho um prestígio e respeito, assim como os movimentos que eles dirigiam (Christie, 2010).

Vale a pena referir que, nas relações entre os movimentos de libertação e a OUA, o Comité de Libertação desta organização continental desempenhou um papel considerado relevante na canalização da ajuda àqueles movimentos. Com efeito, uma delegação deste Comité chefiada pelo seu secretário executivo, Hashim Mbita visitou, em 1972, as zonas libertadas de Cabo Delgado no norte de Moçambique.

De acordo com Christie (2010), com esta visita, do Comité de Libertação da OUA assegurou-se que o dinheiro e as armas que estavam a ser canalizados para a FRELIMO não estavam a ser usados para uma causa perdida. Para este autor, Machel apercebeu-se de que Estados africanos, congregados na OUA, podiam fazer muito mais para ajudar e quando foi à reunião do Comité, em Accra, em Janeiro de 1973, fez um vibrante apelo à consciência africana, nos seguintes termos:

> Nós precisamos do vosso apoio material. O inimigo gasta cerca de dois milhões de dólares por dia para financiar a sua guerra contra nós. Seus aliados da OTAN, nomeadamente os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental estão desesperados no seu apoio financeiro, económico e militar ao colonialismo português. Nós temos de confrontar exércitos modernos, bem equipados, combativos, com séculos de experiência em guerras de agressão (Christie, 1988, p. 77)

O presidente da FRELIMO pretendia, assim, mobilizar apoio moral, político, diplomático e material para a causa da luta e defendia a necessidade do envolvimento dos países africanos independentes, pois, em sua opinião, a luta do povo moçambicano através da FRELIMO devia ter o apoio de África. Não se devia apelar à solidariedade estrangeira enquanto os próprios africanos não praticavam a solidariedade entre si.

Podemos afirmar que a política externa de Moçambique independente teve fortes alicerces na política externa da FRELIMO enquanto movimento de libertação. Com Eduardo Mondlane, a política externa da FRELIMO buscou insistentemente obter a independência de Moçambique e dos outros territórios coloniais portugueses em África, especialmente Angola,

através de uma ativa diplomacia junto das potências ocidentais, bem como os países do Bloco de Leste, numa abordagem que procurava sempre afastar a luta de libertação, da influência ideológica Leste-Oeste.

O objetivo principal desta abordagem era, numa primeira fase e com apoio dos EUA, dos países nórdicos e de vastos segmentos da sociedade civil dos países ocidentais, obter a independência dos territórios africanos colonizados, por via da negociação. Procurou ainda obter o apoio dos países socialistas incluindo a URSS, a RPC, a Bulgária, a Roménia, a Checoslováquia, a Jugoslávia e outros países do Bloco de Leste.

Entretanto, fracassados os esforços para a obtenção da independência por via negocial, o apoio de países progressistas africanos incluindo a Tanzânia, a Zâmbia, a Argélia, a Tunísia e o Egito, bem como outros países não-alinhados incluindo a Índia, o Iraque, a Síria e outros, afigurou-se pertinente, para a implementação da estratégia de Eduardo Mondlane que viu o recurso à luta armada como uma opção incontornável. Esta política teve a sua continuidade com Samora Machel que sucedeu a Eduardo Mondlane após o seu assassinato em Fevereiro de 1969, embora notando-se uma demarcação mais acentuada em direção ao Bloco de Leste e a uma maior radicalização da luta armada em Moçambique.

3.4. A Política Externa de Moçambique Independente (1975-1986)

Com a proclamação da independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975 e a sua constituição em República Popular de Moçambique, um Estado que denotava forte inclinação para o bloco socialista, colocou o país como um peão no conflito ideológico Leste-Oeste. A constituição de um governo dirigido pela FRELIMO, como partido único na direção dos destinos do país e a adoção duma economia centralmente planificada do tipo socialista, foram fatores que determinaram fortemente as decisões de Moçambique em matéria de política externa.

Sob a direção do antigo movimento de libertação de Moçambique, mais tarde transformado em partido político (FRELIMO), Samora Machel passou a dirigir o novo Estado, desde 1975 até à sua morte em 1986, sendo de esperar que a orientação atribuída à política externa de Moçambique independente fosse a continuidade das alianças preparadas desde a luta

de libertação nacional. A política externa adotada durante a presidência de Mondlane, de "fazer mais amigos e poucos inimigos" para isolar o regime colonial português conheceu, assim, um grande revês com a inclinação deliberada para os países do Bloco de Leste feita durante a presidência de Samora Machel.

A existência de dois regimes minoritários na vizinhança de Moçambique que viram a independência de Moçambique e Angola como uma ameaça à sua sobrevivência criaram dificuldades acrescidas aos Estados recém-independentes. Como estratégia defensiva, esses regimes minoritários iniciaram um processo de desestabilização política e económica aos novos Estados. Essa estratégia incluiu o apoio ou a criação de grupos rebeldes que se insurgiram contra os governos instituídos, nomeadamente, a UNITA em Angola e o *Movimento Nacional de Resistência* (MNR), mais tarde denominado RENAMO, em Moçambique. Neste último país, o processo de desestabilização, na sua fase inicial, incluiu ações diretas das forças rodesianas e da RENAMO, ficando profundamente afetado pelo contexto internacional da Guerra Fria e pela instabilidade regional que o mergulhou num conflito prolongado com características de guerra de desestabilização que evoluiu para uma prolongada guerra civil.

Lhalbahadur e Otto (2013) afirmam que a eclosão da guerra civil em Moçambique, em 1977, foi consequência de um súbito vácuo criado pela partida do regime colonial português, que veio como uma surpresa para todos os atores da região. Assim, a África do Sul e a Rodésia ficaram privados de um aliado regional na sua luta contra os movimentos de libertação domésticos.

Abrahamson & Nilsson (1997) afirmam que no Terceiro Congresso da FRELIMO em 1977, onde a política externa de Moçambique foi formulada, ficou salientada a importância do não-alinhamento, com uma inclinação nítida e clara para uma posição anti-imperialista que colocasse Moçambique entre os países radicais do movimento dos não-alinhados. Segundo estes autores, foi também salientada a necessidade duma diminuição da dependência dos países da região em relação à África do Sul, sendo o apoio à luta por regimes de maioria nos países vizinhos, um princípio importante.

A adoção pela FRELIMO da estratégia de um governo de partido único de vanguarda em Moçambique, a marginalização das autoridades tradicionais, a hostilização da Igreja, entre outras

ações, concorreram para a criação de um ambiente propício à mobilização política e instrumentalização de segmentos consideráveis da sociedade moçambicana para uma oposição ao governo. Por outro lado, isto forneceu aos governos minoritários da África do Sul e da Rodésia um veículo para a desestabilização de Moçambique, através do seu apoio ao movimento de resistência contra o governo instituído.

Neste contexto, a eclosão do conflito armado, logo nos primeiros anos da independência, forçou o governo a procurar apoios para frustrar as ações dos rebeldes do MNR. Assim, o governo dirigido pela FRELIMO procurou garantir o apoio dos seus antigos aliados, RPC, URSS e outros países do Bloco de Leste, visando consolidar o seu poder militar a nível doméstico. Foi este apoio que mais tarde se materializou em acordos de defesa que permitiu ao Governo de Moçambique enfrentar a RENAMO e a desestabilização sul-africana.

Ainda no terceiro Congresso da FRELIMO, em 1977, foi reafirmada a necessidade de se estabelecer relações mais fortes com os países socialistas, considerados "aliados naturais", bem como a ligação de Moçambique à OUA e ao Movimento dos Não-Alinhados (MNA). Expressou-se, ainda, a vontade de estabelecer relações mutuamente benéficas com todos os Estados, independentemente do seu sistema económico e social.

Como membro da OUA e do MNA, Moçambique juntou-se aos Estados considerados progressistas no ataque ao imperialismo ocidental e na defesa da posição de que o não-alinhamento não deve ser equiparado à neutralidade. Reforçou também as suas ligações com o bloco socialista enquanto tentava expandir as ligações económicas e promover as relações diplomáticas com o Ocidente, diversificando assim as opções políticas.

Desta forma, Moçambique usou a OUA e o MNA como arenas internacionais nos quais gerava o apoio para as lutas de libertação na África Austral e para articular posições anti-imperialistas mais amplas. Evocando a tradição anticolonial de Nehru, Tito, Nkrumah e Nasser, Moçambique juntou-se aos membros progressistas de ambas para condenar o imperialismo ocidental e o neocolonialismo.

De acordo com Isaacman (1983), Moçambique adotou uma posição radical de não-alinhamento na sua política externa criticando vigorosamente a intervenção ocidental no apoio a movimentos de guerrilha em luta contra os regimes coloniais e neocoloniais, e votando aos

governos que definia como sendo progressistas. Neste contexto, atacou as relações dos EUA-Pretória, a intervenção francesa no Zaire e no Chade e o apoio britânico ao regime da Rodésia.

Desde a sua independência em 1975, sob a liderança de Samora Machel, Moçambique desempenhou um autoproclamado compromisso internacionalista tendo apoiado a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), os guerrilheiros em El Salvador, e os Sandinistas da Nicarágua, com os quais manteve e desenvolveu relações extremamente próximas e desenvolvidas subsequentemente. Moçambique desempenhou também um papel de grande relevo a nível internacional, na defesa da luta da Frente de Libertação de Timor-Leste Independente (FRETILIN) contra a ocupação Indonésia de Timor-Leste, desde os finais da década de 1960.

Moçambique apoiou também a causa da Frente Polisário e, juntamente com a Argélia e a Líbia, advogavam a independência imediata do Sahara Ocidental. Para Isaacman (1983), a posição internacional mais controversa dos dirigentes moçambicanos foi o seu apoio mudo à intervenção soviética no Afeganistão. Para este autor, funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros tomaram a posição de que o Afeganistão, uma nação soberana, tinha o direito de procurar apoio a partir de qualquer fonte que ele escolhesse e sugeriram uma analogia com a decisão do governo angolano de convidar tropas cubanas para ajudar e proteger contra a invasão sul-africana. Contudo, analistas consideraram que a situação existente na África Austral, onde o regime do Apartheid realizava ataques sistemáticos a Moçambique e a outros países da região bem como a dependência de Moçambique da URSS no seu sistema de defesa aérea, foi um fator determinante. Com efeito, segundo Isaacman, (1983), o apoio proveniente dos países socialistas representava a única possibilidade de contrabalançar o poder sul-africano.

Moçambique apoiou ainda o Governo de Heng Samrin, em Kampuchea-Camboja, bem como o Vietname, o que é considerado como uma demonstração da grande dependência que o governo moçambicano tinha da URSS, sendo esta posição oposta à da RPC, seu aliado de longa data, que apoiou o regime deposto da Kampucheia democrático de Pol Pot.

Moçambique estabeleceu ainda relações de cooperação com o Iraque, a Líbia, a Argélia e a Índia, considerados como alguns dos países mais militantes dos não-alinhados. Neste contexto,

o Iraque tornou-se no principal fornecedor de petróleo a Moçambique, tendo firmado, em 1978, um acordo para fornecer petróleo a um preço abaixo do preço mundial.

Com a Índia, foi também assinado um acordo, em 1982, envolvendo 14 milhões de dólares em crédito, assistência técnica para a modernização das estradas moçambicanas, e um projeto conjunto de Alumínio no qual Moçambique iria fundir bauxite fornecido pela Índia, usando a energia de Cahora Bassa (Chissano, 2019).

Porém, como Abrahamson & Nilsson (1994) afirmam, a importância do não-alinhamento não deve ser compreendida a partir da necessidade de um equilíbrio mais tradicional entre o leste e o oeste, que caracterizava muitos países do terceiro mundo. Para Moçambique, o equilíbrio entre a URSS e a RPC era mais importante dado que uma parte da liderança da FRELIMO se encontrava, do ponto de vista ideológico, perto da RPC. Segundo estes autores, tanto os escritos de Mao Zedong como as teorias do General Giap sobre a guerra do Vietname tinham impressionado o Presidente Samora Machel.

Abrahamson & Nilsson (1994) consideram que a URSS era um aliado político importante para Moçambique e representava esperanças de uma cooperação considerável na área militar e técnica. No entanto, como estes autores constataram, a capacidade diplomática de Moçambique foi alvo de adversidades durante o conflito rodesiano em que a rivalidade sino-soviética em relação à influência em África era muito notória. Neste contexto, a FRELIMO, apesar das pressões do Leste, tornou-se aliada da ZANU e Mugabe, que eram apoiados pela RPC, enquanto a URSS oferecia o seu apoio à ZAPU.

Foi assim que as alianças iniciadas nos tempos da luta de libertação tiveram a sua continuidade no período pós-independência. Neste contexto, foram os países socialistas que asseguraram o fornecimento do material para a defesa do país contra as investidas dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul, bem como para conter as ações dos rebeldes do MNR que levavam a cabo uma guerra altamente destrutiva em Moçambique.

Os países não-alinhados e os países progressistas africanos desempenharam igualmente um papel crucial no apoio ao Governo de Moçambique, no seu papel histórico tanto na região como no mundo. Foi essencialmente esta a política externa de Moçambique, durante a

governação de Samora Machel (1975-1986), que constituiu uma política de continuidade da diplomacia da FRELIMO, iniciada durante a luta de libertação nacional.

Na análise da historiografia da FRELIMO, enquanto movimento de libertação nacional, constata-se que o apoio dos países ocidentais congregados na NATO ao governo colonial português concorreu para o afastamento daquele movimento para o Leste, em busca do apoio moral e material que o ocidente lhe recusava. Como foi analisado nesta investigação, esforços empreendidos durante a liderança de Mondlane, com o notável envolvimento dos EUA, não conseguiram convencer o governo português a aceitar a negociação pacífica da questão colonial de Moçambique, porque interesses estratégicos americanos em Portugal impediram os EUA de adotarem uma posição de força em relação ao governo português, tanto ao nível bilateral como multilateral.

Estes fatores concorreram para a aproximação da FRELIMO à URSS, aos países do Bloco de Leste e à RPC sem se envolver nas contradições existentes entre as duas potências socialistas, na altura, contribuindo para a radicalização das posições da FRELIMO que se aprofundou durante a liderança de Machel (1969-1974) e que formataram a política externa de Moçambique independente no período de 1975 a 1986.

No entanto, a aproximação aos países socialistas foi considerada como causa do afastamento dos países ocidentais para com a FRELIMO e do consequente apoio que aqueles países deram tanto ao regime colonial português como aos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul, na região da África Austral. Com efeito, aqueles regimes foram tolerados, no seu processo de desestabilização política, económica e militar de Moçambique pelos países ocidentais e pelas instituições multilaterais por eles controladas, devido à opção política socialista adotada por Moçambique que hostilizava a propriedade privada e o seu sistema de governação através do modelo de partido de vanguarda marxista-leninista. Por isso, para os regimes minoritários, existentes na região, Moçambique e Angola foram considerados como sendo portadores da ameaça comunista que, para a África do Sul, seria consubstanciada num total ataque comunista contra o seu país.

Segundo Veloso (2007, p. 118), a vontade do governo de Moçambique em conseguir um rápido desenvolvimento para o país e satisfazer as necessidades básicas da população num tempo

muito curto levou a alinhar com aqueles que chamavam de seus "aliados naturais", os mesmos que os apoiaram e foram solidários com a FRELIMO durante a luta armada de libertação nacional. Nessa altura, sob influência do Bloco de Leste e da análise marxista-leninista, o ocidente, liderado pelos EUA, representava a grande ameaça imperialista. Com efeito, o imperialismo era considerado o inimigo número um do desenvolvimento independente dos povos e era sinónimo da "exploração do homem pelo homem". Este autor reconhece, no entanto, que esta opção levou ao distanciamento em relação aos objetivos principais que se pretendia alcançar ao afirmar que:

> "Ao nos ligarmos essencialmente ao campo socialista para a solução dos nossos problemas internos, relegando para segundo plano e até hostilizando os Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados mais próximos, estávamos momentaneamente a perder de vista o objetivo estratégico central, o interesse nacional vital, que era exatamente o desenvolvimento do país. O interesse nacional passou a ser definido em relação a objetivos de curto prazo e em oposição à superpotência que são os EUA" (Veloso, 2007, p. 12).

As relações com os países socialistas, iniciadas no período da luta armada, foram fortalecidas após a independência, tendo sido assinado um tratado de amizade válido por vinte anos com a URSS, em 1977. Três anos depois, Moçambique abriu uma embaixada em Moscovo, sendo a segunda fora do continente africano, o que evidenciava a grande prioridade que Moçambique atribuía nas relações com os seus "aliados naturais".

De referir que, pouco tempo depois da independência nacional, a URSS substituiu a RPC como principal fornecedor de material de guerra, tendo montado um sistema de defesa *Sistema de Amortização Misto* (SAM), para proteger a capital e outros locais estratégicos. Forneceu ainda aviões Mig-17, tanques e artilharia, bem como formação militar aos moçambicanos.

Essas relações com os países socialistas, especialmente com a URSS e a Alemanha Oriental cresceram significativamente, mas eram complexas e caracterizadas por periódicos desentendimentos em questões de interesse vital para Moçambique. As armas fornecidas pela URSS eram caras e desatualizadas, mas representavam a principal linha de defesa contra a África do Sul.

A Alemanha do Leste forneceu equipamento militar e um sistema de radar e telecomunicações e ajudou a reorganizar as forças de segurança do país. A Hungria e a Bulgária, fizeram contribuições mais modestas, muitas vezes como donativos. Cuba forneceu conselheiros militares estimados em algumas centenas, embora a maioria dos cubanos estivessem empregados em setores económicos, especialmente na agricultura e na planificação (Chissano, 2019).

Após os ataques realizados pelas forças de defesa e segurança sul-africanas à Matola, arredores da capital moçambicana em Janeiro de 1981, a URSS enviou, dias depois, dois navios de guerra para o Porto de Maputo. Isto revelou, segundo Chissano (2019), o potencial das ligações de segurança moçambicana com a URSS.

A escalada do conflito na África Austral, caracterizada pelo recrudescimento das ações de desestabilização de Moçambique pelas forças de defesa e segurança sul-africanas e o crescente apoio sul-africano à RENAMO, levaram ao aumento da dependência de Moçambique para com a URSS reduzindo, assim, a sua liberdade de ação na arena internacional.

Isaacman (1983) refere que o apoio económico das nações socialistas, na forma de ajuda direta e investimento de capital, foi de longe menos significativo que a sua assistência militar. Contudo, através de acordos de troca, Moçambique adquiriu equipamento industrial pesado, camiões, ferramentas, e peças de substituição muito necessárias, em troca do fornecimento de castanha de caju, citrinos, carvão, algodão, sisal, camarão e peixe. Esses acordos transformaram o *deficit* anual de Moçambique, obtendo, a partir dessas trocas, empréstimos de longo prazo em moeda forte e com baixas taxas de juro, quando comparadas com os níveis internacionais

Para Wache (2020), esta estratégia da Europa de Leste, deu capacidade a Moçambique para adquirir os bens de capital necessários, sem ter de utilizar os seus limitados recursos em divisas, e forneceu ao país novos mercados. Ajudou, também, a reduzir, se não a reverter, a dependência de Moçambique em relação à África do Sul.

Para o autor supracitado (Wache, 2020), enquanto que, em 1975, o comércio com as nações do Pacto de Varsóvia era desprezível, em 1979, ele contou com aproximadamente 15% do comércio de Moçambique e, por volta de 1982, a Alemanha do Leste tinha-se tornado o quarto maior parceiro comercial de Moçambique. Acrescentou ainda que, durante o mesmo período, as importações provenientes da África do Sul declinaram significativamente.

Wache (2020) afirma que, desde 1980, a URSS e a Alemanha Oriental aumentaram a ajuda não-militar, que era inelegível até o momento e ambos ajudaram a financiar a exploração mineira, uma incipiente indústria têxtil de Moçambique e algumas indústrias pesadas, incluindo uma fábrica de montagem de camiões e tratores. Nessa altura, o tratado de amizade Moçambique-URSS Moscovo permitiu a Moçambique obter um empréstimo de 35 milhões de dólares e uma grande doca flutuante, a qual permitiu a reparação de navios domésticos pela primeira vez na história de Moçambique, possibilitando ao país a obtenção da tão necessária moeda corrente.

Para Chissano (2019), a assistência técnica dos países socialistas era substancial em comparação com o apoio financeiro direto. Agrónomos búlgaros desempenharam um papel crucial no setor agrícola Estatal, técnicos soviéticos ajudaram a construir empresas agrícolas na Beira e em Nampula, bem como uma fábrica na Beira para produzir utensílios.

Engenheiros de minas da Alemanha Oriental estiveram envolvidos na produção de carvão e exploração geológica, e técnicos cubanos ajudaram a reabilitar as indústrias de açúcar e químicos. Adicionalmente, os países socialistas forneceram um grande contingente de médicos, planificadores e professores e ofereceram milhares de bolsas de estudo para moçambicanos no exterior. Com efeito, em 1982, mais de 900 estudantes estavam a estudar na Alemanha Oriental e 1.200 estavam em Cuba, países com os quais Moçambique desenvolveu um relacionamento de grande proximidade

Entretanto, de acordo com Wache (2018), apesar desta grande intensidade nas relações com os países do Bloco de Leste, a política externa de Moçambique era guiada pelo interesse nacional, não mostrando nenhuma semelhança com a dos seus aliados socialistas. Acrescenta ainda que Moçambique defendia a desmilitarização do Oceano Índico, um compromisso reiterado em diversas ocasiões, realçando-se que o mesmo era destinado, tanto para a presença naval soviética quanto para os EUA.

Não obstante a pressão exercida pela URSS para a instalação de bases navais na costa do Oceano Índico, o governo moçambicano recusou insistentemente esta pretensão. Para o governo de Moçambique, isto constituiria uma violação da sua soberania nacional. Em 1975, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, é reportado como tendo

reprovado publicamente o embaixador soviético numa receção diplomática a respeito deste assunto.

Wache (2018) refere que, em 1978, o Presidente Samora Machel rechaçou rumores movidos pelos sul-africanos segundo os quais Moçambique teria aceite as demandas soviéticas para a instalação das aludidas bases navais, tendo convidado os diplomatas ocidentais a sobrevoarem as ilhas de Bazaruto, local das reputadas bases soviéticas, para verem por si mesmos que as ilhas estavam desabitadas. Esta situação levou a que muitos diplomatas ocidentais sugerissem subsequentemente que o modesto apoio da URSS fornecido a Moçambique em comparação com o apoio fornecido à Etiópia e ao Iémen do Sul fosse resultado dessa recusa de Moçambique em permitir a instalação das pretendidas bases navais soviéticas.

Importa, no entanto, realçar que as relações entre Moçambique e os países do Leste eram complexas e caracterizadas por desentendimentos em vários assuntos. A questão zimbabueana foi demasiado elucidativa a este respeito. Enquanto a FRELIMO desenvolvia relações fortes com a ZANU, os países do Bloco de Leste preferiam a ZAPU. A este respeito, eles rejeitaram os apelos moçambicanos para uma assistência militar soviética à ZANU por causa das relações históricas desta última com a RPC.

Em relação à questão da Namíbia, diplomatas moçambicanos apoiaram, desde 1978, a resolução 432 da ONU clamando por uma eleição neste território enquanto a URSS apenas veio a manifestar o seu apoio em 1981. Em relação à Etiópia, enquanto a URSS e Cuba apoiaram o governo marxista etíope contra os guerrilheiros Eritreus, meios de comunicação social moçambicanos mostravam simpatia com a Frente de Libertação do Povo da Eritreia (EPLF), apelando para uma solução negociada da crise. Segundo Wache (2018), o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique indicou, em 1982, que o seu país apoiaria uma nação Eritreia progressista e independente se um acordo para tal fosse alcançado através de negociações.

Outros desentendimentos reportados nas relações entre Moçambique e os seus aliados socialistas referem-se à rejeição do pedido feito por Moçambique para a construção de uma fábrica de aço no país. Os soviéticos afirmaram, na altura, que esse empreendimento não era apropriado para o nível de desenvolvimento socialista de Moçambique.

Por outro lado, ideólogos da Europa do Leste são reportados como tendo manifestado relutância em concordar o estatuto de partido de vanguarda sugerido pela FRELIMO. Eles manifestaram preocupações de que o progresso dos países de orientação socialista fosse obstruído por sérios obstáculos.

De referir, contudo, que a dinâmica da política internacional no contexto da Guerra Fria, como é o caso da decadência do bloco de leste, originou um declínio considerável do apoio chinês e soviético à FRELIMO. Diante da recusa da aceitação de Moçambique pelo Conselho para a Assistência Mútua, em 1982, o governo deste país viu-se obrigado a procurar fontes alternativas de financiamento, no ocidente. Isto constituiu o ponto de viragem da política externa de Moçambique que passou, assim, a aproximar-se dos EUA e dos países ocidentais tendo permitido o seu envolvimento com a sociedade civil moçambicana.

Pode afirmar-se que a política externa de Moçambique durante a Presidência de Samora Machel (1975-1986) foi uma continuação da política externa iniciada nos tempos da luta de libertação nacional, caracterizada essencialmente pela aliança com os países socialistas, com os países não-alinhados e com os países progressistas africanos.

A contraposição ao ocidente, considerado bastião do colonialismo e do imperialismo, símbolo da exploração do homem pelo homem, constituiu a característica essencial desta fase, na qual Moçambique se distanciou profundamente do seu objetivo principal, a prossecução do interesse nacional, em benefício de alinhamentos ideológicos com o bloco de leste, o que lhe valeu a hostilidade da maioria dos países ocidentais.

Esta política viria a sofrer um grande revês, por volta de 1982, quando o governo de Moçambique constatou a incapacidade da associação económica dos países do bloco de leste, congregados no Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECON), de satisfazerem as suas necessidades face à crise política, económica e social que o país enfrentava, em resultado do processo de desestabilização a que estava sujeito por parte dos regimes minoritários da região e da RENAMO.

Foi assim que, ainda na vigência da presidência de Samora Machel, se iniciou um processo de aproximação ao ocidente e ao regime da África do Sul com o qual assinou um acordo de não-agressão e boa vizinhança, em 1984, e, nesse mesmo ano, iniciou negociações

com as instituições de *Bretton Woods* (o FMI e o BM) que culminaram com a implantação, no país, da economia de mercado e do pluralismo político. Isto constituiu um processo de viragem para o ocidente no que, quanto a nós, constituiu o início de uma nova fase da política externa de Moçambique que viria a ter a sua continuidade sob a Presidência de Joaquim Alberto Chissano (1986-2005), que sucedeu a Samora Machel na liderança do país, após a sua morte, a 19 de Outubro de 1986.

Investigações em torno da morte de Samora Machel tornaram-se inconclusivas. Uma Comissão Internacional de Inquérito sobre este incidente não trouxe dados convincentes sobre os autores do despenhamento da aeronave presidencial, um assunto que continua envolto em diferentes especulações que incluem:

- A possibilidade de existência, na região de um VOR "falso" alegadamente colocado pelas autoridades sul-africanas para desviarem o avião e lançá-lo sobre a montanha;
- A participação da URSS na eliminação física do presidente moçambicano como resultado da viragem iniciada para o ocidente;
- A participação de elementos moçambicanos na facilitação do acidente.

No que se refere à possibilidade da participação de elementos moçambicanos, considera-se que esta pode ter incluído a sabotagem de partes sensíveis do avião que teriam alertado sobre a aproximação perigosa ao solo, a colocação do VOR do aeroporto de Maputo fora da ação na hora dos factos, a falta de tomada de medidas adequadas de segurança do voo presidencial feito à noite, a seleção inadequada da rota, passando deliberadamente pelo território do inimigo numa altura de relações tensas, entre outros (Cabrita, citado por Oliveira, 2006).

De salientar que, apesar da vontade de implantação de paz na região, que esteve implícita na aproximação entre Moçambique e a África do Sul através do acordo de Nkomati, o processo de desestabilização de Moçambique, consubstanciado no aumento do fornecimento de apoio moral e material à RENAMO, continuou e a situação político-militar na região deteriorou-se. Por outro lado, a infiltração massiva de guerrilheiros da RENAMO, a partir do Malawi para a região centro-nordeste de Moçambique, constituiu um fator preocupante para os líderes da região, o que

os levou à convocação da cúpula da linha da frente[42] na Zâmbia, no regresso da qual o presidente Samora Machel pereceu.

Embora a versão oficial do governo de Moçambique aponte o regime sul-africano da autoria material do despenhamento do avião presidencial e da morte do presidente moçambicano, diversas outras hipóteses são colocadas, incluindo o fator Malawi, o envolvimento da URSS, dadas as tendências demonstradas por Machel de se afastar do bloco soviético, aproximando-se do ocidente e também a participação de moçambicanos na facilitação do plano. A morte do presidente Samora Machel continua envolto em mistério, mas somos inclinados a concordar com a versão oficial, segundo a qual o regime sul-africano terá sido o principal mentor deste acidente.

3.5. Estratégia de desenvolvimento socioeconómico de Moçambique (1975-1986) e o seu impacto na política externa

Como refere Wache (2020), o apoio da NATO ao governo colonial fascista português radicalizou a ação da FRELIMO como movimento de libertação nacional e condicionou as opções estratégicas de alianças. Isto concorreu para que a FRELIMO procurasse apoio nos países socialistas, nos países não-alinhados e nos países progressistas africanos. Esta situação manteve-se até ao alcance da independência, em 1975, tendo os países ocidentais continuado a ser vistos como inimigos da pátria e da revolução moçambicana.

O contexto internacional prevalecente à data da independência de Moçambique favoreceu a adoção de um regime do tipo socialista neste país, o mesmo acontecendo em Angola, uma opção que acabou levando a que estes países fossem considerados "satélites" comunistas na África Austral. Tal facto, trouxe consequências desastrosas para estes países, que passaram a ser considerados como portadores da ameaça comunista, tendo sido alvo de desestabilização sistemática por parte dos regimes minoritários da região.

[42] "A expressão comum "Países da Linha da Frente" designa os países que estão mais expostos a fenómenos que ocorrem em países vizinhos. Por outro lado, os Países ou Estados da Linha da Frente, constituíam uma aliança de países africanos desde os anos 1960 até o início dos 90, com o objetivo de acabar com o apartheid e o regime de minoria branca na África do Sul. A Linha da Frente incluía Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, tendo terminado após a eleição de Nelson Mandela como Presidente da África do Sul em 1994". (Abrahamsson & Nilson, 1994, p. 545)

Abrahamson & Nilsson (1994) refere que, ao nível interno, as experiências do tempo colonial, caracterizadas por um poder colonial fascista e repressivo, o trabalho forçado na agricultura, o comércio de produtos agrícolas e as suas injustas condições de troca representavam para a FRELIMO e para a população um sistema humilhante. Isto, aliado ao facto do governo colonial ter recebido um apoio considerável dos países ocidentais fez com que a luta anticolonial se tornasse, para a FRELIMO, sinónimo da luta contra o capitalismo ocidental. Por isso, na altura da independência de Moçambique, o único tipo de sociedade psicologicamente aceitável para a direção da FRELIMO era a sociedade socialista.

Assim, a estratégia de desenvolvimento socialista adotada, essencialmente assente no controlo da economia pelo Estado, o desencorajamento das ações do setor privado e a aposta na modernização da agricultura em detrimento do desenvolvimento do setor familiar constituíram medidas que levaram ao declínio dos indicadores macroeconómicos de Moçambique na segunda metade da década de 1980.

A URSS e os países da Europa de Leste passaram a ter grande influência nas decisões de planificação e gestão económica do país, mas por não conhecerem a realidade moçambicana relativamente à sua cultura, comportamento das famílias camponesas e à sua maneira de cultivar a terra, levaram a que as medidas tomadas não fossem de acordo com a realidade local.

Entretanto, a euforia da independência fez com que, no período entre 1975 e 1981, os níveis de produção se mantivessem relativamente estáveis, tanto na agricultura como na indústria. Com efeito, segundo Wache (2014), durante o ano de 1981, a produção da maior parte dos bens de consumo e de produtos de exportação aumentou, tendo atingido os níveis mais altos do período pós-independência, o mesmo acontecendo com as exportações que aumentaram em 83%, entre 1977 e 1981. Essa euforia da independência permitiu a mobilização política da população que aderia às campanhas e ao trabalho voluntário.

Como se refere Wache (2014), verificou-se também uma expansão do sistema educativo, tendo o número de professores aumentado de dez para vinte mil até 1982; a redução do analfabetismo de 93% para cerca de 70% em cinco anos; o alargamento do sistema de saúde, especialmente nas áreas rurais, em que o número de postos de saúde aumentou quatro vezes durante os primeiros sete anos de independência e o número de habitantes por instituição de

saúde local diminuiu de cerca de 26.000 para 10.000. No âmbito da saúde materno-infantil, foi levada a cabo uma das mais louváveis campanhas de vacinação do mundo, onde foram implicadas todas as crianças

Entretanto, esta tendência verificada nos primeiros anos da independência começou a declinar progressivamente. Fatores como a mudança da estrutura de produção, a falta de mão-de-obra qualificada, a insuficiência de conhecimentos de gestão e as dificuldades de organização, administração e nível tecnológico concorreram para uma diminuição dos níveis de produção, tanto na agricultura como na indústria.

A mesma ideia é discutida por Abrahamson & Nilsson, (1997) onde se refere que as agressões rodesianas e a desestabilização económica por parte da África do Sul contribuíram para o agravamento deste quadro sombrio do desenvolvimento económico e social de Moçambique. Neste contexto, a África do Sul reduziu em cerca de um terço, o recrutamento de mineiros, o que diminuiu as receitas em moeda convertível, para além de contribuir para o aumento do desemprego em Moçambique. Em 1978, a África do Sul rescindiu o acordo que tinha com Moçambique - que a FRELIMO tinha herdado dos portugueses - sobre o pagamento de salários em ouro

A utilização, por parte da África do Sul, dos caminhos-de-ferro e dos portos moçambicanos diminuiu drasticamente porque quantidades cada vez maiores de mercadorias passaram a ser transportadas através de portos sul-africanos. Na mesma conformidade, o encerramento da fronteira com a Rodésia, em 1976, e a consequente interrupção do funcionamento do oleoduto e do caminho-de-ferro entre Beira e Rodésia fizeram diminuir as receitas que o país obtinha pelos serviços supracitados, pois, o tráfego internacional por Moçambique foi reduzido para metade.

Abrahamsson & Nilsson (1997) refere que a deterioração da situação económica e social de Moçambique, após 1981, foi também devida à estratégia de modernização adotada, que não obteve os resultados desejados. Até bem pelo contrário, a produção agrícola comercializada diminuiu devido ao abandono da atividade de comércio rural pelos comerciantes portugueses e indianos. A prioridade atribuída às empresas agrícolas estatais em detrimento da reconstrução da rede comercial e do estímulo à produção familiar teve também efeitos adversos na economia

doméstica. Havia falta de enxadas e de outros instrumentos de produção e também falta de sementes, o que diminuía as possibilidades das famílias camponesas poderem produzir os seus próprios alimentos.

Diante desta realidade, tornava-se necessário o recurso a empréstimos a nível internacional para que se equilibrasse a balança de pagamentos e pagar os juros, o que denotava a necessidade de uma reorientação da política económica, tanto a nível nacional como internacional. As críticas ao modelo de desenvolvimento adotado começaram a surgir mesmo ao nível da FRELIMO, cujos membros se manifestaram indignados, durante o quarto Congresso, com os fracos resultados da estratégia de desenvolvimento. A aposta nos campos agrícolas estatais não tinha dado resultado e a população das zonas rurais não tinha logrado nenhuma melhoria nas suas condições de vida.

Visando reverter esta situação, uma série de ações de política económica foi adotada no âmbito do que foi denominado Programa de Ação Económica (PAE), introduzida em 1983, com vista a revitalizar a economia, uma vez que as despesas do Estado e a quantidade de dinheiro em circulação tinham que se adequar à capacidade produtiva do país, sendo necessário reduzir ao mínimo os aumentos de salários e subvenções, para além de se operar outras modificações a longo prazo.

No entanto, como Wache (2018) refere, o PAE nunca foi implementado da forma como havia sido planeado, não dando os resultados esperados, pelas seguintes razões: o crescimento continuou a ser negativo e o aumento da produção agrícola foi insignificante; a produção local só podia satisfazer 10% das necessidades que o mercado tinha de bens alimentares; a indústria trabalhava entre 20% e 40% da sua capacidade instalada; os preços do mercado paralelo eram 20 a 40 vezes mais altos do que os preços oficiais. Entre 1981 e 1986, o produto nacional bruto diminuiu 30% e o consumo por pessoa tinha sido reduzido ainda mais, visto que a população tinha simultaneamente aumentado.

Para Abrahamson & Nilsson (1998), esta situação foi agravada pela seca que, no início da década de 1980, assolou o país e pela dependência das remessas dos trabalhadores das minas na África do Sul, que permitiam às populações compensar a sua baixa produção comprando bens alimentares no mercado. Na altura da independência, o número de trabalhadores nas minas sul-

africanas tinha sido reduzido drasticamente de 120.000 para 40.000, facto que, aliado ao colapso da rede comercial, criou uma vulnerabilidade nas províncias que mais dependiam daquelas, como foi o caso de Inhambane.

De realçar que, as agressões militares a que o país estava sujeito desde a independência, a estratégia de desenvolvimento socialista adotada pela FRELIMO, em 1977, a participação ativa do país na Conferencia de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), bem como o apoio de toda a região a um regime de maioria negra na África do Sul, constituíram fatores adicionais para o clima de vulnerabilidade a que o país esteve submetido naquela altura. Esta estratégia adotada pelo governo de Moçambique foi considerada desafiadora para o governo sul-africano e para vários grupos de interesse em Portugal e nos EUA.

A estratégia socialista levada a cabo pela FRELIMO fez com que Moçambique sofresse um isolamento político e diplomático por parte dos grandes doadores ocidentais, situação agravada pela expulsão de alguns diplomatas americanos em 1981 acusados de espionagem. Assim, apesar dos repetidos pedidos feitos pelo Governo de Moçambique para uma ajuda de emergência para cerca de 15 milhões de moçambicanos demorou mais de um ano até que os primeiros fornecimentos chegassem às populações.

A expulsão dos diplomatas americanos de Moçambique influenciou tanto os doadores ocidentais como os órgãos de apoio bilateral. Assim, *o Programa Mundial de Alimentação* (PMA), um órgão da ONU, recusou mandar ajuda alimentar para a província de Inhambane até que os problemas políticos com os EUA estivessem solucionados.

Entretanto, grandes esforços foram empreendidos pelo governo de Moçambique, visando encontrar novos aliados no ocidente tendo, durante o ano de 1983, melhorado as relações com os EUA. A necessidade urgente de ajuda alimentar internacional e de novos créditos internacionais, juntamente com a necessidade de apoio internacional político e diplomático para a luta contra o regime de minoria branca da África do Sul, fizeram, tal como refere Abrahamson & Nilsson (1997), com que Moçambique alterasse as suas alianças internacionais, virando-se para o ocidente. No entanto, foram impostas condições para Moçambique ter acesso à ajuda alimentar internacional, bem como o aumento do acesso a créditos internacionais e a prorrogação do prazo de pagamento das dívidas. Estas exigências incluíam a necessidade de introdução de uma

economia de mercado cuja estabilidade pudesse ser aprovada pelo FMI, a exigência incondescendente de negociações de paz com a África do Sul e de cessação do apoio de Moçambique ao CNA. Assim, em 1983, Moçambique deu início às negociações de paz com o regime minoritário da África do Sul.

Uma outra condição para Moçambique receber ajuda alimentar internacional era que o governo pudesse garantir que os bens alimentares chegavam realmente aos grupos-alvo e que a distribuição fosse feita por estruturas paralelas, separadas do Estado. Neste contexto, a organização não-governamental americana *Concerned Americans for the Reconstruction of Europe* (CARE) foi autorizada a ter uma responsabilidade executiva pela distribuição de ajuda alimentar de emergência. Isto aconteceria no âmbito da instituição moçambicana existente - o *Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais* (DPCCN) - e com subsídios para uma assistência técnica considerável. No entanto, vários observadores, especialmente os doadores multilaterais, não viram com bons olhos a grande influência que a CARE e os americanos iriam ter na distribuição de bens de emergência e durante longo tempo circularam em Maputo, rumores sobre ligações entre a CARE e a CIA (Abrahamson & Nilsson, 1994).

Perante os factos enunciados, era expectável o fracasso da estratégia de desenvolvimento económico adotada pelo Governo, cujas consequências eram a crescente perda da legitimidade do Governo da FRELIMO e o desespero que afetava várias camadas da população, essencialmente nas zonas rurais.

Evidentemente que o desconhecimento da realidade sobre as práticas populares na realização da produção por parte dos gestores e planificadores da URSS e dos países da Europa do Leste e também dos países nórdicos e a destruição sistemática dos fatores de produção ocorrida através da desestabilização rodesiana e sul-africana, aliadas às calamidades naturais, contribuíram para a frustração das expectativas em torno da estratégia adotada pelo governo no pós-independência. Tornava-se imperiosa a necessidade de adoção de outra estratégia que pudesse pôr fim ao enorme sofrimento a que as populações moçambicanas estavam votadas.

Foi neste contexto que se iniciou um processo de aproximação à África do Sul com vista a pôr fim ao processo de desestabilização, que levou à assinatura, em Março de 1984, do Acordo de Nkomati. Por outro lado, verificou-se uma aproximação aos países ocidentais numa tentativa

de estabelecimento de uma aliança com estes países para permitir o relançamento da economia moçambicana em moldes distintos dos adotados aquando da independência, em 1975. Porém, como Abrahamson e Nilsson (1994) constatam, apesar das medidas introduzidas pelo governo moçambicano, a desestabilização continuou sem sequer ter diminuído de intensidade e a continuação da seca piorou ainda mais a situação de Moçambique.

3.6. A Mudança de Estratégia Política e Económica: A Aproximação ao Ocidente

Como refere Wache (2018), as relações entre Moçambique e os países ocidentais foram profundamente marcadas pelo apoio concedido ao governo colonial português, pelos países da NATO, durante a luta contra os movimentos nacionalistas em África. Em Moçambique, este apoio concorreu para a radicalização das posições da FRELIMO que passou a procurar o apoio à sua luta nos países progressistas africanos, no movimento dos não-alinhados e nos países socialistas.

Esta configuração de alianças manteve-se até à proclamação da independência, onde nas celebrações, muitos países ocidentais, incluindo os EUA e a Alemanha Federal não foram convidados, para além de terem sido encerrados os seus consulados em Moçambique. Outros países da NATO, embora presentes, foram tratados superficialmente.

Contrariamente a estes países, vários grupos considerados progressistas dos países da NATO foram entusiasticamente recebidos, em reconhecimento ao apoio por eles concedido durante a luta de libertação nacional. A FRELIMO demonstrava assim, a distinção entre o povo e os governos dos países, no que concerne ao papel desempenhado por cada uma destas entidades no apoio à luta de libertação nacional.

Este clima de tensão manteve-se ao longo dos primeiros anos da independência de Moçambique tendo sido caracterizado por manifestações de hostilidade entre o governo de Moçambique e os países ocidentais, alegadamente, devido às ligações económicas e militares entre os países da NATO e a África do Sul. A presença de mercenários ocidentais no exército rodesiano, a campanha anti-moçambicana nos meios de comunicação ocidentais e a exclusão,

pelo Congresso dos EUA, da assistência económica a Moçambique, levantaram animosidades em relação aos países capitalistas avançados.

Pelo contrário, a sociedade civil dos países ocidentais permitiu o recrutamento de centenas de cooperantes provenientes da Europa Ocidental, EUA e Canadá, que vieram preencher o vazio criado pela fuga de técnicos, médicos, professores e engenheiros portugueses. Notável distinção deve igualmente ser feita ao apoio moral e material dado pelos países nórdicos, tanto no decurso da luta de libertação nacional, como no período pós-independência.

De acordo com Jafar (2017), os países nórdicos forneceram 55 milhões de dólares em subvenções à agricultura, considerada a maior subvenção atribuída por aqueles países, a um país do terceiro mundo. De acordo com estes autores, a Suécia concedeu uma assistência bilateral adicional que a tornou no doador mais importante para Moçambique.

Entretanto, por volta de 1978, o Governo de Moçambique mostrava-se interessado em estabelecer melhores relações com os EUA e os seus aliados, tendo os pronunciamentos oficiais começado a enfatizar a sua disponibilidade em desenvolver relações amigáveis e cooperativas com todos os Estados, independentemente do seu sistema social, na base da estrita igualdade, respeito absoluto pela soberania e integridade territorial, não interferência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios.

No âmbito destas diligências junto ao ocidente, o presidente moçambicano Samora Machel, manteve um encontro com o Presidente norte-Americano Jimmy Carter, tendo manifestado o desejo de esquecer o apoio que os EUA tinham dado a Portugal durante o período colonial. Para Samora Machel, as relações bilaterais com os EUA deveriam ser estabelecidas, pois, o Presidente Carter, em contraste com o seu antecessor, tinha desenvolvido uma política externa que podia dissociar os EUA das injustiças do colonialismo, racismo e Apartheid (Isaacman, 1983).

A abertura de Moçambique ao ocidente deveu-se a vários fatores, entre os quais o crescente reconhecimento de que as posições do ocidente a respeito da questão rodesiana e a ocupação ilegal da Namíbia não eram necessariamente incompatíveis com as de Moçambique, assim como a necessidade de estender os seus laços comerciais com os países ocidentais constituíram fatores determinantes para esta aproximação. Com efeito, a diversificação das suas

relações externas evitaria a dependência em relação a qualquer dos blocos em confronto na Guerra Fria.

No entanto, de acordo com Isaacman (1983), o fator mais significativo foi a constatação de que os países socialistas eram incapazes ou não estavam dispostos a fornecer capital e tecnologia avançada na escala que Moçambique necessitava. Efetivamente, os ambiciosos projetos de desenvolvimento que Moçambique possuía, estimados em um bilião de dólares, necessitavam de um grande investimento estrangeiro que somente os países capitalistas avançados eram capazes de providenciar.

Tabela nº3: Acordos de Empréstimos Fornecidos pelos Países Ocidentais a Moçambique, 1980 - 1982

Acordos de Empréstimos Fornecidos pelos Países Ocidentais a Moçambique, Entre 1980 e 1982		
País de Origem	**Valor do Empréstimo (em USD)**	**Fim a que se destina**
Grã-Bretanha	40 milhões	Não especificado
Holanda	15 milhões	Pacote de empréstimo (negociado)
Itália	140 milhões	Ajuda aos setores agrícola e industrial (por 10 anos)
França	450 milhões	Financiar uma fábrica de camiões e um projeto de algodão
Canadá, Portugal, França	170 milhões	Reabilitação de ferrovias
Grécia e Países Baixos	Não Especificado	Assistência para a reabilitação do Porto da Beira

Fonte: Isaacman (citado por Massangaie, 2017).

No mesmo período, não obstante a proibição do Congresso norte-americano de ajuda bilateral e não-humanitária a Moçambique, os EUA garantiram o fornecimento de locomotivas da *General Electric*, produzidas no Brasil. De referir ainda que, com o apoio dos países do ocidente, esperava-se também encorajar os membros da NATO a pressionar a África do Sul a limitar as atividades do MNR, que movia uma guerra de destruição em grande escala no país.

Isaacman, (1983) afirma que Moçambique e a Suécia assinaram, em 1981, um acordo comercial que conferia aos dois países o estatuto de nação mais favorecida no seu comércio bilateral. Outros acordos bilaterais com países da Europa Ocidental prometiam fundos para serem utilizados na segunda fase da construção da imensa Hidroelétrica de Cahora Bassa, no alargamento das linhas elétricas ao norte de Moçambique e na construção de fábricas têxteis em cada uma das províncias do país.

Para Isaacman (1983), o financiamento da fábrica têxtil em Mocuba por um consórcio de capital francês, italiano e romeno sugere que Moçambique estava ansioso em transcender a divisão, este-oeste a fim de atingir os seus objetivos de desenvolvimento.

Grandes empresas também assinaram contratos de exploração de petróleo e gás, mas apesar destes acordos, Moçambique ainda não tinha capital estrangeiro suficiente para implementar muitos dos seus grandes projetos de desenvolvimento.

Além dos acordos económicos assinados com países ocidentais, Moçambique aceitou uma oferta de assistência militar de Portugal para ajudar a frustrar ataques do MNR e incursões sul-africanas, como parte de um acordo mais amplo, assinado em 27 de Abril de 1982. O compromisso militar de Portugal, na sequência da bem-sucedida visita do Presidente António Ramalho Eanes a Moçambique, seis meses antes, assinalou uma grande melhoria nas relações de Moçambique com a antiga potência colonial e marcou a primeira vez em que se voltou para o ocidente, para receber assistência militar. O acordo incluía tanto o material de guerra, quanto o treino de oficiais moçambicanos em Portugal. Em Junho, chegou um carregamento de armas e uniformes portugueses, que o governo distribuiu imediatamente às forças armadas (Isaacman, 1983).

No segundo semestre de 1983, o Presidente Samora Machel realizou a sua primeira visita a Portugal tendo igualmente visitado a França e a Grã-Bretanha. Para Ratilal (2006), foram certamente os encontros com o Presidente François Miterrand e a Primeira-ministra Margareth Thatcher que facilitaram a visita que o Presidente de Moçambique viria a realizar aos EUA, em 1985, a convite do Presidente Ronald Reagan.

De referir, no entanto, que, embora a abertura ao ocidente tenha acrescido uma nova dimensão à política externa de Moçambique, esta não alterou de forma alguma o seu

alinhamento internacional básico. As relações com os EUA em particular, deterioraram-se acentuadamente devido à dura postura anticomunista e pró-África do Sul da administração Reagan. Por outro lado, a expulsão de vários funcionários da Embaixada dos EUA considerados agentes infiltrados da CIA e acusados de terem fornecido informações que facilitaram ataques por parte das forças de defesa sul-africanas aos subúrbios de Maputo, em 1981, vieram a agravar o clima de tensão entre os dois países.

De realçar ainda que, segundo Isaacman (1983), na sequência dos eventos supracitados, a administração Reagan recusou-se a substituir o embaixador dos EUA que tinha partido vários meses antes, piorando as relações bilaterais tendo o governo americano recusado a compra de aviões Boeing 707 e de material agrícola que Moçambique tanto necessitava.

As Autoridades moçambicanas criticaram os esforços ocidentais para tirar Moçambique da alçada do campo socialista ou de violar a sua soberania tão bruscamente quanto as táticas usadas pelos soviéticos para obterem uma base naval no território.

No caso mais célebre, Moçambique rejeitou publicamente uma subvenção de 10 milhões de dólares e a oferta de uma estação de satélite terrestre da Alemanha Ocidental porque o acordo continha uma cláusula exigindo o reconhecimento de Berlim Ocidental como um Estado da Alemanha Ocidental (Isaacman, 1983).

Entretanto, encarando sérios problemas estratégicos e económicos, Moçambique viria a assinar relutantemente, em 1982, a "Cláusula Berlim" como parte de um acordo comercial com a Alemanha Ocidental, facto que não agradou à Alemanha Oriental. Este acordo abriu caminho para maiores acordos económicos com o Governo de Bona e, em Agosto de 1982, uma delegação moçambicana de alto nível visitou a Alemanha Ocidental procurando ajuda para o seu sistema de transportes e comunicações.

De referir que, nessa altura, Moçambique rejeitou sugestões de que devia pedir empréstimos às instituições financeiras internacionais controladas pelo ocidente, nomeadamente, o FMI e o BM (Isaacman,1983). O governo moçambicano acreditava que as exigências que aquelas instituições faziam aos países recetores, como condição para a sua assistência, iriam comprometer a autonomia económica de Moçambique.

De acordo com Isaacman (1983), esta postura das autoridades moçambicanas tinha-se verificado igualmente em relação à assinatura da Convenção de Lomé que iria ligar Moçambique à Comunidade Económica Europeia (CEE). Para este autor, as autoridades moçambicanas afirmavam que iriam continuar a privilegiar acordos bilaterais com os países ocidentais, em detrimento dos acordos multilaterais.

Importa realçar que, até 1982, o governo de Moçambique procurava formular uma política externa na qual a autonomia, o não-alinhamento e as relações especiais com os países socialistas continuariam a definir o quadro ideológico para políticas específicas. Neste contexto, as mais altas prioridades do país continuavam a ser o fortalecimento das suas capacidades de segurança, diversificação das suas relações económicas e redução da influência regional da África do Sul.

Nesta altura, havia sinais de que Moçambique estava a ser empurrado mais profundamente para os países socialistas, mas, por outro lado, havia uma crença profunda de que o país podia prosseguir melhor os seus objetivos, diversificando as suas relações internacionais e mantendo a sua identidade socialista. No entanto, a situação catastrófica em que Moçambique se encontrava, por volta do ano 1983, e a recusa dos países do COMECON em fornecer o apoio que Moçambique necessitava para fazer face à crise em que se encontrava, levaram o país a procurar uma maior aproximação aos países ocidentais. Esta situação levou o governo de Moçambique a recorrer às instituições financeiras internacionais, nomeadamente o BM e o FMI, tendo remetido um pedido de adesão a estas instituições em 1984.

Estas instituições internacionais apresentaram como condição prévia a necessidade de um acordo sobre o PRE, que o governo moçambicano apresentou, em janeiro de 1987, tendo-se chegado a acordo com estas ainda no mesmo ano.

O PRE foi alargado, em 1990, no encontro do grupo consultivo de Paris, levando mais em consideração as dimensões sociais da reabilitação económica, designando-se Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). De acordo com Abrahamson e Nilsson (1997), os objetivos deste programa eram os seguintes: parar a diminuição da produção; assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo; reinstalar o balanço macroeconómico através da diminuição do *déficit* orçamental; e reforçar a balança de transações

correntes e a balança de pagamentos. Para a materialização destes objetivos foram delineadas várias medidas políticas a nível financeiro, monetário e comercial, incluindo, segundo Abrahamsson & Nilson (1994), entre outras medidas: *A reestruturação e/ou privatização de empresas estatais; A priorização da agricultura privada e em pequena escala; A liberalização do comércio; A abolição do sistema de preços fixos; O aumento das receitas do Estado através de tributação eficiente; A diminuição das despesas através da abolição de subvenções aos consumidores.*

Podemos afirmar, em suma que o PRES constituiu o mecanismo para a introdução da economia de mercado, em substituição da economia centralmente planificada adotada logo após a independência de Moçambique. Esta alteração da política de desenvolvimento comportou naturalmente um elevado custo social que devia ser pago a curto prazo, principalmente entre a população das cidades.

De referir, no entanto, que, com a implementação do PRES, se verificou nos primeiros anos um abrandamento da descida da produção no período compreendido entre 1983-1986. Assim, entre os anos 1987-1989, assistiu-se um crescimento anual de cerca de 5% que, no entanto, foi interrompido em 1990, situação que prevaleceu durante o ano de 1991. Porém, de um modo geral, tem-se verificado um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) desde a introdução da economia de mercado em Moçambique (Abrahamson & Nilsson, 1995).

No âmbito político, torna-se necessário realçar que a transformação da FRELIMO em partido de vanguarda marxista-leninista em 1977, talvez tenha sido um dos mais graves erros cometidos por esta organização que através de um sistema monopartidário, passou a governar Moçambique. Esta decisão atraiu o ódio das forças mais extremistas do ocidente que passaram a considerar Moçambique como um satélite da URSS.

Como constatou Veloso (2007), esta decisão facilitou a ação dos chamados “falcões”, setores mais agressivos do mundo ocidental contra Moçambique, incluindo os regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia. Assim, Moçambique passou a ter uma fronteira de mais de mil quilómetros permeáveis a ação destes dois regimes hostis e muito violentos, além do regime de Banda, no Malawi, que era considerado igualmente hostil ao governo de Moçambique dirigido pela FRELIMO.

Tendo constatado a ineficácia da estratégia política e económica adotada após a independência, paralelamente à implementação do PRES, foram tomadas várias medidas de índole política. Estas medidas culminaram com a aprovação, em 1990, de uma nova constituição que preconizava o abandono da via de desenvolvimento socialista e a introdução de um sistema multipartidário e, tal como se mencionou acima, a economia de mercado (Abrahamsson & Nilsson, 1997).

Com a aprovação da constituição de 1990, o país passou a designar-se "República de Moçambique" em substituição da denominação "República Popular de Moçambique" adotada aquando da proclamação da independência nacional. Subsequentemente, foram introduzidos todos os elementos caracterizadores de um sistema político democrático e multipartidário no país, nomeadamente, a realização de eleições gerais para o cargo de Presidente da República, dos deputados da Assembleia da República, entre outras medidas.

Estes desenvolvimentos ocorrem ao mesmo tempo que, entre meados de 1990 e Outubro de 1992, decorriam em Roma, negociações entre o governo de Moçambique e a RENAMO para pôr fim à guerra em Moçambique. Assim, a RENAMO apresentou exigências que foram incorporadas na nova constituição, possibilitando a sua participação nas eleições como um partido político. A 4 de Outubro de 1992, foi assinado em Roma o AGP, pondo fim a cerca de dezasseis anos de guerra que tinha contornos de guerra de desestabilização de origem externa e de guerra civil.

É deste modo que a política externa de Moçambique independente teve determinantes internos e externos. O contexto de Guerra Fria, em que foi proclamada a independência do país, no qual a FRELIMO se mostrou inclinada para os países socialistas, bem como a existência na região de dois regimes minoritários e racistas, são fatores que contribuíram sobremaneira para o fortalecimento das alianças iniciadas no período da luta de libertação nacional.

A determinação da FRELIMO, como partido único no governo de Moçambique, de apoiar os movimentos de libertação no Zimbabwe, África do Sul e Namíbia e a subsequente desestabilização económica, política e militar, levada a cabo pelos regimes minoritários da Rodésia e África do Sul, constituíram fatores determinantes das opções de política externa que influenciaram as decisões do governo moçambicano naquela altura.

Fatores internos incluem a estratégia de desenvolvimento socialista adotada pelo governo de Moçambique que implicavam a sua determinação em estreitar os laços estabelecidos desde os tempos da luta de libertação nacional com os países do Bloco de Leste, considerados "aliados naturais". Por outro lado, a decisão de se transformar a FRELIMO em partido marxista-leninista de vanguarda, a hostilização da Igreja e das autoridades tradicionais foram fatores que estiveram por detrás da prolongada instabilidade registada no país e da exacerbação dos alinhamentos internacionais que só vieram a conhecer o seu fim com as mudanças económicas e políticas iniciadas na primeira metade dos anos 1980.

Com a adoção de um sistema político do tipo socialista, Moçambique tornou-se, na prática, um peão na Guerra Fria, tendo os países ocidentais, de uma maneira geral, como seus adversários. O aproveitamento desta opção por parte dos que lutavam contra a FRELIMO, tanto dentro como fora do país, concorreu para o clima de desestabilização política, económica e social que se assistiu desde os primórdios da independência até ao término da guerra civil em 1992.

Saliente-se ainda que a opção política e económica da FRELIMO, ao tomar partido nas superpotências em luta durante a Guerra Fria, nomeadamente, ao aproximar-se da URSS em oposição aos EUA, constituiu um retrocesso em relação à política externa deste movimento durante a luta de libertação nacional, conforme se pode depreender das afirmações de Veloso (2007):

> Se tivéssemos prosseguido com a linha política de defesa do interesse nacional, seguida durante a luta de libertação, isto é, de aumentar sempre o número de amigos e reduzir os inimigos, princípio que levou ao completo isolamento do colonialismo português, seria seguramente um aspeto positivo para o desenvolvimento do país. Para isso, teríamos que fixar objetivos estratégicos de longo prazo, claramente definidos e assumidos por todos, que seriam a erradicação da miséria, da fome, da ignorância e da doença. Todas as políticas teriam que ser feitas para implementar a defesa destes objetivos nacionais prioritários.

Entretanto, Veloso (2007) evidencia os seus receios em relação à URSS e os países de leste afirmando que, qualquer líder que definisse esta estratégia de longo prazo se arriscaria a sofrer a inevitável hostilidade do leste e dos seus aliados e, no mínimo, ser acusado de "lacaio do

imperialismo". Foi o que fizeram para tentar isolar Eduardo Mondlane, acusando-o de ser um agente do imperialismo americano, nos primórdios da luta de libertação nacional.

Estas revelações tornam patente o dilema em que se encontravam os *decisions makers* sobre a política externa de Moçambique na vigência da Guerra Fria. Esta situação concorria para a fragilização de quaisquer atributos de soberania dos países africanos por parte dos países mais fortes de ambos os lados em confronto.

Importa sublinhar que, no processo de tomada de decisão em política externa, os conceitos de autonomia e soberania dos Estados assumem uma importância particular e vital, tanto nos atores não-estatais como nos Estados africanos pós-coloniais. As suas decisões eram constrangidas por vários fatores, tanto internos como externos. Os fatores externos, tais como a confrontação leste-oeste pelo controlo de zonas de influência e as limitações financeiras impostas a estas entidades, concorreram para formatar grande parte das decisões tomadas pelos seus líderes em matéria de política externa, corroendo consideravelmente a sua soberania. A definição de um Estado soberano é bastante elucidativa a este respeito:

Segundo Brucan (1971. p. 197) um Estado é soberano, visto de fora, se as suas decisões não podem ser comandadas ou revertidas dependendo do seu ambiente; visto de dentro, é soberano se possui um mecanismo estável e coerente de tomada de decisão dentro das suas fronteiras. Para se estar certo, a soberania da Nação-Estado tem duas facetas: um poder supremo no interior e independência de fora, que é o direito exclusivo de decidir livremente, sem nenhuma interferência de fora, sua política interna e externa. É por isso que a soberania está inseparavelmente ligada à noção de igualdade entre os Estados seja qual for o seu tamanho e poder e com a noção de não interferência nos assuntos internos dos Estados.

Estes pressupostos, aplicados à realidade dos Estados africanos revelam as grandes fragilidades que têm no que se refere à sua soberania plena. De um modo geral, estes Estados são constrangidos no seu processo de tomada de decisão em política externa pelas decisões dos Estados política e economicamente mais fortes.

Na prática, as grandes potências tendem a corroer a soberania das nações pequenas (ou mais fracas) e a interferir nos seus assuntos internos, impondo a sua dominação ou vontade. Assim, a política externa dos Estados mais fracos é, muitas vezes, influenciada pelos interesses

dos Estados mais fortes, enquanto que o vital para uma nação é que as suas decisões sejam de dentro e não impostas ou revertidas a partir de fora (Brucan, 1971).

Esta foi a realidade de Moçambique durante a vigência da Guerra Fria, no que concerne à formulação e implementação da sua política externa. As suas decisões eram influenciadas pelos Estados mais fortes de ambos os blocos em confronto. O facto de ter optado pela adoção de um sistema socialista colocou o país em oposição a todos os Estados que não aprovavam aquele sistema, o que concorreu para o insucesso dos seus esforços iniciais na sua inserção tanto na região como no mundo.

Entretanto, o fim da bipolaridade no sistema internacional, em finais da década de 1980, bem como o colapso do regime do Apartheid na África do Sul, facilitaram o processo de mudanças já iniciados durante a governação de Samora Machel e que tiveram a sua continuação durante a governação de Joaquim Chissano (1986-2005).

Segundo a análise de Wache (2020), apesar de ter dado continuidade à política iniciada pela presidência de Samora Machel, na qual era Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chissano continuou com os alinhamentos anteriores mantendo o apoio da RPC, da URSS, dos países não-alinhados e dos países progressistas africanos, numa abordagem que reafirmava o carácter colegial das decisões tomadas pelo governo de Moçambique na altura.

Com efeito, tornava-se patente que a aliança dos países socialistas não era apenas uma decisão do líder proeminente, Samora Machel, mas resultado de consensos entre as coligações existentes na FRELIMO e no Estado moçambicano. Por isso, mesmo depois da morte de Samora Machel, a luta contra o regime do Apartheid, bem como contra a RENAMO, continuou por cerca de seis anos, até à assinatura do AGP em Roma, em 1992.

Evidentemente que a alteração da correlação de forças ao nível do sistema internacional, a partir de finais da década de 1980, e ao nível da região da África Austral, a partir de inícios da década de 1990, contribuiu para o envolvimento de vários atores internos e externos na procura de uma solução pacífica para o conflito na África Austral, em geral, e em Moçambique, em particular. Por isso, foi no período de governação de Joaquim Chissano (1986-2005) que se verificaram os esforços mais consistentes para a resolução do conflito em Moçambique com o envolvimento de atores, tanto ocidentais como do resto do mundo, na busca de paz para o país.

Para Chissano (2019), o advento da democracia e da economia de mercado marcaram o afastamento total das alianças formadas no contexto da Guerra Fria e a abertura de Moçambique ao ocidente e ao mundo. A partir dessa altura, a política externa de Moçambique passou a ser diversificada, embora numa primeira fase estivesse virada para a resolução dos graves problemas políticos, económicos e sociais em que o país se encontrava atolado após décadas de guerra.

O relançamento da economia através da atração de investimentos e o estabelecimento de parcerias com vários países, incluindo os países da Europa Ocidental congregados no G19, bem como o envolvimento de economias emergentes como a RPC, a Índia, o Brasil, a África do Sul, os Emirados Árabes Unidos e muitos outros parceiros, constituíram características fundamentais da política externa de Moçambique nesta fase.

A nível regional, a abordagem anterior traçada no contexto da procura de redução de dependência em relação à África do Sul foi alterada a partir do início da década de 1990 com a criação da SADC, uma comunidade virada para a promoção do desenvolvimento dos países da região da África Austral. O grande protagonismo demonstrado por Samora Moisés Machel nos Estados da linha da frente passou a ser substituído pelo grande envolvimento de Joaquim Chissano nos assuntos de integração regional. Este envolvimento, tanto como dirigente da cúpula da SADC e do seu Órgão para a Cooperação em Política, Defesa e Segurança, bem como no desempenho de importantes funções na resolução de conflitos inter ou intraestatais na região, deu origem a diversos atos relevantes de política externa de Moçambique na região durante a governação de Chissano.

A nível interno, Chissano notabilizou-se pelo seu empenho na busca da paz para o país após constatada a impossibilidade de se chegar à vitória contra a RENAMO por via militar. Tendo chegado à mesma conclusão, o líder da RENAMO, Afonso Dlakama viria a assinar com o governo de Moçambique, liderado por Joaquim Chissano, o respetivo AGP em 1992, em Roma, colocando-se deste modo, como um obreiro da paz, conjuntamente com Chissano. Com efeito, durante cerca de vinte anos após o acordo, viveu-se em Moçambique um clima de paz, que foi propício para o relançamento da economia do país e da promoção do seu desenvolvimento político, económico e social, que o tornou uma referência no mundo no que se refere ao crescimento económico sustentável e à promoção da paz e da democracia.

Este clima de paz viria, no entanto, a ser quebrado no princípio da década de 2010 durante a presidência de Armando Emílio Guebuza (2005-2015), antigo Comissário Político Nacional, nos tempos da luta de libertação nacional, que mais tarde desempenhou diversos cargos governamentais. Guebuza levou uma política externa eminentemente liberal, alargando a colocação de Moçambique como um destino privilegiado de todos quantos nele quisessem investir permitindo, deste modo, a criação de riqueza para o país e para os investidores. No entanto, a nível interno, Guebuza era considerado pouco aberto ao diálogo, tendo apostado fortemente no fortalecimento do seu partido, a FRELIMO, e no reforço da capacidade defensiva do país. Isto levou ao aumento de hostilidades com a RENAMO, cujo líder se retirou para as matas, de onde se reiniciou um processo de intimidação e de constantes ataques.

Armando Guebuza continuou, no entanto, a mostrar um grande entusiasmo pela causa da região da África Austral e veio, também, a protagonizar um facto digno de realce nas relações com a antiga potência colonial. Trata-se da reversão da Barragem de Cahora Bassa, em 2006, para a jurisdição nacional, através de negociações amigáveis com Portugal e outros investidores envolvidos na exploração daquela importante e estratégica infraestrutura económica. Manteve também, relações de amizade com vários países, tanto ocidentais como do resto do mundo, num contexto de crescente liberalismo económico no país.

A sua governação viria no entanto, a ser manchada por escândalos ligados à descoberta de dívidas consideradas "ocultas", contraídas para a formação de empresas alegadamente viradas para o reforço da segurança e soberania nacionais, através da exploração de recursos pesqueiros como o atum e a garantia de proteção costeira e a assistência marítima aos navios que demandam a costa moçambicana ou que estejam envolvidos na exploração de recursos como o gás natural e outros, nas bacias fluviais e nas águas marítimas e interiores de Moçambique. Na prossecução deste objetivo, dívidas avultadas foram contraídas à revelia das instituições financeiras internacionais (FMI e BM) e outros parceiros de cooperação como o G19, o que levou ao cancelamento dos créditos concedidos por estas instituições a Moçambique.

Armando Guebuza viria a ser sucedido, na condução dos destinos do país por Filipe Jacinto Nyusi, em eleições realizadas em Outubro de 2014, naquilo que é considerado como a rutura da liderança do país com a geração da luta de libertação nacional. A contestação dos resultados eleitorais de 2014, por parte da RENAMO e do seu líder Afonso Dhlakama, levou ao

reatamento das hostilidades entre o governo e o antigo movimento rebelde, o que constituiu um grande desafio para a governação de Nyusi.

A principal reivindicação do líder da RENAMO, apresentada após a eleição de Nyusi, foi a governação das cinco províncias do centro e norte de Moçambique onde a RENAMO supostamente terá ganho as eleições de 2014. Diversas iniciativas para a resolução deste diferendo não surtiram os efeitos desejados, incluindo a criação de comissões de negociação compostas pelas partes desavindas com o envolvimento de observadores nacionais e, mais tarde, de mediadores internacionais. Somente em finais de 2016, na sequência de iniciativas individuais do Presidente Nyusi, junto do líder da RENAMO, se logrou o alcance de uma trégua que se espera seja o prenúncio de uma paz longa e duradoura em Moçambique.

Apesar das tomadas de decisão ao nível do Estado serem feitas por coligações e grupos de interesses diversos, que podem dificultar a governação de Nyusi, a aversão à guerra, por parte de vastos segmentos da sociedade moçambicana e a necessidade de continuação da promoção do crescimento económico vivenciado desde meados da década de 1980, constituem fatores mais atraentes do que o recurso à guerra.

De referir que após a sua eleição, em 2014, Nyusi realizou visitas à Itália, Portugal, EUA, Tanzânia, Zâmbia, África do Sul, Zimbabwe, Índia, Alemanha, Angola, Bélgica. Pode depreender-se que o Chefe de Estado moçambicano estava determinado em continuar uma política externa virada para a procura de "mais amigos e mais parcerias", conforme preconizado na política externa de Moçambique oficialmente promulgada, pela primeira vez, em 2010.

3.7. A Política Externa entre 1986 a 2020

Na primeira metade da década de 1980, a situação política, económica e social de Moçambique era deplorável. A devastação provocada pela guerra de desestabilização e pela seca debilitante, aliada ao declínio substancial do apoio dos principais parceiros económicos do país, originaram a procura de fontes alternativas de financiamento no ocidente. Foi assim que o governo de Moçambique, sob a liderança de Samora Machel, iniciou um processo de viragem com a aproximação aos países ocidentais após ter constado a incapacidade dos países socialistas

em satisfazer as necessidades do governo moçambicano para fazer face às consequências da guerra de desestabilização e da seca.

Foi, contudo, na vigência da governação de Joaquim Chissano (1986-2005) que essas mudanças se tornaram efetivas e irreversíveis, facilitadas pelo fim da Guerra Fria, em finais da década de 1980 e pela queda do regime do Apartheid na África do Sul, no início da década de 1990. Assim, por volta de 1984, Moçambique passou a receber assistência de doadores ocidentais, cuja influência levou à introdução de várias medidas de reforma económica, que culminou na adoção de uma economia orientada para o mercado em 1987 (Lhalbahadur & Otto, 2013). Conforme estes autores, estas medidas abriram caminho para um abrangente processo de paz que levou à cessação da guerra civil, em 1992, com a assinatura do AGP e às eleições democráticas realizadas de 27 a 29 de Outubro de 1994.

Como foi anteriormente referido, o envolvimento com atores ocidentais surgiu da necessidade de resolver a paralisante crise humanitária, surgida da combinação da guerra e da seca, enquanto simultaneamente o governo de Moçambique lutava por uma maior autonomia da África do Sul. O apoio de doadores para o processo de paz em Moçambique fez provisões para o desmantelamento das forças da RENAMO e a integração de suas tropas num exército nacional unificado. O AGP também assegurou a reforma e a desmobilização de várias forças de segurança e a reintegração do território dirigido pela RENAMO numa única administração estatal e abriu caminho à realização das primeiras eleições multipartidárias desde a independência.

Nessas eleições, a FRELIMO obteve 53% dos votos, enquanto o principal partido da oposição, a RENAMO 33,7%.

Para Lhalbahadur e Otto (2013), a cessação das hostilidades e a realização das eleições estabeleceu o sentido de legitimidade que a FRELIMO tinha estado à procura através da guerra, e permitiu ao novo governo forjar um novo caminho para o desenvolvimento de Moçambique, baseado em princípios de capitalismo de livre-mercado e democracia multipartidária. Para estes autores, a cessação das hostilidades levou também a uma fase distinta na política externa de Moçambique, na qual o envolvimento internacional era atraído para apoiar as suas necessidades imediatas, de médio e longo prazo.

De realçar que, após a guerra civil terminada com o AGP, assinado em Outubro de 1992, Moçambique era um país devastado por uma guerra que produziu mais de um milhão de mortos e cerca de cinco milhões de deslocados, para além de inúmeras infraestruturas económicas e sociais destruídas. Esta situação originou uma grave crise humanitária, exacerbada pela seca devastadora que assolou o país no início da década de 1980.

De acordo com Lhalbahadur e Otto (2013), o produto nacional bruto *per capita* de Moçambique era de 374 dólares, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0.202, o que o colocava como o quarto país menos desenvolvido no mundo em 2013. Como estes autores constataram, o fim da guerra implicou a reconstrução do país em todas as dimensões da vida, o que incluiu a necessidade do estabelecimento de instituições e normas para o envolvimento político do país e evitar o ressurgimento da guerra civil.

Moçambique abriu-se ao investimento direto estrangeiro promovendo as suas potencialidades económicas e criando facilidades para a atração do investimento para assegurar a sustentabilidade económica a longo prazo. Iniciou também um processo de reconstrução e criação de infraestruturas económicas e sociais para promover o desenvolvimento e aumentar o acesso à educação, saúde e bens de consumo para as comunidades.

De referir ainda que, embora a assistência dos doadores internacionais tenha ajudado a enfrentar os esforços imediatos de reconstrução no pós-conflito, Moçambique também procurou estabelecer relações mais próximas na região, assegurando a sua segurança a longo prazo. Como afirmam Lhalbahadur e Otto (2013), no período imediato após a guerra civil, o governo de Moçambique recebia assistência de uma coligação de apoio canalizado primeiro através da Operação das Nações Unidas para Moçambique (ONUMOZ) e o G19, ao mesmo tempo que se integrava melhor na região da África Austral.

O mandado da Operação das Nações Unidas para Moçambique (ONUMOZ), que entrou em efeito após o AGP, foi assinado em 1992 e compreendia componentes de intervenção política, militar, eleitoral e humanitária. Fortes intervenções bilaterais a partir da comunidade doadora, reforçaram a atividade da ONUMOZ. Muitos doadores, particularmente os países nórdicos, tinham ao longo de décadas, experiência em trabalhar com Moçambique e ofereceram apoio flexível e *ad hoc* à ONUMOZ para ultrapassar as dificuldades de implementação da sua

missão. Estas intervenções tornaram possível enfrentar rapidamente as necessidades de desmobilização, desarmamento, reintegração e a desminagem das zonas rurais.

Após a resolução das primeiras tarefas pós-guerra, a assistência ao desenvolvimento começou a ser desembolsada através do apoio geral ao orçamento, de acordo com os princípios da Declaração de Paris, que encorajava uma maior cooperação e a delimitação das atividades entre os doadores e o governo (Lalbahadur & Otto, 2013). Para estes autores, em Moçambique, isto significava que o governo tinha em princípio, tomado o papel de liderança na coordenação e implementação de amplas estratégias de alívio à pobreza, enquanto aderia aos princípios da democracia, transparência e boa governação, com considerável supervisão proveniente do G19.

A adesão aos princípios de democracia e do liberalismo económico não ocorreu sem sobressaltos, pois, registaram-se problemas de prestação inadequada de contas, falta de transparência, crescente intolerância política e limitações na participação da sociedade civil. Embora se tenha enfatizado a transparência e prestação de contas aos doadores, o mesmo não pode ser dito para a prestação de contas e transparência entre instituições do Estado ou entre o Estado e a sociedade (Lhalbahadur & Otto, 2013). As lacunas legais existentes incluíam a ausência de um papel formal para a Assembleia da República desenhar os objetivos estratégicos, sob os quais o governo pudesse prestar contas ou no desembolso e uso dos fundos alocados.

Torna-se necessário salientar que estas lacunas legais concorreram para a ocorrência de problemas na gestão económica do país, principalmente, durante o último mandato do Presidente Armando Guebuza que terminou em Outubro de 2014, em relação à aquisição de barcos para a Empresa Moçambicana do Atum (EMATUM), que despoletou um aceso debate no seio da sociedade moçambicana. Mais tarde, constatou-se a existência de outras dívidas contraídas pelo governo no mesmo período que não tinham sido reportados nem às instituições nacionais, como a Assembleia da República, nem às instituições internacionais, como o FMI, o BM e os parceiros de cooperação ocidentais. As instituições financeiras internacionais acabaram por suspender o apoio financeiro que davam a Moçambique, o mesmo acontecendo com os parceiros europeus congregados no G19[43].

[43] Grupo, dos 19 doadores internacionais, O G-19 é o principal fórum que discute aspetos da governança económica mundial capaz de influenciar a agenda internacional. Os seus participantes que promovem debates sobre os

A polémica resultante deste endividamento, acabou por levar os representantes do governo encabeçados pelo Primeiro-Ministro Carlos Agostinho do Rosário a deslocarem-se a Washington-DC, em Abril de 2016, e mais tarde o Chefe de Estado Filipe Nyusi, para prestarem os devidos esclarecimentos sobre a natureza das dívidas "ocultas" contraídas pelo Governo. Na ocasião, o governo tornou públicas as dívidas contraídas para a criação das empresas *Proíndicus* e *Mozambique Assets Management* (MAM), para além da dívida com a EMATUM à revelia das instituições nacionais, como a Assembleia da República, o BM, o FMI e a sociedade civil, em geral.

Este facto demonstra as grandes fragilidades existentes no funcionamento das instituições moçambicanas e evidencia a fraca participação da sociedade civil em assuntos de interesse público e nacional. Por isso, Lhalbahadur e Otto (2013) consideram ser imperativo para Moçambique tomar um papel mais forte na coordenação e aproveitamento do apoio internacional para o desenvolvimento do país. No entanto, o governo tem tentado aumentar a sua autonomia internacional através da participação regional visando fortalecer a sua independência económica. Para Lhalbahadur e Otto (2013), a participação regional do país, neste período, está bifurcada em duas estratégias. A primeira é a tentativa de construir fortes relações bilaterais com os seus vizinhos imediatos, focando-se no comércio e resolvendo desafios partilhados de desenvolvimento através das infraestruturas. A segunda é a sua contribuição para a paz e segurança através da SADC.

Refira-se, no entanto, que Moçambique tem dado primazia às relações com países africanos, que se reflete no facto de que um terço das missões diplomáticas estão baseadas no continente africano. Com efeito, das 35 embaixadas que Moçambique opera pelo mundo, 11 estão baseadas em África, nomeadamente, em Angola, Botswana, Egito, Etiópia, Quénia, Malawi, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Desta forma, Moçambique cobre, em termos da localização das embaixadas, todos os seus vizinhos imediatos e outros parceiros-chave, incluindo a União Africana (UA) e a SADC (Lhalbahadur & Otto, 2013).

---

principais problemas globais são: Países desenvolvidos: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, etc (Chichava, 2012.)

De referir que a política externa de Moçambique conheceu um carácter muito pragmático, desde os tempos da luta armada de libertação nacional até o ano de 2010, quando foram publicados dois *white papers* sobre a política externa e sobre a cooperação internacional. Segundo estes documentos, os princípios da política externa de Moçambique incluem a defesa da soberania, a promoção da democracia, direitos humanos, o Estado de Direito e o desenvolvimento socioeconómico, manutenção de laços especiais de amizade, o estabelecimento de novas amizades baseadas no respeito mútuo, solidariedade, contribuir para o esforço global para a paz e segurança por reconhecer a primazia da resolução negociada de conflitos e usar a força somente em casos de autodefesa (Constituição da República de Moçambique, 2011).

No *white paper*, sobre a política externa de Moçambique, publicado em 2010, refere-se que a política visa "fazer mais amigos, promover mais parcerias" e tem como visão defender o interesse nacional, fazer mais amigos e diversificar parcerias no mundo, contribuir para a paz e o progresso da humanidade, projetando sempre o bom nome e a boa imagem de Moçambique na arena internacional.

Missão da política externa de Moçambique visa implementar uma ação diplomática proativa com vista a contribuir para a consolidação da paz e estabilidade, a erradicação da pobreza, a promoção da democracia e dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável em Moçambique, na África e no mundo (Boletim da República de Moçambique, I Série, Nº 34, 2010).

Lhalbahadur e Otto (2013) consideram, relativamente à política externa de Moçambique, apresentada em 2010, que o país propõe uma agenda orientada para o desenvolvimento e dedica uma abordagem cooperativa e multilateral. Estes autores consideram ainda que o país se orienta no sentido de fazer uma "contribuição modesta" para o alcance da paz e prosperidade na região austral de África. *(ibid).*

Na prossecução dos interesses nacionais de preservação da paz e estabilidade, da consolidação da democracia e de promoção do desenvolvimento socioeconómico, científico e cultural, a política externa de Moçambique preconiza a necessidade de continuar a ser um ator ativo no contexto regional e internacional em prol da paz, democracia e progresso. Estes objetivos serão conseguidos através da promoção do diálogo e desenvolvimento das relações de

amizade e de cooperação mutuamente vantajosas com Estados, organizações e outros atores internacionais com base no respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios (Boletim da República de Moçambique, I Série, Nº 34, 2010).

Tendo em consideração o atual contexto nacional e internacional, a política externa de Moçambique guia-se, segundo o Boletim da República supracitado (I Série, Nº 34, 2010), pelas seguintes linhas de ação estratégicas:

- Definição das prioridades e interesses de Moçambique em relação a cada país, região geográfica e organização internacional;
- Maximização e capitalização das relações especiais com os países da região;
- Aprofundamento das relações de amizade e cooperação com os diferentes países;
- Realização de uma diplomacia económica forte e proativa com vista a identificação e aproveitamento de oportunidades de cooperação e parcerias multiformes existentes nas diferentes regiões do mundo;
- Promoção da imagem positiva de Moçambique, nomeadamente através da divulgação das potencialidades económicas e socioculturais do país no exterior;
- Interação permanente e regular com organizações não-governamentais, instituições académicas, órgãos de comunicação social, setor privado e outros atores da sociedade civil.

Para a implementação da política externa do país, a Constituição da República de Moçambique (2011) preconiza que o Presidente da República orienta e dirige a política externa e que compete à Assembleia da República legislar sobre as questões básicas da política externa do país. Ao Governo cabe a realização da política externa através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação que a coordena e executa. Nesse sentido, impõe-se uma coordenação institucional cada vez mais eficaz, na qual o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação assume um papel de liderança de forma a garantir a observância dos princípios e a materialização dos objetivos da política externa de Moçambique (Boletim da República de Moçambique, I Série, Nº 34, 2010).

De acordo com o *white paper* de 2010 a execução da política externa deve garantir a implementação dos compromissos internacionais assumidos, consubstanciados em acordos, memorandos, decisões, resoluções e recomendações emanadas dos entendimentos bilaterais e multilaterais. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação é o fiel depositário de todos os instrumentos jurídicos de natureza político-diplomática e de cooperação internacional de que Moçambique é parte. A implementação da política externa deve ser feita através da ação diplomática, pautando-se, tanto por mecanismos bilaterais e multilaterais como também pela integração regional.

Os mecanismos bilaterais serão levados a cabo através de troca de visitas a todos os níveis, consultas bilaterais, comissões mistas, comissões técnicas de cooperação, negociações, entre outros. Os mecanismos multilaterais incluem a participação ativa nas organizações internacionais de que Moçambique é membro, privilegiando a concertação político-diplomática e o diálogo. A priorização de uma forte ação político-diplomática com vista à implementação das políticas de integração regional da SADC é outro mecanismo previsto na implementação da política externa de Moçambique.

Na sua estratégia de procurar mais amizades, Moçambique tem defendido aspirações pacíficas. Esta posição é também impulsionada pela *realpolitik* que é necessária para um pequeno Estado como Moçambique. Contratos difusos reduzem a dependência de Moçambique e uma vulnerabilidade a qualquer entidade, uma lição aprendida durante a era da Guerra Fria quando foi forçado a recorrer a fontes alternativas de apoio face à diminuição das relações sino-soviéticas.

De acordo com Lhalbahadur e Otto (2013), hoje isso é verificado pelo facto de que o país não só regista uma forte presença de doadores predominantemente ocidentais, mas também parceiros emergentes como a RPC e o Brasil, mantendo fortes ligações com a África do Sul e seus vizinhos imediatos.

Moçambique com o compromisso diversificado é sublinhado pela sua participação em diversas organizações culturais, linguísticas e políticas. É membro fundador da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), membro observador da Organização Internacional da Francofonia, membro da *Commonwealth*, da Comissão do Oceano Índico e da Conferência

Islâmica. De todas estas, a filiação na *Commonwealth* ecoou mais fortemente o seu desejo de se envolver externamente de uma forma pragmática, servindo, deste modo, os interesses nacionais de um país em mudança (Lhalbahadur & Otto, 2013).

Para os mesmos autores, a filiação na *Commonwealth* serviu para facilitar a interação regional de Moçambique, encorajou ofertas de assistência técnica e formação e assinalou o compromisso do país em manter uma diversidade de relacionamentos. Os autores acrescentam que, embora oficialmente tenha saudado a decisão de Moçambique na *Commonwealth*, Portugal foi particularmente posto de lado desta decisão dado que ele procurava ser a força unificadora do mundo lusófono através da CPLP. Afirmam ainda que a Rainha de Inglaterra só levou a cabo a sua primeira visita a Moçambique, em 1999, quatro anos após a adesão do país à *Commonwealth*, no que foi entendido como deferência aos sentimentos portugueses.

De realçar que os envolvimentos políticos e económicos multilaterais do país em África têm-se limitado à *União africana* (UA) e a *Comunidade de Desenvolvimento da África Austral* (SADC). Com efeito, em 1997, Moçambique deixou o *Mercado Comum da África Austral e Oriental* (COMESA) em favor do seu envolvimento apenas na SADC. Ligações históricas do país à SADC, instituição que sucedeu à SADCC de que Moçambique é membro fundador, terão pesado mais do que considerações de natureza económica nesta escolha.

Com a limitação do seu envolvimento regional, Moçambique passou a desempenhar um papel importante na burocracia e atividades da SADC, tendo já desempenhado as funções de Presidente da Cimeira da SADC. Liderou, também a *troika* do Órgão para a Cooperação em Política, Defesa e Segurança. Para além da liderança das *troikas* da Cimeira e do Órgão, exerceu também a vice-presidência. Tomaz Salomão, antigo Ministro do Plano e Finanças, foi apontado como Secretário Executivo da SADC, em 2005, e reeleito, em 2009, tendo cessado em 2013.

No âmbito da prevenção e resolução de conflitos, Moçambique tem desempenhado um papel importante em diversas iniciativas de manutenção de paz na região. Lembramos, particularmente, a ação do antigo Presidente Joaquim Alberto Chissano, que contribuiu para a resolução do conflito interno em Madagáscar como mediador e mais recentemente, envolveu-se na mediação do potencial conflito entre o Malawi e a Tanzânia. Segundo Lhalbahadur e Otto (2013), isto está de acordo com o compromisso de política externa de Moçambique de

“resolução negociada de conflitos”, um princípio que, para estes autores, emana provavelmente do seu próprio passado violento.

De referir que a política externa de Moçambique incorpora uma política de cooperação internacional, que constitui o segundo *white paper,* publicado na mesma altura, considerado como sendo um instrumento vital na materialização do programa do Governo. A política de cooperação internacional de Moçambique assume que esta esteve sempre associada à promoção, estabelecimento e fortalecimento de relações de amizade com povos, Estados e organizações internacionais e na mobilização de recursos essenciais para a implementação dos principais objetivos da agenda de desenvolvimento do país.

Os princípios fundamentais da política de cooperação internacional, como parte integrante da política externa, assentam em vantagens mútuas, complementaridade e equidade nas relações internacionais. Neste contexto, a política de cooperação internacional guia-se pelos seguintes princípios fundamentais:

- A promoção de relações de amizade e de cooperação com todos os Estados, baseadas no respeito mútuo, no respeito pela soberania e integridade territorial, na igualdade, na não interferência nos assuntos internos e na reciprocidade de benefícios;
- O respeito, observância e aplicação das normas do Direito Internacional incluindo os-princípios da Carta da Organização das ONU, do Ato Constitutivo da UA e do Tratado da SADC;
- A instauração de uma ordem económica mais justa e equitativa nas relações internacionais.

Pode afirmar-se, de uma maneira geral, que a política externa de Moçambique se guia pelos princípios fundamentais consagrados nos Artigos 17º a 22º da Constituição da República, 2011, que estabelece:

- Estabelecimento de relações de amizade e cooperação com outros Estados na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não interferência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios;

- Observância e aplicação dos princípios da Carta da Organização das ONU e da Carta da UA;
- Solidariedade para com a luta dos povos e Estados africanos, pela unidade, liberdade, dignidade e direito ao progresso económico e social;
- Busca e reforço das relações com países empenhados na consolidação da independência nacional, da democracia e na recuperação do uso e controlo das riquezas naturais a favor dos respetivos povos;
- Luta pela instauração de uma ordem económica justa e equitativa nas relações internacionais;
- Apoio e solidariedade com a luta dos povos pela libertação nacional e pela democracia;
- Concessão de asilo aos estrangeiros perseguidos em razão da sua luta pela libertação nacional, pela democracia, pela paz e pela defesa dos direitos humanos;
- Manutenção de laços especiais de amizade e cooperação com os países da região, com os países de língua oficial portuguesa e com os países de acolhimento de emigrantes moçambicanos;
- Prosseguimento de uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa;
- Defesa e primazia da solução negociada dos conflitos;
- Defesa do princípio do desarmamento geral e universal de todos os Estados;
- Contribuição para a transformação do Oceano Índico em zona desnuclearizada e de paz.

Baseando-se nestes princípios, o Governo prossegue com a materialização dos seus objetivos plasmados no Programa Quinquenal para a vertente externa, cuja linha de orientação é a luta contra a pobreza e a promoção do desenvolvimento económico. Neste contexto, como foi já afirmado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) apresenta-se como a instituição que assegura a implementação da política externa, sob a liderança do Chefe de Estado (MINEC, 2010).

Conforme o MINEC (2010a), a República de Moçambique mantém relações de cooperação com Estados e governos de várias partes do mundo, sendo os principais parceiros de

apoio ao Orçamento do Estado, denominados de *Parceiros de Apoio Programático* (PAP's), também designado G19, os seguintes: Alemanha, Áustria, *Banco Africano de Desenvolvimento* (BAD), *Banco de Moçambique* (BM), Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia e Suíça. Outros parceiros de cooperação incluem a África do Sul, Austrália, Brasil, China, Coreia, EUA, Índia, Japão e Vietname. A ONU e os EUA são membros associados, pois, embora não providenciem apoio ao orçamento do Estado, participam nos processos de planificação, monitoria e avaliação.

Segundo o Ministério de Planificação e Desenvolvimento (2013), para a operacionalização da sua política de cooperação internacional, funciona, em Moçambique, o *Grupo de Parceiros de Desenvolvimento* (DPG), que é um fórum onde se encontram todos os parceiros de desenvolvimento (bilateral e multilateral) a nível de embaixadores para efeitos de coordenação. O DPG é presidido pelo BM e pela ONU (escritório de coordenador residente) e não interage diretamente com o Governo.

Constitui apenas um fórum de concertação entre os doadores, estando convidados para este fórum todos os chefes de cooperação, incluindo os parceiros emergentes, como a China, Brasil, Rússia, África do Sul, etc.

O G19 elege anualmente uma *troika* composta por três agências bilaterais e dois membros permanentes, sendo os membros multilaterais *Banco Mundial* (BM) e *União Europeia,* (UE) que os coordenam e representam. Cada agência bilateral faz parte da *troika* por três anos, assumindo a chefia no segundo ano.

As instituições responsáveis pela cooperação em assuntos económicos em Moçambique são o Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD), o Ministério da Economia e Finanças, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e o Banco de Moçambique. Este grupo é denominado *Joint Steering Committee*, sendo presidido pelo MPD e procede ao acompanhamento do processo de cooperação internacional nos seus diversos aspetos, faz a proposta do *Aide Mémoire* e prepara as reuniões do Diálogo Político (MPD, 2013).

Segundo o MPD (2013), Moçambique faz parte dos países que recebem a maior parte dos fundos de doadores. Tomando em conta a média do período 2009-2011, a *Organização Europeia*

para a Cooperação e Desenvolvimento (OECD) classifica Moçambique como o 4º maior recetor de ajuda externa em África, tendo recebido uma média anual de cerca de 2 biliões de dólares. De entre os países em desenvolvimento, Moçambique foi no mesmo período, 2009-2011, o 10º maior recetor de ajuda externa, numa lista encabeçada pelo Afeganistão, Congo e Etiópia.

O facto de Moçambique constituir ainda um dos maiores recetores de ajuda para o desenvolvimento em África, reflete em parte, a necessidade de financiamento dos recorrentes *deficits* orçamentais que o país tem enfrentado. Em consequência a tendência da ajuda oficial ao desenvolvimento tem-se demonstrado crescente desde o ano 1970 até o presente.

Em Moçambique existe também um fórum, no quadro da cooperação com parceiros externos denominado Diálogo Político, onde são apreciados pontos importantes agendados pelos parceiros de cooperação. Nele são discutidos assuntos que, pela sua natureza, não devem ser discutidos ao nível técnico e, por último, influenciar possíveis reformas. As reuniões do Diálogo Político realizam-se quatro vezes por ano, entre ministros e embaixadores.

De referir ainda que, como parte integrante dos dois processos, decorrem sessões de Observatórios de Desenvolvimento onde o Governo interage com a sociedade civil sobre o seu desempenho, bem como sobre as suas propostas para o Plano e Orçamento.

Depreende-se, da análise feita nesta secção, que a política externa de Moçambique assentava no pragmatismo, desde os primórdios da independência nacional. Profundamente constrangida pelo contexto regional e internacional predominante nessa altura, a aliança com os países considerados "aliados naturais" - desde o período da luta de libertação nacional, bem como com os países não-alinhados e países progressistas africanos - constituiu a única alternativa disponível.

Esta estratégia contrapunha-se ao apoio que os países ocidentais concederam ao governo colonial português e aos regimes minoritários da Rodésia do Sul e da África do Sul que tinham Moçambique como seu principal inimigo na região. A estratégia política de partido único, bem como a opção pela economia centralmente planificada de tipo socialista, contribuíram sobremaneira para a marginalização de Moçambique pelos países ocidentais que canalizaram apoio massivo para os seus aliados na região, nomeadamente, os regimes minoritários da

Rodésia do Sul e da África do Sul e apoiaram sub-repticiamente a RENAMO e outras entidades que se opunham ao governo de Moçambique dirigido pela FRELIMO.

Em consequência deste ambiente envolvente, Moçambique viria a enfrentar graves dificuldades políticas, económicas e sociais que levaram à alteração da sua política externa, por volta de 1984, virando-se para o ocidente, após constatar a impossibilidade de continuar a receber o apoio dos seus antigos aliados, principalmente da URSS.

A partir de então, adotou-se uma política de economia aberta que permitiu a atracão de investimento estrangeiro e o relançamento da cooperação com parceiros de todo o mundo, de acordo com os superiores interesses de Moçambique. A diversificação de parceiros de cooperação internacional passou a constituir a principal característica do envolvimento externo de Moçambique.

3.8. Politica Externa de Moçambique e o seu impacto no Investimento Directo Estrangeiro

Durante a fase de implementação da estratégia de desenvolvimento socialista, assente na planificação centralizada da economia nacional, Moçambique procurou obter investimentos estrangeiros mesmo dos países ocidentais para a promoção do seu desenvolvimento económico e social. No entanto, várias condições tinham que ser satisfeitas pelos investidores que escolhessem Moçambique como destino de seus investimentos.

Segundo Isaacman (1983), os líderes moçambicanos procuravam investimentos estrangeiros a partir de diversas fontes, tanto do ocidente como dos países socialistas, para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, definida como a base do desenvolvimento socialista e de uma base industrial forte, considerada como o fator dinamizador da economia.

Apesar de estarem ansiosos por atrair capitais estrangeiros, os dirigentes de Moçambique recusaram-se a pôr em risco a soberania. De acordo com Isaacman (1983), os investimentos estrangeiros só seriam aprovados se impulsionassem o plano económico de Moçambique, assegurassem uma adequada transferência de tecnologia, garantissem a formação de trabalhadores moçambicanos e permitissem a nacionalização, no final de um período especificado no contrato inicial.

Em consonância com esta posição, Moçambique rejeitou propostas de investidores ocidentais e países do bloco oriental para extrair os seus pegmatitos altamente valorizados. Apesar destas exigências rigorosas, desde 1980, Moçambique assinou importantes acordos com empresas suecas, italianas, francesas, belgas, portuguesas, britânicas, norueguesas e da Alemanha Ocidental e Oriental, Roménia, URSS, RPC e Bulgária. Em termos de capital global, a Suécia seguida da Itália e da França eram os maiores investidores (Isaccman,1983).

A abertura da economia moçambicana às forças do mercado impôs a necessidade de regulamentação dos investimentos privados, nacionais e estrangeiros em Moçambique. Assim, a partir de 1984, foram publicados vários decretos visando criar-se um quadro legal orientador do processo de realização de empreendimentos económicos no país.

Neste contexto, foi aprovada a Lei nº 4/84, de 18 de Agosto e através do Decreto nº 8/87 de 30 de Janeiro, o Regulamento do Investimento Direto Estrangeiro. Vários outros decretos complementares foram publicados posteriormente até que um instrumento mais abrangente foi publicado em 1993, a Lei nº 3/93 de 24 de Junho de 1993.

Assim, a partir dessa altura, a diplomacia económica de Moçambique - materializada através de ações de promoção das potencialidades económicas do país, levadas a cabo pelas diferentes representações diplomáticas de Moçambique no mundo e particularmente pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI), permitiu atrair para Moçambique um grande número de investidores privados nacionais e estrangeiros provenientes de várias partes de mundo.

Segundo o centro de promoção de investimentos (2016), por volta de 2010, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em Moçambique rondava os 578,8 milhões de dólares, sendo proveniente de quarenta países dos quais se destacavam Portugal, África do Sul, Itália, Bélgica, RPC, Espanha, Reino Unido, Singapura, Quénia e Suíça. Outros países que investiram em Moçambique nessa altura incluem: Índia, Emirados Árabes Unidos, EUA, Japão, Holanda, Paquistão, Turquia, Zimbábue, etc.

Pode constatar-se a enorme diversidade de origens de IDE em Moçambique por essa altura, pois, dos quarenta países investidores em 2010, 11 eram países europeus, 7 asiáticos incluindo o Japão, a Índia e a RPC, 13 Africanos, 5 do Médio Oriente, 2 da América do Norte e 1 da Austrália.

Ainda em 2010, o Investimento Direto Nacional (IDN) foi de cerca de 648,5 milhões de dólares, perfazendo um total de 3.090,0 milhões de dólares. Estes investimentos, no seu todo criaram cerca de 28.245 empregos, maioritariamente no setor da agricultura e agro-indústria com 52,35%, seguido do setor da indústria com 19,73% e o setor dos serviços com 7,35%.

Importa realçar que os IDN e IDE em Moçambique aumentaram consideravelmente desde a introdução da economia de mercado em Moçambique, acompanhados por uma melhoria crescente dos indicadores macroeconómicos do país. Contudo, ainda se observa uma dependência considerável dos financiamentos externos para o Orçamento do Estado. No entanto, ciente do desafio de reforçar a autonomia orçamental do país, o Governo preconizou, na sua política de cooperação internacional, a gradual redução destes níveis de dependência. O Orçamento do Estado foi, em 2008, maioritariamente financiado por recursos externos (56%) mas, a partir de 2010, o cenário começou gradualmente a inverter-se, com a dependência orçamental a reduzir para menos de 50%.

Segundo Lhalbahadur e Otto (2013), até 2010, seis dos investidores top-10 em Moçambique pertenciam consistentemente ao G19 e eram: Portugal, Itália, Reino Unido, Bélgica e Espanha com a Noruega e a Suíça, alternando posições no top-10, em 2008 e 2010. Para estes autores, a crise financeira global de 2008 e a subsequente instabilidade na zona Eur, trouxeram, uma vez mais, ao de cima a necessidade de Moçambique diversificar os seus compromissos externos.

Além de investir em Moçambique, o G19 também fez contribuições substanciais para apoiar o orçamento geral, em 2010, contudo, isto foi abruptamente interrompido quando emergiram preocupações sobre a governação. Estes desenvolvimentos levaram à subida global dos preços dos alimentos, originando manifestações urbanas, em Setembro de 2010, que evidenciavam a emergência e preocupação em relação à governação de Moçambique.

Com efeito, de acordo com Lalbahadur e Otto (2013), em 2013, a Bélgica, a Holanda e a Espanha retiraram o seu financiamento de apoio ao orçamento geral por causa de várias realidades políticas e económicas domésticas. Esta questão aliou-se a um desejo crescente do país em tornar-se mais independente do G19 e uma crescente tendência global de investir no país, o que permitiu ao governo diversificar os seus envolvimentos externos.

De sublinhar que os antigos aliados como a RPC, economias emergentes como a Índia e o Brasil, e parceiros menos convencionais como os Emirados Árabes Unidos (EAU) estão a tornar-se atores mais importantes em Moçambique.

A partir de 2011, aparecem outros investidores em Moçambique e a assumir a liderança até então exercida pelos países pertencentes ao G19. Em 2011, a RPC atingiu o topo na liderança do investimento em Moçambique e, no ano seguinte, os EAU conseguiram igualmente realizar essa proeza.

O Brasil é outro investidor a ter conta como país de origem de parte considerável do IDE em Moçambique. Investimentos no Corredor de Nacala, no valor de 205 milhões de dólares são encabeçados pela mineradora Vale Moçambique, com capitais maioritariamente pertencentes à mineradora brasileira Vale do Rio Doce. Vários outros investimentos nos setores da saúde, educação, obras públicas, agricultura, etc., foram feitos por este país que o colocam numa posição de destaque nos esforços de cooperação com Moçambique.

Como afirmam Dúran e Chichava (2013), importantes grupos económicos brasileiros estão agora presentes em Moçambique. Para além dos investimentos do Vale do Rio Doce que obteve a concessão para explorar a maior mina de carvão existente no país em Moatize, outras empresas como as construtoras Odebrecht e Camargo Correa implementam importantes projetos em Moçambique. A Odebrecht, por exemplo, foi responsável pela construção do novo aeroporto internacional de Nacala no norte de Moçambique, um empreendimento avaliado em cerca de 102 milhões de dólares.

De acordo com Dúran e Chichava (2013) a intensificação dos laços tem sido liderada acima de tudo pelo governo, os maiores programas de cooperação (como a fábrica Fiocruz para a produção de anti-retrovirais ou o Pro-Savana para desenvolver o potencial agrícola do Corredor de Nacala), para além de constituírem sinais de um crescente ativismo, são também sinais da importância de Moçambique para a estratégia internacional do Brasil para o século XXI.

O MPD (2016), refere que, importa realçar, no entanto, que o G19 continua a ser um dos mais importantes parceiros internacionais de Moçambique, sobretudo, devido ao apoio que este fornece para o Orçamento do Estado.

A parceria é regida por um Memorando de Entendimento que estabelece os "princípios básicos" que devem prevalecer em Moçambique como condição para a continuidade dos desembolsos, incluindo a salvaguarda da paz, processos políticos democráticos, a independência do poder judiciário, o estado de direito, direitos humanos, a boa governação, a prioridade à luta contra a pobreza, políticas macroeconómicas sólidas e sistemas eficazes de gestão de finanças públicas.

Do acima descrito, constata-se que a diplomacia económica de Moçambique tem estado a contribuir para a atração de IDE de várias partes do mundo, no contexto de uma política externa caracterizada pela diversificação de parcerias internacionais na prossecução do interesse nacional. Uma política externa ampla, virada para a criação de parcerias tanto nos países ocidentais como nos países emergentes e no resto do mundo, tem sido adotada pelo governo de Moçambique na busca da melhor forma de salvaguardar o seu interesse nacional e promover o seu desenvolvimento económico e social.

3.9. Os recursos minerais e energéticos e o seu impacto na Política Externa de Moçambique

Para Wache (2018) a descoberta de grandes quantidades de recursos minerais em Moçambique, nas primeiras décadas do século XXI, que vieram adicionar-se aos recursos naturais já em exploração, deram um novo ímpeto à inserção internacional do país. Com efeito, corporações internacionais vindas de vários cantos do mundo passaram a colocar Moçambique como destino de avultados investimentos no que constitui mais uma etapa no seu processo de inserção internacional desde a independência.

De referir que, desde a década de 1960, começaram a fluir investimentos para a exploração de recursos minerais em Moçambique. Esta era uma nova fase de investimentos que se seguiu aos investimentos feitos pelas companhias concessionárias monopolistas, viradas essencialmente para a exploração agrícola e florestal. Esta nova fase passou a ser dominada pela África do Sul e pelos EUA, embora também fossem importantes os investimentos da Grã-Bretanha, França e Japão, bem como de outros países europeus ocidentais, tais como da Bélgica, Suécia e Suíça. Nesta fase, a extração de minério e pequenas indústrias de processamento e manufatura adquiriram predominância sobre a produção agrícola.

Saliente-se que muitas descobertas feitas naquela altura pelas empresas multinacionais da área de recursos minerais e energéticos estão atualmente a ter continuidade por empresas de vários países, tais como os EUA, França, Itália, Austrália, Portugal, Japão e outros e constituem um ativo de grande importância estratégica de Moçambique para as próximas décadas.

Entretanto, se os investimentos realizados na década de 1960 eram importantes para impulsionar a economia de Moçambique, mais importantes se tornaram as descobertas de recursos minerais e energéticos nas primeiras décadas do século XXI. Analistas apontam para a possibilidade de promoção acelerada do desenvolvimento económico e social de Moçambique nas próximas décadas, com a diversidade e imensidão dos recursos que estão a ser descobertos possibilitando deste modo, a inserção benéfica do país tanto na região, como no mundo. Consideram que os recursos minerais e energéticos existentes em Moçambique poderão permitir, a médio prazo, retirar o país da lista dos países mais pobres do mundo e colocá-lo no nível de países com desenvolvimento económico médio.

Um dos setores nos quais Moçambique possui grande potencial para o seu desenvolvimento é o setor energético. Neste setor, o país possui uma grande disponibilidade de recursos energéticos, essencialmente o carvão mineral, as areias pesadas, a energia hidroelétrica e o gás natural.

Dotado de uma das maiores barragens de África, a hidroelétrica de Cahora Bassa, Moçambique tem potencial para fornecer energia elétrica a grande parte dos países da África Austral e Oriental.

O setor de recursos minerais em Moçambique tem sido alvo de consideráveis injeções de IDE proveniente de várias partes do mundo, essencialmente de corporações multinacionais especializadas nos respetivos setores. No que concerne ao carvão, foi a partir de 2008 que começaram a ganhar fama as enormes reservas de carvão em Moatize.

Em 2010, começou a ser público que para além de Moatize, há igualmente enormes reservas de carvão noutros distritos de Tete, nomeadamente Changara e Cahora-Bassa, para além das bacias carboníferas de Cabo-Delgado, Niassa e Manica. Companhias multinacionais especializadas na produção e comercialização do carvão no mundo, estão envolvidas neste processo em Moçambique.

Diversas pesquisas apontam para a possibilidade de Moçambique vir a pertencer à lista dos dez maiores produtores de carvão do mundo, num futuro próximo (Selemane, 2013).

Portanto, esta atual posição que Moçambique assume no sistema internacional confere ao país, mais do que parceiro preferencial para os maiores produtores e exportadores de hidrocarbonetos, uma qualidade de ator de destaque nesta matéria.

Tal facto, por um lado, pode constituir elemento de política externa para a atração de desenvolvimento, através de estreitamento de relações de cooperação económica e consequentemente aumento das receitas e mais valias, mas, por outro lado, tal posição pode constituir elemento de ameaça à segurança e soberania nacionais, se olharmos pelo nível de apetência que a descoberta de hodrocarbonetos (por um país menos desenvolvido - como é o caso de Moçambique) traz por parte de países concorrentes, isto é, tradicionalmente produtores e exportadores, dado o volume de recursos financeiros que estes recursos trazem para os países e consequentemente a redução ou preferência de cooperação, como resultado da independência económica.

CAPÍTULO IV

POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE PARA OS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA (EUA)

Neste capítulo, realizar-se-á uma análise abrangente sobre a ascensão e a consolidação da política externa de Moçambique em relação aos Estados Unidos. Iniciaremos a nossa exploração avaliando as esferas primordiais de colaboração entre Moçambique e os EUA, destacando os impactos e os significados dessas alianças nas políticas públicas e na estratégia global de cada nação. Em seguida, voltaremos nossa atenção para o papel influente das instituições de Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Examinaremos os seus objetivos, estratégias e, sobretudo, a contribuição dessas entidades para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. Este enfoque permitir-nos-á compreender não apenas a complexidade das relações bilaterais, mas também as forças multilaterais que impactam a trajetória de crescimento e desenvolvimento de Moçambique.

4.1. A evolução histórica da cooperação entre Moçambique e os EUA

Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC, 2016), a relação de cooperação entre o governo da República de Moçambique e o governo dos EUA remonta a 1984, com o programa de ajuda ao desenvolvimento de Moçambique, que refletia a vontade política existente. O primeiro Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, visitou Washington D.C. em 1985 e estabeleceu um escritório permanente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID[44]) no mesmo ano em Maputo.

Hermele (1990), Hanlon (1991) e Abranhamsson (1998) verificaram que, em 1984, o país passou a contactar as instituições de *Bretton Woods* (BM e FMI), a fim de obter financiamento.

[44] Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) é um órgão do governo dos EUA encarregado de distribuir a maior parte da ajuda externa dos EUA, seguindo as diretrizes do Departamento de Estado americano. A USAID surgiu em 1961 com a assinatura do Decreto de Assistência Externa, pelo então Presidente John F. Kennedy, unificando diversos instrumentos assistenciais dos EUA. Diretamente ou através de Agências subsidiárias, a USAID atua como um reforço à política externa dos EUA, cooperando com os países recetores nas áreas de economia, agricultura, saúde, política e assistência humanitária.

O início da estabilidade económica também abriu uma frágil janela de contacto com os EUA, de onde recebeu a sua primeira ajuda alimentar de emergência por meio da USAID.

Esse processo teve início em Outubro de 1982, quando o presidente Samora Machel embarcou numa viagem ao Ocidente, onde, além de visitar a sede da União Europeia, visitou a Grã-Bretanha, França, Portugal, Holanda e Bélgica. Essa visita, conjuntamente com outras visitas oficiais de importantes líderes da Frente de Libertação e do governo aos EUA, marcaram o início das relações entre Moçambique e o Ocidente (Hanlon, 1991).

No sentido inverso, aumentou também o número de visitas oficiais de dirigentes ocidentais à Moçambique, com destaque para as visitas de Frank Wisner e Chester Crocker. Desta campanha diplomática norte-americana, em 1983, os EUA voltaram a acreditar um embaixador em Maputo, cargo que não dispunham desde 1980, em resultado da deportação de cidadãos americanos envolvidos em ações de espionagem da Agência Central de Inteligência (CIA) contra o país, pelas autoridades moçambicanas.

Este ato foi prontamente retaliado por parte das autoridades de Washington, que optaram por retirar o seu embaixador de Maputo, extremando as relações entre os dois países, culminada com a colocação de Moçambique na lista negra da administração americana. Em 1981, Moçambique, voltou-se para os EUA, por via do seu então Ministro de Relações Exteriores, Joaquim Chissano, com o intuito de solicitar ajuda alimentar, no entanto, a resposta norte americana foi negativa (Abrahamsson, 1998).

Os primeiros sinais de melhoria viriam a verificar-se nos finais de 1981, após a visita de Joaquim Chissano a Washington. De notar que o apoio material significativo teve início no ano de 1983, por influência das recomendações da então primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, ao presidente Ronald Reagan, para a melhoria do diálogo com Moçambique, no âmbito da política da administração americana de engajamento construtivo.

Ainda em relação à política de engajamento construtivo de Washington para com Moçambique, Chester Croker refere que o apoio que os EUA forneciam ao país tinha claramente pretensões políticas.

Para Crocker, a prioridade nos primeiros encontros era dissuadir Moçambique da sua confrontação com Pretória, criar uma nova política interna, incentivar o abandono ao alinhamento soviético e cubano, para se tornar um país mais independente.

Cahen refere que "no princípio de 1983, este diálogo estava a valer a pena e, nos meses seguintes, a ajuda alimentar dos EUA começou a fluir, tendo lugar conversações sobre um programa de ajuda para apoiar o setor de mercado […] e o pedido para membro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional" (citado por Abrahamsson, 1998, p. 204).

Como se pode depreender, os objetivos da ajuda dos EUA a Moçambique estavam claramente definidos à *priori*, contando apenas com a cumplicidade das elites políticas de Moçambique para a sua prossecução. Em momento algum, os americanos expressaram as condições colocadas para apoiar Moçambique. A ajuda alimentar que Moçambique tanto necessitava transformou-se num instrumento de política externa americana para alcançar as suas pretensões em Moçambique, de forma particular, mas também na África Austral, de um modo geral. Importa ressaltar que este posicionamento era sistematicamente reforçado por declarações de altos funcionários do Departamento de Estado Americano.

O processo que conduziu à implementação da política do engajamento construtivo foi claramente o marco que conduziu à melhoria das relações de cooperação entre Washington e Maputo, na década de 1980.

Segundo Abrahamsson (1998, p. 204), "ao governo da FRELIMO, em troca do apoio à política dos EUA na região Austral do continente africano, foi-lhe oferecido apoio alimentar através da USAID e de organizações multilaterais, bem como apoio financeiro das instituições de *Bretton Woods*".

Vale a pena relembrar que Samuel Huntington, em *Foreign Aid for What and for Whom* (1970), alertava para a natureza da ajuda dos EUA. Em síntese, o pensamento deste autor resume-se ao pressuposto de que os EUA têm interesses para além do desenvolvimento dos países, por razões que não são necessariamente de natureza económica, que são parte de uma política externa mais geral.

Por outras palavras, o desenvolvimento económico é raramente o seu interesse primário. Além disso, o autor ressalta que a assistência económica pode contribuir para o desenvolvimento económico, mas que a relação entre ambos não é clara, e os governos dos países pobres têm razões para não quererem essa ajuda (Huntington, 1070).

Todos os objetivos e natureza da ajuda externa dos EUA refletem-se na relação dicotómica "meios e fins", mas, sobretudo, na eficácia dos meios, isto é, tudo se resume em função da relação de poder. Esta perspetiva foi mais tarde enfatizada por *Martinussen* e *Pedersen* (2010), que argumentaram a existência de diversos fatores que servem de motivação para os doadores, e que as diversas motivações não se excluem umas das outras, ou seja, um país pode ser levado a agir por mais de um fator, que pode não estar diretamente relacionado com as motivações.

Como exemplo, a ajuda humanitária que serviria para a melhoria da vida da população em geral, somente beneficia uma parte dessa população, principalmente a elite política e económica, sendo essa ajuda direcionada para benefício das empresas mais poderosas, assim como para fortalecer politicamente o grupo no poder.

No que diz respeito à presença dos EUA em Moçambique, é de realçar que após um período de fortes fricções políticas entre os dois países no início da década de 1980, Moçambique passou a ser um dos países da África Subsaariana que mais recebia ajuda dos EUA, em apenas cinco anos. De sublinhar, a rapidez com que o país passou de uma situação de hostilidade para parceiro preferencial da superpotência capitalista.

Para uma melhor compreensão das estratégias de atuação norte-americana na atribuição da sua ajuda, vale a pena analisar Hans Morgenthau, em *A Political Theory of Foreign Aid* (1962). O autor esforça-se por explicar o conceito da ajuda externa para o desenvolvimento económico, partindo do pressuposto de que uma das caraterísticas da cultura ocidental é que esta identifica a acumulação de capital e o conhecimento tecnológico como sendo dois dos pilares mais importantes do desenvolvimento económico. Logo, isso pressupõe à partida, o entendimento de que os países que não se desenvolveram carecem de pelo menos um desses fatores.

Nesta perspetiva, torna-se comum que os doadores condicionem a sua ajuda à criação de condições mínimas que favoreçam o desenvolvimento. Independentemente de esta poder alterar, ou não, o país beneficiado, em termos políticos, económicos ou sociais, o modo de ajuda a ser fornecido poder gerar uma mudança política, seja ela voluntária ou forçada.

Para Morgenthau (1962, pp. 301-309), o argumento por detrás dessa posição é que só assim se podem maximizar as possibilidades de desenvolvimento e minimizar os fracassos. O que este raciocínio deixa transparecer é de que, à *priori*, parece claro que, ao mudar a realidade de um país, com projetos políticos que promovam o desenvolvimento, torna-se necessário que o sistema político e a sociedade também mudem, uma vez que se não o fizessem, tal sucesso não ocorreria.

A prática revelou o quanto essas estratégias se mostraram ineficazes em quase todos os países onde estas foram aplicadas. Vezes sem conta, as transformações sugeridas geraram desaprovação e resistência no país beneficiário.

Na prática, subentende-se que o que está por detrás dessas práticas prende fundamentalmente preparar os países recetores da ajuda, as suas instituições e a sua sociedade de modo geral a adaptar-se a condições objetivas que favoreçam a inserção de novos mercados e de um capitalismo que se supõe mais evoluído. Isto prova como a ajuda fornecida está diretamente relacionada com interesses estratégicos dos fornecedores e que as condicionalidades não passam de um mecanismo para que essas condições possam ser criadas.

Joseph Hanlon (1991) observou que os resultados da viagem de Samora Machel à Europa Ocidental e a abordagem do ensaio para os EUA se refletiram nas operações de ajuda alimentar para as vítimas de fome no sul de Moçambique. Durante este período, uma grande campanha de doações nos países ocidentais foi iniciada, enquanto os EUA enfrentavam dificuldades internas para fornecer a ajuda alimentar necessária por meio da cooperação bilateral. Esta situação deveu-se principalmente à recusa do Congresso dos EUA em apoiar o governo moçambicano por considerar a FRELIMO um governo Marxista, ao contrário do Departamento de Estado que considerava que "nenhum país da África Austral tem cooperado de forma mais consistente com os Estados Unidos para promover a paz e a estabilidade do que Moçambique" (Cahen, citado por Abrahamsson, 1998, p. 206).

No entanto, havia, por parte da administração americana, urgência em continuar a fornecer a ajuda no período que antecedia a assinatura do acordo de Nkomati. Este interesse particular tinha como pressuposto principal continuar a garantir confiança aos governantes moçambicanos, incentivando-os a prosseguir de forma célere o ritmo das mudanças.

A estratégia encontrada para contornar esta restrição, tentando não desperdiçar o momento fértil do estabelecimento de relações de cooperação com Moçambique, consistiu em canalizar recursos através de mecanismos relacionados com a assistência multilateral. Por outras palavras, a ajuda bilateral dos EUA não foi vista de "boa-fé" pelo Congresso, obrigando o governo a mobilizar as suas contribuições por meio de organismos multilaterais, por parecer mais benéfica. Neste caso, os americanos continuaram a entregar alimentos a Moçambique através do Programa Alimentar Mundial (PMA). Chama-se a atenção para o facto de que este tipo de assistência multilateral foi posteriormente complementado por assistência técnica adicional, agregando importantes equipamentos de apoio logístico (Abrahamsson, 1998).

A debilidade endógena da economia moçambicana, somada ao facto de o país ser ciclicamente devastado por calamidades naturais, originando crises de fome, contribuiu substancialmente para a aproximação de Moçambique aos países ocidentais e vice-versa. A este respeito, importa ressaltar que o primeiro apelo de ajuda alimentar feito, formalmente por Moçambique foi em Janeiro de 1983. De entre as causas apontadas pelas autoridades moçambicanas para essa situação calamitosa, destaca-se a questão que indicava um ciclo forte de estiagem (secas) que haviam iniciado em dezembro de 1981 na região do sul do país que afetou a produção agrícola do ano de 1982 (Hanlon, 1991).

Em Junho de 1983, o então Ministro do Comércio, Aranda da Silva, num encontro com diplomatas das missões estrangeiras em Maputo, reportou que a resposta ao apelo de ajuda alimentar estava a diminuir. Foi em 1983 que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) iniciou o seu programa de emergência e teve a preocupação de fornecer diretamente material para o setor da saúde.

Esta mesma organização, em Outubro de 1984, no contexto do seu programa de emergência, concordou em fornecer combustível e apoiar a capacidade do governo para efetuar o registo sistemático das condições nutricionais das crianças. “Foram, nessa fase, utilizados fundos

provenientes do Canadá e da Finlândia para apoiar um projeto da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no sentido de criar um Sistema de Aviso Prévio no Ministério da Agricultura" (Ratilal, 1990 p. 53). Nessa altura, o governo restabelece também relações de cooperação com o Vaticano a fim de obter ajuda, restituindo propriedades confiscadas à Igreja Católica, o que permitiu a retoma do trabalho das missões.

De acordo com Hanlon (1991), os grandes doadores ocidentais recusaram ou reduziram a sua ajuda alimentar. Essa recusa ou redução foi entendida como uma forma de pressionar a FRELIMO a aceitar as suas pretensões para que ajuda fosse fornecida. Moçambique teve que fazer algumas concessões imediatas:

> "[...] assinar o humilhante Acordo de Nkomati (1984) com a África do Sul, no qual Moçambique concordou em cortar o apoio ao ANC -*African National Congress*) desde que a África do Sul cortasse o apoio a RENAMO -*Resistência Nacional de Moçambique*). O acordo permitiu que a África do Sul e os EUA projetassem a RENAMO como uma força independente que não tinha nada a ver com África do Sul; Concordar em juntar-se ao Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional; Aceitar que as ONG´s internacionais assumissem a distribuição da ajuda e iniciassem o trabalho de desenvolvimento de Moçambique, com autonomia em relação ao governo" (Hanlon, 1997, p. 15).

Em particular, os EUA prometeram alguma ajuda em cereais, o que foi feito em pequena quantidade. Para Hanlon, essa atitude foi vista como uma medida de pressão e, de certa forma, de alguma hostilidade ao regime Marxista que ainda vigorava. Cumpre ressalvar o papel destacado desempenhado nessa fase pelas agências multilaterais da ONU, através do *Programa Mundial de Alimentação* - PMA e, até mesmo, dos próprios americanos que aceitaram fornecer alimentos apenas em regiões que não estavam afetadas pela guerra civil (Hanlon, 1991, p. 21).

Aqui, destaca-se também o papel desempenhado pelos doadores não tradicionais, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Itália, Áustria, algumas igrejas, os quais foram responsáveis por prevenir as populações da fome.

Não deixa de ser notável, o papel desempenhado pelo Zimbabué, que, mesmo estando a ser assolado pela mesma seca, tornou-se num dos principais doadores de cereais para

Moçambique. Como se pode depreender, a situação de Moçambique, neste contexto, necessitava de uma atenção particular, o país precisava de recursos e apoios para fazer face ao drama instalado.

Hanlon (1991), refere ainda que, em Janeiro de 1984, Moçambique anunciou que não reunia condições para pagar a sua dívida externa. O endividamento externo atingira um nível elevado e o serviço da dívida era já superior ao total das exportações, sendo os países ocidentais os principais credores.

Em resposta a esse anúncio, os credores internacionais recusaram-se a aceitar o reescalonamento da dívida sem que Moçambique aderisse às instituições de *Bretton Woods*. Isto é o mesmo que dizer que Moçambique tinha "caído na armadilha da dívida", ou seja, daí em diante os destinos do país estavam fortemente dependentes dos credores internacionais e dessas instituições.

De acordo com Millet e Toussaint (2006), a relação entre a dívida e o desenvolvimento humano é clara. Nesse sentido, o mecanismo da dívida permite que instituições financeiras internacionais, Estados e organizações multinacionais tenham controlo nas economias de países pobres. Para os autores, "esta é uma nova forma de colonização regulada pelos PAE´s" (Millet & Toussaint, 2006, p. 9).

Dada a situação em que o país se encontrava e como forma de poder ter acesso a novos créditos e investimentos estrangeiros, Moçambique decidiu, nesse mesmo ano de 1984, submeter um pedido para adesão como membro das instituições financeiras internacionais. De acordo com Abrahamsson (1998), em 1984, foi adotado um programa de menor dimensão económica que dava ênfase à agricultura privada de pequena escala e que se caracterizava por introduzir muitas medidas de desregulação (Abrahamsson, 2001, p. 202). O autor revela que, em Outubro de 1984, o Clube de Paris[45] reescalonou dívidas vencidas num total de $USD 280 milhões e, em 1985, os países da *Organization of the Petroleum Expoerting Countries* (OPEC) reescalonaram as dívidas

[45] O Clube de Paris é uma instituiçao informal constituida por 22 paises, nomeadamente, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Correia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, Filândia, França, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Rússia, Suécia e Suíça, cuja missão é ajudar financeiramente paises com dificuldades económicas. O primeiro encontro aconteceu em 1956, quando a Argentina concordou em reunir-se com os seus credores em Paris.

vencidas no valor de $USD 120 milhões. Nessa altura, o valor total da dívida era de $USD 2,4 bilhões e o serviço da dívida excedia o valor total das exportações.

Para Mosca (2005), em janeiro de 1987, após várias e complexas negociações com as instituições financeiras, o país iniciou a implementação do PRE. Com o programa, pretendia-se obter financiamentos externos e alterar as alianças internacionais com o objetivo de superar a crise económica e alcançar a paz (Abrahamsson, 1998). Ainda em 1987, com o objetivo de esclarecer as populações sobre o PRE, a FRELIMO publicou um documento intitulado "Construímos o futuro com as nossas mãos". Segundo o documento, os objetivos oficiais do PRE eram os seguintes: (i) travar a queda da atividade económica do país e iniciar uma progressiva recuperação até 1990, dos setores vitais da economia nacional; (ii) reabilitar a economia por via do aumento da produtividade e da eficiência produtiva; e (iii) reduzir os déficits do Orçamento do Estado e as dívidas à banca.

4.2. Principais áreas e planos da política externa dos EUA para Moçambique

Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) (2009, p. 2), a intervenção dos EUA a Moçambique tem sido através da USAID e de outras iniciativas de financiamento, tais como: o Plano de Emergência do Presidente dos EUA para Alívio do Sida (PEPFAR), *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), *American Friends Service Committee* (AFSC - atua nas áreas da Educação, Agricultura e Água na província de Manica), *Amazon - Africa Aid* (atua na área da Saúde na província de Maputo), *American Institute for Research* (atua nas áreas da Assistência Social, Educação e Agricultura na província de Tete), *African American Institute of State* (AAIS - atua na área da Educação nas províncias de Niassa e Cabo Delgado), *ADRA Moçambique* (atua nas áreas da Associação, Agricultura e Água nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Zambézia), *ACDI/VOCA* (atua nas áreas do Setor Informal, Género e Agricultura nas províncias de Manica), *Aid To Artisans* (atua nas áreas da Educação e Setor Informal na província de Maputo Cidade), *Africare Moçambique* (atua nas áreas da Saúde e Agricultura na província de Manica), *AIR SERV International* (atua na área da Aeronáutica Civil em todas as províncias), *Church World Service* (atua nas áreas da Assistência Social e Saúde nas províncias Gaza, Inhambane e Zambézia), *Child Fund Moçambique* (atua nas áreas da

Assistência Social, Saúde, Educação e Agricultura nas províncias de Inhambane, Manica Cidade de Maputo), *Care for Life* (atua nas áreas da Assistência Social, Saúde, Agricultura e Educação na província de Sofala), *Clinto Foundation Health Acess Initiative Inc*. (atua na área da Saúde nas províncias Sofala, Nampula e Maputo), *Education Development Center* (EDC - atua na área da Assistência Social em todo o país), *ENMED Partnerships for Children* (atua na área da Assistência Social, Saúde, Educação e Género nas províncias da Zambézia, Nampula, Sofala e Gaza), *Elisabeth Glaser Pediatric Aids Foundation* (EGPAF - atua na área da Saúde nas províncias de Maputo, Gaza, Nampula e Cabo Delgado), *Projeto de Instalação e Consolidação em Moçambique* (FINCA - atua na área da Assistência Social em todo o país), *Fundação Americana para o Desenvolvimento* (FAD - atua na área da Assistência Social em todo país*), Federação das Mulheres para Paz Mundial* (atua na área da Educação nas províncias de Maputo, Sofala e Cabo Delgado), *Family Health International* (FHI - atua na área da Saúde nas províncias de Sofala, Niassa, Nampula, Zambézia e Cabo Delgado), *Friends in Global Health FGH* (atua na área da Saúde na província da Zambézia), *Gregory C. Carr Foundation* (atua na área do Turismo na província de Sofala), *HIVOS* (atua na área da Assistência Social e Género na província de Nampula), *Heifer International* (atua nas áreas da Agricultura, Género e Meio Ambiente nas províncias Zambézia e Nampula), *Helen Keller International* (atua nas áreas da Saúde e Educação, nas províncias de Nampula, Niassa, Zambézia, Sofala e Manica), *Habitat For Humanity International*, (atua na área da Assistência Social nas províncias de Manica, Maputo Província cidade e Gaza), *Hunger Project* (atua na área da Saúde, Agricultura, Educação e Género nas províncias de Maputo e Gaza), *International Fertilizer Development Center* (IFDC - atua na área da Agricultura nas províncias de Sofala, Manica e Nampula), *International Relief and Development, INC* (IRD - atua na área da Assistência Social na província da Zambézia), *IRIS Ministry* (atua nas áreas da Assistência Social, Saúde e Educação nas províncias de Maputo Província, Sofala e Cabo Delgado), *John Snow Incorporated* (atua na área de Assistência Social e Saúde nas províncias de Maputo e Niassa), *JHPIEGO* (atua na área da Saúde em todas as províncias), *JACANA* (atua na área da Assistência Social em todas as províncias), *Johns Hopkins University*, Centro de Programas de Comunicação, Escola de Higiene e Saúde Pública (atua na área da Saúde nas províncias de Maputo, Sofala e Zambézia), *Landmine Survivors Network* (atua na área da Assistência Social e Saúde nas províncias de Maputo, Inhambane e Zambézia), *MSPH Mozambique LLC* (atua na área da Saúde nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane),

Mennonite Central Committee (atua na área da Saúde, Educação e Agricultura nas províncias de Sofala e Manica), *Mission Aviation Felllowship* (MAF - atua na área do Transporte Aéreo nas províncias da Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado), *International* (MCD - atua na área da Saúde na província de Niassa), *NDI* (atua na área da Capacitação Institucional dos Partidos Políticos em todo o país), *OXFAM - AMERICA* (atua na área da Saúde, Agricultura, Género em Maputo), *PSI* (atua na área da Saúde nas províncias de Inhambane, Sofala, Maputo, Manica Zambézia, Tete, Niassa e Nampula), *PACT - Moçambique* (não renovou, atuava na área do Desenvolvimento Rural em todo o país), *PATHFINDER INTERNATIONAL* (atua na área da Saúde, Educação, Juventude e Desporto nas províncias de Gaza, Inhambane, Sofala, Nampula, Zambézia, Cabo Delgado e Maputo), PROJETO HOPE MOCAMBIQUE (atua na área da Assistência Social e Saúde na província de Gaza), PLANET AID (atua na área da Saúde, Educação, Meio Ambiente, Agricultura e População nas províncias de Sofola, Manica, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado), *Population Services International, Projeto SUNY* (PSI - atua na área da Assistência Social em todo o país), *Sociedade Internacional de Linguística* (SIL - atua na área da Educação nas províncias de Sofala, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado), *Self Reliance Foundation* (SRF - atua na área da Assistência Social, Setor Informal e Educação na província de Sofala), *Skillshare International Moçambique* (atua na área da Saúde, Educação e Produção Alimentar na província de Nampula e Niassa), *Save the Children Internacional USA* (atua nas áreas da Assistência Social, Informática, Educação, Saúde, Género, Agropecuária, Água e População nas províncias de Gaza e Nampula), *Samaritan's Purse International Relief* (atua na área da Assistência Social, Saúde, Agricultura, Água e Educação nas províncias de Gaza e Inhambane), *Treinamento Internacional para Órfãos e sua Sobrevivência* (TIOS - atua na área da Assistência Social na província de Manica), *Todas as Nações* (atua na área da Assistência Social e Religiosa na província de Maputo), *The Futures Group International INC (CONSTELLA GROUP* - atua na área da Saúde, nas províncias de Maputo, Manica, Tete e Niassa), *Technoserve INC Moçambique* (atua na área da Agricultura e Meio Ambiente nas províncias de Maputo, Manica e Nampula), *USA Clusa* (atua na área da Agricultura nas províncias de Nampula, Zambézia e Niassa), *Visão Mundial* (atua na área da Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura, Meio Ambiente, nas províncias de Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula.), *Village Reach* (atua na área da Saúde nas províncias de Maputo, Niassa, e Cabo Delgado), *World Relief International* (atua nas áreas

da Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura e Micro Crédito nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Nampula), *World Hope International* (atua nas áreas de Fomento Pecuário e Água nas províncias de Gaza, Inhambane e Sofala), *Academy For Educational Development* (AED - atua nas áreas da Assistência Social e Saúde nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Zambézia), *Internacional Medical Corps* (IMC - atua nas áreas da Assistência Social, Género e Saúde na província de Niassa*), I - TECH Moçambique* (atua na área de Saúde em todo país*), Internantional* (RTI - atua na área da Saúde na províncias de Maputo), *International* (DKT - não renovou desde 2008, atuava na área da Saúde na província de Maputo).

4.3. Participação de Moçambique no "African Growth Opportunities Act" (AGOA) como estratégia de política externa dos EUA para Moçambique.

De acordo com o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) (2015), o AGOA é uma Lei de Comércio dos EUA que fornece aos países elegíveis da África Subsaariana (SSA), acesso preferencial ao mercado dos EUA e expande bens tarifados elegíveis. Mais de 6.500 itens na lista são importados gratuitamente.

A elegibilidade do país para o AGOA é baseada num conjunto de condições que se concentram em questões relacionadas com o Estado de direito, respeito pelos direitos humanos e respeito pelas normas fundamentais do trabalho. A legislação do AGOA foi aprovada em 2000 e foi revista várias vezes para prolongar a sua duração, sendo a mais recente, a aprovação da "Lei de Desenvolvimento e Aprimoramento do AGOA (AEEA)" de 2015 a 2025.

O AGOA é um projeto comercial que envolve países do Pacífico, Caribe, África e EUA. Desde 2000, o AGOA regulamentou com sucesso as relações comerciais entre os EUA e a África.

O MIC (2015) apontou que no âmbito das várias negociações comerciais multilaterais, regionais e bilaterais e planos para dar aos exportadores moçambicanos acesso preferencial aos principais mercados, Moçambique conseguiu expandir as oportunidades dos seus exportadores nos mercados estrangeiros, incluindo os EUA e a UE.

Moçambique é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e beneficia de acesso preferencial ao mercado de exportação ao abrigo de acordos comerciais, que reduzem em absoluto as tarifas aplicáveis às suas exportações, relativamente a fornecedores que não tenham beneficiado dessas preferências.

Moçambique goza de acesso preferencial a certos mercados, nomeadamente dos mercados vizinhos, ao abrigo do Protocolo Comercial da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que é recíproco e vinculativo, dos EUA ao abrigo da Lei do AGOA, e da UE ao abrigo do Acordo ACP-África, Caribe, e Pacífico e da iniciativa *Everything But Arms* (EBA).

Os constrangimentos de ordem interna e as regras de origem complexas no âmbito dos acordos comerciais e regionais e dos acordos de comércio preferencial limitaram a capacidade de Moçambique em tirar proveito de muitas destas oportunidades.

Moçambique deve tirar vantagem das oportunidades do mercado criadas pelas margens de preferência nos mercados regional e desenvolvidos. Ao mesmo tempo, deve reconhecer que as margens de preferência são transitórias e que as reduções inerentes à Nação Mais Favorecida (MFN) em termos de direitos nos principais mercados facultam aos investidores e aos produtores um acesso mais certo aos mercados.

4.4. Pontos de vista de Moçambique sobre o desenvolvimento do comércio e acesso aos mercados externos.

De acordo com o portal do governo (2021), com base nas vantagens competitivas de Moçambique, permitir os fluxos de comércio agrícola é necessário e só pode ser alcançado através de negociações multilaterais na Ronda de Doha das negociações da OMC.

Com o relançamento dessas negociações, em meados de 2004, as *chances* de Moçambique em alcançar um importante acesso permanente ao mercado no âmbito da Agenda de Desenvolvimento de Doha ganhou importância.

Moçambique também deve considerar cuidadosamente como as emendas a estes acordos afetam as principais oportunidades de mercado e pressões competitivas. Uma das fontes mais importantes de mudança são as negociações em curso do Acordo de Livre Comércio (TLC) entre os EUA e os cinco países da União Aduaneira da África Austral.

O acordo pode conceder aos países da *Southern Africa Customs Union* (SACU) acesso preferencial ao mercado dos EUA em melhores condições do que Moçambique e, ao mesmo tempo, reduzir gradualmente a preferência tarifária de Moçambique no mercado da SACU em relação aos fornecedores dos EUA.

O acesso de Moçambique ao mercado pelo acordo preferencial é também afetado pelo facto de: a UE estar a substituir o tratamento preferencial concedido às ex-colónias de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) pelo Acordo de Parceria Económica (APE); a adoção de alterações dos EUA e da UE ao AGOA; e as mudanças nas regras de origem no Sistema Geral de Preferências (SGP) da EBA.

Ao mesmo tempo, a liberalização interna da SADC está em apuros, na medida em que: nenhum acordo sobre as regras de origem é alcançado; a fusão de serviços tem um início falso; os membros parecem incapazes de chegar a um acordo sobre uma liberalização acelerada sob o acordo de comércio livre da SADC. Porém, a avaliação intermediária ajuda a começar.

A agenda das negociações, Ronda de Doha, Revisão Intercalar da SADC e APE com a UE, é ambiciosa e de longo alcance. Moçambique tem um interesse especial em participar em todas as negociações. Os produtores, exportadores, importadores e funcionários do governo moçambicano devem compreender melhor estes acordos comerciais para que possam melhorar o acesso ao mercado e beneficiar plenamente das oportunidades que proporcionam (*African Growth And Opportunith*, 2021 Act, acessado 10. Julho. 2021)

No entanto, presentemente, o nível de comércio entre Moçambique e os EUA é relativamente baixo em comparação com outros parceiros comerciais. Portanto, a estratégia visa: a) determinar os setores e produtos em conformidade com o AGOA que Moçambique pode exportar ou aumentar as exportações para os EUA; b) orientar as partes interessadas públicas e privadas moçambicanas para melhorar a consciência e habilidades técnicas do AGOA; c) desenvolver uma série de ações estratégicas de curto, médio e longo prazos, a serem

implementadas que podem ajudar Moçambique a fazer melhor uso do AGOA e tirar partido do acesso prioritário ao mercado dos EUA.

Tabela 1: Balança Comercial Moçambique – EUA 2001 a 2020 USD Milhões

Descrição	Exportação		Importação		Exportação /Importação	
BALANÇA COMERCIAL MOÇAMBIQUE – EUA 2001 A 2020 USD MILHÕES.	**2001**	7,9	**2001**	71,0	**2001**	-63,1
	2002	15,7	**2002**	94,8	**2002**	-79,1
	2003	8,9	**2003**	43,9	**2003**	-35
	2004	38,3	**2004**	58,0	**2004**	-19,7
	2005	6,5	**2005**	59,2	**2005**	-52
	2006	5,1	**2006**	76,0	**2006**	-70,9
	2007	14,3	**2007**	145,8	**2007**	-131,5
	2008	41,4	**2008**	122,5	**2008**	-81
	2009	20,3	**2009**	18,1	**2009**	-2,2
	2010	25,7	**2010**	152,1	**2010**	-126,4
	2011	97,2	**2011**	938,4	**2011**	-841,11
	2012	147,7	**2012**	187,8	**2012**	-40,1
	2013	53,3	**2013**	158,3	**2013**	-105
	2014	58,2	**2014**	124,3	**2014**	-66,1
	2015	97,8	**2015**	110,0	**2015**	-12,2
	2016	53,4	**2016**	101,5	**2016**	-48,1
	2017	99,3	**2017**	198,0	**2017**	-98,7
	2018	83,0	**2018**	188,6	**2018**	-105,6
	2019	72,8	**2019**	140,1	**2019**	-67,3

	2020	7,9	**2020**	71,0	**2020**	-63,1

Fonte: Ministério da Indústria e Comércio (2016).

4.5. Principais Produtos Exportados para EUA: 2001 a 2020

O MIC (2016) refere que os principais produtos exportados foram: açúcar, tabaco, grafite natural, areias pesadas, madeiras, máquinas e aparelhos, produções originais de arte estatuária ou de escultura, frutas preparadas ou conservadas de outro modo, peixe fresco e congelado, tubos de ferro ou aço e espada, albacoras, atuns e outros, hulhas, rolamentos de esferas, castanha de caju, alumínio, centrifugadores para líquidos, carvão, pedras preciosas, minérios, peles de animais, trigo e mistura de trigo, óleos, peles e penas, tintas, bombas para líquidos e elevadores, veículos, crustáceos, telefones, ouro, café, refrigeradores, porcelana, camas, livros, tapetes, roupas, máquinas mecânicas, artefactos e vernizes, motores de pistão, pneumáticos, chá, cobertores, automóveis de passageiros, cigarro e semelhantes de tabaco, pilhas e baterias, bicicletas e outros ciclos.

4.6. Principais Produtos Importados dos EUA: 2001 a 2020

O MIC (2016), refere que os principais produtos importados foram: medicamentos, reboques e semirreboques, grafite, trigo, geradores elétricos, milho, gás, juntas metaloplásticas, miudezas, produtos hortícolas, arroz, aparelhos de raios-X, soja, farinhas, sementes, cimentos, obras de ferro ou aço, carbonatos, chocolate, álcool, sal puro, enxofre, bulldozers, frutos oleaginosos, tratores, borracha, artefactos de matérias têxteis, móveis, torneiras, parafusos, carnes de aves, máquinas, areias pesadas, algodão, carvão mineral, coques e semicoques, combustíveis, madeira, citrinos, correias transportadoras, rolamentos de esferas, quadros, polímeros naturais e fibras de vidro.

CAPÍTULO V

POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE PARA A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC)

Este capítulo discute a política externa de Moçambique para a RPC, enumerando os fatores ou instrumentos internos e externos que determinam a sua evolução ao longo do tempo, através do comércio, do investimento, do crédito preferencial e do alívio da dívida. Segundo Bergsten *et al*. "os objetivos da política externa da RPC são dinâmicos, o que significa que mudam de acordo com a região e os interesses de cada momento, tendo sempre em conta os seus princípios: i) manter a integridade territorial da RPC; ii) recuperar o território considerado parte da RPC; iii) fortalecer o crescimento económico sustentável e iv) reforçar o seu *status* como potência internacional" (citado por Wache, 2014, p. 215).

Para o desenvolvimento desta investigação será fundamental o estudo da aplicação do terceiro princípio, o fortalecimento do crescimento económico sustentável, pois, a China atrai investimento estrangeiro direto e mantém relações comerciais com vários parceiros para atingir esse objetivo e encontrar mercado para os seus produtos, sendo Moçambique um dos intervenientes desse comércio internacional.

5.1. Atores da política externa da República Popular da China (RPC)

De acordo com Wache (2014, p. 223), "os participantes da política externa da RPC podem ser divididos em dois grupos distintos: atores formais da política externa da RPC são as entidades que fazem parte da estrutura de governo e que participam na formulação e implementação da política externa. Na RPC, embora haja vários participantes formais, consideraremos para este estudo: o Partido Comunista, o Conselho de Estado e o Exército de Libertação Popular. Por outro lado: atores informais da política externa da RPC são as entidades que não fazem parte da estrutura de governo, mas exercem influência na formulação e implementação da política externa. Embora haja vários participantes informais, consideraremos para este estudo: as empresas e os bancos estatais".

5.2. Determinantes de política externa da RPC

Para Wache (2014, p. 223) "a RPC é um país complexo com fatores que afetam o comportamento da política externa, com determinantes internos (domésticos) e externos.

Em termos de determinantes domésticos, a questão da ideologia socialista continua a desempenhar um papel fundamental na governação chinesa, incluindo a política externa, que é analisada segundo as teorias do marxismo-leninismo, Mao Zedong e Deng Xiaoping. A combinação desses três pilares é uma arma teórica poderosa para o desenvolvimento socialista da RPC. E, relativamente aos determinantes externos, o investimento direto estrangeiro, as questões territoriais e a participação em organizações internacionais parecem determinar o comportamento das relações de cooperação da RPC com outros atores do sistema internacional".

5.3. Política externa da RPC para África

Wache (2014, p. 240) "refere que a política externa da RPC para a África é de apoio à independência económica dos países africanos e assinou o primeiro lote de acordos comerciais na década de 1950, com Marrocos, Egito e Sudão".

Em 1971, os países africanos votaram e apoiaram a adesão da RPC às Nações Unidas, sendo que 26 dos 76 países que votaram por essa adesão, eram países africanos. Naquela época, Mao Zedong afirmou que nossos amigos negros africanos nos trouxeram de volta às Nações Unidas (Anshan, 2012).

Com o fim da Guerra Fria e as consequentes mudanças a nível mundial, a política externa da RPC, guiada pelos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, continuou a considerar África como um parceiro estratégico para manter e expandir.

Anshan *et al.* (2012) apontou que, em reconhecimento da importância da África para sua prosperidade, o presidente Jiang Zemin anunciou, em 1996, os cinco princípios da política externa da RPC para aquele território, a saber:

- Amizade sincera;
- Igualdade e respeito mútuo;

- Desenvolvimento do benefício mútuo;
- Consulta e cooperação em assuntos internacionais;
- Olhar para o futuro e construir um mundo melhor.

Estes princípios baseiam-se nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, não personificam a benevolência, mas sim, a compreensão de que um relacionamento duradouro, estável e abrangente precisa de ser construído com base no princípio do benefício mútuo.

Para Wasche (2014) a política externa da RPC para África visa satisfazer as suas necessidades de matéria-prima, recursos energéticos e outros minerais e garantir o mercado para produtos manufaturados e serviços chineses em África. Para alcançar esses objetivos, recorre à diplomacia económica, investimentos, comércio, ajuda externa e perdão de dívidas. Ao serviço da diplomacia económica, que toma forma com a "*Going Out Policy*", estão as instituições financeiras como: *People`s Bank of China, Export - Import Bank; China - Africa Developement Fund, Bank of China* e *China Development Bank* e as empresas energéticas como: *China National Petroleum Corporation, China Petroleum & Chemical Corporation* e *China National Offshor Oil Corporation.*

A diplomacia económica chinesa ganhou mais consistência com o estabelecimento do *Fórum on China - Africa Cooperation* (FOCAC)[46] em 2000. Tendo em conta o FOCAC, como fórum estruturante da política externa da RPC para África, nesta pesquisa analisa-se a diplomacia económica nas seguintes áreas:

5.3.1. Área do Comércio/Investimento

No que diz respeito ao comércio e ao investimento, o *African Development Bank Group* constatou que o comércio da RPC para África estava concentrado em poucos países (African

[46] FOCAC é um fórum que se realiza na RPC ou num país africano em alternância. Foi fundado em Outubro de 2000, na primeira Conferência Ministerial em Pequim. O FOCAC é parte de uma tendência crescente de Cooperação Sul-Sul que oferece uma alternativa aos mecanismos tradicionais de assistência ao desenvolvimento com o objetivo de fortalecer a cooperação económica e as relações comerciais sino-africanas para estabelecer uma nova ordem internacional que melhor refletirá as necessidades e interesses da RPC e da África.
Cada fórum resulta num plano de ação de três anos entre a RPC e os países africanos. Os planos de ação são executados de forma bilateral entre os países e monitorizados por um comité de acompanhamento. O FOCAC é guiado por 5 princípios que incorporam o espírito da Cooperação Sul-Sul: Igualdade e benefício mútuo; Diversidade em forma e conteúdo; Ênfase em resultados práticos; Busca de progresso comum; e Acordo amigável de diferenças. (FOCAC, 2013)

Development Bank Group, 2010). As exportações chinesas para África, até 2007, estavam concentradas em cinco países: África do Sul (21%), Egipto (12%), Nigéria (7%), Marrocos (6%) e Benin (5%), e eram compostas, essencialmente, por produtos manufaturados. As importações chinesas eram provenientes de quatro países: Angola (34%), África do Sul (20%), Sudão (11%), e República Democrática do Congo – RDC (5%), sendo o crude a principal mercadoria. Segundo a decisão da quarta Conferência Ministerial do FOCAC, 95% dos produtos africanos provenientes de países menos desenvolvidos gozam de isenção de taxas aduaneiras para entrar na RPC. É neste contexto que o comércio RPC-África atingiu, em 2009, o valor de 166,3 mil milhões de dólares, o triplo da premissa segundo a qual a política externa da RPC visa satisfazer as suas necessidades energéticas (crude) e garantir mercado para os produtos manufaturados e serviços chineses.

Em relação à atração dos investimentos chineses, cinco países africanos destacaram-se no período 2003-2008: África do Sul (64%), Nigéria (9%), Zâmbia (5%), Argélia (5%) e Sudão (4%). Em 2006, o setor que mais investimento direto estrangeiro recebeu foi o setor mineiro com 40,75%, seguido pelos setores de negócios com 21,58% e de finanças 16,4%. Em 2011, o investimento chinês atingiu 15 mil milhões de dólares e cobriu cinquenta países. Portanto, os investimentos chineses em África não são iguais em todos os países africanos nem em todos os setores. Mercados com mais recursos naturais atraem mais investimentos dos empresários chineses.

5.3.2. Créditos concessionários

Quanto aos créditos concessionários, a RPC através da terceira Conferência Ministerial do FOCAC de Pequim em 2006, pôs à disposição dos Estados africanos 5 mil milhões de dólares para créditos concessionários, cuja gestão esteve sob a égide da *Exim Bank*. Outros 5 mil milhões de dólares foram postos à disposição das empresas chinesas que quisessem investir em África, sendo o *China-Africa Development Fund* o gestor do fundo. São estas instituições financeiras, incluindo *People´s Bank of China*, *Bank of China* e *Development Bank* que financiam os projetos africanos, impondo condicionalismos económicos que implicam a compra de produtos e ou serviços chineses, o que acaba dinamizando as exportações, e fazendo com que as empresas

chinesas ganhem contratos para executar os projetos financiados pelos bancos chineses em África.

A RPC continua a aumentar os fundos para créditos concessionários em África, visto que na Conferência Ministerial do FOCAC de 2009 realizada em Sharm El-Sheik, no Egito, aumentou o valor para 10 mil milhões de dólares para os Estados africanos e mil milhões para empréstimos a pequenas e médias empresas. Na quinta Conferência Ministerial do FOCAC, realizada em 2012 na capital chinesa, Pequim, voltou a aumentar para 20 mil milhões de dólares para créditos concessionários aos Estados africanos.

Como se pode constatar, a RPC tem vindo a aumentar os fundos destinados a créditos concessionários para África, o que legitima o seu discurso de fazer negócio com benefícios mútuos.

5.3.3. Perdão de dívida

Segundo Anshan (2012), o perdão de dívida constitui outra área da diplomacia económica chinesa. No âmbito do FOCAC, a Conferência Ministerial de 2000 programou 10 mil milhões de dólares para o perdão de dívida a países altamente endividados e menos desenvolvidos, a RPC voltou a afirmar a vontade de perdoar dívida a países africanos elegíveis, segundo os critérios: altamente endividados e menos desenvolvidos. O comércio/investimentos, créditos concessionários e o perdão de dívida constituem o triângulo da diplomacia económica chinesa para África.

5.3.4. Questões políticas

Anshan (2012) afirma que nas questões políticas, a RPC tem integrado as missões de paz das Nações Unidas em África, estando presente: na pacificação da RDC e da Libéria em 2003; em Maio de 2006, enviou 435 soldados para a missão da Organização das Nações Unidas no Sudão; entre 2003 e 2009, disponibilizou 6.281 homens entre forças de manutenção de paz e polícias para África; enviou quatro navios para o Golfo de Aden na Somália para combater a

pirataria do mar; para além das participações nas operações de paz, o diálogo garante uma comunicação oficial com a organização continental.

O mesmo autor (2012) refere que a política externa da RPC para África tem também uma vertente sociocultural. Neste contexto, a RPC oferece bolsas de estudos, envia médicos e ensina a língua chinesa. Quanto às bolsas, de 2006 a 2009 a RPC formou 15.000 profissionais africanos e construiu 96 escolas rurais. No que respeita a médicos, destaca-se o envio de 1.200 médicos para 42 países africanos e, no ensino da língua e cultura chinesa, instalou o Instituto Confúcio no Egito, Quénia, Libéria, Madagáscar, Marrocos, Nigéria, África do Sul, Togo, Zâmbia e Zimbabwe.

A diplomacia chinesa desempenha um papel fundamental na difusão, tanto da língua, quanto da cultura chinesa em África. É importante realçar que a diplomacia económica parece beneficiar mais a RPC do que os países africanos, que vêm na oportunidade de aprender mais uma língua que condicionará o futuro das relações Sino-africanas.

De referir que a leitura da política externa para África mostra que a RPC aposta na diplomacia económica, uma vez que o seu principal objetivo é ter acesso aos recursos minerais africanos, principalmente os energéticos, e procurar mercados para os seus produtos e serviços. Constata-se que a RPC, diferentemente do ocidente que impõe condicionalismos políticos e económicos, a China impõe apenas condicionalismos económicos, o que a torna preferencial aos Estados africanos. Ficou evidente também que, apesar da diplomacia económica ser a principal plataforma da política externa da RPC para África, este país participa igualmente nas missões de pacificação do continente e implementa programas de âmbito sociocultural. Aqui parece importante realçar o papel do Instituto Confúcio na disseminação da língua e cultura chinesas.

5.4. A evolução histórica das relações bilaterais entre Moçambique e a República Popular da China (RPC).

Segundo Alden, Chichava & Roque (2014), as relações de cooperação entre Moçambique e a RPC não resulta apenas da estratégia de "saída" das potências asiáticas nas últimas duas décadas. De facto, a partir da década de 1960, a RPC tentou estabelecer a sua influência por meio do apoio diplomático e militar aos movimentos de independência, especialmente à FRELIMO.

No entanto, Eduardo Mondlane e outros dirigentes do partido conseguiram cultivar a sua autonomia sobre Pequim, ao mesmo tempo que contaram com a ajuda da República Popular da China e da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS) para não se envolverem na disputa ideológica entre os dois gigantes.

Esta abordagem prudente tornar-se-ia uma imagem de marca da FRELIMO que a soube utilizar com sucesso durante os primeiros anos pós-independência que, como vimos, apesar de ser um partido que apregoa uma ideologia marxista-leninista, a FRELIMO aderiu às instituições de *Bretton Woods* em 1984 e soube à semelhança do Partido Comunista Chinês (PCC), justificar de forma pragmática a necessidade de abraçar a economia de Mercado.

Chichava (2008), referiu que a RPC foi um dos primeiros países a reconhecer a independência de Moçambique em 1975, tendo os dois países imediatamente assinado uma série de acordos de cooperação nas áreas da agricultura e saúde.

Como afirmam Alden, Chichava & Roque (2014), durante as quase duas décadas em que Moçambique esteve envolvido numa sangrenta guerra civil entre o governo da FRELIMO e o Movimento Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO[47]), financiado pelos governos da África do Sul e da Rodésia, a RPC providenciou à FRELIMO equipamento militar, dinheiro e treino de guerrilha. Contudo, a assinatura de um tratado de amizade com Moscovo em 1977, por parte do governo moçambicano, fez com que as relações com Beijing tivessem uma redução durante algum tempo, não obstante a RPC ter providenciado dois pacotes de ajuda em 1983 e 1985.

As relações entre Moçambique e RPC tomaram um novo impulso no seguimento da viagem do presidente J*iang Zemin* ao continente africano em 1996. Em 1997-1998 o *Exim Bank* abriu uma linha de crédito de 20 milhões de dólares para as empresas chinesas interessadas em investir em Moçambique, ao mesmo tempo que financiou a construção de um novo edifício para a embaixada chinesa e de um centro de comércio.

[47] A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), é o segundo maior partido político de Moçambique. O partido é atualmente dirigido por Ossufo Momade, eleito presidente em 16 de Junho de 2019, depois da morte do líder histórico, Afonso Dhlakama. O partido surgiu em 1975 como reação externa e interna às políticas do partido FRELIMO, constituindo-se num movimento armado que combateu na Guerra Civil moçambicana.

5.5. A política externa da RPC para Moçambique

Esta secção discute a política externa da RPC em relação a Moçambique durante o período pós-Guerra Fria, mas Roque & Alden (2012) sugerem que as relações sino-moçambicanas deveriam ser restauradas de 1997 a 1998 e alocar 20 milhões de dólares para financiar empresas chinesas e empresas em Moçambique.

Na reflexão de Taylor (2006) a política externa da RPC para Moçambique data da década de 1960, com apoio à FRELIMO e estabeleceu relações diplomáticas em 1975. Contudo, o objetivo da política externa da RPC na Guerra Fria era ideológico, procurando ganhar vantagem sobre a URSS no contexto da disputa sino-soviética.

Se a política externa da RPC em relação a Moçambique começou na segunda metade da década de 1990, foi com a criação do FOCAC em 2000 e o FCCPLP em 2003 que ganhou desenvolvimento. É sob estas bases que se deve compreender a atual política externa da RPC para com Moçambique, destacando que a RPC utiliza a diplomacia económica para atingir os seus objetivos: satisfazer a procura de matérias-primas e garantir o mercado de produtos e serviços de origem chinesa.

Jansson & Kiala (2009) apontam que foi no contexto da diplomacia económica da RPC orientada pelos dois fóruns FOCAC e FCCPLP que foram assinados acordos bilaterais entre a RPC e Moçambique, a destacar:

- Acordos comerciais e acordos de promoção mútua e proteção de investimentos, 2001.
- Acordo de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Agricultura e Proteção Ambiental, 2002.
- Acordo de Cooperação Económica e Técnica em Agricultura, Saúde, Educação e Mineração, 2004.
- Acordo para fortalecer o comércio bilateral e as relações económicas durante o período 2008-2009.

Estes acordos são a base jurídica da diplomacia económica da RPC que definem a forma de comércio, investimento, crédito preferencial e alívio da dívida.

Os mesmos autores (2009) apontam que o comércio sino-moçambicano tem crescido significativamente. O volume de comércio entre os dois países em 2008 foi de 442,7 milhões de dólares e, entre Janeiro e Novembro de 2012, chegou a 1.224 milhões de dólares, sendo que as exportações para a RPC foram de 859 milhões de dólares e as importações foram de 365 milhões de dólares americanos.

De Janeiro a Outubro de 2013, o volume de comércio foi de 1.350 milhões de dólares e as exportações para a RPC foram de 1.000 milhões de dólares. Percebe-se que o comércio entre os dois países está a crescer rapidamente, a RPC vende produtos manufaturados, principalmente automóveis e peças, materiais elétricos, produtos siderúrgicos e cimento, e importa madeira, minerais, peixes, algodão e outros produtos de Moçambique. Desta forma, o objetivo da política externa da RPC, que é o de encontrar matérias-primas e mercados para os seus produtos, foi alcançado.

Quanto aos investimentos, eles estão no mesmo ritmo do comércio e têm crescido rapidamente. Como resultado, desde 2008, a RPC tornou-se o segundo país a investir em Moçambique com 76,8 milhões de dólares, perdendo apenas para a África do Sul com 136 milhões de dólares.

De acordo com Shinn (2012), a RPC investiu 607 milhões de dólares até 2010, no mesmo ano, *Wuban Iron and Steel Corporation* adquiriu 8% da *Riversdale Company* da Austrália, que tem uma concessão de exploração de carvão na província de Tete e pretende investir 800 milhões para explorar esse mineral.

Os créditos concessionais são um importante instrumento da diplomacia económica chinesa para Moçambique, pois permitem a materialização da *Going out policy,* implementada pela RPC, daí que uma das condições que os Bancos Chineses exigem para dar crédito é incluir empresas chinesas nos projetos. Essa inclusão de empresas implica necessariamente a venda de produtos e serviços chineses, promovendo-se assim o estabelecimento das empresas em Moçambique e a exportação de produtos chineses. Como essas empresas vendem serviços, a RPC acaba por conseguir implantar as suas empresas e vender tanto os produtos, como os serviços. Jansson & Kiala (2009) confirmam esta perceção ao afirmarem que, em 2009, cerca de

30 das empresas chinesas operavam em Moçambique, a maior parte delas trabalhando em projetos financiados pelos Bancos chineses.

Os mesmos autores, (2009), salientam que o Grupo a *Anshui Foreign Economic Constrution Group* é o exemplo paradigmático da *Going out policy*, tal como foi estabelecido em Moçambique, em grande parte graças ao financiamento chinês. Foi esta empresa que, em 1999, construiu a Assembleia da República, em 2003, o Centro de Conferências Joaquim Chissano, com um financiamento de 5 milhões de dólares, e, em 2004, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com um financiamento de 12 milhões de dólares (Kurlantzick, 2017).

A *Anshui Foreign Economic Constrution Group* foi, igualmente, a construtora dos edifícios do Aeroporto de Maputo, um projeto executado em duas fases num financiamento total de 115 milhões de dólares. A *China Henan Internacional Cooperation Group*, em 2007, reabilitou 154 km do troço Muxungue-Inchope, em 2008, reabilitou 200 km do troço Chitima-Mágoe, na província de Tete e construiu a ponte sobre o rio Inkomati, na província de Maputo. *A China Metallurgical Constrution* ampliou o sistema de fornecimento de água na cidade de Maputo, num empreendimento que custou 145 milhões de dólares. A *China Geo-Engeneenging Corporation* construiu a Ponte da Unidade sobre o rio Rovuma ligando Moçambique e Tanzânia. Portanto, os créditos concessionais significam também, em parte, aceitar que a RPC instale as suas empresas e venda os seus produtos e serviços.

Como referimos anteriormente, o perdão de dívida faz parte da diplomacia económica chinesa. No caso de Moçambique realça-se o facto da RPC ter perdoado 52 milhões de dólares e 22 milhões de dólares em 2001 e 30 milhões de dólares em 2007, no cumprimento das promessas feitas pela RPC no Fórum FOCAC e FCCPLP.

Embora a diplomacia económica seja a forma mais proeminente da política externa, a RPC também é muito ativa noutras áreas, como saúde, educação e segurança. Ao nível da saúde, em 2009, duas equipas de médicos chineses prestaram serviços de saúde no Hospital Central de Maputo e no Hospital Geral de Mavalane em Moçambique.

Na educação, no período 2007/2009, 77 estudantes moçambicanos receberam bolsas de estudo. No âmbito da segurança, em 2007, RPC e Moçambique assinaram o Protocolo de Cooperação Militar e Ajuda.

5.6. O comércio entre RPC e Moçambique

Desde o estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África em 2000, as relações comerciais entre a RPC e Moçambique e muitos países africanos têm evoluído consideravelmente. O FOCAC não serviu apenas para reavivar as antigas relações chinesas, mas também para estimular e garantir o sucesso das relações comerciais bilaterais entre os dois países. Desde 2000, com o nascimento desta ferramenta, a cooperação económica e comercial entre a RPC e Moçambique entrou numa nova fase, o volume das trocas bilaterais aumentou assim como o investimento da RPC em Moçambique também aumentou significativamente (Chichava, 2010).

Dados recentes do Ministério do Comércio Chinês indicam que, em 2007, o comércio bilateral atingiu cerca de 284,1 milhões de dólares, oito vezes mais que o valor de 2001. Como já se tinha referido, este crescimento de transações é um efeito direto da implementação do FOCAC, contudo, embora tenha sido um instrumento idealizado e arquitetado pela RPC, este contribuiu mais para o crescimento das exportações dos países africanos, que se verificou também com Moçambique.

Segundo o portal do Governo de Moçambique (2012) após a cimeira do FOCAC em Novembro de 2006, na capital chinesa, Beijing, as exportações de Moçambique para RPC registaram um aumento rápido, uma mudança radical em relação ao passado, quando as exportações da RPC para o nosso país eram a principal característica do comércio bilateral.

Para Rosinha (2009), o aumento do comércio com Moçambique não se centra na importação de matérias-primas, como petróleo e gás natural, mas antes na importação de produtos agrícolas, pescado (peixe e mariscos) e madeira, isto é, em 2008, as exportações moçambicanas para a RPC estavam largamente centradas na madeira, pescado e produtos agrícolas. Chichava (2010), por seu turno, afirma que Moçambique importa da RPC produtos manufaturados de baixo valor acrescentado e maquinarias, contudo, Rosinha (2009) refere que isto deve-se necessariamente às necessidades socioeconómicas atuais de Moçambique, ou seja, tanto a RPC se predispõe a consumir produtos disponibilizados por Moçambique, como também os produtos exportados da RPC para Moçambique se ajustam às necessidades da economia moçambicana. Por um lado, Moçambique importa produtos manufaturados de baixo valor

monetário por não possuir uma viável indústria transformadora e considerando o fraco poder de compra do cidadão moçambicano e, por outro lado, importa maquinaria associada ao investimento em alocação de infraestruturas debilitadas pela guerra civil de 1976-1992. Portanto, este comércio associa dois fatores centrais à economia moçambicana, a alocação de infraestruturas e a criação de um mercado acessível ao poder de compra do cidadão moçambicano.

As relações comerciais de Moçambique com a RPC parecem ter dado um enorme contributo para o seu desenvolvimento económico.

5.7. O Investimento chinês em Moçambique

À semelhança do comércio, o investimento chinês em Moçambique tem evoluído de forma significativa nos últimos anos. De acordo com Rosinha (2009), o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) da RPC em Moçambique passou de 9 milhões de dólares, em 2005, para cerca de 12,2 milhões de dólares, em 2006. Chichava (2010) refere que de acordo com o departamento económico e comercial da Embaixada da RPC em Maputo, em 2008, havia em Moçambique 41 empresas chinesas, as quais empregavam 11.214 moçambicanos.

Segundo Horta (2012, p. 87), "no contexto do investimento chinês em Moçambique, o volume de negócios da China ascende atualmente a 300 milhões de USD", isto mostra que, no período de apenas 6 anos, isto é, entre 2006 e 2012, o volume do investimento chinês cresceu 25 vezes mais. Este dado não mostra só a tendência crescente e acelerado do investimento chinês na economia de Moçambique, mas também a preferência chinesa de investir neste país, levando a uma economia moçambicana mais promissora, considerando que tal investimento tem apoiado mais o setor das infraestruturas, uma das áreas-chave para a expansão dos investimentos chineses em muitos países africanos.

Relativamente a outros países africanos onde os investimentos chineses estão associados à exploração de recursos energéticos como gás e petróleo e à construção civil, em Moçambique, os investimentos chineses estão associados à construção civil e à exploração agrícola. Como refere Rosinha (2009, p. 70), "a política da China em Moçambique parece ser a introdução de

soft power[48], principalmente nos setores da construção e agricultura, e o envolvimento da China nos recursos minerais de Moçambique não é óbvio".

Chichava (2012) refere a existência de várias empresas chinesas a operar em Moçambique e cujas áreas de atividade se concentram, essencialmente, na agricultura, pesca, indústria e construção civil. Rosinha (2009) afirma que, em Moçambique, a RPC parece ter optado por investimentos em projetos agrícolas, como é o caso da soja e do arroz, que deixa antever para o futuro um projeto em que serão explorados, para benefício mútuo, as vantagens comparativas dos dois países. A autora (2009) acrescenta que, desde 2009, a RPC está a penetrar em Moçambique e a investir com particular empenho na agricultura (o projeto para a produção de soja poderá ser significativo), a apoiar a construção e reconstrução de infraestruturas e obras públicas e a conceder empréstimos a taxas muito baixas.

Jafar (2017) enfatiza que, esta política da RPC, e também do Governo moçambicano, a priorização ou direção do investimento para os setores agrícolas e de construção de infraestruturas, deve-se ao facto de, por um lado, ser uma forma da RPC conquistar a simpatia de Moçambique, e por outro lado, por estes setores constituírem áreas fundamentais para o desenvolvimento de Moçambique. De frisar que, de acordo com o n.º 1, art.º 103.º da Constituição da República de Moçambique, "na república de Moçambique a agricultura é a base do desenvolvimento nacional".

O investimento e financiamento do setor da construção, em particular nas obras públicas e reabilitação de infraestruturas, após anos de guerra civil, constituiram uma interessante porta de entrada da RPC em Moçambique. As obras executadas pelas empresas chinesas parecem, de acordo com as autoridades moçambicanas, ser de boa qualidade, feitas dentro dos prazos acordados e a preços competitivos em relação a empresas sul-africanas e europeias, com a vantagem de reduzir a dependência de Moçambique da ajuda de países e organizações ocidentais.

Como refere Rosinha (2009), várias são as infraestruturas construídas pela RPC em Moçambique, reforçando a ideia de que o investimento chinês lidera este setor em Moçambique

[48] ***Soft power*** (Poder brando, poder de convencimento ou poder suave) é uma expressão usada na teoria das relações internacionais para descrever a habilidade de um corpo político (Estado), para influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos.

e que a RPC contribui, em parte, para o desenvolvimento socioeconómico do país. Assim, neste setor, destacam-se "a construção de um estádio nacional nos arredores de Maputo, avaliada em 57 milhões de dólares, a reabilitação e modernização do principal aeroporto de Moçambique, Mavalane, em Maputo, avaliada em 70 milhões de dólares, e o financiamento, de 2,3 mil milhões de dólares, para a construção da barragem de Mpanda Nkuwa, na província de Tete, projetada para ser uma das mais importantes de África", exemplos da importância da RPC no setor da construção e obras públicas.

É pertinente salientar, que pese embora o investimento chinês se faça sentir mais no setor das infraestruturas, a RPC tem investido igualmente noutras áreas, sob a forma de *joint-ventures*, isto é, existem acordos de parceria em diversos projetos financiados por capitais chineses, em grande parte com objetivos a médio e longo prazos, como é o caso dos projetos no setor agrícola e piscícola. Nestas *joint-ventures,* Moçambique participa com o solo arável, os recursos minerais e orgânicos e mão-de-obra, enquanto a RPC, investe capital, tecnologia e *know-how* (Rosinha, 2009).

Tabela 2: Balança Comercial Moçambique – RPC 2001 a 2020 Milhões de Dólares

Descrição	**Exportação**		**Importação**		**Exportação /Importação**	
BALANÇA COMERCIAL MOÇAMBIQUE –	**2001**	1,2	**2001**	21,1	**2001**	- 19,9
	2002	5,5	**2002**	30,8	**2002**	- 25,3
	2003	5,4	**2003**	40,6	**2003**	- 35,2
	2004	23,5	**2004**	40,3	**2004**	- 16,8
	2005	33,3	**2005**	68,3	**2005**	- 35
	2006	32,9	**2006**	82,6	**2006**	- 49,7
	2007	40,3	**2007**	103,2	**2007**	- 62,9
	2008	41,8	**2008**	156,1	**2008**	- 114,3
	2009	74,5	**2009**	173,1	**2009**	- 98,6

RPC 2001 A 2020 (MILHÕES DE DÓLARES).	**2010**	90,3	**2010**	130	**2010**	- 39,7
	2011	167,7	**2011**	374,7	**2011**	- 207
	2012	703,2	**2012**	350,2	**2012**	- 353
	2013	101	**2013**	644,1	**2013**	- 543,1
	2014	204,2	**2014**	700	**2014**	- 495,8
	2015	131,7	**2015**	986,9	**2015**	- 855,2
	2016	142,7	**2016**	379,9	**2016**	- 237,2
	2017	252,6	**2017**	448,5	**2017**	- 195,9
	2018	301,9	**2018**	802,4	**2018**	- 500,5
	2019	323,8	**2019**	861,5	**2019**	-537,7
	2020	261,2	**2020**	631,4	**2020**	- 370,3

Fonte: Ministério da Indústria e Comércio (2016).

5.8. Principais produtos exportados para a RPC 2001 a 2019

MIC (2016) refere que os principais produtos exportados pela RPC foram: areias pesadas, castanha de caju, madeira serrada, madeira em bruto, crustáceos, obras de madeira, gesso, cimento, produtos químicos inorgânicos, minérios de titânio e seus concentrados, sementes e frutos oleaginosos, frutas diversas de casca rija, algodão não cardado nem penteado, pedras preciosas e semipreciosas não montados, pedra-pomes, esmeril, corindo natural e granada, grafite natural, granito, pórfiro, basalto, arenitos e análogos, moluscos e invertebrados aquáticos, peles em bruto de bovinos ou de equídeos, melões, melancias e papaias, hortícolas e vegetais frescos ou refrigerados, minerais de nióbio, tântalo, vanádio ou zircónio, coques e semicoques de hulha, lenhite ou turfa, carvão de retorta.

5.9. Principais produtos importados da RPC 2001 a 2019

A mesma fonte MIC (2016), refere que os produtos importados foram: máquinas e aparelhos eletrónicos, óleos e lubrificantes, pneumáticos novos de borracha, tratores, arroz, centrifugadores, adubos (fertilizantes), medicamentos, reatores nucleares, caldeiras e suas partes, veículos e material circulante para vias férreas ou semelhantes, material de construção e suas partes de ferro e aço, bombas, vestuário e calcado, teleféricos, medicamentos, aparelhos elétricos e suas partes, telefones para redes celulares e para outras redes sem fio, automóveis, bulldozers, angledozers, niveladoras e análogos, cimentos, inseticidas, rodenticidas e fungicidas, móveis e suas partes, soda e potassa cáustica e tecido de fibra.

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

6.1. Seleção e justificação da abordagem adotada no estudo

Segundo Duque e Calheiros (2017, p. 107):

> Existem dois modelos preponderantes de abordagem que correspondem a postulados e a programas de investigação distintos que podem, no entanto, ser combinados numa mesma investigação: o paradigma positivista/behaviorista ou quantitativo, dominante no período da chamada ciência moderna e o paradigma interpretativo/compreensivo, qualitativo, que surge com a chamada ciência pós-moderna.

Neste sentido, o presente estudo segue uma abordagem, maioritariamente, qualitativa, uma vez que estuda um fenómeno sem a preocupação de quantificar os seus aspetos, mas de compreender de forma mais aprofundada, as nuances nelas envolvidas. Segundo Duque e Calheiros (2017), o principal objetivo desta abordagem metodológica é explorar uma determinada situação ou problema de forma aprofundada e detalhada.

Da mesma forma, Fernandes (2000) destaca que a pesquisa qualitativa se concentra em desvendar as motivações subjacentes a certos comportamentos, atitudes ou crenças, fornecendo assim um nível de compreensão que métodos quantitativos frequentemente não conseguem alcançar. Este ponto é também corroborado por Coutinho (2011) que enfatiza que a pesquisa qualitativa procura investigar ideias a partir da perspetiva dos próprios participantes do estudo, permitindo a descoberta do significado intrínseco do comportamento individual e das interações sociais.

Portanto, é claro que o paradigma qualitativo oferece uma riqueza de detalhes e uma complexidade de entendimento que são fundamentais para a análise aprofundada e contextualizada de fenômenos sociais, comportamentais ou culturais.

6.2. Método Histórico

O Método Histórico é uma abordagem metodológica robusta que busca compreender os eventos atuais à luz de seu desenvolvimento ao longo do tempo. Como Gil (2008) aponta, este método não se limita a simplesmente catalogar eventos históricos, mas sim a investigar as causas e os efeitos que levaram à realidade contemporânea. Ele procura entender como é que as estruturas e sistemas passados têm influência duradoura, moldando contextos e eventos em diversas fases da história humana.

Lakatos e Marconi (2009) expandem essa visão ao enfatizar que o Método Histórico vai além da mera cronologia. Ele envolve uma análise cuidadosa de eventos, processos e instituições que foram significativos no passado e que continuam a ter um impacto palpável na sociedade atual. O método é particularmente eficaz para entender como e por que certas práticas e ideologias foram estabelecidas e como elas evoluíram ou foram transformadas ao longo do tempo.

No contexto do estudo proposto, que analisa a política externa e a diplomacia entre Moçambique, os Estados Unidos da América e a República Popular da China, o Método Histórico revela-se especialmente relevante. Ele oferece uma lente através da qual é possível examinar a evolução e a dinâmica dessas relações geopolíticas e diplomáticas, desde as suas origens até às suas manifestações atuais. Esta abordagem permite captar a complexidade dos fatores que têm moldado essas relações, incluindo, mas não se limitando a, aspectos políticos, económicos, culturais e sociais.

Além disso, o método pode fornecer insights valiosos sobre os desafios socioeconómicos que esses países enfrentam atualmente. Ele pode ajudar a identificar padrões ou tendências históricas que podem ainda estar em jogo, oferecendo assim contribuições substanciais para a compreensão e possível solução de questões contemporâneas. Ao fazer isso, o Método Histórico não apenas enriquece a análise atual, mas também permite uma visão mais informada das potenciais trajetórias futuras dessas relações internacionais.

Dessa forma, o Método Histórico não é apenas uma ferramenta de retrospecção, mas também um instrumento analítico poderoso para entender a complexidade e a interconexão dos eventos no cenário global atual. Ele oferece uma base sólida para qualquer investigação que

aspire a ser tanto profunda quanto abrangente, tornando-se assim indispensável para o estudo em questão.

6.3. Método Comparativo

De acordo com Lundin (2016), este método emprega uma análise rigorosa de elementos ou fenómenos, interpretando-os através do prisma das suas semelhanças e diferenças intrínsecas. A aplicação deste método é particularmente relevante para o escopo do nosso estudo, que procura desvendar as diferentes perspetivas na política externa e a trajetória diplomática no contexto trilateral envolvendo Moçambique, os Estados Unidos e a República Popular da China. Esta abordagem justifica-se ainda mais pela sua capacidade robusta de ajudar a identificar convergências e divergências nas estratégias que visam promover o desenvolvimento social e económico nos países em questão.

O objetivo central da nossa pesquisa é realizar uma comparação multifacetada que abranja aspectos como investimento direto e indireto, ajuda externa, apoio ao orçamento nacional, volume e natureza do comércio (importações e exportações), incentivos à agricultura e investimento em infraestruturas. Todas essas variáveis serão examinadas dentro do quadro de relações diplomáticas entre Moçambique, RPC e os EUA. Esta análise comparativa permitirá uma avaliação mais aprofundada e contextualizada, fornecendo insights valiosos sobre como cada uma dessas nações contribui para o desenvolvimento mútuo e para a dinâmica diplomática mais ampla.

6.4. Instrumentos de recolha de dados

Para conferir rigor científico e académico ao presente estudo, foi imprescindível a adoção de um conjunto específico de técnicas e instrumentos metodológicos. Estes foram criteriosamente escolhidos para organizar, sistematizar e validar o corpus teórico e empírico da pesquisa. Neste contexto, o estudo empregou predominantemente duas estratégias de recolha e análise de dados: técnicas documentais e entrevistas.

A combinação destas duas abordagens metodológicas forneceu uma perspetiva multidimensional e robusta ao estudo. As técnicas documentais forneceram um contexto histórico e teórico, enquanto as entrevistas contribuíram com nuances e complexidades que são muitas vezes ausentes em dados puramente documentais. Esse método dual permitiu uma triangulação eficaz dos dados, reforçando assim a credibilidade, a validade e a confiabilidade dos resultados finais da pesquisa.

6.4.1. Técnica documental

A técnica documental representa uma abordagem de recolha de dados indireta que engloba uma ampla gama de fontes documentais. Estas fontes podem variar desde livros, periódicos, publicações oficiais e registos estatísticos até revistas académicas e artigos científicos (Gil, 2008). A técnica destaca-se pela sua capacidade de oferecer uma riqueza de dados qualitativos e quantitativos, proporcionando um arsenal abrangente de informações que podem ser minuciosamente analisadas e interpretadas.

Um dos principais méritos desta técnica é a sua capacidade de contornar certas limitações frequentemente associadas a métodos de recolha de dados primários. Isso pode incluir, por exemplo, o viés do entrevistado, restrições temporais ou mesmo limitações geográficas que tornam a recolha direta de dados impraticável ou enviesada. Ao recorrer a documentos já existentes, os pesquisadores podem acessar a dados que foram coletados sob diferentes condições e contextos, o que potencialmente aumenta a validade e a confiabilidade das descobertas.

Além disso, a técnica documental permite uma análise longitudinal mais eficaz, uma vez que os documentos, como registos históricos ou séries temporais de dados estatísticos, frequentemente abrangem longos períodos. Tal facto, habilita os investigadores a identificar tendências, padrões e relações causais que seriam difíceis de discernir através de métodos de recolha de dados mais instantâneos.

Por último, a técnica documental é altamente escalável e adaptável, sendo aplicável em diversos campos de estudo — desde as ciências sociais até às disciplinas mais técnicas. O seu

uso pode ser particularmente valioso quando combinado com outras metodologias de pesquisa, como entrevistas ou observações diretas, proporcionando assim uma visão mais holística e multidimensional do objeto de estudo.

6.4.2. Entrevista

A técnica da entrevista é uma abordagem de recolha de dados direta, na qual o investigador interage face a face com os entrevistados para coletar informações pertinentes ao tema de estudo (Gil, 2008). O uso desta técnica é especialmente vantajoso no nosso estudo, graças à sua flexibilidade e profundidade na recolha de dados qualitativos.

Para assegurar a qualidade e a relevância das informações recolhidas, implementamos um roteiro de entrevista meticulosamente estruturado. Isso permitiu-nos conduzir conversas direcionadas com um leque diversificado de especialistas, a fim de obter um retrato abrangente e aprofundade da situação. Entre os entrevistados, destacam-se funcionários técnicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique que possuem um entendimento aprofundado das dinâmicas de cooperação entre Moçambique e os países em apreço (RPC e EUA).

Além disso, também entrevistamos diplomatas da RPC e dos EUA baseados em Moçambique. Estes altas figuras deram-nos uma perspectiva única sobre os investimentos e a cooperação bilateral entre os seus países de origem e Moçambique. A sua experiência fornece uma visão privilegiada sobre as estratégias e intenções por trás das relações bilaterais.

Para obter um entendimento mais académico e avaliativo sobre a evolução do país, conversamos também com académicos especializados na área. Essa abordagem permitiu-nos cruzar informações práticas com teorias e modelos académicos, enriquecendo assim a nossa análise.

Também procuramos obter dados quantitativos por meio de entrevistas com técnicos do Ministério da Indústria e Comércio, que forneceram informações valiosas sobre os volumes comerciais entre Moçambique e os países analisados.

Complementarmente, arrolamos outras entidades e especialistas relevantes para a pesquisa, incluindo, mas não limitado, a analistas de política, empresários e organizações não-governamentais.

A combinação dessas múltiplas fontes e perspetivas tornou a técnica da entrevista uma ferramenta de pesquisa extremamente eficiente, capaz de fornecer um panorama holístico e bem fundamentado sobre o objeto do nosso estudo.

Apersentamos de seguida os grupos-alvo das entrevistas:

Grupos-alvo das entrevistas

Técnicos do MINEC na Direção de Ásia e Oceânia (DAO)	A1
Técnicos do MINEC na Direção da Europa e América (DEA)	B2
Técnicos do MIC na Direção de Comercio Externo	C3
Deputados da Assembleia da República (das bancadas da Frelimo, Renamo e MDM) afetos da Comissão das Renações Internacionais	D4

Nota: Elaboração própria.

6.5. Pertinência das questões de entrevista

Neste segmento, concentramo-nos na avaliação da pertinência e eficácia das questões apresentadas no roteiro das entrevistas. O guião é estruturado em grupos de questões que correspondem aos elementos, fatores determinantes e interesses que orientam os três atores nesta cooperação tripartite. O objetivo subjacente é identificar estratégias que os tomadores de decisão do Estado Moçambicano devem adotar, garantindo que os recursos alocados à política externa estejam alinhados de forma eficiente aos interesses nacionais, com vistas a gerar ganhos socioeconómicos comparativos e impulsionar o desenvolvimento desejado.

1. A primeira questão debruça-se sobre a evolução das relações diplomáticas entre Moçambique e China e entre Moçambique e EUA. O foco é compreender o arcabouço histórico, político e ideológico que moldou a política externa de Moçambique em relação a esses dois países-chave.

2. A segunda questão explora as forças motrizes nas relações entre Moçambique-EUA e Moçambique-China. Procura-se entender como estes países têm impactado o desenvolvimento de Moçambique por meio das suas políticas externas, apesar de suas divergências ideológicas. Este entendimento é crucial para descodificar as políticas interventivas desses países nas esferas económica e política em relação a Moçambique.

3. A terceira questão visa analisar a política externa e a diplomacia dos EUA e da China, tanto no seu contexto interno quanto externo. A ideia é facilitar a compreensão de como a diplomacia desses países influencia o cenário internacional e, por extensão, Moçambique.

4. A quarta questão tem como objetivo avaliar o impacto político, económico e social da política externa e diplomacia dos EUA e da China no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. A meta é apresentar uma visão holística que integre diversas dimensões do impacto.

5. A quinta questão aborda os benefícios económicos de Moçambique nas suas relações diplomáticas e comerciais com os EUA e a China desde 1975 até à presente data. Queremos investigar o posicionamento de Moçambique nesses acordos diplomáticos e identificar os principais pactos que foram firmados com o objetivo de benefício mútuo.

6. A sexta e última questão explora os desafios da política externa e diplomacia de Moçambique na sua relação com a China e os EUA, especialmente nos âmbitos social e económico. A questão visa elucidar as medidas que Moçambique deve adotar para capitalizar eficazmente o desenvolvimento socioeconómico resultante dessas relações internacionais.

Com este conjunto de questões, aspiramos a compreender mais integralmente as dimensões e complexidades que envolvem a política externa e a diplomacia entre Moçambique, EUA e China, abrangendo desde os aspetos históricos até às implicações práticas e estratégicas para o futuro desenvolvimento de Moçambique.

Na análise da interação entre o Governo de Moçambique e os seus parceiros internacionais, particularmente os Estados Unidos e a China, formulamos agora um conjunto de questões críticas destinadas a avaliar diversos aspetos dessa dinâmica tripartite.

Cada questão é meticulosamente elaborada de forma a extrair informações que oferecem pontos de vista valiosos sobre a política externa e as suas implicações para o desenvolvimento de Moçambique.

1. **Impacto das Relações Diplomáticas (1975 - Presente)**:
   A primeira questão procura capturar uma avaliação holística do impacto dessas relações diplomáticas ao longo do tempo. O objetivo é compreender como a interação com os Estados Unidos e a China tem moldado o panorama socioeconómico e político de Moçambique.

2. **Perceção da Sociedade Civil:**
   Esta questão almeja entender o ponto de vista da sociedade civil em relação ao crescente envolvimento de Moçambique com os Estados Unidos e a China. É uma oportunidade para avaliar como esta interação internacional é percebida no nível popular e seu impacto percetível no desenvolvimento económico do país.

3. **Contribuição ao Desenvolvimento Económico**:
   Aqui, o foco é analisar até que ponto os Estados Unidos e a China têm efetivamente contribuído para o desenvolvimento económico de Moçambique. O objetivo é avaliar o impulso económico resultante dessa parceria trilateral.

4. **Participação da Sociedade Civil em Projetos Financiados**:
   Esta questão explora o nível de envolvimento da população moçambicana nos projetos financiados pelos Estados Unidos e pela China. Visa analisar se essas iniciativas diplomáticas incluem ou marginalizam a sociedade civil e qual é o impacto social resultante.

5. **Diplomacia nos Governos de Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi**:

   Neste ponto, a análise volta-se para os planos diplomáticos executados nos governos de Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi. O foco é compreender como esses líderes diferiram ou se alinharam nas suas abordagens diplomáticas com os Estados Unidos e a China, e quais foram as consequências para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique.

6. **Desafios Futuros da Política Externa e Diplomacia**:

   Finalmente, esta questão tem como objetivo identificar e propor soluções para os desafios futuros que Moçambique enfrentará na sua relação diplomática com os Estados Unidos e a China. A intenção é oferecer diretrizes que possam ajudar Moçambique a maximizar os benefícios dessa relação trilateral para seu desenvolvimento socioeconómico.

Este conjunto robusto de questões proporciona uma estrutura abrangente que visa capturar a complexidade e os múltiplos aspetos da relação de Moçambique com essas duas potências globais, fornecendo, assim, um quadro detalhado para análise e formulação de políticas.

6.6. Técnicas de análise de dados

Para oferecer uma análise robusta e abrangente da Política Externa versus Diplomacia de Moçambique, especialmente em relação aos EUA e à China, a nossa abordagem metodológica assentará sobre vários pilares fundamentais: entre várias técnicas, salientam-se a análise de conteúdo e a triangulação de dados.

Estas técnicas permitirão uma compreensão mais rica e precisa do impacto dessas relações na dinâmica do desenvolvimento socioeconómico em Moçambique.

6.6.1. Fases Detalhadas da Análise de Dados

1. Organização Inicial dos Dados

As entrevistas conduzidas a profissionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, deputados da Assembleia da República e técnicos do MIC serão transcritas e codificadas. Os dados serão então organizados em categorias temáticas relevantes, facilitando uma análise mais focada.

2. Análise Qualitativa Profunda

Nesta etapa, será executada uma codificação temática aprofundada dos dados coletados. Este processo envolve uma *análise de conteúdo* meticulosa com o objetivo de identificar padrões emergentes, discrepâncias notáveis e as relações complexas que interligam diversos fatores. Entre esses fatores, destacam-se políticas governamentais, influências externas e impactos socioeconómicos.

O processo de *análise de conteúdo* desdobrar-se-á nas seguintes etapas: pré-análise, elaboração do material ou codificação, tratamento dos resultados obtidos e, por último, a sua interpretação. Para este processo, seguir-se-á a estrutura de Bardin (1977).

A codificação temática irá servir como a espinha dorsal da nossa interpretação dos dados, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dimensões em jogo. O método não apenas ajuda a revelar padrões ocultos, mas também oferece pontos de vista sobre como esses padrões se cruzam e interagem de maneiras inesperadas. Esta abordagem permitirá que se desenvolvam soluções mais eficientes e estratégias direcionadas, fundamentadas numa compreensão sólida e multifacetada dos elementos analisados.

Para assegurar a robustez e a confiabilidade da codificação, empregaremos técnicas de validação cruzada como se expõe de seguida.

3. Triangulação Metodológica

Seguindo a definição de Lundin (2016) e os insights de Gil (2008) e Duque e Calheiros (2017), a triangulação será usada para validar os dados. Isso envolve comparar as informações

obtidas nas entrevistas com dados secundários provenientes de pesquisa bibliográfica e outras fontes confiáveis. Como referem Duque e Calheiros (2017) referem que

> "as investigações trianguladas são pluralistas e, neste sentido, a sua confiabilidade depende de uma multiplicidade de fontes, que deverão estar sujeitas a contrastes rigorosos, de modo a atingir-se informação fidedigna quer na sua origem, quer na sua plenitude. Através da triangulação pretende-se obter o enriquecimento de uma visão única, relacionando as diferentes aproximações metodológicas com a realidade social. Ela implica muitas vezes uma meta-análise de replicação, através da qual é possível verificar, confirmar e controlar as conclusões de um determinado estudo... Isto permitirá: obter conclusões mais ricas; aumentar a confiabilidade das mesmas; procurar um maior nível de precisão dos problemas abordados e procurar ver o contraste da consistência externa do estudo, através da incorporação de novos dados ou postulados" (p. 10).

4. Validação dos resultados e Enriquecimento de Visão

A última fase implica um contraste rigoroso entre as múltiplas fontes de dados. Tal facto visa atingir uma informação fidedigna que seja rica no seu contexto e plena no seu escopo. O objetivo final é oferecer uma visão enriquecida que integre diferentes aproximações metodológicas com a realidade social e política de Moçambique.

Assim, privilegiamos o cruzamento entre:

- A análise documental;
- A análise dos resultados recolhidos;
- A comparação entre as fontes documentais e os dados recolhidos das entrevistas.

Desta forma, a triangulação destas fontes de dados não só eleva a qualidade e a validade da nossa informação, mas também permite alcançar um nível mais profundo de compreensão dos complexos fatores em jogo na política externa e diplomacia de Moçambique, bem como o seu impacto no desenvolvimento socioeconómico do país.

Tabela sintetizada explicativa das fases analíticas da investigação:

Fases	Descrição Detalhada
Organização Inicial dos Dados	Nesta fase, os dados são recolhidos, limpos e organizados para análise.
Análise Qualitativa Profunda	Aqui, os dados são examinados a partir de diferentes ângulos para compreender as tendências, padrões e relações.
Triangulação Metodológica	Utilização de múltiplas fontes e métodos para validar toda a informação. Esta passo ajuda a assegurar que os resultados são confiáveis.
Validação dos resultados e Enriquecimento de Visão	Os resultados são validados e interpretados de forma mais abrangente.

6.7. Considerações Éticas

As pesquisas em ciências sociais, como qualquer pesquisa que envolve seres humanos, devem respeitar as normas e resoluções nacionais e internacionais para serem consideradas eticamente aceitáveis (Schramm, 2001). Devem também, como referem Duque e Calheiros, (2017, p. 2), "respeitar o *ethos* científico", querendo isto significar a assunção de um "compromisso férreo com a investigação da verdade e, consequentemente, estar comprometido, para além de todos os progressos técnicos e humanos, com o conhecimento crítico".

A pesquisa em apreço seguiu os aspetos éticos de uma investigação. As entrevistas realizadas e as respetivas análises efetuadas, foram feitas em concordância com os entrevistados e as instituições envolvidas, assegurando o consentimento livre e esclarecido de todos os envolvidos na pesquisa ou o seu responsável legal (Duque e Calheiros, 2017). Por outro lado, assegurou-se a anonimização dos dados recolhidos e tratados, impossibilitando a identificação dos participantes e garantindo que a informação recolhida sirva apenas para fins académicos.

6.8. Características do local da investigação

Moçambique situa-se no sudeste da África, pertencente à região conhecida como África Subsaariana. Com uma superfície de 800 mil km2; uma população recenseada em 2007 de 20.632.434 habitantes e em 2017 de 27.909.798 habitantes; e uma densidade de 34.8 habitantes/km². Faz fronteira a norte com a Tanzânia, a oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, e a sul com a África do Sul e Swazilândia, sendo na faixa este, banhada pelo Oceano Índico, numa extensão de 2.470 km. O país está dividido em 11 províncias, agrupadas em três regiões, nomeadamente: Sul, Centro e Norte. Integram a região Sul as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Maputo Cidade, ocupando cerca de 21% do território nacional; a região Centro, composta pelas províncias de Zambézia, Sofala, Manica e Tete, é a mais extensa, pois abarca 42% do território nacional. Por fim, a região Norte, formada pelas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, engloba 37% do território (INE, 2007).

FIGURA 1. MAPA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE.

Fonte: http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/mz.html

CAPÍTULO VII

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo dedica-se a uma análise meticulosa e discussão crítica das respostas fornecidas pelos entrevistados, focando na tríade relacional que constitui a essência desta investigação. O nosso objetivo é desvendar as dinâmicas subjacentes às relações cooperativas entre Moçambique, China e Estados Unidos, examinando as suas características distintivas, gradações de influência e dependência. Além disso, empreenderemos uma avaliação comparativa dos benefícios que Moçambique obtém de cada parceiro sob a perspetiva das personalidades entrevistadas.

Especificamente, este capítulo procura identificar as estratégias que podem ser efetivamente mobilizadas para transformar as relações com estes atores globais em avanços socioeconómicos tangíveis para Moçambique. Adicionalmente, enfocaremos os ajustes necessários no âmbito político-estratégico para alinhar as interações com os respetivos atores aos interesses nacionais de Moçambique.

Para uma interpretação robusta dos dados, empregamos, tal como se mencionou no capítulo da Metodologia, técnicas de análise de conteúdo, complementadas pela triangulação dos dados. Esse método permitiu uma organização e categorização mais refinadas das informações recolhidas durante as diversas entrevistas, assegurando assim uma análise mais abrangente e confiável.

O primeiro tema desta análise, conforme delineado pela técnica de análise de conteúdo, centra-se na evolução das relações diplomáticas entre Moçambique e os dois atores internacionais de destaque: China e Estados Unidos. Esta análise visa elucidar o contexto histórico, político e ideológico que tem moldado a política externa de Moçambique em relação a esses países.

Para oferecer uma visão sobre a questão em análise, entrevistamos um técnico do MINEC, que aborda a relação de Moçambique com a China e os Estados Unidos. Este técnico argumenta que, embora Moçambique receba formas variadas de apoio de ambos os países, essa relação tem um lado menos positivo que não pode ser ignorado. Segundo ele, Moçambique está

acumulando um nível preocupante de dívida com os dois países, o que cria uma dependência que limita significativamente a soberania e o poder de negociação de Moçambique no cenário internacional. Vejamos as suas próprias palavras: "O impacto da relação entre Moçambique e os dois países não é positivo, pois Moçambique apenas está cada vez mais a acumular dívidas com os dois países, facto esse que cria dependência de Moçambique para com esses, a título de exemplo, o FMI proibiu a exportação de castanha de cajú processado de Moçambique", segundo jovem entrevistado sobre o assunto (*Técnico do MINEC, jovem afecto à DAO*).

Por sua vez, segundo a reflexão do técnico do MINEC entrevistado sobre o mesmo assunto, […] "o apoio dos EUA tem um impacto social, cultural, económico e político, e isso verifica-se nos músicos americanos que vêm a Moçambique atuar, na língua inglesa que tem sido a mais procurada, nas igrejas brasileiras que se encontram em Moçambique e que têm a sua origem nos EUA, na internet e noutros meios de globalização tecnológica que estão ligados aos EUA" (*Técnico do MINEC, jovem afecto à DEA*).

Ainda, tendo por base a reflexão, outro entrevistado a respeito, refere que "Os EUA, movem-se pela imposição da democracia ocidental a nível mundial, apoiam financeiramente Moçambique, mas com condicionalismos políticos e socialmente apoiam na implementação de políticas de saúde, e a RPC apoia através do financiamento da construção de infraestruturas" (*Chefe de um Departamento no MIC, de meia-idade, na Direção de Comércio Externo*).

Sobre este facto Hermele (1990), Hanlon (1991) e Abranhamsson (1998) referem que, em 1984, o país passou a contactar as instituições de Bretton Woods (BM e FMI), a fim de obter financiamento o início da estabilidade económica também abriu uma frágil janela de contacto com os EUA, por conseguinte, de acordo com Millet e Toussaint (2006), a relação entre a dívida e o desenvolvimento humano é clara. Nesse sentido, o mecanismo da dívida permite que instituições financeiras internacionais, Estados e organizações multinacionais tenham controlo nas economias de países pobres.

A análise triangular exposta na questão acima mostra que as relações entre Moçambique e Estados Unidos da América desacelera o desenvolvimento de Moçambique dada a política externa de Washington que assenta nos princípios de *Hard Power*, com este facto as relações diplomáticas por serem guiadas por condicionalismos de âmbito político e económico reduz a

sua contribuição para o desenvolvimento económico de Moçambique. Na verdade, são condicionalismos cujo propósito é responder essencialmente aos interesses das instituições e países em causa, na relação com Moçambique, mantendo este último na condição de contínua dependência e limitada capacidade negocial, daí que, Moçambique vê-se na situação de não dar o esperado *take off* económico rumo ao desenvolvimento nas áreas de estudo (*socioeconómicas*).

Nesta perspectiva, compreende-se que tanto os Estados Unidos da América como o Estado moçambicano recorrem à diplomacia cultural, uma vez que esta visa a utilização específica das relações culturais para atingir os objectivos nacionais de cada Estado. Adicionalmente, também se faz uso da diplomacia política, comercial e económica.

Embora a cultura actue como um meio de projectar Moçambique no cenário internacional e o papel da língua acrescente valor à diplomacia moçambicana, permitindo uma definição e discussão claras dos objectivos e interesses nacionais nas suas relações externas, é crucial não perdermos de vista que a contribuição da cultura e da língua é bastante limitada face aos desafios socioeconómicos que Moçambique enfrenta a nível doméstico.

Questões como a industrialização, o emprego jovem, a transformação dos recursos naturais, minerais e energéticos, e o seu uso adequado como instrumentos de política externa nas relações com ambos os países, oferecem, do ponto de vista de benefícios, muito mais comparativamente ao que se ganha nas relações culturais. Estas últimas têm pouco ou nenhum impacto para a grande maioria da população moçambicana, beneficiando apenas uma elite restrita do país.

Entretanto, "apesar de afirmarmos que o governo chinês apoia mais o governo moçambicano politicamente, o mercado da RPC está aberto e com preços mais acessíveis que os dos EUA, de tal maneira que o comércio informal é dominado pelas relações que têm com a RPC porque é na RPC onde se vai buscar os produtos a preços mais acessíveis, daí que a RPC acaba chegando, do ponto de vista económico, às aldeias mais recônditas" (*Chefe de um Departamento no MIC, de meia idade, na Direção de Comércio Externo*).

A outra questão é que "apesar da RPC não ser democrática e muito menos ter intenções de se democratizar, o país é um grande apoiante das democracias africanas, pois em campanhas eleitorais de grande parte de Países africanos a China apoia com impressão de camisetas,

capulanas, cartazes e viaturas, etc, tratar-se de questões simplesmente comerciais e não políticas. Daí que a RPC apoia os governos e luta pela sua manutenção, mas devido à sua indústria, comércio aberto e preços acessíveis, acaba alimentando as oposições" (*idem*).

Sobre este facto, Brucan (1971), afirma que, na prática, as grandes potências tendem a corroer a soberania das nações pequenas (ou mais fracas) e a interferir nos seus assuntos internos, impondo a sua dominação ou vontade. Assim, a política externa dos Estados mais fracos é muitas das vezes influenciada pelos interesses dos Estados mais fortes enquanto o que é vital para uma nação é que as suas decisões sejam feitas dentro e não impostas ou revertidas a partir de fora.

Assim, se percebe que através da RPC, Moçambique beneficia do acesso ao mercado chinês, enquanto, a partir dos americanos, beneficia de programas sociais e de apoio às pequenas e médias empresas.

Com base no exposto e na opinião do técnico do MIC, conclui-se que enquanto Moçambique se mantiver em estado de dependência, nenhuma interação com os países em questão levará ao desenvolvimento socioeconómico desejado. Embora possa parecer que a relação externa com a República Popular da China (RPC) apresenta vantagens em relação aos EUA, é importante não perder de vista que nenhum dos dois atores tem um interesse genuíno na estabilidade socioeconómica de Moçambique, já que isso diminuiria a dependência e, possivelmente, a inclinação e abertura do país a outros estados ou entidades.

Neste contexto, a diferença de abordagens entre os EUA e a RPC nas suas relações com Moçambique, e a aparente preferência pela RPC, pode advir do facto de ambos serem, em princípio, concorrentes. Nesta situação, a RPC poderá escolher uma estratégia que melhor atenda aos seus próprios interesses na relação com Moçambique, o que não deve ser interpretado como sendo a melhor opção entre as duas. Persiste, assim, a estratégia de manter Moçambique em estado de dependência, ainda que de formas diferentes, por parte de ambos os atores.

É sobre esta realidade que Moçambique deve introduzir reformas na sua política externa e nas relações diplomáticas, tendo em consideração os seus interesses domésticos. A dependência e as pressões diplomáticas continuarão a existir tanto na relação com a RPC como

com os EUA, apesar de a percepção mais comum ser de que os condicionalismos vêm principalmente dos EUA.

Em relação à segunda dimensão analítica – ***desafios da política externa e da diplomacia de Moçambique na sua relação com a RPC e os EUA, no domínio social e económico*** – revelam-se diversas facetas que são cruciais para a compreensão do panorama atual e futuro. Começando pelo ponto de vista do técnico do MINEC ligado à DAO, ele coloca em relevo o "poder negocial" que Moçambique deve aprimorar ao lidar com estes dois gigantes mundiais. O técnico salienta a necessidade de um nível avançado de "organização e planificação" por parte de Moçambique. Este ponto lança uma base sólida para a discussão, pois sublinha que a eficácia nas relações internacionais começa a nível nacional. Refere o Técnico: "Moçambique deve aperfeiçoar o seu poder negocial com a China e com os EUA e ter a capacidade de dar seguimento aos projetos, o que requer um nível de organização e planificação do lado de Moçambique, ou seja, a cada novo ciclo de governação é necessário que se identifique as áreas prioritárias e do ponto de vista estratégico, optar por parceiros que confiram vantagens comparativas nessas áreas, o que não tem acontecido. O que sucede é que se colocam todas as áreas a todos os países quando às vezes há parceiros que numa ou noutra área não são viáveis. Têm sido submetidos à China projetos frágeis que não são viáveis, nem sustentáveis" (*Técnico do MINEC, jovem afecto à DAO*).

Esta ideia é corroborada por outro técnico do MINEC, que vai além e fala sobre a variabilidade das relações exteriores, ressaltando que elas "dependem das administrações de governação de cada período". O técnico aponta ainda para o desafio da "consolidação das instituições públicas", o que é fundamental para atrair investimentos sólidos e sustentáveis, especialmente quando esses investimentos vêm com condições, como o respeito aos direitos humanos. Vejamos nas suas próprias palavras: "as relações entre Moçambique-EUA e Moçambique-RPC dependem das administrações de governação de cada período. A figura que se encontra à frente das administrações, mas também as instituições norte-americanas, no caso do congresso, têm um peso alto na determinação e decisão de apoio ao desenvolvimento dos Estados. Moçambique tem como desafio a questão da consolidação das instituições públicas, pois os investimentos exigem contrapartidas como é o caso da imposição na questão dos direitos humanos" (*técnico do MINEC, jovem afeto ao DEA*).

O técnico do MIC, por sua vez, acrescenta mais uma dimensão ao debate, indicando que com a RPC o grande desafio é a "dívida e os problemas demográficos". Este ponto é crucial, uma vez que ressalta os desafios práticos e sociais da relação com a China, algo que não deve ser negligenciado em qualquer estratégia de longo prazo: "com a RPC o grande desafio é a dívida e os problemas demográficos, pois este país exporta operários que vêm para além do negócio, viver nos bairros e isso pode ser um grande desafio" (*Chefe de um Departamento no MIC, de meia-idade, na Direção de Comércio Externo*).

Um Deputado da Assembleia da República (AR) também contribui para esta discussão complexa, realçando a necessidade de Moçambique "consolidar as suas relações de amizade desde a luta armada" com a China e "dar continuidade a essas relações para solucionar os seus problemas básicos" com os EUA. Este dualismo na política externa de Moçambique parece ser uma constante, mas como Lhalbahadur e Otto (2013) notam, o país tem uma abordagem de "não-alinhamento" que lhe confere certa flexibilidade: "com relação a China, Moçambique primeiro procura consolidar as suas relações de amizade desde a luta armada, mas também manter as relações por perto os EUA, dar continuidade a essas relações para solucionar os seus problemas básicos" (*Deputado da AR, de meia idade, afeto a Comissão de Relações Internacionais*).

Cruzando todas essas perspetivas, torna-se evidente que Moçambique enfrenta desafios multifacetados na sua diplomacia com a RPC e os EUA. Estes vão desde a organização interna e a capacidade de negociação até às questões mais tangíveis como a dívida e os direitos humanos. Contudo, Moçambique também detém um certo grau de alavancagem devido à sua posição geoestratégica: "Manter relações diplomáticas com esses dois Estados é básico para Moçambique, porém, reduzindo a dependência com os mesmos. É preciso igualmente que o País defina os seus interesses e vinque-os na mesa de negociação com os actores de cooperação" (*idem*).

Em relação aos EUA, a questão da democratização e dos direitos humanos cria uma dinâmica complexa. A busca por um equilíbrio entre as exigências americanas e as necessidades nacionais é um desafio constante. Portanto, a política externa de Moçambique não só deve ser flexível, mas também bem calculada para maximizar os benefícios económicos e sociais de suas relações com essas duas potências.

Como se refere Lhalbahadur; Otto, 2013, na sua estratégia de procurar mais amizades, Moçambique tem defendido aspirações pacíficas. Esta posição é também impulsionada pela *realpolitik* que é necessária para um pequeno Estado como Moçambique. Contractos difusos reduzem a dependência de Moçambique e uma vulnerabilidade a qualquer entidade, uma lição aprendida durante a era da Guerra Fria quando foi forçado a recorrer a fontes alternativas de apoio em face da diminuição das relações sino-soviéticas. Sobre este facto Para Lhalbahadur e Otto (2013), o cerne do quadro conceptual da política externa de Moçambique é o não-alinhamento, que tem facilitado o seu entendimento, escala e restrições, estratégia essa que lhe permite responder com flexibilidade aos desafios no cenário internacional.

Fazendo um cruzamento das ideias pode-se constatar que os desafios da política externa de Moçambique no contexto da diplomacia devem procurar estreitar as suas relações com os dois atores, mas de forma mais cautelosa e que possibilite a prossecução dos seus interesses nacionais no âmbito da sua diplomacia económica. No entanto, tal cenário de oportunidade só será possível se Moçambique tiver claramente definidas as áreas estratégicas e prioritárias, bem como os objetivos a alcançar na relação com os EUA e RPC. Outrossim, Moçambique goza de uma posição privilegiada, em termos geoestratégicos e geopolíticos na África Austral e na diplomacia africana, de uma forma geral. Estes atributos colocam Moçambique na rota da presença dos EUA e da China, dai que se deve procurar maximizar essas vantagens a favor do interesse nacional de Moçambique nesta relação tripartida.

Para com os EUA, existe uma intenção declarada de apoiar a democratização e aprofundar os direitos humanos, o que significa que haverá um conflito permanente entre os EUA como potencia e qualquer governo que exista em África.

Quanto a esta questão percebeu-se que o grande desafio consiste em Moçambique assegurar que a sua diplomacia traga ganhos do ponto de vista económico. A China e os EUA são atores económicos bastante importantes pois a China neste momento representa a segunda economia no sistema internacional ao passo que, os EUA representam a maior economia. Ambos atores são bastante importantes e ocupam um espaço estratégico no sistema internacional do ponto de vista de influência e oportunidades para o desenvolvimento dos países africanos no geral e de Moçambique em particular.

O grande desafio da política externa de Moçambique é garantir que essa relação se traduza em benéfico económico, garantir que mais empresas chinesas e ONG´s americanas invistam em Moçambique, que mais moçambicanos possam fazer negócio nos mercados chineses através da FOCAC e do AGOA a partir da iniciativa americana, que mais moçambicanos tenham oportunidade de estudar na China e nos EUA.

Mais do que isso, é imperioso para Moçambique aperfeiçoar os termos negociais dos acordos de investimentos com os dois atores, pora que a médio prazo os resultados dos investimentos tenham impacto na vida dos moçambicanos, quer do ponto de vista de infraestruturas sociais, uma sólida transferência de conhecimento e sobretudo na componente de melhoria da renda familiar, com enfoque e incidência para as famílias das áreas onde tais investimentos estão implantados.

Disto isto, e em jeito de conclusão, Moçambique deve focar-se em resultados a médio e longo prazo que beneficiem a população, especialmente nas áreas onde tais investimentos estão a ser feitos. Assim, além da diplomacia de "alta política", Moçambique deve também investir numa diplomacia "de resultados", que traga melhorias tangíveis para a vida dos seus cidadãos.

Em relação as vantagens e desvantagens da política externa e diplomacia da China e dos EUA para Moçambique, consegue-se perceber - através dos *insights* dos nossos entrevistados – que são temas complexos e difíceis de tratar.

O Técnico do MINEC destaca que a parceria com a China traz benefícios significativos para Moçambique, particularmente, em áreas como infraestrutura. Isto é corroborado pela menção ao "apoio em programas de desenvolvimento como em infraestruturas de várias áreas". Contudo, a relação é criticada por ser, em grande parte, unidirecional, concentrando-se mais nos interesses de desenvolvimento da China. Este ponto é crucial, já que levanta questões sobre a verdadeira reciprocidade na relação bilateral, algo que o Técnico deixa claro ao expressar preocupações sobre "deficiência na transferência de conhecimentos", senão vejamos nas suas palavras: "A vantagem é que Moçambique conta com a China como um parceiro de desenvolvimento e político na medida em que China e Moçambique se apoiam mutuamente nos grandes assuntos de interesse como nos fóruns internacionais. Apesar de os países terem igualdade soberana, sabe-se que a China não é um parceiro qualquer, o lugar da China é diferente

de um lugar ocupado por exemplo por um País como o reino de Eswatini. A China apoia em programas de desenvolvimento como em infraestruturas de várias áreas". Seguidamente, enfatiza que "em termos de desvantagens, Moçambique se encontra na posição de receptor de ajuda que é feita para satisfazer os interesses de desenvolvimento da China. Já se reclamou, por várias vezes, que quando a China investe em África, a mão-de-obra, os equipamentos e as empresas subcontratadas vêm da China, o que monstra claramente que tem havido deficiência na transferência de conhecimentos. A outra desvantagem é que a China preocupa-se mais em agradar as lideranças africanas, não tem dado atenção a elementos como prestação de contas e transparência na aplicação dos investimentos por eles alocados, diferentemente do Ocidente que até envia avalistas para avaliar a viabilidade do projeto, isto é se o mesmo é integrado, se tem efeito multiplicador na zona onde está ser implementado, acima de tudo, avaliar os benefícios económicos do projeto, a china tem falhado bastante nesses aspectos" (*Técnico do MINEC, jovem afeto à DAO*).

Por outro lado, a relação com os EUA também tem os seus próprios méritos e desvantagens. O técnico do MINEC ligado à DEA ressalta que a colaboração com os Estados Unidos é vital para abordar desafios específicos que Moçambique enfrenta, como calamidades naturais e o HIV. No entanto, as relações com uma potência como os EUA têm o custo de um poder negocial limitado por parte de Moçambique, o que pode resultar em acordos menos vantajosos: "Moçambique sendo um país jovem em termos de desenvolvimentos, tem múltiplos desafios ligados a calamidades naturais e outros, a manutenção de cooperação de Moçambique com os EUA, ajuda a Moçambique na busca de soluções para o desenvolvimento". Referiu ainda que, "um dos exemplos é que sendo Moçambique um país muito afectado pelo HIV, vê os EUA como solução para a luta contra a doença, atento à sua política de ajuda na área de saúde. Em termos de desvantagens de cooperar com os EUA, sendo aquele uma grande potência e com muitos interesses económicos, Moçambique sai sempre a perder por falta de capacidades de negociação" (*Técnico do MINEC, jovem afeto à DEA*).

O técnico do MIC adiciona outra dimensão a essa análise, apontando para os ganhos mútuos em áreas como transferência de tecnologia e formação académica. Esta observação é importante porque sinaliza que, apesar das disparidades de poder, ainda há espaço para algum nível de mutualidade e benefício mútuo nas relações com ambas as potências: "existem

vantagens como a conquista da independência, apoio técnico e transferência de tecnologias, formação académica de moçambicanos nos dois países, ganhos económicos nas infraestruturas construídas pela China, Millenium Chaleng account pelos EUA, para além de múltiplos apoios sociais. Mas também apoios políticos pois, quando Moçambique alinhou-se aos EUA, saiu do isolamento que se encontrava no âmbito da guerra fria" (*Chefe de um Departamento no MIC, de meia-idade, na Direção de Comércio Externo*).

Um académico entrevistado, por sua vez, fornece uma visão mais teórica, sublinhando que em qualquer relação entre países de diferentes potenciais, aqueles menos potentes correm o risco de serem sobrecarregados. Isso ecoa os pontos levantados pelos técnicos do MINEC, acrescentando uma estrutura teórica a essas observações empíricas: "na análise de política externa ou relações de cooperação entre um país potente e não potente, as desvantagens de modo geral tendem aos países menos potentes devido a incapacidade de impor as suas agendas e interesses domésticos, pois nas relações, quem tem mais força, potência e economia, normalmente impõe as condições das negociações" (*Jovem académico, Docente Universitário*).

Refere ainda que "Apesar disso, Moçambique tem vantagens na cooperação com a China, pois as infraestruturas, o investimento direto, os produtos manufacturados entram em Moçambique devido a preços baixos praticados pela China, o comércio com a China tem sido muito elevado. Ao passo que com os EUA, as ONG's americanas atuam em Moçambique, apesar de também em benefício dos EUA, as indústrias moçambicanas (do gás) saem mais capacitadas e, devido ao gás a economia moçambicana pode subir na ordem de 17% o que pode ajudar o crescimento do país. Os EUA estão à procura junto de outros atores, mecanismos de eliminar o terrorismo em Moçambique".

Das abordagens acima, entende-se que os dois países têm ganhos em termos de escoamento em matérias-primas, sabe-se que a China retira quantidades consideráveis de Madeira e outros produtos de origem florestal, mas também se prevê que os EUA possam escoar muito gás para o seu país.

Nota-se, no dizer dos nossos entrevistados, que a vantagem nesta cooperação é que Moçambique conta com a China e os EUA como parceiros de desenvolvimento e como parceiros

políticos na medida em que China e os EUA, se apoiam mutuamente nos grandes assuntos de interesse nacional.

Neste contexto, a referência ao trabalho de Wache (2020) acrescenta uma camada adicional de complexidade, lembrando-nos que a geopolítica e os equilíbrios de poder também têm um papel a desempenhar nas relações bilaterais e multilaterais. Este é um ponto crucial, pois destaca a necessidade de analisar essas relações num contexto mais amplo que inclua fatores como organizações regionais e internacionais e até mesmo atores não estatais como ONGs.

A análise do nível sistémico explora relações bilaterais (país a país), assuntos regionais e globais e interações multilaterais entre países. Neste nível, também se considera o papel desempenhado por organizações regionais e internacionais e atores não estatais, como organizações não-governamentais multinacionais (ONG's) que têm uma influência direta na política externa do país, o que pode gerar vantagens ou desvantagens nas relações de poder entre os Estados.

Em resumo, os entrevistados concordam que tanto a China como os EUA são parceiros importantes para Moçambique, cada um com suas próprias vantagens e desvantagens. O desafio para Moçambique é, portanto, navegar cuidadosamente nessas relações, equilibrando os benefícios e custos associados a cada parceria. Este equilíbrio é ainda mais crucial quando se consideram os atores e influências no cenário geopolítico mais amplo.

Uma outra dimensão em análise é a ***questão sobre a diplomacia no governo de Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi nas relações tripartidas entre Moçambique, China e EUA no desenvolvimento socioeconómico***.

O período da governação de Joaquim Chissano é caracterizado pela "consolidação da Paz". Este Presidente atuou num momento da pós-guerra civil, onde a estabilidade política e a paz eram a ordem do dia. Neste contexto, a ênfase não estava tanto no desenvolvimento económico, mas na busca de relações que facilitassem a manutenção da paz. É, portanto, entendível que a cooperação económica com países como a China e os EUA não fosse uma prioridade na sua administração. Diz-nos um Técnico do MINEC, jovem, afecto à DAO: "o presidente Chissano Governou num contexto diferente dos dois últimos, ou seja, num contexto

em que a grande preocupação era a consolidação da Paz, as relações com outros países eram para a busca de condições para a paz (no momento que veio a ONUMOZ), dai que em termos de cooperação económica quase que não houve grande marca".

Já o cenário muda substancialmente com Armando Guebuza, cuja governação coincidiu com um período em que "a China intensifica a cooperação com os países africanos" e Moçambique começa "a beneficiar de muitos projetos financiados pela China". O legado de Guebuza é destacado por avanços significativos em diversos setores, incluindo infraestruturas e desenvolvimento rural. A sua abordagem foi mais pragmática e orientada para o desenvolvimento socioeconómico, aproveitando o auge da cooperação sino-africana.

Tal como refere um Técnico do MINEC, jovem, afecto à DAO: "A Governação de Guebuza surge na época em que a China intensifica a cooperação com os países africanos, assume o poder em 2005, depois de a China ter realizado a conferência ministerial inaugural de 2000 e, em 2006, o presidente Guebuza participa na conferência ministerial na China que foi definida como importante por ter anunciado muitos investimentos para os países africanos pela China, a partir daí Moçambique começou a se beneficiar de muitos projetos financiados pela China".

Filipe Nyusi, o sucessor de Guebuza, herdou um cenário complexo. Ele "assumiu o poder num contexto económico difícil, mas a China continua a dar apoio" (*Técnico do MINEC, jovem, afecto à DAO*). Além disso, Nyusi enfrentou novos desafios, como o aumento da dívida pública e os problemas relacionados com a corrupção e o terrorismo. A sua habilidade diplomática foi testada ao equilibrar a complexa relação com os EUA e a China, especialmente num período marcado por tensões comerciais e ideológicas a nível global.

A esse respeito, outro entrevistado defende que "no mandato de Chissano, os produtos eram escassos, era difícil a importação de produtos, entretanto, com o presidente Armando Guebuza, Moçambique deu salto quantitativo e qualitativo a todos níveis (económico, político e social), apesar do desenvolvimento não ser sustentável, mas começou a se observar neste período (mudanças nas infra-estruturas económicas e sociais, assim como o desenvolvimento rural), observou-se a competitividade em questões comerciais. No período de Filipe Nyusi, devido a globalização, observa-se grande desafio comercial, no caso concreto de preparação para a

integração do Comércio Livre na SADC, isso prende-se com a industrialização do país para garantir um desenvolvimento económico que assegure a competitividade com outros países da região" (*Técnico do MINEC, jovem, afecto à DEA*).

Ainda o técnico do MIC defende que "após a independência nacional, Moçambique suportou alguns anos de alinhamento com o seu parceiro tradicional, a China que o ajudou em todo percurso da Luta Armada. Entretanto, porque pesou mais a componente necessidade de desenvolvimento e pela pressão da Renamo da necessidade de colocar o Pais na Democracia, obrigou Samora Machel a levar o país ao Ocidente (cooperação com os EUA)" (*Chefe de um Departamento no MIC, de meia-idade, na Direção de Comércio Externo*).

"Entretanto, Joaquim Chissano, que ascende ao poder como Presidente da República depois de ter exercido o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e vivido quase todas as fases da construção do Estado Moçambicano, não poderia deixar a cooperação com os dois Estados: com a China, parceiro tradicional, e os EUA, que é um dos grandes fiéis da balança da economia entre os países democráticos. Observa-se uma grande vontade política na luta pela paz quando se assinam os acordos de Roma com Afonso Dhlakama" (idem).

"Todavia, a governação de Joaquim Chissano acabou manchando-se com a institucionalização da corrupção, as instituições de Estado começaram a viver momentos de desgaste de imagem de tudo quanto a Frelimo construiu depois da Independência. Com a entrada de Guebuza, o país observou no primeiro mandato um renascer da dignidade, beneficiou de alguns projetos financiados no âmbito de cooperação e o ponto mais alto da sua diplomacia foi quando conseguiu reverter a Hidroeléctrica de Cahora-Bassa de Portugal para Moçambique". (*Deputado da AR, de meia-idade, afeto a Comissão de Relações Internacionais*)

"Contudo, foi o período em que o país contraiu grandes níveis de endividamento, facto que levou o país ao descrédito junto das instituições económicas ocidentais. Todavia, a governação de Filipe Nyusi foi determinada pela capacidade de negociação interna e vontade pela paz quando de forma humilde aceitou renegociar com Afonso Dhlakama assim como seu sucessor para a paz definitiva. Por tanto a mesma governação veio novamente ser manchada pelo renascimento de índice de corrupção, ascensão do terrorismo no norte do pais, mas acima de tudo foi o período em que muitos países que apoiavam o orçamento de Estado abandonaram

Moçambique devido a falta de confiança com o governo devido ao elevado índice das dívidas e, principalmente das chamadas dívidas ocultas, situação que tende a melhorar nos últimos tempos com declarações dos representantes do FMI e BM sobre a disponibilidade destas duas instituições voltarem a apoiar o orçamento do Estado, o que pode ter sido reflexo do julgamento dos envolvidos na contracção das referidas dividas". (*idem*)

No entanto na opinião do Deputado da AR entrevistado sobre a matéria, "foi com Joaquim Chissano que os dois países China e EUA, aproximaram mais Moçambique. A partir de 1986 depois da Morte de Samora, Chissano manteve uma relação de amizade com os dois países, foi com ele que os americanos ganharam uma força em Moçambique. Armando Guebuza foi, estrategicamente, mais cauteloso com os EUA mas mais aberto com a China. Ele não queria os EUA por perto a intervir diretamente e foi com Guebuza que surgiram mais empreendimentos em resultado da cooperação com China" (*Deputado da AR, de meia-idade, afeto a Comissão de Relações Internacionais*).

"O mesmo salientou ainda que, enquanto a governação de Nyusi, devido à situação de dívidas ocultas que afetou a sua governação, é mais humilde, parece mais tender aos EUA, mas tem receio de controlo pelos EUA, por tanto, tem entrado em choques com o Ocidente. Filipe Nyusi parece ser a continuidade de Guebuza, mas com cautela, abre-se pouco para os EUA, mas também pouco para com a China. Ele vê a China como um mal menor, daí que se abra mais com a China do que com os EUA. Moçambique com Guebuza e Nyusi perdeu muitos pontos em termos de democracia em relação a Chissano e, por conseguinte, os países menos democráticos tem dificuldade de se relacionarem com os EUA" (*idem*)

Pelo exposto pode-se perceber que estes presidentes tiveram seus pontos fortes e fracos, próprios do contexto que caracterizou os diferentes ciclos de governação, embora o auge da cooperação Moçambique-China tenha acontecido durante o mandato do Presidente Armando Emílio Guebuza, em que o país beneficiou de grandes investimentos em termos de infraestruturas socioeconómicas e administrativas.

O auge da cooperação Moçambique-China aconteceu durante o mandato de Guebuza, pois muitos projetos financiados pela China surgiram no seu mandato, como é o caso de circular

de Maputo, estrada Sofala-Manica, edifício da Procuradoria-Geral da República, Ponte Armando Emílio Guebuza, Edifício do MINEC.

Sobre o facto acima enunciado vamos nos apoiar com a opinião de Chissano (2019) onde afirma que, embora tenha sido Mondlane a estabelecer os fundamentos da política externa da FRELIMO, considera-se que Machel teve uma abordagem muito independente sobre os assuntos ideológicos e práticos da política marxista. Isto permitiu que a FRELIMO continuasse com a neutralidade num mundo socialista crescentemente polarizado. Uma vez que a política externa de Moçambique na governação de todos presidentes baseia-se na política de continuidade.

Tendo em consideração as diferentes estratégias, é possível concluir que a diplomacia em Moçambique é caracterizada pela continuidade. Na era de Joaquim Alberto Chissano, observou-se um desenvolvimento socioeconómico gradual, influenciado principalmente pela necessidade de manter a paz. Já no período de Armando Emilio Guebuza, notou-se um impulso na economia e a introdução de diversas iniciativas para fomentar o desenvolvimento local, como é o caso da estratégia de tornar o distrito um polo de desenvolvimento. Por último, sob a liderança de Filipe Jacinto Nyusi, alcançaram-se progressos a nível estratégico, destacando-se a entrada de Moçambique no Conselho de Segurança das Nações Unidas como um dos maiores feitos da sua política diplomática.

Em relação aos desafios que a política externa e diplomacia que Moçambique tem pela frente na sua relação com os EUA e a China, pode dizer-se que se trata de um cenário complexo e desafiador. Por um lado, o país procura fortalecer os laços com a China, como um "ator de extrema importância no sistema internacional". Por outro, a relação com os Estados Unidos parece ser marcada por uma falta de transparência, levando à necessidade de "instar os EUA a submeter relatórios periódicos das suas actividades". Como refere o Técnico do MINEC, jovem afeto à DAO: "o grande desafio consiste em Moçambique assegurar que a diplomacia traga ganhos do ponto de vista económico. A China é um ator económico bastante importante, pois é a segunda economia do Mundo, é um ator de estrema importância no sistema internacional do ponto de vista de influência e oportunidades que dá aos países africanos na área de desenvolvimento. Dai que o grande desafio da política externa moçambicana é, por um lado, garantir que essa relação se traduza em benéfico económico, e por outro, fazer com que os EUA

passem a prestar contas das atividades que realizam em diferentes partes do país, pois, não há uma informação concreta do que este país realiza, mesmo sabendo que a sua presença está em Moçambique apoiando várias atividades. Devem ser instados os EUA a submeter relatórios periódicos das suas actividades".

Esta complexidade é agravada pelas preocupações expressas por outros entrevistados, o que torna a diplomacia moçambicana uma tarefa árdua de caminhar sobre uma corda bamba geopolítica: "o grande desafio é que, tratando-se de duas grandes potências antagónicas, a diplomacia moçambicana deve conseguir encontrar um equilíbrio e não se deixar envolver em problemas existentes entre as duas potências" (*Chefe de um Departamento no MIC, de meia-idade, na Direção de Comércio Externo*).

Outro entrevistado acrescenta outra camada de complexidade ao mencionar o papel crucial dos EUA na "exploração do gás" e o desejo de Moçambique em "captar mais financiamentos da China". Este panorama realça a necessidade de uma estratégia diplomática multifacetada que aborde tanto questões de desenvolvimento como de segurança: "um dos desafios de Moçambique é fazer com que os EUA estejam mais próximos para assegurar, em primeiro lugar, a exploração do gás, depois, a formação e apoio logístico militar e, através de muitas influências da Europa e da Total, Moçambique possa, assim, ganhar o apoio autêntico dos EUA para seu benefício na exploração mineral. Com a China, Moçambique vai continuar a manter relações com o Partido Comunista Chinês para que possa firmar-se como um dos grandes parceiros. Em parte, na condução da sua diplomacia, Moçambique procura captar mais financiamentos da China e ser parceiro fiel deste país para ter benefícios e alcançar os seus interesses nesta cooperação" (*académico, jovem e Docente Universitário*).

No que diz respeito à independência de Moçambique e à sua identidade nacional, o país enfrenta o desafio de evitar tornar-se "subsidiário dos EUA" ou refém do "endividamento com a China". Isso remete para as reflexões de Isaacman (1983), que destaca a busca de Moçambique por investimentos estrangeiros, tanto do Ocidente como dos países socialistas, para desenvolver a sua economia. O desafio, portanto, é equilibrar esta necessidade com a preservação da soberania do país e o fortalecimento das suas próprias capacidades.

Do exposto acima, compreendemos que outro desafio de Moçambique na sua cooperação com os Estados Unidos prende-se com a necessidade de evitar tornar-se um subsidiário dos EUA em termos de organizações sociais e políticas. Ainda que os Estados Unidos demonstrem grande interesse em partilhar a sua experiência com Moçambique, tal situação não pode conduzir à perda da identidade moçambicana, nem à sua transformação numa neo-colónia americana. Relativamente à China, o desafio passa por não deixar que Moçambique se torne refém do seu endividamento com este país, bem como da dependência de bens e serviços chineses, negligenciando a criação das suas próprias capacidades.

Neste contexto, e de acordo com a reflexão de Isaacman (1983), os líderes moçambicanos buscavam investimentos estrangeiros de diversas origens, tanto do Ocidente como de países socialistas, para o desenvolvimento de uma agricultura moderna – vista como alicerce do desenvolvimento socialista – e de uma forte base industrial, considerada como o motor da economia.

Nesta ótica, a busca por investimentos em países ocidentais sustentava-se na perceção de que os países socialistas eram incapazes ou relutantes em fornecer o capital necessário. Os países ocidentais eram, assim, considerados mais aptos para disponibilizar capital de investimento e superiores em termos tecnológicos em certos setores estratégicos. Reconheciam também os benefícios potenciais de estabelecer acordos com países capitalistas. Este mecanismo trouxe grandes desafios para o desenvolvimento socioeconómico dos países.

Tendo em conta o teor das declarações dos nossos entrevistados, é pertinente elaborar uma conclusão mais consistente e detalhada sobre a análise e discussão dos resultados obtidos.

Do ponto de vista do impacto político, económico e social, a cooperação entre Moçambique e as duas entidades abordadas – EUA e China – não é inteiramente negativa. Embora este apoio venha frequentemente com condicionalidades e gere endividamento, o país consegue, ainda assim, obter ganhos que ajudam a mitigar algumas necessidades internas, especialmente no âmbito económico-financeiro.

Quando os EUA decidiram cessar o financiamento do Orçamento do Estado de Moçambique, o país viu-se a braços com significativas restrições financeiras e administrativas. Embora tenha havido reorganização das despesas correntes e congelamento de contratações no

setor público, exceptuando os setores de educação e saúde, o impacto dessas restrições não pode ser subestimado.

No que diz respeito à China, é evidente o contributo deste parceiro no desenvolvimento industrial e infraestrutural de Moçambique. Este crescimento, por sua vez, potencia a criação de emprego, especialmente entre os jovens, um dos segmentos mais afetados pelo desemprego no país.

É fundamental que Moçambique, por intermédio dos seus decisores políticos, comece a reavaliar os termos destas relações de cooperação, com o objetivo de reduzir as condicionalidades e fortalecer a sua posição negocial. Isto implica a identificação de ativos e recursos com valor comparativo que possam ser utilizados de forma estratégica na política externa do país.

O técnico do MINEC ligado ao DEA observa que, embora o apoio dos EUA seja substancial, ele limita-se primariamente a dois setores: cultura e religião. Em contrapartida, a cooperação com a China tem um impacto mais diversificado, contribuindo para o aumento da oferta e do emprego informal, o que serve como fonte de rendimento para muitas famílias.

A estratégia chinesa, voltada mais para aspetos económicos do que políticos, também se estende ao apoio às democracias africanas. Este apoio não só fortalece a posição da China nos países beneficiários, como também proporciona à mesma uma plataforma para entender melhor os processos democráticos.

Importa sublinhar que, tanto os EUA como a China, agem movidos por seus próprios interesses nacionais, fazendo uso de diferentes estratégias para influenciar os estados parceiros. No contexto das relações internacionais, cada Estado deve identificar seus próprios ativos estratégicos e utilizá-los de forma eficaz para fortalecer sua posição negocial.

Portanto, os líderes moçambicanos devem adotar uma abordagem mais firme e estratégica, priorizando o bem comum e alocando eficazmente recursos nos setores mais críticos, para assegurar um relacionamento mais equilibrado e benefícios mútuos nas suas relações de cooperação externa. Ignorar estes fatores continuará a perpetuar cenários de imposição de

agendas políticas externas, interferência em assuntos internos e condicionalidades em ajuda externa.

Sob a ótica das vantagens comparativas, é inegável a vasta disparidade entre os três intervenientes - Moçambique, Estados Unidos da América (EUA) e República Popular da China (RPC) - em termos de estágio de desenvolvimento em diversas áreas. Enquanto Moçambique permanece categorizado como um país em desenvolvimento, a sua margem para negociações com os EUA e a RPC é notoriamente restrita. Contudo, essa condição não deve ser vista como um obstáculo insuperável para estabelecer linhas de cooperação bem definidas. O cerne da questão reside na capacidade de Moçambique de realizar análises de custo-benefício estratégicas e de mobilizar os seus recursos internos para influenciar favoravelmente as dinâmicas com esses parceiros globais.

A relação de Moçambique como recipiente de ajuda da RPC não diminui o seu papel nessa cooperação, desde que o país estabeleça de forma explícita os termos e as condições sob as quais essa ajuda é concedida e assegure que tais termos estejam alinhados com os seus próprios interesses estratégicos. Ignorar esses aspectos dará à RPC a oportunidade de capitalizar em detrimento de Moçambique, direcionando a ajuda de acordo com seus próprios interesses.

Ambos os atores externos, EUA e RPC, orientam as suas políticas baseadas nos objetivos que pretendem alcançar na cooperação com Moçambique. Portanto, o país tem muito a ganhar ao manter uma cooperação tripartida equilibrada. Para isso, é crucial que Moçambique defina estrategicamente, e com uma visão a longo prazo, os seus objetivos ao interagir com cada uma dessas potências. Isso implica determinar que recursos devem ser alocados na sua política externa com os EUA e sob quais termos e condições a cooperação deve ser moldada, sempre tendo em mente os interesses que o país aspira cumprir. O mesmo raciocínio deve ser aplicado na relação com a RPC.

Este cenário sublinha a importância da consistência na formulação e execução da política externa de Moçambique, independentemente de mudanças na liderança presidencial. Afinal, embora fatores conjunturais possam influenciar as relações de cooperação, é imperativo que objetivos e interesses tradicionalmente prioritários — como a defesa da soberania nacional e a

promoção do desenvolvimento - se mantenham como pilares estáveis e contínuos da política externa, independentemente do mandato ou do Presidente em exercício.

7.1. Limitações e Desafios da Pesquisa

Como é típico em qualquer empreendimento académico, este estudo enfrentou uma série de obstáculos que influenciaram tanto a metodologia quanto os resultados. Um dos principais desafios foi o cenário global da pandemia de COVID-19, que restringiu significativamente o acesso aos recursos humanos, como entrevistados e especialistas. A pandemia impactou a disponibilidade e a disposição de diversos atores que inicialmente demonstraram interesse em contribuir para a pesquisa. Embora tenhamos tentado contornar essas limitações ao oferecer entrevistas e questionários por correio eletrónico, essa estratégia não foi suficiente para contemplar todos os participantes alvo, em particular as Embaixadas da República Popular da China (RPC) e dos Estados Unidos da América (EUA).

Esta conjuntura limitou o escopo e a profundidade da pesquisa, podendo afetar a generalização dos resultados. Reconhecemos estas limitações e sugerimos que estudos futuros abordem estas lacunas para fornecer uma visão mais abrangente e representativa do tema investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar as alterações e a continuidade dos paradigmas da política externa e da diplomacia de Moçambique, particularmente no que se refere às relações com os Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC). Pretende-se avaliar até que ponto estas dinâmicas de política externa podem traduzir-se em desenvolvimento social e económico para Moçambique. Para o efeito, assumiram-se como objetivos específicos os seguintes:

1. Dissecar a política externa de Moçambique em relação aos EUA e à RPC, avaliando seus benefícios e implicações potenciais para o desenvolvimento socioeconómico do país.

2. Examinar a estratégia de posicionamento de Moçambique diante das influências e mecanismos políticos dos EUA e da RPC, visando maximizar o desenvolvimento socioeconómico.

3. Investigar os desafios que a política externa e a diplomacia moçambicana enfrentam em termos de desenvolvimento socioeconómico, considerando a complexidade da relação tripartida com os EUA e a RPC.

Para corroborar a análise, adotaram-se as seguintes hipóteses: i) A atual abordagem da política externa de Moçambique em relação aos Estados Unidos, medida por indicadores como investimento estrangeiro direto e acordos de comércio bilateral, tem um impacto limitado no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique; ii) A política externa de Moçambique em relação à RPC, avaliada por meio de métricas como investimento em infraestrutura e volume de comércio, pode promover o desenvolvimento socioeconómico que o país almeja; iii) As oportunidades de cooperação entre Moçambique e os Estados Unidos e Moçambique e a RPC, medidas por parâmetros como acordos de cooperação técnica e parcerias estratégicas, estão alinhadas com os objetivos nacionais estratégicos e desenvolvimentistas de Moçambique.

A análise partiu de uma revisão histórica dividida em dois períodos. O primeiro abarca a fundação da FRELIMO, liderada inicialmente por Eduardo Mondlane e mais tarde por Samora Machel. Este período caracterizou-se por uma estratégia diplomática primariamente anti-imperialista e anti-colonial. O segundo período abrange os mandatos presidenciais de Joaquim

Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi, durante os quais a diplomacia moçambicana experimentou distintos avanços e enfoques, desde a assinatura do Acordo Geral de Paz até a eleição de Moçambique como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU.

A dissertação defende que, enquanto as relações com os EUA têm sido constrangidas por questões políticas e económicas, a relação com a RPC emerge como uma alavanca potencial para o desenvolvimento económico de Moçambique. Este cenário é particularmente evidente desde a introdução de ajustamentos estruturais em 1987 e a subsequente implementação de programas da USAID, que têm limitado o impacto positivo da relação com os EUA sobre o desenvolvimento moçambicano.

A análise das relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República de Moçambique revela uma parceria bilateral e multilateral sólida e diversificada. Esta cooperação é institucionalizada através de fóruns como o Fórum de Cooperação China-África e o Fórum de Macau. A China mostra um compromisso de longo prazo em Moçambique, evidenciado por acordos de cooperação mútua, alívio da dívida, financiamentos a baixos juros e investimentos estratégicos em sectores como a agricultura.

A cooperação sino-moçambicana é particularmente benéfica em áreas alinhadas com as prioridades do plano de desenvolvimento de Moçambique, como o sector das infraestruturas. Isso confirma a hipótese de que o crescente envolvimento da China tem um impacto positivo no desenvolvimento de Moçambique.

Quando se considera o triângulo das relações entre Moçambique, os EUA e a China, observa-se que cada parceiro apresenta oportunidades e desafios. Os EUA, movidos por interesses geopolíticos e económicos, muitas vezes tentam impor os seus sistemas políticos e económicos. A China, por sua vez, procura garantir matérias-primas para suas indústrias e promover a política de “Uma só China”. O governo moçambicano tenta, portanto, equilibrar os seus relacionamentos para atender aos seus interesses nacionais, centrados no desenvolvimento sustentável do país.

Em termos comerciais, os principais pilares das relações Moçambique-EUA e Moçambique-China são o FOCAC (Fórum de Cooperação China-África) e o AGOA (Lei de Crescimento e Oportunidades para a África) dos EUA. Apesar das oportunidades oferecidas,

Moçambique ainda não capitalizou plenamente os benefícios de ambas as parcerias, evidenciado por um défice na balança comercial com ambos os países.

Barreiras, como a falta de confiança e o intercâmbio inadequado entre as associações empresariais, também afetam as relações comerciais e contribuem para um desenvolvimento desequilibrado. Para abordar esses desafios, Moçambique precisa adoptar uma série de estratégias:

1. Adaptar uma abordagem proactiva em negociações internacionais, centrada em necessidades domésticas e planos económicos de longo prazo.

2. Fomentar a capacidade produtiva nacional para tornar os produtos moçambicanos mais competitivos globalmente.

3. Envolvimento do poder legislativo nas decisões estratégicas, para assegurar a transparência e minimizar o potencial para corrupção.

4. Incentivar a participação da sociedade civil na planificação e no desenvolvimento.

5. Investir em capital humano para assegurar a sustentabilidade dos projetos financiados por parceiros estrangeiros.

A indústria de gás de Cabo Delgado e a reforma das políticas governamentais, incluindo a privatização de sectores deficitários, são também áreas que requerem atenção.

Moçambique, na sua política externa, tem-se aliado com a Diplomacia Multilateral como um meio de garantir uma posição segura e próspera no cenário internacional. Esta abordagem tem sido eficaz tanto em tempos de conflito como em tempos de paz, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do país e para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Em suma, enquanto Moçambique enfrenta desafios significativos nas suas relações com os EUA e a China, a Diplomacia Multilateral e uma estratégia bem planeada podem maximizar os benefícios dessas parcerias, minimizando os potenciais riscos, para construir um Moçambique mais desenvolvido e preparado para os desafios contemporâneos e futuros.

BIBLIOGRAFIA

Alden, C., & Roque (2014), "*China in Mozambique: Caution, compromise and collaboration." Em China and Mazambique: From comrades to capitalists,* de Chris Alden e Sérgio Chichava, 1-23.Joanesburgo: Fanele.

Alden, C., & Sérgio C. (2012), *A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique – China em perspetiva.* Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

ADBG (2010), *Chinese trade and investment activities in Africa*, Disponível em:<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Chinese%20Trade%20%2020Investiment%20Activities%20in%20Africa%2020Aug.pdf>acessado aos 31 Agosto de 2021.

Anshan, L. et al. (2012), *Focac Twelve years later: achievment, Challenges and the way forward*, pekinh Universit, Uppsala.

Abrahamsson, H., & Nilsson, A. (1994), *Moçambique em Transição: um estudo da história do desenvolvimento durante o período de 1974-1992*. Maputo: Padrigu/CEEI- ISRI.

Abrahamsson, H., & Anders, N. (1995), *Mozambique, the Troubled Transition: From Socialist Construction to Free- Market Capitalism*. Londres: Zed Books

Abrahamsson, H. N. A. (1997), *The Washington Consensus and Mozambique*, Goteborg, Chalmers Reporcentral;

Abrahamsson, H. & Nilsson, A. (1998), *Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique*, Goeteburg, PADRIGU.

Bardin, L. (1977), *L'Analyse de contenu*. Editora: Presses Universitaires de France.

Bedin, G. et al. (2004), *Paradigmas das Relações Internacionais*, 2ª Edição, Editora UNIJUI, são Paulo.

Bergsten et al (2012), *Chinese Foreign Policy, Peterson Institute for International Economics*, disponivel em <<http://csis.org/files/media/csis/pubs/080916-cbs-1-foreignpolicyf.pdf >>acessado aos 25 de Agosto 2021.

Boletim da República (1992), Acordo Geral de Paz, *Publicação oficial da República de Moçambique*, I SERIE nº 24, Maputo.

Brito, L. (1991), *Le Frelímo et la construction de l'Etat National au Mozambique: le sens de la reference au marxisme (1962-1983)*, Paris, Université de Paris VII, Tese de Doutoramento;

Brucan, S. (1971), *The dissolution of power. Sociology of International Relations and Politics.*New York: Alfred A. Knopf.

Cabrita, J. (2005), *A morte de Samora Machel*. Maputo: Nova África.

Chissano, J. A. (2019), *Génese da Política Externa de Moçambique: A Diplomacia de Libertação, Simpósio Diplomático,* 22-23 de Novembro de 2019, "*Política Externa de Moçambique: Das Origens ao Presente*", KaTembe, 22 de Novembro de 2019.

Christie, I. (2010), *Machel of Mozambique*, Harare, Zimbabwe.

Chichava, S. (2010), "*Moçambique na Rota da China", in Desafios para Moçambique*, Maputo, IESE.

Chichava, S. (2010), *Mozambique and China: from Politics to Business?* Discussion Paper n° 05/2008, IESE Capul, Jean-Yves (2005), *A económia e as Ciências Sociais de A á Z*. Plátano Editora, Lisboa.

Conselho de Ministros (2010). *Resolução 32/2010. Aprova a Política Externa da República de Moçambique. Boletim da República de Moçambique,* 4.º Suplemento, I Série, 34, Imprensa Nacional, Maputo.

Dúran, J.; Chichava, S. (2013),*O Brasil na agricultura moçambicana: Parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra?* Disponível em: <www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2013/IESE>. Acesso em: 20. Agosto. 2021.

Duque, E. & Calheiros, A. (2017), *Questões éticas subjacentes ao trabalho de investigação*. Revista EDAPECI, 17, 2, 2017, 103-118.

Dias, R. (2010), *Relações Internacionais – Introdução ao estudo da sociedade internacional global*; Editora Atlas, São Paulo.

Dougherty, J. E, Pfaltzgraff, R., Jr (2003),*Relações Internacionais: as Teorias em Confronto*. Gradiva, Lisboa.

Fernandes, M. (2000) *uma nova moralidade para a civilização tecnológica?* São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.* São Paulo Editora.

GIL, A. C. E. A. (2008) Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Gerner, D. (1995), *The evolution of the study of foreign policy. In: NEACK, Laura et al. (Ed.). Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Gómez, J. (2001), *Diplomacia Económica Comparada en la Globalización – Su Organización y sus Agentes*. Boletim Económico de ICE, 2702, 24/30 de Septiembre.il, A. C. (1989), *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 2ed. São Paulo: Atlas.

Hanlon, J. (1991), *Mozambique: Who cal/s the Shots?* London, James Currey;

Hanlon, J. (1997), *Guia Básico Sobre as Autarquias Locais*, Maputo, MAE/AWEPA;

Horta, L. (2007), *China, Mozambique: Old Friends, New Business.* ISN Secutity Watch,http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs.

Isaacman, A, (2010) Isaacman, B. *Mozambique from colonialism to revolution*, 1900-1982. England: Westview.

Instituto Nacional de Estatística (2007),*Estatísticas Sociais e Demográficos*, CD. Maputo

Jansson, J.& Kiala, C. (2009), *Patterns of Chinese Investment, Aid and Trade in Mozambique*, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch

Jackson, R. & Sorensen, G. (2007), *Introdução às Relações Internacionais: Teorias e abordagens.*Jorge Zahar Editora, Rio de Janeira.

Jafar, J. S. (2017). *Presença chinesa em Moçambique, 2000-2015: hetero-identidades, "neocolonialismo" e "apartheid" sócio-laboral*?. (Eds.), *Decolonizando Identidades. Pertinência* y Rechazo de/desde el Sur Global (pp. 301-314). Granada, España: Instituto de Migraciones [ISBN: 978-84-921390-5-7];

Jesus, D, (2010), *Eduardo Mondlane: um homem a abater*. Coimbra: Almedina.

Kurlantzick, J. (2007). Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World. New Haven: Yale University Press.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2009), *Metodologia Científica,* 5ªediçao, Editora Atlas S.A, São Paulo.

Leite, P. S., (2011), *O Brasil e a cooperação Sul Sul em três momentos de política externa:* os governos Jânio Quadro/João Goulart, Ernesto Geisel e Luz Inácio Lula da silva. Funag, Niterói.

Lhalbahadur, A.; Otto, L. (2013), *Mozambique's foreign policy: pragmatic non-alignment as a tool for development.* South África: SAIIA.

Lundin, I. B. (2016), *Metodologia de Pesquisa para Ciências Sociais. Teoria do Campo das Relações Internacionais*. Escolar Editora. Maputo;

Marie-Claude et al (2003), *dictionnaire des relations internationals*, Ediçoes Dallas Paris-França.

Magalhães, J. C. (2005). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: editora Bizâncio.

Mangação, T. F. B. (2014), *Cooperação Sul Sul uma alternativa á Cooperação Norte-sul: Caso da Cooperação China – Moçambique Versus Cooperação EUA- Moçambique.* Tese de Licenciatura em Relações Internacionais e Diplomacia. ISRI.Maputo.

Massangaie, A. T. (2017), *A politica Externa de Moçambique e sua Inserção no Processo de Integração regional na áfrica Austral*. Tese (Doutoramento), Programa de pós-graduação em Estudos EstratégicosInternacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre. Disponível em: <httpg://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106413/000933078.pdf?sequence=1> acesso em 5 de setembro, 2021.

Mendes, C. (2010), *A China e a Cooperação Sul-Sul*. Revista de Estudos de Relações internacionais.

MINEC, (2005), *Perspetivas da Política Externa de Moçambique no Quinquénio* 2005-2009,Mimeo.

MINEC, (2009), *Discurso de sua Excelência Oldemiro Baloi, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, por ocasião da celebração dos 25 anos do estabelecimento da cooperação bilateral entre a república de Moçambique e os Estados Unidos da América*. Maputo.

Morgenthau, H. J. (1986), *politic entre las Naciones*: la Lucha por el poder y la paz. Buenos Aires: Grupo Editor Latino-americano.

Mosca, J. (2005). *A Economia de Moçambique*. Lisboa: Instituto Piaget.

MOÇAMBIQUE: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (2010*), Política Nacional de Cooperação;* Maputo

_____ (2010), Estratégia *da Política Externa e de Cooperação da República de Moçambique com EstadosUnidos da America*; Maputo

_____ (2010), *Memorando de Cooperação Bilateral com a China;* Direcção da Asia e Oceania do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (DAO);

Maputo

MOÇAMBIQUE. Constituição (2011), *Constituição da República* (Atualizada). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.

MOÇAMBIQUE. (2005) *Ministério da Indústria e Comércio - MIC. Estratégia de Moçambique para o processo de integração regional na SADC.* Maputo.

MOÇAMBIQUE. (2013), *Ministério para a Planificação e Desenvolvimento* – MPD. Coordenação e eficácia da ajuda em Moçambique. 3.ed. Maputo.

MOÇAMBIQUE. *Resolução Nº 32/2010 de 30 de Agosto*. Boletim da República de 30 de Agosto de 2010, Maputo, 30 ago. 2010. I Série, Nº 34, p. 24-31. 4º Suplemento.

MOÇAMBIQUE. (2015), *Ministério de indústria e Comércio – Estratégia Nacional de aproveitamento da AGOA, 2018-2025*. Maputo.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Indústria e Comércio (MIC) (2016) *Posicionamento de Moçambique no Comércio Internacional: Fluxos Comerciais em Moçambique: Tendências e Medidas de Política*, 1.ª Edição – 2016, Maputo;

Mondlane, E. (1975), *Lutar por Moçambique.* Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Neack, L. (2008), *the new foreign policy: power seeking in a globalized era*. 2nd. ed. New York: Rowman & Littlefield.

Neack, L.; H., J. A.K.; & Haney, P. J. (1995), *Foreign policy analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Noa, I. (2007), *Politica Externa de Moçambique* (1975-2007), http://noainacio.blogspot.com

Novais, F, S. (2014), *A politica Externa de Moçambique para SADC no periodo pós-Guerra Fria: Desafios e Oportunidades para a Diplomacia Moçambicana*. Tese de Licenciatura em Relações Internacionais e Diplomacia.ISRI.Maputo.

Oliveira, P. (2006), *Renamo, uma descida ao coração das trevas.* Lisboa: Europress.

Robertson, R. (2000*), Globalização: teoria social e cultura global,* Petrópolis: Vozes.

Roque, P. & Alden, C. (2012), "*China em Moçambique: Prudência, compromisso e colaboração*". In A Mamba e o Dragao: Relações Moçambique-China em Perspetiva, IESE e SAIIA: Maputo.

Rosinha, M. R. (2009), *A China em África: parceria igual ou desigual (Os casos de Angola e Moçambique)*, Dissertação de Mestrado, ULHT, Lisboa

Selemane, T. (2013), *Moçambique tenta entrar na lista dos maiores produtores de carvão e gás*. In: HALON, J. (Ed.). Boletim sobre o processo político em Moçambique, n. 53. Maputo: CIP e AWEPA.

Schramm, F. R (2002). *Bioética para quê?* Revista Camilianada Saúde

Sousa, F. *et al*., (2008). *Dicionário de Relações Internacionais.* 2.ª ed. Porto: Edições Afrontamento, CEPESE.

Sousa, F. (2005), *Dicionário de Relações internacionais*. Apontamentos, port.

Shinn, D. (2012). *China´s Involviment in Mozambique*. Disponível em: <http: //www.internationalpolicydigest.org/2012/08/02/chinas-involvement-in-mozambique/>acessado aos 24 agosto de 2021.

Taylor, I. (2006), *China and Africa*, Routledge, Londres.

Taylor, I. (2006).”*China´s Relations with Mozambique´*, T.I.(ed), China and Africa engagement and compromise, Londres, Routledge

Veloso, J. (2006), *Memórias em voo rasante*. 3.ed. Maputo: JVCI, Lda.

Wache, P. M. (2020), *Política Externa de Moçambique para a África do Sul: Gerindo a Diplomacia Económica Assimétrica*, Universidade Joaquim Chissano, Maputo;

_____ (2018), *Mozambique´s Foreign Policy Towards South Africa: Assessing Asymmetrical Economic Diplomacy*, UNISA, Pretoria.

Wache, P, Lundin, I, Fainda, Válter e GOMES, Sérgio (2014*), As Potências Emergentes na Construção da Multipolaridade Inclusiva: Uma Abordagem Comparativa das Políticas Externas dos BRICS*, ISRI, Maputo.

APÊNDICES

Apêndice I

Guião de entrevista

O Guião de Entrevista aqui apresentado tem como tema: ***Os Desafios da Política Externa de Moçambique em Relação aos Estados Unidos da América e à República Popular da China: Uma Análise Multidimensional do Impacto no Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique, entre 1975 e 2020.*** Todas as respostas são confidenciais, não havendo respostas certas ou erradas. Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade.

GUIÃO DE ENTREVISTA – A1

Ministério dos Negócios Estrangeiro e Cooperação
Direcção de Ásia e Oceânia (DAO)

1. Vou iniciar esta entrevista com algumas questões sobre a política Externa entre Moçambique e China, a partir da Independência nacional, que se deu em 1975.

1.1. Podia descrever, por favor, a evolução das relações diplomáticas entre Moçambique e China?

1.2. Para si, quais é que têm sido as linhas de força da relação Moçambique e China?

1.3. Diga, por favor, como é que a China tem influenciado o desenvolvimento de Moçambique face à política externa do governo da China?

1.4. Se não se importa fale-nos um pouco, por favor, sobre a política externa e diplomacia da China

1.5. Diga-nos, agora, quais são os benefícios económicos de Moçambique face às suas relações diplomáticas e comerciais com a China, desde 1975 até a presente data?

1.6. Diga, por favor, quais são os desafios da política externa e da diplomacia de Moçambique na sua relação com a China no dominio social e económico?

2. Seguidamente, vou fazer-lhe algumas perguntas sobre as ideias e soluções criativas aplicadas pelo Estado Moçambicano em relação à sua política externa com a China.

2.1. Se não se importa, começava por pedir-lhe para descrever as vantagens e desvantagens da política externa e diplomacia da China para Moçambique.

2.2. No seu ponto de vista, que políticas de desenvolvimento de Moçambique foram influenciadas pelo governo chinês?

O Guião de Entrevista aqui apresentado tem como tema: ***Os Desafios da Política Externa de Moçambique em Relação aos Estados Unidos da América e à República Popular da China: Uma Análise Multidimensional do Impacto no Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique, entre 1975 e 2020.*** Todas as respostas são confidenciais, não havendo respostas certas ou erradas. Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade.

GUIÃO DE ENTREVISTAS – B2

Ministério dos Negócios Estrangeiro e Cooperação
Direcção da Europa e América (DEA)

1. Vou iniciar esta entrevista com algumas questões sobre a política Externa entre Moçambique e EUA, a partir da Independência nacional, que se deu em 1975.

1.1. Podia descrever, por favor, a evolução das relações diplomáticas entre Moçambique e EUA?

1.2. Para si, quais é que têm sido as linhas de força da relação Moçambique e EUA?

1.3. Diga, por favor, como é que os EUA tem influenciado o desenvolvimento de Moçambique face à política externa do governo dos EUA?

1.4. Se não se importa fale-nos um pouco, por favor, sobre a política externa e diplomacia dos EUA

1.5. Diga-nos, agora, quais são os benefícios económicos de Moçambique face às suas relações diplomáticas e comerciais com os EUA, desde 1975 até a presente data?

1.6. Diga, por favor, quais são os desafios da política externa e da diplomacia de Moçambique na sua relação com os EUA no domínio social e económico?

2. Seguidamente, vou fazer-lhe algumas perguntas sobre as ideias e soluções criativas aplicadas pelo Estado Moçambicano em relação à sua política externa com os EUA.

2.1. Se não se importa, começava por pedir-lhe para descrever as vantagens e desvantagens da política externa e diplomacia dos EUA para Moçambique.

2.2. No seu ponto de vista, que políticas de desenvolvimento de Moçambique foram influenciadas pelo governo dos EUA?

O Guião de Entrevista aqui apresentado tem como tema: ***Os Desafios da Política Externa de Moçambique em Relação aos Estados Unidos da América e à República Popular da China: Uma Análise Multidimensional do Impacto no Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique, entre 1975 e 2020.*** Todas as respostas são confidenciais, não havendo respostas certas ou erradas. Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade.

GUIÃO DE ENTREVISTAS – C3

Ministério da Indústria e Comércio

1. Vou iniciar esta entrevista com algumas questões sobre a política Externa entre Moçambique e China, a partir da Independência nacional, que se deu em 1975.

1.1. Diga-nos qual é o volume de exportações e importações de Moçambique para os EUA e China e vice-versa, no período de 1975 a 2020?

1.2. Podia descrever, por favor, qual é o Investimento directo e indirecto, na cooperação entre Moçambique, EUA e China no mesmo período?

1.3. Na sua opinião como são feitas as ajudas na área de agricultura e infra - estruturas na cooperação entre Moçambique/EUA e Moçambique/China?

1.4. Pode nos dizer quais são os principais Empréstimos resultantes da cooperação entre Moçambique/EUA e Moçambique/China desde 1975?

1.5. Diga-nos agora qual é o nível da Ajuda económica na Cooperação dos EUA e China com Moçambique?

1.6. Se não se importar pode nos apresentar os principais Acordos de comércio resultante da política externa entre Moçambique/EUA e Moçambique/China?

1.7. Na sua opinião quais tem sido as condições de financiamento dos projetos de desenvolvimento resultante da política Externa entre Moçambique, EUA e China?

1.8. Diga-nos quais são os benefícios de Moçambique no âmbito de AGOA para com os EUA e da FOCAC para com a China?

1.9. Na sua opinião quais são os desafios da política externa e diplomacia na relação tripartida entre Moçambique, EUA e China?

O nosso Muito Obrigado

O Guião de Entrevista aqui apresentado tem como tema: ***Os Desafios da Política Externa de Moçambique em Relação aos Estados Unidos da América e à República Popular da China: Uma Análise Multidimensional do Impacto no Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique, entre 1975 e 2020.*** Todas as respostas são confidenciais, não havendo respostas certas ou erradas. Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade.

GUIÃO DE ENTREVISTAS – D4

DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSAO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Vou iniciar esta entrevista com algumas questões sobre a política Externa entre Moçambique – EUA e Moçambique - China, a partir da Independência nacional, que se deu em 1975.

1.1.Podia descrever, por favor, a evolução das relações diplomáticas entre Moçambique-China e Moçambique-EUA?

1.2. Para si, quais é que têm sido as linhas de força da relação Moçambique – EUA e Moçambique – China, e como é que esses países têm influenciado o desenvolvimento de Moçambique face à sua política externa?

1.3. Se não se importa fale-nos um pouco, por favor, sobre a política externa e diplomacia dos EUA e da China?

1.4. para si, qual é o impacto político, económico e social da política externa e diplomacia dos EUA e da China no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique?

1.5. Diga-nos, agora, quais são os benefícios económicos de Moçambique face às suas relações diplomáticas e comerciais com os EUA e a China, desde 1975 até a presente data?

1.6. Diga, por favor, quais são os desafios da política externa e da diplomacia de Moçambique na sua relação com a China e com os EUA no domínio social e económico?

Apêndice II

Resultados das entrevistas com os Técnicos do MINEC na Direção de Ásia e Oceânia (DAO) – A1

A1.1. Questionados sobre a Política Externa entre Moçambique e a RPC, a partir da independência nacional, que se deu em 1975, os entrevistados descreveram a evolução dessas relações diplomáticas da seguinte maneira:

[…] "*A China foi um dos primeiros países a reconhecer a independência de Moçambique face ao domínio colonial em 1975, é nessa fase que estabeleceram as relações. Antes desse período, há registos de apoios que a China deu aos Movimentos de Libertação de Moçambique, FRELIMO, a destacar: treinamento de guerrilheiros e provisão de equipamento logístico para fazer face às necessidades da luta de libertação nacional"* (técnico do MINEC, jovem afecto à DAO).

Por outro lado, o mesmo refere que em 1975 formalizou-se o relacionamento entre Moçambique e a China. Em termos de evolução das relações entre Moçambique e China, de 75 para cá registou-se uma positiva, obedecendo vários momentos em função da realidade que cada país foi conhecendo ao longo dos tempos. Moçambique como um Estado novo, teve necessidades de possuir quadros qualificados e de se industrializar, etc, e China por sua vez, teve alguns desafios e do ponto de vista económico e político, estava a ensaiar a introdução das reformas e abertura ao mercado externo em 1978, fruto do trabalho de Jamping, também conhecido por pai da economia moderna.

Seguidamente, de acordo com o nosso entrevistado, os desafios da China consistiam na consolidação do novo Estado Chinês, pois a sua independência foi proclamada em 1946, e logo a posterior, seguiu a Guerra Fria, os desafios com Estados vizinhos e com o ocidente, daí que, a política domestica ou seja, os assuntos internos mereciam mais foco, do que a situação dos países africanos. O apoio que a China dava a Moçambique foi mais político, com tendência de afirmação da independência pois não via justo a colonização dos países.

Após a independência, não houve nenhum investimento direto, por parte deste país, porém, houve várias visitas das duas partes. A partir do ano 2000 e porque a China entendia que a África tinha um grande potencial e respondia de forma efetiva aquilo que eram os grandes objetivos do desenvolvimento da China, concretamente a questão de interesse pelo mercado para colocar seus produtos, e busca de países que pudessem assegurar o fornecimento de matérias-primas, recursos energéticos para que a economia chinesa continuasse a crescer de

forma sustentável. Para isso, teve na África o alvo para a prossecução do seu interesse de maximizar o almejado desenvolvimento (idem).

Esse período coincide com FOCAC, onde foram delineadas as grandes linhas mestres da cooperação com a África (incluindo Moçambique). A China anunciou alguns pacotes para África em termos de ajudas de assistência ao desenvolvimento, foi consolidando a sua posição de patrocinador de programas de desenvolvimento em África (conforme pode ver-se nas grandes decisões tomadas na primeira conferência ministerial de fórum China-África 2000) (idem).

A penetração da China em África tinha outros desafios, devido a existência de duas "Chinas", a República Popular da China (China continental) e a República da China (Taiwan), tendo em conta que Taiwan tinha relações diplomáticas com alguns países africanos como Suazilândia, Burquina Faso, São Tomé e Príncipe, Libéria, Gambia, etc, era importante que a China continental continuasse a assegurar aos países africanos apoio em investimentos como forma de chamar a atenção dos países africanos que estavam ligados a Taiwan para migrarem aos clubes dos países que mantinham relações com a China continental (idem).

Nas primeiras edições do FOCAC, os países que não reconheciam a China continental não se beneficiaram dos programas de desenvolvimento. Segue a terceira fase em que a China está presente em África, observando-se um leque de empresas a investir em África e Moçambique em particular, neste período, surgem iniciativas da China com o foco em África, Cinturão-Rota, que previa o estabelecimento da parceria estratégica global China-África (2006), onde muitos países africanos beneficiaram de vários projetos chineses em infraestruturas, formação de quadros, modernização agrícola, industrialização, e a China aparece com o conceito da capacidade produtiva que consiste em mobilizar o empresariado chinês a investir em África mas sem dar encargo aos países recetores. Em síntese de 1975 para 2000, relações de cooperação entre China e África, incluindo Moçambique, eram marcadamente políticas e de 2000 para cá tomam o caráter de diplomacia económica, onde a componente de investimento consubstancia a principal característica (idem).

A1.2. Questionados sobre quais têm sido as linhas de força da relação Moçambique e RPC, os nossos entrevistados responderam que:

[…] Refere o técnico do MINEC afeto a DAO que "*Moçambique tem seus interesses na cooperação com a China e vice-versa. A China é um país desenvolvido com um crescimento ininterrupto que admira os países ocidentais desde 1978 e Moçambique também é um país em desenvolvimento. A China acaba sendo um parceiro estratégico na medida que, sendo Moçambique um país ainda pobre, pode encontrar na China uma oportunidade de mobilizar investimento para o país. A China já esteve num nível de desenvolvimento crítico, mas foi adotando estratégias que permitiram a mobilização de investimentos ocidentais através da deslocalização das indústrias e de aproveitamento extensivo da mão-de-obra barata e o grande mercado que possui, sendo que a China é um país com alguma experiência a transmitir aos países africanos incluindo Moçambique, pois Moçambique encontra-se numa fase que precisa alavancar a sua economia".*

Salienta ainda que "a China tem seus interesses em Moçambique pois sabe-se que Moçambique é um pais que tem seu potencial nos recursos naturais que interessam à continuidade do desenvolvimento da economia chinesa (as descobertas de hidrocarbonetos tem a participação da China, as areias pesadas interessam à indústria chinesa), mas também do ponto de vista político, Moçambique é importante para a China, pois foi um dos países que desde a primeira hora reconheceu a China continental, com uma visão político-estratégica de reconhecimento da existência de uma só China e isso é importante para a China do ponto de vista político a olhar pelo seu interesse de ascensão e busca de prestigio no sistema internacional, e para os países que reconhecem a existência da política de uma só China ocupam o lugar muito estratégico na cooperação com Bejing".

"A China tem sofrido muitas críticas nos últimos tempos sob a alegação de estar a violar os direitos humanos em algumas zonas, de estar a desenvolver uma política imperialista com seus vizinhos ao largo do marco sul da China, porém, a posição de Moçambique sobre esses assuntos é que a China deve dialogar com seus vizinhos e que assuntos de direitos humanos são matéria de gestão interna da própria China, daí que esta posição de Moçambique tem merecido grande acolhimento por parte da China. Outrossim, Moçambique por ser um parceiro estratégico para a China, em 2016 os dois chefes de Estado decidiram elevar a cooperação bilateral ao nível de parceria estratégica global, essa decisão do ponto de vista político, é revelador de um nível de amizade muito alto"(idem).

Moçambique precisa da China, pois apesar de ter recursos, não possui capital, sendo que o investidor deve vir da China. Moçambique precisa de desenvolver, construir infraestruturas, industrializar-se, modernizar a agricultura e as tecnologias necessárias para a maximização deste interesse, pode facilmente encontrar na China, Moçambique deve encontrar novos mercados para colocar seus produtos e encontra esse mercado na China. Essa combinação de interesse dos dois lados torna a linha de força da cooperação entre os dois países (idem).

A1.3. Sobre como é que a RPC tem influenciado no desenvolvimento de Moçambique face à política externa do governo da RPC, os entrevistados responderam que:

[…] "*A china tem influenciado o desenvolvimento de Moçambique, pois pelas 5 grandes linhas da política externa da China para África (a não ingerência dos assuntos internos, respeito mútuo pela soberania, a coexistência pacífica…), e tendo em conta que Moçambique ainda é um pais em desenvolvimento, necessita do apoio externo, sobretudo nos últimos anos em que o ocidente retirou a sua ajuda, as janelas de financiamento, a nossa agenda de desenvolvimento ficou comprometida, e a Ásia e a China em particular têm sido as grandes alternativas, e como a China tem tido interesses com os países com os quais coopera, dá ajuda mediante alguns condicionalismos (ex: a ponte Maputo-Catembe, Moçambique foi buscar financiamento mas com alguns condicionalismos impostos pelo financiador, apesar de ser por crédito mas houve requisitos impostos pelo credor)".*

Referem ainda que "a ajuda providenciada pela China vai para as áreas que identificamos como prioritárias, sobretudo quando se trata de donativos, a China tem a prática de anunciar a grandes linhas estratégicas de ajuda aos países africanos, no geral, mas a implementação tem sido de forma bilateral. A partir daqui percebemos que há alguma influência da política externa da China para a nossa agenda do desenvolvimento, cabendo ao nosso governo vincar a área necessária, apesar da nossa condição económica não nos dar muito privilégio negocial".

A1.4. Questionados sobre a característica da política externa e diplomacia da RPC, os entrevistados responderam que:

[…] "*A política externa da China é tida como uma ascensão pacífica. Durante muito tempo a China fechou-se ao mundo e acha-se que foi bastante humilhada desde a altura que foi invadida por potências ocidentais (os portugueses, holandeses, alemães, ingleses, franceses já estiveram*

na China), o que aconteceu com África na conferência de Berlim em 1884 também aconteceu com a China, já houve um plano de divisão da China em parcelas, e isso aconteceu. Então a China tem um sentimento revisionista, que foi durante muito tempo humilhado e agora considera-se na posição de que precisa de recuperar o prestígio que foi posto em causa durante muito tempo. Naturalmente para reivindicar a uma posição de potência precisa competir com um dos atores (EUA, União Europeia, etc)".

Mais adiante, deram a conhecer que "a política externa da China tem sido de tentar promover o multipolarismo. Num mundo que é percebido como dominado pelos EUA, sobretudo depois da Guerra Fria, esta numa tentativa de mudar o sistema internacional percebido como dominado pelos EUA para um sistema internacional com múltiplos poderes (o qual eles chamam ascensão pacífica), procuram ascender, procuram reivindicar uma função no sistema internacional através dos meios pacíficos".

"Todavia sendo que esse trabalho deve ser desencadeado em momentos de paz, eis a razão que a China nos últimos tempos tem desencadeado aquilo que chamamos soft power, tem apostado muito em várias iniciativas que visam assegurar o seu desenvolvimento económico, assegurar a sua segurança para que não entre na tendência divisionista ou separatista"(idem).

"A política externa hoje por um lado, procura angariar mais amigos que concordem com a agenda da China, que concordem com a não separação da China, a não interferência de outros países nos assuntos internos da China em relação aos direitos humanos, mas também a política externa da China é fazer com que o país continue a crescer do ponto de vista económico e de forma sustentável através da identificação de novos mercados e de países que possam assegurar a continuação de fornecimento de recursos naturais sobretudo energéticos para o fornecimento da grande indústria extrativa, e a China está ciente que isso só pode ser possível num ambiente de paz"(idem).

"A China esta consciente que o seu progresso económico irá conferir-lhe uma posição importante no sistema internacional. A China sabe que usa economia para garantir lealdade por parte de alguns países vizinhos com quem tem problemas (Filipinas, Vietname, Paquistão, etc.), a China está a fazer grandes investimentos os quais estão a refrear o sentimento de que a China é expansionista naquela zona"(idem).

A1.5. Quando questionados sobre os benefícios económicos de Moçambique face às suas relações diplomáticas e comerciais com a RPC, desde 1975 até a presente data, os entrevistados responderam que:

"Os benefícios são vários a partir dos visíveis (infraestruturas, transportes, agricultura, defesa e segurança, integridade territorial".

A1.6. Sobre os desafios da política externa e da diplomacia de Moçambique na sua relação com a RPC no domínio social e económico, os entrevistados responderam que:

"Moçambique deve aperfeiçoar o poder negocial com a China e ter a capacidade de fazer o seguimento dos projetos, e isso requer um nível de organização e planificação do lado de Moçambique, ou seja, quando estamos no novo ciclo de governação e identificamos as áreas prioritárias, temos que identificar parceiros que nos confiram vantagens comparativas nessas áreas, o que não tem acontecido. O que sucede: colocam-se todas as áreas a todos os países quando às vezes há parceiros que numa ou noutra área não são viáveis. Têm sido submetidos à China projetos frágeis que não são viáveis, nem sustentáveis".

Seguidamente, foram feitas perguntas sobre as ideias e soluções criativas aplicadas pelo Estado Moçambicano em relação à sua política externa com a RPC.

A1.7. Questionados sobre as vantagens e desvantagens da política externa e diplomacia da RPC para Moçambique, os entrevistados responderam que:

[…] "*A vantagem é que Moçambique conta com a China como um parceiro de desenvolvimento, como um parceiro político na medida em que China e Moçambique se apoiam mutuamente nos grandes assuntos de interesse como nos fóruns internacionais, a título de exemplo Moçambique vai se candidatar para a vaga de membro não permanente do conselho de segurança nas nações unidas e naturalmente sendo a China um país amigo de Moçambique, eventualmente vai contar com o seu apoio. Apesar dos países terem igualdade soberana, sabe-se que a China não é um parceiro qualquer, o lugar da China é diferente de um lugar ocupado por exemplo por um país como a Suazilândia. A China apoia em programas de desenvolvimento em infraestruturas de várias áreas"*.

"Em termos de desvantagens, Moçambique encontra-se na posição de recetor de ajuda que é feita para satisfazer os interesses de desenvolvimento da China. Já se reclamou por várias vezes que quando a China investe em África, a mão-de-obra assim como os equipamentos trazem da China, as empresas subcontratadas vêm da China, tem havido deficiência na transferência de conhecimentos. A outra desvantagem, a China preocupa-se mais em agradar as lideranças africanas, não tem dado atenção a elementos como prestação de contas e transparência na aplicação dos investimentos por eles fornecidos, diferentemente do ocidente que até envia analistas para avaliar a viabilidade, se o projeto é integrado, se tem efeito multiplicador na zona onde está ser implementado, acima de tudo, avaliar os benefícios económicos do projeto, a China tem falhado bastante nesses aspectos"(idem).

A1.8. Acerca das políticas de desenvolvimento de Moçambique influenciadas pelo governo chinês, os entrevistados responderam que:

[…] "*As políticas que Moçambique foi adotando durante o período tiveram influências quer da China, quer de outros atores. Logo após a proclamação da independência em 1975, dois anos depois, Moçambique entrou numa guerra civil com ramificação regional com o regime do Apartheid e da Rodésia e, esse conflito foi afetando o tecido económico e social do país".*

"Entretanto, de 1975 a 1980, a economia de Moçambique começou a entrar em crise, daí Moçambique viu-se com a necessidade de desenvolver contactos com entidades internacionais concretamente as instituições de Breton Woods para renegociar programas de reajustamento estrutural por forma a reanimar a economia, pois a dívida tinha chegado a níveis insustentáveis e não podia mais contar com o apoio da União Soviética"(idem).

"Porém, para Moçambique aceder a ajudas desses organismos, deveria adotar modelos de governação liberais (economia de mercado, diferente da economia centralizada, ensaiar o multipartidarismo, terminar com o controlo do mercado, o governo passaria apenas a ter o papel de regulador), todas as políticas de desenvolvimento tiveram influência por parte do ocidente. Em relação à China, este começou a introduzir um programa alargado de reforma a partir de 1978 e de lá para cá a China esteve mais preocupada com a resolução dos problemas internos e não tinha muita intervenção no plano externo"(idem).

"A China começa a influenciar as políticas de Moçambique a partir do ano de 2000 com a introdução da FOCAC, a partir desse momento Moçambique e China começaram a assinar vários instrumentos de desenvolvimento como é o caso do acordo de proteção recíproca de investimentos, e a China anuncia vários programas de apoio a Moçambique"(idem).

"E nessa altura a China estava na fase de internacionalização das suas empresas públicas com a política Mode Global Holdings que incentivava as empresas a investirem no exterior. Daí observa-se maior engajamento efetivo da China através de programas de apoio ao desenvolvimento, créditos e investimento direto externo estrangeiro"(idem).

"Entretanto, nos 5 princípios que norteiam o seu relacionamento com outros países, um dos quais é a não ingerência nos assuntos externos de outros Estados, isso leva a China a ser mais um estado intervencionista. Na verdade, Moçambique segue referências da China pelo caminho que trilhou até chegar ao desenvolvimento, mas não pela imposição propriamente dita"(idem).

A1.9. Quando questionados sobre as diferenças ideológicas e económicas da cooperação bilateral entre Moçambique e a RPC, os entrevistados responderam que:

"A *China é um dos poucos países que coopera com Moçambique a todos os níveis, do ponto de vista político e diplomático tais como sobre grandes assuntos de interesses comuns nos fóruns internacionais, os dois países têm estado juntos. Nos interesses económicos e em questões culturais estão sempre juntos. Há abertura da China em aceitar a cooperação a todos os níveis, mesmo as cooperações centralizadas, daí que quase não existem diferenças".*

A1.10. Questionados sobre a discussão do Governo com os parceiros, particularmente, no que se refere à política externa de Moçambique em relação à RPC, na avaliação geral do impacto das relações diplomáticas, desde 1975 até ao presente, os entrevistados responderam que:

"A avaliação é positiva tendo como base vários elementos, o primeiro é que logo após a proclamação da independência de Moçambique, a China foi um dos primeiros países a reconhecer a independência de Moçambique e a estabelecer a sua missão diplomática em Moçambique e Moçambique fez o mesmo dois anos depois. O outro fator é que a China esteve presente em todos os momentos de Moçambique, a China apoiou na reconstrução das zonas afetadas pela guerra civil, apoiou em iniciativas de desenvolvimento do país, na recuperação do

tecido económico do país. Moçambique está a concorrer a vaga de membro não permanente do conselho de segurança das Nações Unidas, e a China já apresentou a disponibilidade em apoiar. A China tem apoiado em primeira linha na assistência humanitária aos deslocados e aos afetados pelas calamidades naturais. Tem apresentado a disponibilidade nos esforços do governo em termos de defesa da soberania e integridade territorial".

A1.11. No que respeita à opinião sobre o crescente envolvimento do país com a RPC, os entrevistados responderam que:

"A perceção não é positiva, mas isso deve-se à falta de informação da sociedade conjugada com a informação veiculada pela imprensa sem evidência e bases. A informação do senso comum é que a China vem a África e pilha recursos, promove o endividamento e arrasta o país para a insustentabilidade da dívida à China. Mas na verdade existem coisas boas das relações entre os dois países. E mesmo se houver essa retirada de recursos, a culpa deve ser imputada ao próprio Estado Moçambicano que deve garantir que as suas instituições de controlo funcionem efetivamente para que essas situações não possam acontecer".

A1.12. Questionados sobre se a RPC tem proporcionado verdadeiro desenvolvimento económico do nosso país, os entrevistados responderam que:

"A China tem dado um maior contributo ao desenvolvimento de Moçambique, apesar que essa situação não pode ser feita apenas pela China".

A1.13. Quanto à existência de um verdadeiro envolvimento dos moçambicanos nos projetos de desenvolvimento financiados pela RPC, os entrevistados responderam que:

"Tem havido envolvimento de Moçambicanos nos projetos financiados pela China na medida em que quando são lançados, esses têm necessitado de trabalhadores contratados internamente. Porém, o que se deve discutir é se esses números são razoáveis. O exemplo da construção da ponte Maputo-Catembe, circular do Maputo, envolveu muitos Moçambicanos. Outro problema é que tem havido algum choque entre a forma de estar dos trabalhadores chineses que é diferente da dos Moçambicanos, e outra questão tem sido do cheque devido à falta de entendimento da própria legislação laboral chinesa".

A1.14. Quanto a políticas proativas que têm sido levadas a cabo pela RPC para garantir a sustentabilidade da cooperação e financiamento de Moçambique, os entrevistados responderam que:

"Tem havido muita crítica por países ocidentais sobre a insustentabilidade da dívida que os países africanos incluindo Moçambique tem em relação à China. Há muita crítica que a China está a promover o endividamento dos países africanos, arrastando-os para uma dívida insustentável. A China apercebendo-se disso, introduziu um novo conceito que se chama promoção da capacidade produtiva que consiste em financiar empresas que pretendem investir em África, pelo seu governo através de seus bancos assumindo os riscos dos seus investimentos nos países a investir. Isso, fazem através de parceria público privado em que por exemplo, querendo construir uma escola num país africano, eles o fazem com o fundo pessoal e passam a gerir nos primeiros anos, depois de obter os lucros transferem a gestão do governo. Essa nova abordagem de cooperação entre a China e os países africanos visa assegurar que os governos africanos não continuem a endividar-se a fazer investimentos que podem ser feitos com os demais".

A1.15. No que respeita à avaliação da diplomacia no governo de Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi nas relações tripartidas entre Moçambique, RPC e EUA no desenvolvimento socioeconómico, os entrevistados responderam que:

"O presidente Chissano governou num contexto diferente aos outros dois últimos, pois ele governou num momento em que a grande preocupação era a consolidação da Paz, as relações com outros países eram para a busca de condições para a paz (no momento que veio a ONUMOZ), daí que em termos de cooperação económica quase que não houve grande marca. Entretanto, a Governação de Guebuza surge na época em que a China intensifica a cooperação com os países africanos, entra no poder em 2005 depois da China ter realizado a conferência ministerial inaugural de 2000 e em 2006 o presidente Guebuza participa da conferência ministerial na China que foi marcado como importante por ter anunciado muitos investimentos para os países africanos pela China. A partir daí Moçambique começou a receber muitos projetos financiados pela China. Quer dizer, o auge da cooperação Moçambique-China aconteceu durante o mandato de Guebuza, pois muitos projetos financiados pela China surgiram no seu mandato, como é o caso da Circular de Maputo, estrada Sofala-Manica,

edifício da Procuradoria-Geral da República, Ponte Armando Emílio Guebuza, Edifício do MINEC. Entretanto, Filipe Nyusi assumiu o poder num contexto económico difícil, mas a China continua a dar apoio, apesar dos desafios atuais serem outros".

A1.16. Sobre os desafios da política externa e diplomacia que Moçambique tem pela frente na sua relação com a RPC, os entrevistados responderam que:

"O grande desafio consiste em Moçambique assegurar que a diplomacia traga ganhos do ponto de vista económico. A China é um ator económico bastante importante pois é a segunda economia do Mundo, é igualmente um ator bastante importante no sistema internacional do ponto de vista de influência e oportunidades que dá aos países africanos na área do desenvolvimento. O grande desafio da nossa política externa é garantir que essa relação se traduza em benefício económico, garantir que mais empresas chinesas invistam em Moçambique, que mais moçambicanos possam fazer negócio nos mercados chineses, que mais moçambicanos tenham oportunidade de estudar na China e venham implementar no nosso solo pátrio".

Apêndice III

Resultados das entrevistas com os Técnicos do MINEC na Direção da Europa e América (DEA) – B2

B2.1. Analisando as questões sobre a política externa entre Moçambique e EUA, a partir da independência nacional, que se deu em 1975, concretamente quanto à evolução das relações diplomáticas entre Moçambique e EUA, os entrevistados responderam que:

"As relações entre Moçambique e os EUA foram estabelecidas em 1975 como corolário do reconhecimento da independência moçambicana pelos EUA. Entretanto, há relatos históricos que existiam sinais de relações entre os dois países no período em que eram levados escravos de África, particularmente de Moçambique para os EUA. Desde 1975, as relações foram-se intensificando até que em 1984 a USAID estabeleceu-se com os seus escritórios em Moçambique e desde então começou a proporcionar ajudas para questões de desastres naturais. De lá para cá, as relações vêm sendo consolidadas. Segundo a Agência norte-americana, a ajuda bilateral ascende a cerca de 500 milhões de dólares por ano posicionando-se como o país que mais apoia Moçambique a nível bilateral"(técnico do MINEC, jovem afeto à DEA).

B2.2. Quanto às linhas de força da relação Moçambique e EUA, os entrevistados responderam que:

"Os EUA atuam na ajuda ao desenvolvimento, relações político-diplomáticas, os EUA tem ajudado Moçambique a ultrapassar desafios da agenda nacional, a título de exemplo do combate ao terrorismo na componente formação das FDS. É um dos maiores investidores em grandes projetos como: Anadarco e ExxonMobil. Existem iniciativas económicas americanas para África e Moçambique em particular como é o caso da iniciativa AGOA onde Moçambique pode colocar produtos comerciais no mercado americano com alguma isenção de taxas aduaneiras. Existem formações promovidas pelo governo americano. Ajudam em áreas específicas como em funcionários que lidam com áreas da justiça, etc".

B2.3. Questionados se os EUA têm influenciado o desenvolvimento de Moçambique face à política externa do governo dos EUA, os entrevistados responderam que:

"A teoria de desenvolvimento ocidental baseia-se no princípio de que havendo num país a consolidação da democracia, o desenvolvimento acompanha. Moçambique acabou acedendo à democracia multipartidária pela influência em parte pelo governo americano, acedeu às questões dos Direitos Humanos, liberdades individuais. E Moçambique tem dialogado junto do governo americano como forma de unificação das suas perspectivas".

B2.4. Sobre a natureza da política externa e diplomacia dos EUA, os entrevistados responderam que:

"Parte-se na perspetiva de que todas as nações têm seus interesses, e é nesses interesses que as relações se movem. Os EUA para além dos Estados em que eles têm interesse tradicionalmente em manter relações, tal é o caso da China, Rússia, Correia do Norte, Israel, Irão, são atores que suscitam interesse dos EUA na perspetiva de que a interação com esses atores ajuda a estabilizar e consolidar a posição dos EUA no mundo. Tendo em conta que os EUA ao longo do seu processo de crescimento como um Estado, tem adotado uma postura que o coloca na posição difícil de se isolar, por isso sempre vai ser chamado a intervir sobre varias matérias no mundo".

B2.5. Quanto aos benefícios económicos de Moçambique face às suas relações diplomáticas e comerciais com os EUA, desde 1975 até à presente data, os entrevistados responderam que:

"Os EUA ajudam nas agendas de desenvolvimento de Moçambique, um dos casos concretos é o projeto Milenium Challenge Corporation, através de vários compactos de investimento, de entre vários outros investimentos".

B2.6. No que concerne aos desafios da política externa e da diplomacia de Moçambique na sua relação com os EUA no domínio social e económico, os entrevistados responderam que:

"As relações entre Moçambique e os EUA dependem das administrações de governação americana de cada período, a figura que se encontra em frente das Administrações, mas também as instituições norte-americanas, no caso do congresso, falam mais alto na determinação de apoio ao desenvolvimento de outros Estados. Moçambique tem como desafio na consolidação das instituições, pois esses investimentos têm exigido contrapartidas, como no caso de imposições em questões de direitos humanos, etc".

B2.7. Face às ideias e soluções criativas aplicadas pelo Estado Moçambicano em relação à sua política externa com os EUA, os entrevistados responderam que:

"Para o caso da China, no âmbito positivo, o chinês desenvolveram na área de infraestruturas em várias áreas. Ao passo de que para o Governo dos EUA, houve desinvestimento, a título de exemplo, foram encerradas as fábricas de descasque de castanhas de Moçambique pela decisão

do Banco Mundial, pois este vendeu uma fábrica a Índia e ordenou Moçambique a encerrar as fábricas, para Moçambique passar a vender em Bruto para Índia e este passar a processar".

B2.8. Indagados a descrever as vantagens e as desvantagens da política externa e diplomacia dos EUA para Moçambique, os entrevistados responderam que:

"Moçambique sendo um país jovem em termos de desenvolvimento, tem múltiplos desafios ligados a calamidades naturais e outros, a manutenção da cooperação de Moçambique com os EUA, ajuda Moçambique na busca de soluções para o desenvolvimento. Um dos exemplos é que sendo Moçambique um país muito afetado pelo VIH, vê os EUA como solução para a luta contra a doença, atento a esse na sua política de ajuda na área da saúde. Em termos de desvantagens de cooperar com os EUA, sendo aquele uma grande potência e com muitos interesses económicos, Moçambique sai sempre a perder por falta de capacidades de negociação".

B2.9. Quantos às políticas de desenvolvimento de Moçambique que foram influenciadas por embaixadores dos EUA, os entrevistados responderam que:

"As políticas de desenvolvimento influenciadas pelos embaixadores são validadas nas relações externas, especialmente em termos de (infraestrutura, transporte, agricultura, defesa e segurança, integridade territorial)".

"Por outro lado, o movimento para manter o relacionamento é um diálogo entre as partes, contatos de longo prazo, mas acima de tudo interesses dos EUA em Moçambique"(idem).

B2.10. Sobre as diferenças ideológicas e económicas da cooperação bilateral entre Moçambique e EUA, os entrevistados responderam que:

"Moçambique é um país tradicionalmente de orientação socialista enquanto que os EUA é por excelência capitalista. Portanto, no que divergimos, ultimamente nos comungamos mais devido a essa componente das relações, Moçambique acabou seguindo os ideais americanos nas questões dos direitos humanos, e principalmente nas questões que levam ao desenvolvimento económico".

B2.11. Questionados sobre a discussão do governo com os parceiros, particularmente, no que se refere à política externa de Moçambique em relação aos EUA, sobre a avaliação do impacto das relações diplomáticas, desde 1975 até ao presente, os entrevistados responderam que:

"A avaliação é positiva, pois os EUA têm apoiado Moçambique na área da saúde, democracia, comércio e fortalecimento do setor privado".

B2.12. Quanto à opinião das pessoas sobre o crescente envolvimento do país com os EUA, os entrevistados responderam que:

"Certos grupos sociais têm a noção dos feitos dos EUA em Moçambique no âmbito dos desastres naturais, apoio na luta contra o terrorismo, combate à covid-19. O grupo social que compreende as coisas dá uma avaliação favorável. Entretanto, o grande problema nas sociedades moçambicanas é a falta de acesso às informações, até porque existem cidadãos que se beneficiam dos feitos do governo americano, mas não tem o conhecimento da proveniência dos mesmos. Essas pessoas podem não saber avaliar o trabalho dos EUA".

B2.13. Sobre se os EUA têm proporcionado um verdadeiro desenvolvimento económico do país, os entrevistados responderam que:

"A ajuda deve ser publicitada, para que quem os beneficia tenha a real dimensão do impacto da ajuda. O governo americano através de várias áreas como a USAID, vem ajudando o país em várias áreas, principalmente nas províncias é bem notória. A ajuda cria um grande impacto, porém, deve criar-se uma boa monitoria nas atividades, visto que muitas delas são desenvolvidas em projetos criados pelos EUA".

B2.14. Quando questionados sobre o verdadeiro envolvimento dos moçambicanos nos projetos de desenvolvimento financiados pelos EUA, os entrevistados responderam que:

"Tem havido envolvimento dos cidadãos moçambicanos sim, nos projetos americanos, existindo projetos indicativos que podem demostrar isso".

B2.15. Sobre que políticas proativas têm sido levadas a cabo pelos EUA para garantir a sustentabilidade da cooperação e financiamento de Moçambique, os entrevistados responderam que:

"As iniciativas para a manutenção das relações, é o diálogo entre as partes, contactos permanentes, mas acima de tudo os interesses que os EUA possuem para com Moçambique".

B2.16. No que respeita aos desafios da política externa e diplomacia que Moçambique tem pela frente na sua relação com os EUA, os entrevistados responderam que:

"Um dos grandes desafios é fazer com que os EUA passem a prestar contas das atividades que realizam em diferentes partes do país, pois não há uma informação concreta do que eles realizam, mesmo sabendo que eles estão em Moçambique ao abrigo de atividades. Devem ser chamados a submeter relatórios periódicos das suas atividades".

Apêndice IV

Resultados das entrevistas com os Técnicos do MIC da Direção do Comércio Externo - C3

C3.1. Analisando as questões sobre a política externa entre Moçambique - EUA e Moçambique - RPC, a partir da independência nacional, proclamada em 1975, concretamente sobre a evolução das relações diplomáticas entre Moçambique - EUA e Moçambique - RPC, os entrevistados responderam que:

[…] "*Do ponto de vista histórico, os EUA tiveram influência nas independências africanas através dos movimentos das lutas dos negros norte americanos, em congressos realizados para o debate da situação e da necessidade de independências africanas no qual o grande mentor desses congressos foi o Dubwai.Igualmente, as igrejas protestantes (que tiveram as suas fundações nos EUA), tiveram contribuição notória para o alce das independências africanas, pois Eduardo Mondlane chega aos EUA através das igrejas e foi incorporado nos movimentos culturais negros de transformação e de emancipação por via dos quais emerge Eduardo Mondlane e que vem a ter o papel importante na unificação dos 3 movimentos que vão dar um figurino diferente, quer em termos de objectivos, quer em termos de estratégia e mesmo em termos de definição clara do inimigo, tendo culminado com a proclamação da independência de Moçambique. Assim sendo, os EUA podem ser considerados como um impulsionador da Independência de Moçambique"* (Chefe de um Departamento no MIC, de meia idade, na Direção de Comércio Externo).

"Em contrapartida, devido à Guerra Fria, dentro da Luta de Libertação de Moçambique, sobretudo a UDENAMO, encontra-se Marcelino dos Santos que teve um trajeto diferente de Eduardo Mondlane, tendo passagem pela Europa onde o grande apoiante das lutas de libertação era o partido comunista que teve ligação com a União Soviética e com a China. Com isso, A FRELIMO teve um apoio explícito da China através do treinamento dos primeiros Guerrilheiros na frente do qual estava Samora Machel pela China na Argélia. A China foi o primeiro país a dar um apoio efectivo na luta pela libertação de Moçambique"(idem).

"Com efeito, encontramos os EUA e a China na génese da própria nação moçambicana. Porém, com a tragédia do Congo e com a vitória dentro da FRELIMO da fação comunista, a relação com os EUA começou a reduzir e com a morte de Eduardo Mondlane, a FRELIMO virou-se mais para a China e para a URSS de tal maneira que aquando da Declaração da Independência de Moçambique, os grandes apoiantes de Moçambique foram a China e a União Soviética e observa-se no Estado uma confrontação entre Moçambique e os EUA"(idem).

"Em seguida, observa-se uma resistência ao comunismo liderado pela RENAMO que teve um grande apoio dos EUA, de tal maneira que a ideia da paz teve influência dos americanos. A viragem de Samora Machel em relação ao ocidente, cujo marco principal foi a viagem deste dirigente aos EUA em 1986, foi fundamental para a assinatura dos acordos gerais de paz. Assim sendo, observa-se 3 fases no percurso das relações de cooperação entre os dois países, sendo a primeira, de uma relação forte, seguida de uma confrontação por conta do comunismo e depois por causa da resistência movida pela RENAMO e da necessidade dos acordos de paz, há uma nova aproximação aos EUA"(idem).

"Enquanto o apoio da China foi contínuo e teve menos flutuações em relação ao dos EUA, pode considerar-se o apoio dos EUA mais forte, pelo facto de Moçambique ter sido colonizado pelo ocidente aliado a sua localização geográfica, onde muitos países foram colonizados por Inglaterra e França, há aqui uma ligação umbilical que vem da cultura, enquanto a relação de Moçambique e a China é meramente político-económica"(idem).

C3.2. Sobre as linhas de força da relação Moçambique - EUA e Moçambique - RPC, e sobre como é que esses países têm influenciado o desenvolvimento de Moçambique face à sua política externa, os entrevistados responderam que:

"A relação Moçambique e EUA em princípio é cultural antes de ser económica. Porém, apesar da economia Chinesa estar a crescer, a economia dos EUA é o dobro da economia Chinesa. A China tem um universo popular de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas enquanto os EUA têm entre 300 a 400 milhões de pessoas o que quer dizer que o trabalho de 1 americano corresponde ao trabalho de 4 chineses, isso faz com que a capacidade económica gratuita que os EUA têm de apoiar Moçambique é maior, exemplo disso a nível da saúde, o PEPFAR que revolucionou a luta contra o HIV-SIDA foi suportado pelos EUA. As maiores empresas que exploram recursos naturais e hidrocarbonetos em palma, estão ligados aos EUA, daí que existe uma capacidade e presença forte dos EUA, principalmente no tecido empresarial (um dos quais a AGOA) para o apoio a Moçambique".

"Enquanto a relação de cooperação entre a China e Moçambique também é grande e estratégica por envolver a componente infraestrutura (construção da Presidência da República, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o edifício da Procuradoria Geral da

República, Ponte Maputo/Catembe, Circular de Maputo etc). O apoio da China é um apoio ao governo e está vincado à necessidade do reembolso por ser dívida enquanto que, o apoio dos americanos por um lado é através da sociedade civil em apoio social (saúde) etc., e por outro é através de empresas privadas, pois para eles são fundos perdidos e não é necessariamente requerido o reembolso e, sua inserção na comunidade é maior, apesar de também envolver-se no apoio ao combate aos insurgentes. Em jeito de síntese da questão, a relação dos americanos com Moçambique é cultural, social e político-económica, enquanto a China e Moçambique a sua relação é meramente político-económica"(idem).

C3.3. Questionados sobre a política externa e diplomacia dos EUA e da RPC, os entrevistados responderam que:

"Na China não há mudança nos governos, por isso, os seus apoios são para com o governo como uma forma de obterem alguma influência no governo e na sua filosofia e actuação político-diplomática, o ideal era que os Governos não mudassem não mudem. E tendo em conta que em África, os governos mudam, e ciente disso, os EUA apoiam não só os governos, mas também a cultura, a economia, os assuntos sociais e a religião, daí que pode se considerar que o apoio americano é o mais consistente".

C3.4. Quanto ao impacto político, económico e social da política externa e diplomacia dos EUA e da RPC, no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique, os entrevistados responderam que:

"O apoio dos EUA tem impacto social, cultural, económico e político, isso verifica-se, pois, os músicos americanos que vêm atuar a Moçambique, a língua inglesa tem sido a mais procurada, as igrejas brasileiras que se encontram em Moçambique têm a sua origem nos EUA, a internet e outros meios de globalização tecnológico estão ligados aos EUA".

"Entretanto, apesar de afirmarmos que o governo chinês apoia mais o governo politicamente, o mercado da china está aberto e com preços acessíveis mais que o dos EUA, de tal maneira que o nosso comércio informal é dominado pelas relações que tem com a China porque é na China onde se vai buscar os produtos baratos, daí que a China acaba chegando do ponto de vista económico às aldeias mais recônditas. A outra questão é que a China apesar de não ser democrática, não tem intenções de se democratizar e nem de apoiar uma democracia, mas é o

grande apoiante das democracias africanas, pois para fazer campanha tende a imprimir camisetas, cartazes e viaturas, etc. A China ajuda no processo, isso por questões simplesmente comerciais e não políticas"(idem).

"Daí que a China apoia os governos e luta pela sua manutenção, mas devido à sua indústria, comércio aberto e preços acessíveis, acaba alimentando as oposições. Em jeito de síntese da questão, com a China, Moçambique tem benefícios em acesso aos mercados acessíveis, enquanto com os americanos são os programas sociais e apoio a pequenas e médias empresas"(idem).

C3.5. No que respeita aos benefícios económicos de Moçambique face às suas relações diplomáticas e comerciais com os EUA e a RPC, desde 1975 até a presente data, os entrevistados responderam que:

"Moçambique teve grande apoio em material bélico o que foi importante para a construção do novo Estado Moçambicano, isso por intermédio da China. Os EUA, estão em vários setores no nosso país desde os anos 1990, entretanto, uma vez que os EUA entram nas relações com imposições e condicionantes nas áreas de investimento, faz com que estrategicamente Moçambique prefira mais manter relações de cooperação com a China, e apesar disso, Moçambique nunca pode dispensar a relação com os EUA".

C3.6. No que concerne aos desafios da política externa e da diplomacia de Moçambique na sua relação com a RPC e com os EUA no domínio social e económico, os entrevistados responderam que:

"Com a China o grande desafio de Moçambique é a dívida e problemas demográficos, pois a China exporta operários que vêm em negócio, mas vivem nos bairros e isso pode ser um grande desafio para Moçambique do ponto de vista demográfico ou seja, de crescimento populacional".

"Para com os EUA, existe uma intenção declarada de apoiar a democratização e aprofundar os direitos humanos, o que significa que haverá um conflito permanente entre os EUA como potência e qualquer governo que exista em África"(idem).

Concluídas as reflexões sobre as ideias e soluções criativas aplicadas pelo Estado Moçambicano em relação à sua política externa com os EUA e a RPC, foram elaboradas e dirigidas aos

entrevistados um conjunto de questões, as quais passamos a citar, expondo as respostas fornecidas pelos mesmos.

C3.7. Sobre as vantagens e desvantagens da política externa e diplomacia da RPC e dos EUA para Moçambique, os entrevistados responderam no seguinte:

"Como vantagens, podem citar-se: a conquista da independência; apoio técnico e transferência de tecnologias, muitos moçambicanos beneficiaram de formação nos dois países; ganhos económicos nas infraestruturas construídas pela China; A Millennium Challenge Account pelos EUA; para além de múltiplos apoios sociais. Mas também apoios políticos, pois quando Moçambique se alinhou com os EUA, saiu do isolamento político em que se encontrava no âmbito da Guerra Fria".

"Ao passo que os dois atores e parceiros de cooperação têm ganhos em termos de escoamento em matérias-primas, sabe-se que a China retira quantidades de madeira, mas também prevê-se que os EUA possam levar muito gás para o seu país"(idem).

C3.8. Em relação às políticas de desenvolvimento de Moçambique que foram influenciadas pelos governos chinês e americano, os entrevistados responderam que:

"A embaixada dos EUA tem disponibilizado fundos para assuntos de defesa dos direitos humanos, para assuntos sociais (HIV e outros), para culturas e museus, etc. Há uma chamada de fundo até 25.000 dólares para as organizações".

"Entretanto, para o caso da China não se conhece nenhum fundo da embaixada se não o disponibilizado pelo governo"(idem).

C3.9. Sobre quais são as diferenças ideológicas e económicas da cooperação bilateral entre Moçambique - EUA e Moçambique - RPC, os entrevistados responderam que:

"Há uma dissociação entre o pensamento político e as relações económicas. Os EUA acreditam que um apoio económico, social e político só terá efeito se esse país também adotar o pensamento dos americanos. Esse apoio deve estar ligado à comunhão de valores e princípios de organização social, existe um sentimento de que se tais países não se desenvolvem é devido aos seus valores e princípios de organização".

"Enquanto a China tem uma filosofia materialista, daí que não mostra muito interesse para questões sociais de outros países, razão pela qual, muito apoio chinês é material para fazer pontes, edifícios e menos ações sociais, culturais e ligado a valores".

Em relação à discussão do governo com os parceiros, particularmente no que se refere à política externa de Moçambique com os EUA e a RPC, foram colocadas as seguintes questões:

C3.10. Quanto ao impacto das relações diplomáticas, desde 1975 até ao presente, os entrevistados responderam que:

"O impacto é positivo, pois o pouco desenvolvimento que Moçambique teve deveu-se ao apoio desses dois países, apesar do apoio americano ter pesado mais pelo facto de contribuir na mudança de políticas nacionais e no rumo das políticas e da sociedade, porque se dependesse da China, Moçambique seria ainda um país socialista e de partido único, diferentemente do que se observa actualmente".

C3.11. No que respeita à opinião que tem a maioria das pessoas sobre o crescente envolvimento do país com os EUA e a RPC, os entrevistados responderam que:

"As opiniões dividem-se. Existem pessoas pró-China no sentido que acreditam que com a China conseguem aceder ao capital e aos bens sem nenhuma interferência, que a China não influencia nas mudanças sociopolíticas em Moçambique. Existe um sentimento que a China fez um percurso de um país subdesenvolvido para desenvolvido na nossa época, e esse pode nos inspirar ao desenvolvimento. Existe o sentimento de que eles eram irmãos pobres e que também mudaram, que também se confrontaram com a invasão ocidental, um sentimento de irmandade e de povos que passaram pela mesma experiência de colonização, exploração e ocupação de territórios".

"Por outro lado, existem pessoas regra geral fora do estabelecido, que aprova as interferências dos EUA na política doméstica de Moçambique. O facto de os EUA condicionarem o apoio à adesão aos princípios democráticos, à observância dos direitos humanos e defender a alternância política, pessoas ligadas à oposição e ativistas sociais, mostram mais interesse e aprovam mais políticas americanas e são regra geral hostis a políticas chinesas. Contudo, é difícil de se saber a tendência da balança".

C3.12. Sobre se os EUA e a RPC têm proporcionado um verdadeiro desenvolvimento económico de Moçambique, os entrevistados responderam que:

"Os apoios desses dois países tiveram um contributo positivo e se Moçambique não melhorou tem muito a ver consigo mesmo e não com os doadores, pese embora esses apoios geram dependência e criam inércia ao desenvolvimento, pois a facilidade de adquirir certos produtos na China e a transferência de tecnologias dos EUA, faz com que não haja em Moçambique desenvolvimento tecnológico e capacidade de industrialização. Daí que os apoios contribuíram na destruição das economias locais e inibiram a produção nacional. Os apoios inibem o desenvolvimento da capacidade interna e promovem conflitos internos na medida em que os moçambicanos se dividem numa parte pró-chinesa e noutra pró-americana".

C3.13. Se tem havido um verdadeiro envolvimento, por parte dos moçambicanos nos projetos de desenvolvimento financiados pelos EUA e pela RPC, os entrevistados responderam que:

"Existe envolvimento sim, para o caso da China, os nacionais têm-se envolvido por via do governo e, para o caso dos EUA, os nacionais envolvem-se por via das ONG's, associações ou pessoas singulares que se beneficiam de empregos criados pelas empresas americanas, o exemplo concreto é das empresas Coca-Cola e de Segurança Privada que apesar de serem americanas, a maioria dos responsáveis e trabalhadores são moçambicanos".

C3.14. Dado que a RPC e os EUA são um dos maiores financiadores dos projetos de desenvolvimento de Moçambique, os entrevistados foram questionados sobre que políticas proativas têm sido levadas a cabo pela RPC e pelos EUA para garantir a sustentabilidade da cooperação e financiamento de Moçambique. Eis que responderam que:

"A sustentabilidade é criada ao nível de formações dos recursos humanos, pois há muitos moçambicanos formados na China e nos EUA e acabam essas pessoas difundindo o chinês e o americano em Moçambique, visto que os dois países apoiam associações dos estudantes moçambicanos naqueles países. Mas também quando se trata de investimentos, esses criam a sua sustentabilidade, no caso das empresas, as igrejas, etc., que conseguem sobreviver depois de injetados investimentos".

C3.15. Quanto à avaliação da diplomacia no governo de Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi nas relações tripartidas entre Moçambique, RPC e EUA no desenvolvimento socioeconómico, os entrevistados responderam que:

"Após a independência nacional, Moçambique suportou alguns anos de alinhamento com o seu parceiro tradicional a China, que o ajudou em todo o percurso da luta armada. Entretanto, porque pesou mais a componente da necessidade de desenvolvimento e pela pressão da RENAMO da necessidade de colocar o país na Democracia, obrigou Samora Machel a levar o país ao ocidente (cooperação com os EUA)".

"Entretanto, Joaquim Chissano que ascende ao poder como Presidente da República depois de ter desempenhado o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e tendo vivido quase todas as fases da construção do Estado moçambicano, não poderia deixar a cooperação com os dois Estados, a China enquanto parceiro tradicional e os EUA como salvador da economia, noutras questões da globalização como a adesão nas democracias. Observa-se a vontade política na luta pela paz quando aceita os acordos de Roma com Afonso Dhlakama"(idem).

"Entretanto, a governação de Chissano acabou manchando-se pela institucionalização da corrupção, as instituições do Estado começaram a viver momentos de desgaste de imagem de tudo quanto a FRELIMO construiu depois da independência. No mandato de Guebuza, o país observou no primeiro mandato um renascer da dignidade, observou alguns projetos financiados no âmbito da cooperação e o ponto mais alto da sua diplomacia foi quando conseguiu reverter a Hidroelétrica de Cahora-Bassa de Portugal para Moçambique"(idem).

"Entretanto, foi o período em que o país se envolveu em grandes níveis de endividamento, facto que levou o país ao descrédito junto das instituições económicas ocidentais. Todavia, a governação de Filipe Nyusi foi determinada pela capacidade de negociação interna e a vontade pela paz quando de forma humilde aceitou renegociar com Dhlakama bem como o seu sucessor para a paz definitiva. Portanto, a mesma governação veio novamente a ser manchada pelo renascimento do índice de corrupção, ascensão do terrorismo no norte do país, mas acima de tudo, foi o período em que muitos países que apoiavam o orçamento de Estado abandonaram

Moçambique devido à falta de confiança com o governo em resultado ao elevado índice das dívidas e, principalmente, das chamadas dívidas ocultas"(idem).

C3.16. Finalmente, sobre quais os desafios da política externa e diplomacia que Moçambique tem pela frente na sua relação com os EUA e a RPC, os entrevistados responderam que:

"O grande desafio é que tratando-se de duas grandes potências antagónicas, a diplomacia moçambicana deve conseguir encontrar um equilíbrio e não se deixar envolver em problemas existentes entre as duas potências. O outro desafio com os EUA, é que Moçambique não se torne subsidiário dos EUA nas organizações sociais e políticas, pois os EUA mostram essa apetência, mostram muito interesse em partilhar com Moçambique a sua experiência e, que isso não faça com que Moçambique perca sua a identidade e se "americanize" tornando-se uma neocolónia americana. Em relação à China, o desafio é não permitir que Moçambique seja refém do endividamento com a China e do fornecimento de bens e serviços chineses descuidando-se de criar as suas próprias capacidades".

Apêndice V

Resultados das entrevistas com Deputados da Assembleia da República e Academicos – D4

D4.1. Analisadas as questões sobre a política externa Moçambique - EUA e Moçambique - RPC, a partir da independência nacional que se deu em 1975, os entrevistados foram questionados sobre a evolução dessas relações diplomáticas, ao que responderam da seguinte maneira:

[…] "Moçambique tem dois momentos importantes. O primeiro momento foi a criação e formação da primeira república de Moçambique, logo após a independência, e a China jogou um papel muito importante que precede a independência nacional onde o apoio bélico, político e militar foi muito importante desde a criação da FRELIMO nos anos 60, assim como todo o bloco da URSS esteve próximo de Moçambique, e a aproximação de Moçambique com os países do leste foi natural, exatamente por Portugal fazer parte da NATO, e por causa do estatuto da NATO prever que nenhum dos seus membros possa ajudar um país a combater um dos seus membros, por causa disso, nenhum país seja França, EUA, Inglaterra podia ajudar a FRELIMO a combater Portugal" (Deputado da AR, de meia idade, afeto a Comissão de Relações Internacionais).

"Nessa ótica, Moçambique aproximou-se dos países do leste que não fazem parte da NATO e, isso fez com que a China fosse o primeiro país a entrar verdadeiramente em contacto do ponto de vista diplomático, político e ideológico, e esse processo levou todo o período da primeira república até a dissolução ou queda do bloco do leste. E após a queda da URSS, Moçambique viu-se obrigado a abrir caminho para o ocidente pois Moçambique deixa de estar na lista negra dos EUA. Foi nos anos de 1984 que Samora Machel se abre ao ocidente, fez uma viagem histórica com Regan e disse que Moçambique estava disposto a relacionar-se com todos os países e estava aberto ao multipartidarismo e à economia de mercado. Após a morte de Samora Machel, Joaquim Chissano procurou consolidar relações com a Europa, foi o momento de abertura gradual com a Europa. Após a queda do Muro de Berlim, os EUA começam a entrar em massa através das organizações do Bretton Woods, USAID e outras ONG´s do ponto de vista humanitário"(idem).

"Os atores não eram apenas os EUA, mas sim todas as empresas americanas. Ao longo de todo o tempo, desde 1975 para cá, a Guerra Fria ressentia-se em Moçambique onde os EUA visivelmente apoiavam a oposição e todos os movimentos de desestabilização como a RENAMO e outros como o Apartheid e o Yan Smith, movimentos esses que apoiavam a RENAMO. Como

Moçambique estava na lista negra dos EUA, a ANC também se encontrava na mesma lista. Com a queda do Muro de Berlim, observa-se o protagonismo dos EUA até aos anos 2000".

"A partir daqui também se observa que a China desperta que pode ter a prioridade em África no seu todo e abre a mão do ponto de vista económico que antes era uma relação diplomática do ponto de vista político e militar e passa para uma relação diplomática económica e até hoje os dois países continuam a se sentir nas relações com Moçambique. Entretanto, assiste-se o retorno do FMI que teria suspendido a ajuda direta ao governo moçambicano devido às dívidas ocultas, agora inesperadamente vai financiar Moçambique para evitar que a China crie mais influência na relação com Moçambique. Nessa vertente, os EUA nos últimos momentos, o seu maior oponente já não é a Rússia, mas sim a China. Assim sendo, em nenhum momento Moçambique excluiu um deles nas suas relações"(idem).

D4.2. Questionados sobre as linhas de força da relação Moçambique - EUA e Moçambique - RPC, e como é que esses países têm influenciado o desenvolvimento de Moçambique face à sua política externa, os entrevistados responderam que:

"Nas relações internacionais existe uma teoria denominada Realismo e outra chamada Dependência, que fazem com que os países pobres de todas as formas continuem sempre a depender. Segundo essas teorias, os países como China e os EUA têm interesses de exploração dos recursos moçambicanos, portanto a linha de força com esses dois países está fundamentalmente na Diplomacia Económica. Porém, os EUA estão interessados no gás moçambicano e contam que Moçambique pode ser o 4º país maior produtor e exportador de gás. E tendo em conta que os países do ocidente estão dependentes do gás da Rússia, aliar-se a Moçambique é reduzir a dependência e evitar conflitos com a Rússia, daí a necessidade dos EUA aliar-se com Moçambique".

"Enquanto a China está interessada em tudo porque não só o governo chinês, mas também o investimento chinês está na construção de infraestruturas, e na importação de grandes quantidades de mariscos, madeira e carvão. Devido ao elevado número de habitantes, a China não possui recursos para manter a economia, daí que deve criar locais de obtenção de recursos. Entretanto, Moçambique ganha nas suas infraestruturas, na construção e consolidação do seu Estado e na exploração dos seus recursos naturais e minerais"(idem).

D4.3. Quanto à política externa e diplomacia dos EUA e da RPC, os entrevistados responderam que:

"Internamente, os EUA são um país consistente do ponto de vista democrático, porém não têm o mesmo posicionamento sobre a sua política externa. Os EUA na sua política externa são agressivos, invasores, desumanos e podem causar guerra. Alguns livros classificam os EUA com uma política externa com outros países de subordinação com objetivos de exploração de recursos naturais. Os EUA fazem-se ver através dos seus organismos como muito humanos e defensores dos direitos humanos, mostram as democracias multipartidárias, o que mostra controvérsia com a realidade".

"O Presidente Trump demostrou com a linguagem clara "América em primeiro lugar", a política americana devia concentrar-se em que todos os recursos e políticas dessem prioridade fundamental aos EUA. Enquanto os interesses da China são diretos, não importa, como os outros países estão constituídos, são democráticos ou ditaduras, mas o que os interessa é apenas o negócio"(idem).

D4.4. No que respeita ao impacto político, económico e social da política externa e diplomacia dos EUA e da RPC no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique, os entrevistados responderam que:

"Moçambique tem tido algum crescimento sobretudo ao nível das infraestruturas. Em termos de perdas é o desmatamento e a pilhagem desenfreada dos recursos naturais. Entretanto, enquanto Moçambique se encontrar nessas condições, as relações com os dois países são de encorajar. Enquanto a economia moçambicana continuar com um índice de desenvolvimento humano bastante baixo vai precisar desse apoio" (jovem académico, Docente Universitário).

D4.5. Sobre os benefícios económicos de Moçambique face às suas relações diplomáticas e comerciais com os EUA e a RPC, desde 1975 até à presente data, os entrevistados responderam que:

"Moçambique teve grande apoio bélico, e isso foi importante para a construção do novo Estado Moçambicano, isso por intermédio da China. Desde os anos 90, os EUA estão em vários setores no nosso país. Entretanto, uma vez que os EUA entram nas relações com imposição nas áreas de

investimento, razão pela qual Moçambique tem preferido mais privilegiar as relações de cooperação com a China, mas mesmo assim, Moçambique nunca pode dispensar a relação com os EUA".

D4.6. Relativamente aos desafios da política externa e da diplomacia de Moçambique na sua relação com a RPC e com os EUA no domínio social e económico, os entrevistados responderam que:

"Com relação à China, Moçambique primeiro procura consolidar as suas relações de amizade desde a luta armada, mas também manter as relações com os EUA por perto. Dar continuidade a essas relações para solucionar os seus problemas básicos. Manter as relações diplomáticas com esses dois Estados é básico para Moçambique, porém, reduzindo a dependência com os mesmos. Mas também precisa de definir os seus interesses e vincá-los na mesa de negociação com os mesmos".

Seguidamente, refletidas sobre as questões alusivas às ideias e soluções criativas aplicadas pelo estado moçambicano em relação à sua política externa com os EUA e a RPC, foram colocadas as seguintes questões:

D4.7. Sobre as vantagens e desvantagens da política externa e diplomacia da RPC e dos EUA para Moçambique, os entrevistados responderam que:

"Na política externa de um país potente e não potente, as desvantagens de modo geral, tendem aos países menos potentes devido a incapacidade de impor a sua agenda interna, pois nas relações quem tem mais força, potência, economia, normalmente impõem as condições das negociações, portanto as vantagens vão para os países mais potentes e economicamente afirmados. Mas também Moçambique tem vantagens".

"Com a China, as infraestruturas, o investimento direto, as matérias manufaturadas entram em Moçambique devido a preços baixos da China, o comércio com a China tem sido muito elevado. Com os EUA, as ONG´s americanas atuam em Moçambique, apesar que também em benefício dos EUA. As nossas indústrias (do gás) saem mais capacitadas, devido ao gás, a economia moçambicana pode subir na ordem de 17% e isso pode ajudar o crescimento do país. Os EUA estão à procura junto de outros atores, mecanismos de eliminar o terrorismo"(idem).

D4.8. Sobre que políticas de desenvolvimento de Moçambique foram influenciadas pelos governos chinês e americano, os entrevistados responderam que:

"Os EUA propalam-se como protagonistas das democracias mundiais (depois da França, da revolução francesa). Nas suas relações, eles impõem as condições inscritas nas democracias liberais, mercado livre, pluralismo político, eleições, impõem como condições sobretudo nos países africanos e intervêm politicamente e militarmente. A China, a sua política é de liberdade em que os atores são apresentados como iguais, não impõem ideologia, política interna e condições na sua relação. Isso leva a uma vantagem da China na sua relação económica com países como Moçambique"(idem).

D4.9. Quanto às diferenças ideológicas e económicas da cooperação bilateral entre Moçambique-EUA e Moçambique-RPC, os entrevistados responderam que:

"O desenvolvimento moçambicano teve influência da China e dos EUA na construção do Estado moçambicano, onde na primeira parte dominava a China com a sua política de comunista e na segunda parte tivemos do ponto de vista de desenvolvimentos o apoio direto dos EUA a partir das suas organizações humanitárias, na construção das escolas e na formação profissional. A China contribuiu na formação dos moçambicanos e esses quando regressaram contribuíram bastante na formação intelectual nas universidades moçambicanas".

Sobre a discussão do governo com os parceiros, particularmente, no que se refere à política externa de Moçambique em relação aos EUA e à RPC, foram colocadas as seguintes questões:

D4.10. Questionados sobre o impacto das relações diplomáticas, desde 1975 até ao presente, os entrevistados responderam que:

"De 1975 a 1990 do ponto de vista político e económico, os EUA foram hostis a Moçambique por colocar o país na lista negra e de 1990 para cá começa uma abertura estratégica onde Moçambique aparece como parceiro. Houve mudança de comportamento na primeira República e se abriu na segunda. Para a China, este não teve mudança de comportamento, levou em frente a sua política e estratégia de ajuda e cooperação e não interferência em assuntos domésticos de Moçambique, respeitando o direito internacional de não interferência na política interna,

manteve sempre boa relação com o governo no poder. Moçambique teve uma política linear com a China, enquanto com os EUA teve altos e baixos".

D4.11. Quanto à opinião que a maioria das pessoas tem sobre o crescente envolvimento do país com os EUA e a RPC, os entrevistados responderam que:

"A sociedade moçambicana tem olhos desconfiantes sobretudo com a China. Vê o chinês como pilhador dos seus recursos, sem ética e sem pressupostos morais básicos, tanto na contrafação de mercadoria e noutras áreas. Vê a China como quem aparece mais para pilhar e não para uma relação bilateral benéfica, enquanto a nível central do governo vê a China como um parceiro de desenvolvimento. Por outro lado, os EUA têm um grande apoio de todas as organizações, pois têm apoiado diretamente a sociedade moçambicana. A sociedade moçambicana, na dialética de contraposição com o governo, encontra nos EUA um parceiro na sociedade moçambicana, para além do Estado. Os EUA entram em várias organizações, CDD, CIP e outras. Entram abertamente, apoiam e aparecem como um salvador. Os EUA aparecem como um salvador da sociedade africana, como salva-pátria quando o governo atua de forma corrupta ou ditatorial contra a sociedade".

D4.12. Sobre se os EUA e a RPC têm proporcionado um verdadeiro desenvolvimento económico de Moçambique, os entrevistados responderam que:

"Na relação com um poderoso, o desenvolvimento é mínimo, isso implica que os países em desenvolvimento se unam para se libertarem. A cooperação com esses países é um mal menor, enquanto continuarmos no nível de desenvolvimento em que nos encontramos teremos que continuar com essa comparação de exploração, porque depois da exploração colonial, a exploração mais ativa é dessas potências em relação aos países incapazes, nas tecnologias, gestão interna, infestados de corrupção, etc. Há desenvolvimento quando a relação é de par, mas quando existe desequilíbrio, o país mais potente é quem mais ganha".

D4.13. Relativamente se tem havido um verdadeiro envolvimento dos moçambicanos nos projetos de desenvolvimento financiados pelos EUA e pela RPC, os entrevistados responderam que:

"A China como governo não envolve a população, prefere lidar mais com o Estado e o seu negócio é diretamente com o Estado. Por outro lado, os EUA, para além do Estado, lida mais com a sociedade através das suas organizações".

D4.14. Tanto a RPC quanto os EUA são dos maiores financiadores dos projetos de desenvolvimento de Moçambique. Questionados sobre as políticas proativas que têm sido levadas a cabo pela RPC e pelos EUA para garantir a sustentabilidade da cooperação e financiamento de Moçambique, os entrevistados responderam que:

"Eles não pretendem que Moçambique se torne autossuficiente, mas sim continue dependente. As ações proactivas devem surgir do próprio Estado moçambicano. Não há ações proactivas no sentido de sustentabilidade, pois esses países querem continuar a fazer Moçambique como fonte para a obtenção de recursos".

D4.15. Quanto à avaliação da diplomacia no governo de Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi nas relações tripartidas entre Moçambique, RPC e EUA no desenvolvimento socioeconómico, os entrevistados responderam que:

"Foi com Chissano que os dois países, China e EUA, se aproximaram de Moçambique. A partir de 1986, depois da morte de Samora, Chissano manteve uma relação de amizade com os dois países, foi com ele que os americanos ganharam força em Moçambique. Guebuza estrategicamente foi mais cauteloso com os EUA e mais aberto com a China. Ele não queria os EUA por perto a intervir diretamente e foi com Guebuza que surgiram mais empreendimentos na cooperação com a China".

"Enquanto na governação de Nyusi, devido à situação de dívidas ocultas que encontrou, a sua governação foi mais humilde, parece tender mais para os EUA, mas tem receio do controlo dos EUA, portanto, tem entrado em choques com o ocidente. Nyusi parece ser a continuidade de Guebuza, mas com cautela, abre-se pouco para os EUA mas também pouco para a China. Ele vê a China como um mal menor, daí que se abre mais com a China do que com os EUA. Moçambique com Guebuza e Nyusi perdeu muitos pontos em termos de democracia em relação a Chissano e por conseguinte, os países menos democráticos têm dificuldade de se relacionarem com os EUA"(idem).

D4.16. Finalmente, questionados sobre os desafios da política externa e diplomacia que Moçambique tem pela frente na sua relação com os EUA e a RPC, os entrevistados responderam que:

"Os desafios de Moçambique são tornar e fazer com que os EUA estejam mais próximos: na exploração do gás, na formação e apoio logístico militar através de muitas influências com a Europa e a Total. Moçambique vai procurar ganhar com os EUA para o seu benefício na exploração mineral. Com a China, Moçambique vai continuar a manter relações com o partido chinês para que possa afirmar-se como um dos grandes parceiros. Moçambique luta para ter muitos financiamentos da China, luta para ser parceiro fiel à China, para ter benefícios chineses".

ANEXOS

Anexo I

Cartas credenciais emitidas nas instituições de coleta de dados

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SECRETARIADO GERAL

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CREDENCIAL

Está devidamente credenciado, o Senhor **Rogério Isaías Nhagúo**, estudante do Curso de Doutoramento em Ciências Políticas e Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique, para realizar a pesquisa no Secretariado Geral da Assembleia da República, para fins de elaboração da sua Tese, com o Tema: "**Desafios da Política Externa e a Diplomacia de Moçambique: Análise das Relações entre Moçambique EUA e China e seu Impacto no Desenvolvimento Sócio Económico: 1975 – 2020**".

Assim, a Divisão de Recursos Humanos apela a todos os colegas, na disponibilização de quaisquer informações que o pesquisador pretender, para o enriquecimento do seu trabalho.

Maputo, aos 26 de Janeiro de 2022

O Director da Divisão

Figueiredo Manuel Sengo

(Técnico Superior de Administração Pública N1)

Recebemos o Estudante na Comissão das Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da AR. Maputo, 28 de Janeiro 2021

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO
DIRECÇÃO DE ESTUDOS, PLANIFICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Exmo. Senhor Embaixador
Santos Álvaro
Director da DEA

INTERNO

Nº GD/DEPI/MINEC/024.11/2020 Maputo, 30 de Dezembro de 2020

Assunto: **Pedido de Autorização para realizar pesquisa**

Caro Senhor Embaixador;

1. Temos o prazer de levar ao conhecimento de V.exa. que a DEPI recebeu solicitação da Universidade Católica de Moçambique a favor do Exmo. Senhor Rogério Isaias Nhangúe, Estudante de Doutoramento em Ciência Políticas e de Relações Internacionais, para proceder pesquisa sobre as **Relações entre Moçambique, EUA e China e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico (1975-2020).**
2. Tratando-se de uma pesquisa relacionada com as relações bilaterais entre Moçambique e seus parceiros, remetemos a atenção e consideração de V.exa. no sentido de se considerar um eventual apoio a petição avaliado o caracter da informação classificada que alguma documentação pode deter, relacionada com o país da vossa jurisdição.

Queira aceitar, Senhor Embaixador, os nossos reiterados melhores cumprimentos, e apreço

O Director

António Inácio Júnior

(Embaixador)

Recebido
4/1/21

28/11/22

Scanned with CamScanner

MUITO URGENTE

Visto e de acordo
2. Cópia para: DNAE, DCB
3. Responder a conformar disponibilidade

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DEPARTAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS
REPARTIÇÃO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 489 **/DRH/RFDP/20** **DATA** 23/12/2020

DE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PARA: DIRECÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO EXTERNO

23.12.20

ASSUNTO: Solicitação de Dados para a Elaboração de um Trabalho Científico

Vimos pela presente informar a V. Excia que, por despacho exarado por Sua Excelência o Ministro da Indústria e Comércio, datado de 18 de Dezembro do ano em curso, foi autorizada a realização de uma pesquisa com fins meramente académicos, a favor do **Sr. Rogério Isaias Nhangúe**, estudante no Curso de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, na Universidade Católica de Moçambique.

Neste sentido solicitamos a disponibilidade de V. Excia para acolher o referido estudante, para a realização da pesquisa pretendida.

Com os nossos melhores cumprimentos

O CHEFE DO DEPARTAMENTO

ARCÉNIO FERNANDO FARINHA
(TÉCNICO SUPERIOR EM ADM. PÚBLICA N1)

C.c: Direção de Planificação e Estudos
Departamento de Gestão Documental

MINISTERIO DA INDUSTRIA E COMÉRCIO
DIRECÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO EXTERNO
Entrada Nº 826 em 23/12/20
Saída Nº ____ em ____/____/____

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SECRETARIADO GERAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CREDENCIAL

Está devidamente credenciado o Senhor **Rogério Isaías Nhagüo**, estudante do Curso de Doutoramento em Ciências Políticas e Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique, para realizar pesquisa no Secretariado Geral da Assembleia da República.

Assim, a Divisão de Recursos Humanos (DRH) apela a colaboração dos funcionários, na disponibilização de quaisquer informações que o pesquisador solicitar, para o enriquecimento do seu trabalho.

Maputo, 20 de Abril de 2021
A Directora da Divisão

Raquel Matuquela Taiela
(Técnica Superior de Administração Superior N1)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO
DIRECÇÃO DE ESTUDOS, PLANIFICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Exmo. Senhor
Ministro Plenipotenciário
Ismael Valigy
Director da DAO

INTERNO

Nº GD/DEPI/MINEC/024.11/2020 Maputo, 30 de Dezembro de 2020

Assunto: **Pedido de Autorização para realizar pesquisa**

Caro Senhor Director,

1. Temos o prazer de levar ao conhecimento de V.exa. que a DEPI recebeu solicitação da Universidade Católica de Moçambique a favor do Exmo. Senhor Rogério Isaías Nhangúe, Estudante de Doutoramento em Ciência Políticas e de Relações Internacionais, para proceder pesquisa sobre as **Relações entre Moçambique, EUA e China e seu impacto no desenvolvimento socioeconómico (1975-2020).**
2. Tratando-se de uma pesquisa relacionada com as relações bilaterais entre Moçambique e seus parceiros, remetemos a atenção e consideração de V.exa. no sentido de se considerar um eventual apoio a petição avaliado o caracter da informação classificada que alguma documentação pode deter, relacionada com o país da vossa jurisdição.

Queira aceitar, Senhor Director, os nossos reiterados melhores cumprimentos. e atenção

O Director

Antonio Inácio Júnior

(Embaixador)

Edgar
04/01/21

28/11/22

Scanned with CamScanner

4G 3G 93% 08:45

Despacho de autoriz...

Universidade Católica de Moçambique
Faculdade de Ciências Sociais e Políticas
Rua: Mário de Carlos Morais nº 2195
Quelimane – Moçambique
Tel: (+258) 8432/8038- Fax: (+258) 24 21 30 39
e-mail: fcsp@ucm.ac.mz

Exmo(a) senhor(a)
Embaixador (a) da Republica Popular da China - Moçambique

Quelimane, 14 de Dezembro de 2020

Assunto: Pedido de autorização para realização de Pesquisa

A Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique, no âmbito da formação e produção de conhecimento científico-político, vem por este meio pedir a V. Excia se digne autorizar o estudante: **Rogério Isaias Nhangúe,** matriculado nesta instituição no Curso de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, para realizar pesquisa sob o tema: **Os desafios da política externa e diplomacia de Moçambique: analise das relações entre Moçambique, EUA e China e o seu impacto no desenvolvimento Socioeconómico (1975-2020).**

O estudante acima mencionado se comprometerá a obedecer as disposições éticas no que consiste a garantia de confidencialidade nas informações que forem fornecidos pelos participantes da Pesquisa.

UNIVERSIDADE CATÓLICA
Directora da Faculdade
SECÇÃO DAP

(Prof. Doutora Lina Magaia Samuel)

CONTACTOS:
844903432
861642596

4G 3G 93% 08:45

Despacho de autoriz...

Universidade Católica de Moçambique
Faculdade de Ciências Sociais e Políticas
Rua: Mário de Carlos Morais nº 2195
Quelimane – Moçambique
Tel: (+258) 8432/8038- Fax: (+258) 24 21 30 31
e-mail: fcsp@ucm.ac.mz

Exmo(a) senhor(a)
Embaixador (a) da Republica Popular da China - Moçambique

Quelimane, 14 de Dezembro de 2020

Assunto: Pedido de autorização para realização de Pesquisa

A Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique, no âmbito da formação e produção de conhecimento científico-político, vem por este meio pedir a V. Excia se digne autorizar o estudante: **Rogério Isaias Nhangúe,** matriculado nesta instituição no Curso de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, para realizar pesquisa sob o tema: **Os desafios da política externa e diplomacia de Moçambique: analise das relações entre Moçambique, EUA e China e o seu impacto no desenvolvimento Socioeconómico (1975-2020).**

O estudante acima mencionado se comprometerá a obedecer as disposições éticas no que consiste a garantia de confidencialidade nas informações que forem fornecidos pelos participantes da Pesquisa.

UNIVERSIDADE CATÓLICA
Directora da Faculdade
SECÇÃO DAP

(Prof. Doutora Lina Magaia Samuel)

CONTACTOS:
844903432
861642596

PE DEC 21

Universidade Católica de Moçambique
Faculdade de Ciências Sociais e Políticas
Rua: Maria de Lurdes Mutola nº 2307
Quelimane - Moçambique
Tel: (+258) 843119574 - Fax: (+258) 24 21 30 39
e-mail: fcsp@ucm.ac.mz

Exmo(a) senhor(a)
Embaixador (a) dos Estados Unidos da América - Moçambique

Quelimane, 14 de Dezembro de 2020

Assunto: Pedido de autorização para realização de Pesquisa

A Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique, no âmbito da formação e produção de conhecimento científico-político, vem por este meio pedir a V. Excia se digne autorizar o estudante: **Rogério Isaías Nhanguo**, matriculado nesta instituição no Curso de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, para realizar pesquisa sob o tema: **Os desafios da política externa e diplomacia de Moçambique: analise das relações entre Moçambique, EUA e China e o seu impacto no desenvolvimento Socioeconómico (1975-2020).**

O estudante acima mencionado se comprometerá a obedecer as disposições éticas no que consiste a garantia de confidencialidade nas informações que forem fornecidos pelos participantes da Pesquisa.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE
Director da Faculdade
DIRECÇÃO DA FCSP

(Prof. Doutor Lino Marques Samuel)

CONTACTOS:
844903438
861642596

Anexo II

Acordo de objeto de desenvolvimento da USAID sobre a governação democrática e fortalecimento das instituições em Moçambique

USAID DEVELOPMENT OBJECTIVE AGREEMENT NUMBER 656-015

ACORDO DE OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO DA USAID NÚMERO 656-015

DEVELOPMENT OBJECTIVE AGREEMENT

BETWEEN THE

THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

AND

THE UNITED STATES OF AMERICA

FOR

STRENGTHENED DEMOCRATIC GOVERNANCE OF MOZAMBICAN INSTITUTIONS

ACORDO DE OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO

ENTRE A

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

E OS

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

PARA O

GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA FORTALECIDA DAS INSTITUIÇÕES MOÇAMBICANAS

Development Objective Agreement Number 656-015 Strengthened Democratic Governance of Mozambican Institutions	Acordo de Objectivo de Desenvolvimento Número 656-015 Governação Democrática Fortalecida das Instituições Moçambicanas

Between

The Government of the Republic of Mozambique (hereinafter referred to as the "Grantee")

and

The United States of America, acting through the United States Agency for International Development ("USAID")

Article 1: Purpose

The purpose of this Development Objective Agreement (the "Agreement") is to set out the understanding of the parties named above (the "Parties") in connection with the Objective described below.

Article 2: Objective, Program Area and Program Elements

Section 2.1. Objective and Program Area

In order to further the foreign assistance priority of *Democracy and Governance* articulated by the Government of the United States of America under the Strategic Framework for United States Foreign Assistance, the Parties hereto agree to work together by focusing on activities in the area Democratic Governance of Mozambican Institutions Strengthened (the "Program Area" or the "Objective").

Section 2.2. Annex 1, Amplified Program Description

Annex 1, attached, amplifies the above Objective and describes the Results that will be used to measure progress and achievement in the Program Area. Within the limits of the definition of the Objective set forth in Section IV of Annex 1, Annex 1 may be changed by written agreement of the authorized representatives of the Parties without formal amendment of this Agreement.

Entre

O Governo de Moçambique (daqui em diante designado por "Beneficiário")

e

Os Estados Unidos da América, representados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ("USAID")

Artigo 1: Finalidade

A finalidade deste Acordo de Objectivo de Desenvolvimento (o "Acordo") é a de estabelecer o entendimento das partes acima designadas (as "Partes") relativamente ao Objectivo a seguir descrito.

Artigo 2: Objectivo, Área e Elementos do Programa

Secção 2.1. Objectivo e Área do Programa

No âmbito da assistência externa, a prioridade expressa pelo Governo dos Estados Unidos da América no Quadro Estratégico da Assistência Externa é o de fortalecer a *Democracia e a Governação*. Deste modo, as Partes concordam em trabalhar conjuntamente nas actividades concernentes à área de Governação Democrática Fortalecida das Instituições Moçambicanas (a "Área do Programa" ou o "Objectivo").

Secção 2.2. Anexo 1, Descrição Ampliada do Programa

O Anexo 1 detalha o Objectivo acima enunciado e descreve os Elementos do Programa e os Indicadores que serão usados para medir o progresso e a execução na Área do Programa. Dentro dos limites da definição do Objectivo formulado na Secção IV do Anexo 1, o Anexo 1, pode ser modificado por acordo escrito dos representantes autorizados das Partes sem emenda formal deste Acordo.

Article 3: Contributions of the Parties

Section 3.1. USAID Contribution

(a) The Grant. To help achieve the Objective set forth in this Agreement, USAID, pursuant to the Foreign Assistance Act of 1961, as amended, hereby grants to the Grantee under the terms of the Agreement an amount not to exceed Five Hundred Thousand United States ("U.S.") Dollars ($500,000) (the "Grant").

(b) Total Estimated USAID Contribution. USAID's total estimated contribution to achievement of the Objective will be Fifteen Million U.S. Dollars ($15,000,000), which will be provided in increments. Grants will be made subject to the availability of funds to USAID for this purpose and the mutual agreement of the Parties, at the time of each subsequent increment, to proceed. The Parties agree that each such incremental contribution provided, if any, shall cumulatively increase the total amount of the Grant set forth in Section 3.1 and consequently may increase the Grantee's contribution under Section 3.2.

(c) If at any time USAID determines that its contribution under Section 3.1(a) exceeds the amount which reasonably can be committed for achieving the Objective during the current or next U.S. fiscal year, USAID may, upon written notice to the Grantee, withdraw the excess amount, thereby reducing the amount of the Grant as set forth in Section 3.1(a). Actions taken pursuant to this subsection will not revise USAID's total estimated contribution set forth in 3.1(b).

(d) Uses of the Grant. The Parties agree that the USAID contribution may be disbursed by USAID through grants and contracts with non-governmental organizations, public international organizations and private contractors in order to carry out the mutually agreed upon activities described in Annex 1 of the Agreement or described in Implementation Letters issued in accordance with section A.2 of Annex 2 of the Agreement.

Section 3.2. Grantee Contribution

The Grantee agrees to provide or cause to be provided all funds, in addition to those provided by USAID and

Artigo 3: Contribuições das Partes

Secção 3.1. Contribuição da USAID

(a) A Doação. Para atingir o Objectivo deste Acordo, de conformidade com a Lei de Assistência Externa de 1961 e suas emendas, a USAID concorda, nos termos do presente Acordo, em outorgar ao beneficiário um montante não superior a Quinhentos Mil Dólares Americanos ($500.000) (a "Doação").

(b) Contribuição Total Estimada da USAID. A contribuição total estimada da USAID para se atingir o Objectivo será de Quinze Milhões de Dólares Americanos ($15.000.000), a ser desembolsada de forma parcelada. As doações estarão sujeitas à disponibilidade de fundos da USAID para este fim e será necessário o acordo mútuo das Partes para prosseguir, no momento da contribuição seguinte. As Partes concordam que cada contribuição posterior, a acontecer, deverá aumentar cumulativamente o valor total da Doação expressa na Secção 3.1 e, consequentemente, poderá aumentar a contribuição do Beneficiário nos termos da Secção 3.2 abaixo.

(c) Se em dado momento a USAID verificar que a sua contribuição, de acordo com a Secção 3.1(a) excede o montante considerado razoável para se atingir o Objectivo durante o ano fiscal norte-americano corrente ou no ano fiscal seguinte, a USAID poderá, mediante notificação por escrito ao Beneficiário, retirar o montante em excesso, reduzindo, assim, o montante da Doação, conforme estabelecido na Secção 3.1 (a). As acções tomadas nos termos da presente subsecção não implicarão a revisão da contribuição total estimada da USAID estabelecida em 3.1 (b).

(d) Usos da Doação. As Partes concordam em que a contribuição da USAID possa ser desembolsada pela mesma, através de doações e contratos com organizações não governamentais, organizações públicas internacionais e fornecedores privados, a fim de se levarem a cabo as actividades acordadas mutuamente e descritas no Anexo 1 do Acordo ou nas Cartas de Implementação emitidas em conformidade com a secção A.2 do Anexo 2 do Acordo.

Secção 3.2. Contribuição do Beneficiário

O Beneficiário concorda em atribuir ou fazer com que sejam atribuídos todos os fundos, para além dos

Acordo de Objectivo de Desenvolvimento
NÚMERO 656-015

Anexo 1

PLANO FINANCEIRO ILUSTRATIVO
Governação Democrática Fortalecida das Instituições Moçambicanas
Contribuição da USAID FY 2014 (USD)

Área do Programa	Valor Comprometido até à data	Valor Comprometido	Valor Actual Comprometido	Contribuição Total Planificada da USAID
Boa Governação	0	0	0	3,000,000
Competição Politica e Consenso	0	0	0	1,000,000
Sociedade Civil	0	250,000	250,000	8,600,000
Apoio ao Program	0	250,000	250,000	2,400,000
Valor Total Comprometido da USAID/Mozambique	**0**	**500,000**	**500,000**	**15,000,000**

and Cooperation, and USAID will be represented by the individual holding or acting in the Office of Mission Director, USAID/Mozambique, each of whom, by written notice, may designate additional representatives for all purposes other than signing formal amendments to the Agreement or revising the Objective. The names and titles of the additional representatives of the Grantee, with signatures, will be provided pursuant to Section 5.1(b) to USAID, which may accept as duly authorized any instrument signed by such additional representatives (or any individuals subsequent holding or acting in the office of such representatives) in accordance with this Section 7.2, until receipt of written notice of revocation of their authority.

Estrangeiros e Cooperação, ou quem esteja a substituí-lo, e a USAID será representada pelo indivíduo a desempenhar o cargo Director da Missão da USAID em Moçambique, ou quem esteja a substituí-lo, e cada um poderá designar por escrito representantes adicionais para todos os fins excepto a assinatura de emendas formais ao Acordo ou alteração do Objectivo. De acordo com a Secção 5.1(b), os nomes e títulos dos representantes do Beneficiário, com os respectivos espécimes de assinaturas, serão ser entregues à USAID, que poderá aceitar como devidamente válido qualquer documento assinado por tais representantes (ou outros indivíduos que desempenham o cargo ou que substituem tais representantes) conforme esta Secção 7.2, até à recepção de uma notificação por escrito da revogação da sua autoridade.

Section 7.4. Standard Provisions Annex

A "Standard Provisions Annex" (Annex 2) is attached to and forms part of this Agreement.

Secção 7.4. Anexo sobre as Disposições Gerais

O presente Acordo contém um "Anexo sobre as Disposições Gerais" (Anexo2), que constitui parte integrante deste Acordo.

Section 7.5. Language of Agreement

This Agreement is prepared in both English and Portuguese. In the event of ambiguity or conflict between the two versions, the English language version will control.

Secção 7.5. Língua do Acordo

O presente Acordo foi redigido em Inglês e Português. Em caso de ambiguidade ou discrepância entre as duas versões, prevalecerá a versão Inglesa.

IN WITNESS WHEREOF, the United States of America and the Grantee, each acting through its duly authorized representatives, have caused this Agreement to be signed in their names and delivered as of the day and year written below.

POR SER VERDADE, os Estados Unidos da América e a República de Moçambique, cada um deles actuando através dos seus representantes devidamente autorizados, assinaram o presente Acordo na data indicada abaixo.

FOR THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA

ALEXANDER DICKIE IV
Mission Director
U.S. Agency for International Development

Date: 9/30/14

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

EDUARDO KOLOMA
Vice-Ministro
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Data: 9/30/14

Anexo III

Acordo de objeto de desenvolvimento da USAID sobre o crescimento económico acelerado de base ampla e resiliente

USAID DEVELOPMENT OBJECTIVE AGREEMENT NUMBER 656-016

ACORDO DE OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO DA USAID NÚMERO 656-016

DEVELOPMENT OBJECTIVE AGREEMENT

BETWEEN THE

THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

AND

THE UNITED STATES OF AMERICA

FOR

ACCELERATED RESILIENT, BROAD-BASED ECONOMIC GROWTH

ACORDO DE OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO

ENTRE A

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

E OS

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

PARA O

CRESCIMENTO ECONÓMICO ACELERADO, DE BASE AMPLA E RESILIENTE

Development Objective Agreement
Number 656-016
Accelerated Resilient, Broad-Based Economic Growth

Between

The Government of Mozambique (hereinafter referred to as the "Grantee")

and

The United States of America, acting through the United States Agency for International Development ("USAID")

Article 1: Purpose

The purpose of this Development Objective Agreement (the "Agreement") is to set out the understanding of the parties named above (the "Parties") in connection with the Objective described below.

Article 2: Objective, Program Area and Program Elements

Section 2.1. Objective and Program Area

In order to further the foreign assistance priority of *Economic Growth* articulated by the Government of the United States of America under the Strategic Framework for United States Foreign Assistance, the Parties hereto agree to work together by focusing on activities in the area of Agriculture, Economic Policy, and Biodiversity and Climate Change (the "Program Area" or the "Objective").

Section 2.2. Annex 1, Amplified Program Description

Annex 1, attached, amplifies the above Objective and describes the Results that will be used to measure progress and achievement in the Program Area. Within the limits of the definition of the Objective set forth in Section IV of Annex 1, Annex 1 may be changed by written agreement of the authorized representatives of the Parties without formal amendment of this Agreement.

Article 3: Contributions of the Parties

Section 3.1. USAID Contribution

(a) The Grant. To help achieve the Objective set forth in this Agreement, USAID, pursuant to the Foreign Assistance Act of 1961, as amended, hereby grants to the Grantee under the terms of the Agreement an amount not to exceed Thirty Two Million Three Hundred Fifty

Acordo de Objectivo de Desenvolvimento
Número 656-016
Crescimento Económico Acelerado,
de Base Ampla e Resiliente

Entre

O Governo de Moçambique (daqui em diante designado por "Beneficiário")

E

Os Estados Unidos da América, representados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ("USAID")

Artigo 1: Finalidade

A finalidade deste Acordo de Objectivo de Desenvolvimento (o "Acordo") é a de estabelecer o entendimento das partes acima designadas (as "Partes") relativamente ao Objectivo a seguir descrito.

Artigo 2: Objectivo, Área e Elementos do Programa

Secção 2.1. Objectivo e Área do Programa

No âmbito da assistência externa, a prioridade expressa pelo Governo dos Estados Unidos da América no Quadro Estratégico da Assistência Externa é o de fortalecer o *Crescimento Económico*. Deste modo, as Partes concordam em trabalhar conjuntamente nas actividades concernentes à área da Agricultura, Política Económica, Biodiversidade e Mudanças Climáticas (a "Área do Programa" ou o "Objectivo").

Secção 2.2. Anexo 1, Descrição Ampliada do Programa

O Anexo 1 detalha o Objectivo acima enunciado e descreve os Resultados que serão usados para medir o progresso e a execução na Área do Programa. Dentro dos limites da definição do Objectivo formulado na Secção IV do Anexo1, o Anexo 1 pode ser modificado por acordo escrito dos representantes autorizados das Partes sem emenda formal deste Acordo.

Artigo 3: Contribuições das Partes

Secção 3.1. Contribuição da USAID

(a) A Doação. Para atingir o Objectivo deste Acordo, de conformidade com a Lei de Assistência Externa de 1961 e suas emendas, a USAID concorda, nos termos do presente Acordo, em outorgar ao beneficiário um montante não superior a Trinta e Dois

Thousand United States ("U.S.") Dollars ($32,350,000) (the "Grant"). The Grant consists of Twenty Nine Million Three Hundred Forty Five Thousand U.S. Dollars ($29,345,000) obligated directly under this Agreement and an additional Three Million Five Thousand United States ("U.S.") Dollars ($3,005,000) obligated by USAID/Washington in support of the Objective of this Agreement.

(b) Total Estimated USAID Contribution. USAID's total estimated contribution to achievement of the Objective will be One Hundred Forty Eight Million Four Hundred Thousand U.S. Dollars ($148,400,000), which will be provided in increments. Grants will be made subject to the availability of funds to USAID for this purpose and the mutual agreement of the Parties, at the time of each subsequent increment, to proceed. The Parties agree that each such incremental contribution provided, if any, shall cumulatively increase the total amount of the Grant set forth in Section 3.1 and consequently may increase the Grantee's contribution under Section 3.2.

(c) The Total Estimated USAID Contribution consists of One Hundred Twenty Eight Million One Hundred Thousand U.S. Dollars ($128,100,000) to be obligated directly under this Agreement and an additional Twenty Million Three Hundred Thousand U.S. Dollars ($20,300,000) to be obligated by USAID/Washington in support of the Objective of this Agreement.

(d) If at any time USAID determines that its contribution under Section 3.1(a) exceeds the amount which reasonably can be committed for achieving the Objective during the current or next U.S. fiscal year, USAID may, upon written notice to the Grantee, withdraw the excess amount, thereby reducing the amount of the Grant as set forth in Section 3.1(a). Actions taken pursuant to this subsection will not revise USAID's total estimated contribution set forth in 3.1(b).

Milhões Trezentos e Cinquenta Mil Dólares Americanos ($32.350.000) (a "Doação"). A "Doação" consiste em Vinte e Nove Milhões Trezentos e Quarenta e Cinco Mil Dólares Americanos ($29.345.000) reservados directamente no âmbito deste Acordo e um valor adicional de Três Milhões e Cinco Mil Dólares Americanos ($3.005.000) reservados pela USAID/Washington para apoiar o Objectivo deste Acordo.

(b) Contribuição Total Estimada da USAID. A contribuição total estimada da USAID para se alcançar o Objectivo será de Cento e Quarenta e Oito Milhões e Quatrocentos Mil Dólares Americanos ($148.400.000), a ser desembolsada de forma parcelada. As doações estarão sujeitas à disponibilidade de fundos da USAID para este fim e será necessário o acordo mútuo das Partes para prosseguir, no momento da contribuição seguinte. As Partes concordam que cada contribuição posterior, a acontecer, deverá aumentar cumulativamente o valor total da Doação expressa na Secção 3.1 e, consequentemente, poderá aumentar a contribuição do Beneficiário nos termos da Secção 3.2. abaixo.

(c) A Contribuição Total Estimada da USAID consiste em Cento e Vinte e Oito Milhões e Cem Mil Dólares Americanos ($128.100.000) reservados directamente no âmbito deste Acordo e um valor adicional de Vinte Milhões e Trezentos Mil Dólares Americanos ($20.300.000) reservados pela USAID/ Washington para apoiar o Objectivo deste Acordo.

(d) Se em dado momento a USAID verificar que a sua contribuição, de acordo com a Secção 3.1(a) excede o montante considerado razoável para se atingir o Objectivo durante o ano fiscal norte-americano corrente ou no ano fiscal seguinte, a USAID poderá, mediante notificação por escrito ao Beneficiário, retirar o montante em excesso, reduzindo, assim, o montante da Doação, conforme estabelecido na Secção 3.1 (a). As acções tomadas nos termos da presente subsecção não implicarão a revisão da contribuição total estimada da USAID estabelecida em 3.1 (b).

Anexo 1

PLANO FINANCEIRO ILLUSTRATTIVO
Crescimento Económico Acelerado e de Base Ampla e Resiliente
Contribuição da USAID FY 2014 (USD)

Área do Programa	Valor Comprometido até à data	Valor Comprometido	Valor Actual Comprometido	Contribuição Total Planificada da USAID
Fornecimento de Água e Saneamento	0	2,760,000	2,760,000	8,400,000
Ambiente Favorável à Agricultura	0	4,325,000	4,325,000	13,700,000
Capacitar o Sector Agrícola	0	12,220,000	12,220,000	48,800,000
Ambiente Favorável aos Negócios	0	0	0	5,500,000
Capacitar o Sector Privado	0	0	0	3,600,000
Recursos Naturais e Biodiversidade	0	3,650,000	3,650,000	16,800,000
Ambiente Limpo e Produtivo	0	3,700,000	3,700,000	14,200,000
Apoio ao Programa	0	2,690,000	2,690,000	17,100,000
Total Comprometido e Planificado da USAID/Mozambique	**0**	**29,345,000**	**29,345,000**	**128,100,000**
Total Comprometido e Planificado Directamente USAID/Washington	0	3,005,000	3,005,000	20,300,000
Contribuição Total Planificada da USAID	0	**32,350,000**	**32,350,000**	148,400,000

the two versions, the English language version will control.

versões, prevalecerá a versão na língua inglesa.

IN WITNESS WHEREOF, the United States of America and the Grantee, each acting through its duly authorized representatives, have caused this Agreement to be signed in their names and delivered as of the day and year written below.

POR SER VERDADE, os Estados Unidos da América e a República de Moçambique, cada um deles actuando através dos seus representantes devidamente autorizados, assinaram o presente Acordo na data indicada abaixo.

FOR THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA

ALEXANDER DICKIE IV
Mission Director
U.S. Agency for International Development

Date: 9/30/14

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

EDUARDO KOLOMA
Vice-Ministro
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Data: 9/30/14

Anexo IV

Acordo de objeto de desenvolvimento da USAID sobre qualidade de recursos humanos reforçada através da educação e formação

USAID DEVELOPMENT OBJECTIVE AGREEMENT NUMBER 656-017

ACORDO DE OBJECTVO DE DESENVOLVIMENTO NUMERO 656-017

DEVELOPMENT OBJECTIVE AGREEMENT

BETWEEN THE

THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

AND

THE UNITED STATES OF AMERICA

FOR

IMPROVED LABOR QUALITY THROUGH EDUCATION AND TRAINING

ACORDO DE OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO

ENTRE A

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

E OS

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

PARA A

QUALIDADE DE RECURSOS HUMANOS REFORÇADA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Between

The Government of Mozambique (hereinafter referred to as the "Grantee")

and

The United States of America, acting through the United States Agency for International Development ("USAID")

Article 1: Purpose

The purpose of this Development Objective Agreement (the "Agreement") is to set out the understanding of the parties named above (the "Parties") in connection with the Objective described below.

Article 2: Objective, Program Area and Program Elements

Section 2.1. Objective and Program Area

In order to further the foreign assistance priority of *Education* articulated by the Government of the United States of America under the Strategic Framework for United States Foreign Assistance, the Parties hereto agree to work together by focusing on activities in the area Education and Training (the "Program Area" or the "Objective").

Section 2.2. Annex 1, Amplified Program Description

Annex 1, attached, amplifies the above Objective and describes the Results that will be used to measure progress and achievement in the Program Area. Within the limits of the definition of the Objective set forth in Section IV of Annex 1, Annex 1 may be changed by written agreement of the authorized representatives of the Parties without formal amendment of this Agreement.

Article 3: Contributions of the Parties

Section 3.1. USAID Contribution

(a) The Grant. To help achieve the Objective set forth in this Agreement, USAID, pursuant to the Foreign Assistance Act of 1961, as amended, hereby grants to the Grantee under the terms of the Agreement an amount not to exceed Twenty Million Five Hundred Thousand

Entre

O Governo de Moçambique (daqui em diante designado por "Beneficiário")

e

Os Estados Unidos da América, representados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ("USAID")

Artigo 1: Finalidade

A finalidade deste Acordo de Objectivo de Desenvolvimento (o "Acordo") é estabelecer o entendimento das partes acima designadas (as "Partes") relativamente ao Objectivo a seguir descrito.

Artigo 2: Objectivo, Área e Elementos do Programa

Secção 2.1. Objectivo e Área do Programa

No âmbito da assistência externa, a prioridade expressa pelo Governo dos Estados Unidos da América no Quadro Estratégico da Assistência Externa é o de fortalecer a *Educação.* Deste modo, as Partes concordam em trabalhar conjuntamente nas actividades concernentes à área de Educação e Formação (a "Área do Programa" ou o "Objectivo").

Secção 2.2. Anexo 1, Descrição Ampliada do Programa

O Anexo 1 detalha o Objectivo acima enunciado e descreve os Resultados que serão usados para medir o progresso e a execução na Área do Programa. Dentro dos limites da definição do Objectivo formulado na Secção IV do Anexo 1, o Anexo 1 pode ser modificado por acordo escrito dos representantes autorizados das Partes sem emenda formal deste Acordo.

Artigo 3: Contribuições das Partes

Secção 3.1. Contribuição da USAID

(a) A Doação. Para atingir o Objectivo deste Acordo, de conformidade com a Lei de Assistência Externa de 1961 e suas emendas, a USAID concorda, nos termos do presente Acordo, em outorgar ao beneficiário um montante não superior a Vinte Milhões e Quinhentos

United States ("U.S.") Dollars ($20,500,000) (the "Grant").

(b) Total Estimated USAID Contribution. USAID's total estimated contribution to achievement of the Objective will be One Hundred Four Million U.S. Dollars ($104,000,000), which will be provided in increments. Grants will be made subject to the availability of funds to USAID for this purpose and the mutual agreement of the Parties, at the time of each subsequent increment, to proceed. The Parties agree that each such incremental contribution provided, if any, shall cumulatively increase the total amount of the Grant set forth in Section 3.1 and consequently may increase the Grantee's contribution under Section 3.2.

(c) If at any time USAID determines that its contribution under Section 3.1(a) exceeds the amount which reasonably can be committed for achieving the Objective during the current or next U.S. fiscal year, USAID may, upon written notice to the Grantee, withdraw the excess amount, thereby reducing the amount of the Grant as set forth in Section 3.1(a). Actions taken pursuant to this subsection will not revise USAID's total estimated contribution set forth in 3.1(b).

(d) Uses of the Grant. The Parties agree that the USAID contribution may be disbursed by USAID through grants and contracts with non-governmental organizations, public international organizations and private contractors in order to carry out the mutually agreed upon activities described in Annex 1 of the Agreement or described in Implementation Letters issued in accordance with section A.2 of Annex 2 of the Agreement.

Section 3.2. Grantee Contribution

The Grantee agrees to provide or cause to be provided all funds, in addition to those provided by USAID and any other donor identified in Annex 1, and all other resources required to complete, on or before the Completion Date, all activities necessary to achieve the Objective.

Article 4: Completion Date

(a) The Completion Date, which is September

Mil Dólares Americanos ($20.500.000) (a "Doação").

(b) Contribuição Total Estimada da USAID. A contribuição total estimada da USAID para se alcançar o Objectivo será de Cento e Quatro Milhões de Dólares Americanos ($104.000.000), a ser desembolsada de forma parcelada. As doações estarão sujeitas à disponibilidade de fundos da USAID para este fim e será necessário o acordo mútuo das Partes para prosseguir, no momento da contribuição seguinte. As Partes concordam que cada contribuição posterior, a acontecer, deverá aumentar cumulativamente o valor total da Doação expressa na Secção 3.1 e, consequentemente, poderá aumentar a contribuição do Beneficiário nos termos da Secção 3.2.abaixo.

(c) Se em dado momento a USAID verificar que a sua contribuição, de acordo com a Secção 3.1(a) excede o montante considerado razoável para se atingir o Objectivo durante o ano fiscal norte-americano corrente ou no ano fiscal seguinte, a USAID poderá, mediante notificação por escrito ao Beneficiário, retirar o montante em excesso, reduzindo, assim, o montante da Doação, conforme estabelecido na Secção 3.1 (a). As acções tomadas nos termos da presente subsecção não implicarão a revisão da contribuição total estimada da USAID estabelecida em 3.1 (b).

(d) Usos da Doação. As Partes concordam que a contribuição da USAID pode ser desembolsada pela mesma, através de doações e contratos com organizações não-governamentais, organizações públicas internacionais e fornecedores privados, a fim de se realizarem as actividades acordadas mutuamente e descritas no Anexo 1 do Acordo ou nas Cartas de Implementação emitidas em conformidade com a secção A.2 do Anexo 2 do Acordo.

Secção 3.2. Contribuição do Beneficiário

O Beneficiário concorda em atribuir ou fazer com que sejam atribuídos todos os fundos, para além dos concedidos pela USAID e por qualquer outro doador identificado no Anexo 1, bem como todos os outros recursos necessários para completar, à data ou antes da Data de Conclusão, todas as actividades necessárias à prossecução do Objectivo.

Artigo 4: Data de Conclusão

(a) A Data de Conclusão, que é 30 de Setembro

Anexo 1

PLANO ILUSTRATIVO FINANCEIRO
Qualidade de Recursos Humanos Reforçada Através da Educação e Formação
Contribuição da USAID (USD) FY 2014

Componentes	Valor Comprometido até à data	Valor Comprometido	Valor Actual Comprometido	Contribuição Total Planificada da USAID
Educação Básica	0	19,280,000	19,280,000	100,000,000
				0
				0
				0
				0
				0
Apoio ao Programa	0	1,220,000	1,220,000	4,000,000
Total Comprometido e Planificado da USAID/Mozambique	**0**	**20,500,000**	**20,500,000**	**104,000,000**

(or any individuals subsequent holding or acting in the office of such representatives) in accordance with this Section 7.2, until receipt of written notice of revocation of their authority.

como devidamente válido qualquer documento assinado por tais representantes (ou outras pessoas que desempenham o cargo ou que substituem tais representantes), conforme esta Secção 7.2, até à recepção de uma notificação por escrito da revogação da sua autoridade.

Section 7.4. Standard Provisions Annex

A "Standard Provisions Annex" (Annex 2) is attached to and forms part of this Agreement.

Secção 7.4. Anexo sobre as Disposições Gerais

O presente Acordo contém um "Anexo sobre as Disposições Gerais" (Anexo 2), que constitui parte integrante deste Acordo.

Section 7.5. Language of Agreement

This Agreement is prepared in both English and Portuguese. In the event of ambiguity or conflict between the two versions, the English language version will control.

Secção 7.5. Língua do Acordo

O presente Acordo foi redigido em inglês e português. Em caso de ambiguidade ou discrepância entre as duas versões, prevalecerá a versão na língua inglesa.

IN WITNESS WHEREOF, the United States of America and the Grantee, each acting through its duly authorized representatives, have caused this Agreement to be signed in their names and delivered as of the day and year written below.

POR SER VERDADE, os Estados Unidos da América e a República de Moçambique, cada um deles actuando através dos seus representantes devidamente autorizados, assinaram o presente Acordo na data indicada abaixo.

FOR THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA

ALEXANDER DICKIE IV
Mission Director
U.S. Agency for International Development

Date: 9/30/14

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

EDUARDO KOLOMA
Vice-Ministro
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Data: 9/30/14

Anexo V

Memorando de entendimento entre o governo da República de Moçambique e o governo dos EUA sobre as relações comerciais, desenvolvimento e implementação dos projetos prioritários em Moçambique

19 June 2019

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING

BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE AND THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA

CONCERNING COMMERCIAL RELATIONS AND DEVELOPMENT AND IMPLEMENTATION OF PRIORITY PROJECTS IN MOZAMBIQUE

The Government of the Republic of Mozambique and the Government of the United States of America (hereinafter each individually referred to as a "Government" and collectively as the "Governments"):

ON THE OCCASION OF the visit by United States (U.S.) Deputy Secretary of Commerce Karen Dunn Kelley to Mozambique in June 2019 with members of the U.S. Government and the President's Advisory Council on Doing Business in Africa, and the reaffirmation by both Governments of their shared interest in increased trade and investment between Mozambique and the United States;

WHEREAS the Governments of the Republic of Mozambique and the United States of America seek to promote U.S. commercial participation and investment in Mozambique's energy, infrastructure, agriculture, fisheries, tourism and financial sectors, as well as increased trade between the two countries;

WHEREAS U.S. companies are world leaders in the products and services related to all aspects of the development of energy, infrastructure, agriculture, fisheries, tourism and financial system;

WHEREAS mutual understanding, cooperation and collaboration between the Governments would best serve their common objectives and render their respective activities more effective, including in terms of addressing business environment challenges faced by their respective companies;

WHEREAS the Governments seek to promote energy, infrastructure, agriculture, and tourism, to create economic opportunities and job creation beneficial to Mozambique and the United States;

NOW, THEREFORE, on the basis of equality and mutual benefit, have reached the following understandings:

1. In recognition of the complementary objectives of the Governments relating to the development and implementation of priority projects in the energy, infrastructure, agriculture, fisheries, tourism and financial sectors, in Mozambique, the Governments intend to develop and exchange information (such as a list of priority projects in Mozambique) that can be broadly shared by the Government of the United States of America with U.S. companies that may have an interest in participating in such priority projects. Examples of priority projects targeted for cooperation within the framework of this Memorandum of Understanding could include, but are not limited to:

Energy:

a. Development and implementation of electricity generation and transmission projects from renewable sources (hydro, solar, wind, geothermal and others) under the Government of Mozambique's National Energy Program for all, with the aim of achieving universal access by 2030, such as:

   i. The construction on a public-private partnership (PPP) basis of the back-bone transmission line from Tete to Maputo with the capacity to transport 3,000 MW of electricity.

ii. Construction on a PPP basis of the Mphanda Nkuwa Hydroelectric Dam with 1,500 MW generation capacity;

iii. Construction of a transmission line from Caia to Nacala and related substations;

Infrastructure:

Development of an intermodal transport network with emphasis on development corridors (railways, ports, airports and roads);

a. **Techobanine Development Corridor**: Construction of Boane - Techobanine railway line connecting to projected Techobanine Port;

b. **Massangena Development Corridor**: Construction of Mapai - Massangena Railway line which will connect the Limpopo Development Corridor with Beira Development Corridor;

c. **Dondo Development Corridor:** Railway line from Massangena to Dando, as part of the north to south interconnection;

d. **Mutuali Development Corridor:** Construction of the railway line between Nhamayabwe - Mutuali which will link the Sena Development Corridor to Nacala Development Corridor;

e. **Mueda Development Corridor:** Construction of the railway line between Ribaue in Nampula Province to Mocimboa da Praia in Cabo Delgado Province;

f. Construction and expansion of new airports including Tete and Pemba;

g. Construction of about 6000 kms of road networks on PPP basis:

h. Reconstruction of infrastructure damaged by Cyclones Idai and Kenneth, particularly in the health and education sectors;

Agriculture:

a. Research and development (technology transfer and the use of appropriate technologies);

b. Development of agricultural value chains (horticulture, rice, soya beans, sesame, wheat, macadamia, cashew nuts, maize, poultry and livestock);

c. Increase of agricultural yields and productivity (access to technology and improved inputs, processing plants and technical support through capacity building programs for farmers and entrepreneurs);

d. Development of sustainable irrigation facilities and related infrastructure for rice production, vegetables and other crops;

e. Construction and rehabilitation of dams and water reservoirs for agricultural

development;

f. Rehabilitation of agricultural activities and infrastructure damaged by Cyclones Idai and Kenneth;

Fisheries:

a. Construction of a deep-sea port along the coast of Nampula Province, between Nacala-a-Velha and Pemba;
b. Construction of small-scale fishery ports;
c. Rehabilitation of fishery ports of Maputo and Quelimane;
d. Construction of small scale and semi industrial boats;
e. Review of potential opportunities in the aquaculture sub-sector;

Tourism:

a. Development of tourism investment projects along the coast and conservation areas (such as integrated tourism resorts and golf courses) on a PPP basis, such as:

    i. Inhassoro Integrated Tourism Resort to be developed on a 2.750ha area, along the coast of Inhambane Province, just in front of Bazaruto Islands, including the construction of hotels, villas, chalets and a golf course.

Financial Sector:

a. Fortification of the financial system to avoid the vulnerabilities of cyber-attacks;
b. Strengthening of the financial system for the control of money laundering and illegal movement of capital;

2. The Governments intend that commercial contracts for priority projects in Mozambique, including relevant financial and technical details, be negotiated directly between the companies involved and the Government of the Republic ofMozambique, consistent with each country's applicable laws and regulations.

The Governments further express the following additional intentions and understandings:

Government of the Republic of Mozambique Intentions:

3. The Government of the Republic of Mozambique intends to develop priority projects in the energy, infrastructure, agriculture, fisheries, tourism, and financial sectors, in a manner fully consistent with Mozambican laws and international best practices intended to prevent, detect, and prosecute corruption, and applicable obligations, including under the United Nations Convention against Corruption and regional anti-corruption mechanisms.

4. The Government of the Republic of Mozambique intends to develop a favorable business environment and to address trade barriers that may impede U.S. companies from bidding on priority projects. To achieve its goals, Government initiatives and activities are expected to focus on areas such as implementing regulatory reforms to improve the business environment and building capacity within governmental bodies, as well as areas identified during the quarterly and annual meetings intended under paragraphs 14 through 16 of this Memorandum of Understanding.

5. The Government of the Republic of Mozambique intends to maintain high standards related to health, safety, security, the environment, labor, transparency, good governance, and sustainable debt management in its development of the priority projects.

6. The Government of the Republic of Mozambique intends to develop strategic priority projects in the energy, infrastructure, agriculture, fisheries, tourism, and financial sectors in Mozambique in a manner that promotes collaboration between Mozambican and external investors (including U.S. public and private sector entities and institutions) with an aim to develop capacity in Mozambique.

7. The Government of the Republic of Mozambique expresses its support for the resources that the Government of the United States of America intends to make available, consistent with the applicable laws and regulations of both countries, to facilitate potential U.S. private sector participation in strategic energy, infrastructure, agriculture and tourism and other priority projects in Mozambique and intends to ensure that such U.S. Government resources for public sector projects are free from taxation according to the laws and regulations in force within Mozambique, related to this matter.

8. The Government of the Republic of Mozambique, in recognition of the essential role of increased trade and private investment in furthering growth, creating jobs and enhancing economic development, intends to remove impediments to trade and investment, including through the full implementation of Mozambican-ratified World Trade Organization agreements.

9. The Government of the Republic of Mozambique affirms the importance of a predictable and transparent regulatory system that supports the commercialization of and trade in safe products.

10. The Government of the Republic of Mozambique affirms the importance of providing effective investor protections, including a generally acceptable level of legal certainty and protection against discriminatory, arbitrary, and otherwise unfair or harmful treatment to all investors and investments in its territories, both tangible and intangible, such as intellectual property rights.

Government of the United States of America Intentions:

11. The Government of the United States of America intends to support Mozambique's development of priority projects in the energy, infrastructure, agriculture and tourism and other sectors in a manner fully consistent with United States law and international best practices intended to prevent, detect, and prosecute corruption, and applicable obligations, including under the United Nations Convention against Corruption.

12. The Government of the United States of America intends to take all appropriate steps to promote awareness of Mozambique among U.S. private sector entities that may have an interest in participating in the broad range of priority projects in the energy, infrastructure, agriculture and tourism and other priority sectors. This includes providing information to the U.S. private sector about the availability of potential financing, grants, and other forms of U.S. governmental resources, such as the provision of commercial advocacy, to qualified applicants to facilitate potential U.S. private sector participation in such projects.

13. The Government of the United States of America confirms its interest in supporting the development of energy, infrastructure, agriculture and tourism and other priority projects in Mozambique and promoting U.S. private sector participation in such projects, and confirms its intent to engage, subject to availability of funds and consistent with applicable

authorities, through its agencies and other entities, including but not limited to the following:

a. The Department of Commerce:

i. The Department of Commerce's Global Markets unit, including the U.S. and Foreign Commercial Service, intends to work to facilitate and promote opportunities for U.S. companies to participate in commercial projects developed by the Government of the Republic of Mozambique. Specifically, the Department of Commerce intends to conduct targeted outreach via its domestic network of U.S. Export Assistance Centers to U.S. companies across the United States - via roadshows, online webinars, or other means - to promote commercial and investment opportunities in Mozambique. Whenever possible, the Department of Commerce intends to conduct this outreach in partnership with relevant representatives of the Government of the Republic of Mozambique.

ii. The Department of Commerce intends to utilize the Trade Promotion Coordinating Committee to work closely with the U.S. Embassy in Mozambique and the full range of U.S. Government agencies to assemble deal teams that may assist U.S. companies to package their products and services with attractive financing and other project development resources provided by the Government of the United States of America.

b. The U.S. Agency for International Development (hereinafter referred to as "USAID") intends to explore opportunities to provide the Government of the Republic of Mozambique with targeted technical assistance in developing a more conducive business environment in Mozambique. Illustrative potential activities that would benefit the climate for trade and investment may include, but are not limited to:

1. Assistance in the reform process to encourage a more conducive business enabling environment to increase jobs and improve livelihoods for Mozambicans.
2. Support for a suite of activities designed to help Mozambique meet WTO requirements.

c. The United States Trade and Development Agency (hereinafter referred to as "USTDA") intends to consider requests for assistance in conducting feasibility studies, technical assistance, pilot projects, and other project planning assistance, relating to strategic infrastructure priority projects in Mozambique, and reverse trade missions to the United States, subject to USTDA approval and compliance with the terms for USTDA programs, including its internal policies.

General Understandings and Intentions:

14. The Governments intend for officials from the U.S. Commercial Service Maputo and its working level counterparts to meet at the Ministry of Industry and Commerce on a quarterly basis to exchange information about existing and potential new priority projects.

15. The Governments intend for the quarterly meetings to review progress toward achieving the understandings and intentions expressed in this Memorandum of Understanding by addressing any issues impeding such progress.

16. In addition to the quarterly working level meetings, the Governments intend for the principals of the U.S. Department of Commerce and the Mozambique Ministry of Industry and Commerce to meet annually, with the meeting rotating between the United States and Mozambique, to monitor the progress of achieving the understandings and intentions expressed in the Memorandum of Understanding, address market access barriers, and develop solutions for other business environment related challenges in both countries.

17. The Governments intend that companies that implement strategic energy, infrastructure, agriculture and tourism priority projects be responsible for securing appropriate financing for such projects. Potential financing sources may include, as appropriate, multilateral organizations, U.S. Government agencies, private sector capital or finance, or other financing sources.

18. The Governments expect to give appropriate publicity to any cooperative activities undertaken pursuant to this Memorandum of Understanding.

19. The Governments intend for this Memorandum of Understanding to become operative upon signature with activities to continue for a period of 5 years thereafter, at which time the Governments intend to discuss further cooperation, including through a new Memorandum of Understanding, if appropriate.

20. This Memorandum of Understanding may be modified at any time in writing by the mutual decision of the Governments.

21. The Governments may discontinue this Memorandum of

Understanding at any time by mutual decision in writing. A Government that wishes to unilaterally discontinue its cooperation under this Memorandum of Understanding is expected to endeavor to provide at least six months' prior notice in writing to the other Government.

22. This Memorandum of Understanding does not prejudice the rights and obligations of third parties or the rights of the Governments to cooperate under other arrangements or any international agreement or contract on any matter described in this Memorandum of Understanding.

23. This Memorandum of Understanding is not an international agreement and does not create any rights or obligations under domestic or international law.

Signed at Maputo, Mozambique, in duplicate, this Nineteenth day of June 2019 in the Portuguese and English languages.

FOR THE GOVERNMENT
OF THE REPUBLIC
OF MOZAMBIQUE:

Adriano Maleiane
Minister of Economy and Finance

FOR THE GOVERNMENT
OF THE UNITED STATES
OF AMERICA:

Karen Dunn Kelley
Deputy Secretary of Commerce